

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**  
**(DOUTORADO)**  
**NELSON DE LIMA JÚNIOR**

***DE REPENTE A ROÇA VAI VIRAR CIDADE: A EMANCIPAÇÃO***  
**POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DE NOVO HORIZONTE DO SUL**  
**(1986-1993)**

**DOURADOS – 2024**

**NELSON DE LIMA JÚNIOR**

***DE REPENTE A ROÇA VAI VIRAR CIDADE: A EMANCIPAÇÃO  
POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DE NOVO HORIZONTE DO SUL  
(1986-1993)***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/FCH/UFGD), como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Fabiano Coelho.

Área de concentração: História, Região e Identidades.

**DOURADOS – 2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

L732d Lima Junior, Nelson De  
DE REPENTE A ROÇA VAI VIRAR CIDADE: A EMANCIPAÇÃO  
POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DE NOVO HORIZONTE DO SUL (1986-1993) [recurso  
eletrônico] / Nelson De Lima Junior. -- 2024.  
Arquivo em formato pdf.  
  
Orientador: Fabiano Coelho.  
Tese (Doutorado em História) -Universidade Federal da Grande Dourados, 2024.  
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:  
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>  
  
1. Novo Horizonte do Sul. 2. emancipação. 3. assentamento. 4. brasiguaió. 5. Santa Idalina. I.  
Coelho, Fabiano. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

**NELSON DE LIMA JÚNIOR**

***DE REPENTE A ROÇA VAI VIRAR CIDADE: A EMANCIPAÇÃO  
POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DE NOVO HORIZONTE DO SUL  
(1986-1993)***

TESE APRESENTADA AO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Dourados, 19 de novembro de 2024.

**BANCA EXAMINADORA**

**Presidente e orientador:**

Prof. Dr. Fabiano Coelho (PPGH/UFGD)

**2ª Examinadora:**

Dra. Eloisa Pereira Barroso (PPGH/UNB)

**3ª Examinadora:**

Dr. Fabio da Silva de Sousa (UFMS)

**4º Examinador:**

Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz (PPGH/UFGD)

**5º Examinador:**

Prof. Dr. Fernando Perli (PPGH/UFGD)

*Que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica nem com balanças nem barômetros etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós.*

*(Manoel de Barros)*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida, pela força, sabedoria e discernimento, não apenas na produção deste trabalho doutoral, mas ao longo de toda a minha trajetória de vida, da qual me orgulho muito.

Agradeço a minha esposa e filho pela paciência e compreensão.

Aos meus pais, pela base que me permitiram chegar até aqui.

Ao Prof. Dr. Fabiano Coelho por ter aceitado entrar nesta empreitada, na condição de orientador, mostrando diferentes caminhos para a construção da pesquisa, levantando questionamentos que contribuíram para o enriquecimento da pesquisa e amadurecimento como pesquisador.

Ao Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó de Queiroz, pela leitura minuciosa e sugestões valiosas na Banca de Qualificação.

Ao Prof. Dr. Fernando Perli, pelas palavras e contribuições na Banca de Qualificação. Agradeço a todos os professores e técnicos administrativos do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados. De modo especial, ao Dr. Luis Cesar Castrillon Mendes, à Dra. Nauk Maria de Jesus, ao Dr. Leandro Seawright Alonso e ao Dr. Renilson Rosa Ribeiro, pelas discussões proporcionadas, indicações de leituras e trocas de ideias.

Ao Prof. Dr. Jiani Fernando Langaro (PPGH/UFG) pelas contribuições durante a arguição do anteprojeto na disciplina de Seminários de Projetos de Pesquisa.

Aos professores Dr. Fabio da Silva de Sousa e Dra. Eloisa Pereira Barroso, pelas contribuições na banca de defesa.

Aos colegas do PPGH/UFGD, das turmas de mestrado e doutorado, egressos de 2021, que em dados momentos tornaram o processo de escrita mais ameno com as conversas descontraídas.

Aos técnicos administrativos da Biblioteca da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, pela parceria e disponibilidade.

Ao Prof. Dr. Marcos Strada, pelas conversas e cedência de entrevistas.

Ao Chiquinho, que no transcorrer na pesquisa tornou-se uma ponte em Novo Horizonte do Sul.

Aos assentados e parlamentares entrevistados, por partilharem suas vivências e experiências.

E, por fim, a todos os amigos e colegas que fizeram parte, de certa forma, da minha trajetória acadêmica.

## RESUMO

**Resumo:** A emancipação político-administrativa do município de Novo Horizonte do Sul, “Cidade dos Brasiguaios” ou “Brasiguaião”, como ficou conhecido, localizado no Sudeste do Estado de Mato Grosso do Sul (Microrregião de Iguatemi), a 326 km da capital, Campo Grande, está diretamente ligada ao movimento de luta pela terra de brasileiros que retornaram do Paraguai na década de 1980 e se estabeleceram em um acampamento no município de Mundo Novo, localizado no sul do Estado. Após seis meses acampados, os brasiguaios de Mundo Novo receberam a notícia da desapropriação de uma área destinada a eles, que se consolidou com o decreto nº 91.792 de 17 de outubro de 1985. As áreas desapropriadas foram 13.621 hectares da fazenda Horizonte e 4.840 hectares da fazenda Escondido, ambas em Ivinhema e pertencentes a Gleba Santa Idalina, da Sociedade de Melhoramento e Colonização (SOMECO S/A). Esta tese de doutorado estuda o processo de emancipação do município de Novo Horizonte do Sul, tomando como ponto de partida a terra e as famílias assentadas no Projeto de Assentamento Novo Horizonte. O recorte temporal estabelecido inicia-se em 1986, momento em que as famílias conquistaram a posse da terra, perpassando a formação do núcleo urbano do assentamento e as discussões políticas em torno da emancipação que se consolidou em 1992. A problemática estende-se até o ano de 1993, quando é consolidada a primeira gestão municipal. A ideia tese é que o processo de emancipação de Novo Horizonte do Sul vai além da narrativa construída em torno do protagonismo dos assentados, inserindo-se num processo atravessado pelo jogo político dentro de um pacote de emancipações no estado de Mato Grosso do Sul, fugindo da luta do sonho coletivo para o jogo político. As fontes que dão sustentação para o trabalho são as narrativas orais, fontes imagéticas, jornalísticas e documentais. A pesquisa contribui para a historiografia de Mato Grosso do Sul e abre possibilidades de reflexão sobre outros processos de emancipação ocorridos no estado, além das questões relacionadas aos brasiguaios e à luta pela terra.

**Palavras-chave:** Novo Horizonte do Sul; emancipação; assentamento; brasiguaião; Santa Idalina.

## ABSTRACT

**Abstract:** The political and administrative emancipation of the municipality of Novo Horizonte do Sul, “City of the Brasiguayos” or “Brasiguaio”, as it has come to be known, located in the south-east of the state of Mato Grosso do Sul (Iguatemi micro-region), 326 km from the capital, Campo Grande, is directly linked to the land struggle movement of Brazilians who returned from Paraguay in the 1980s and settled in a camp in the municipality of Mundo Novo, located in the south of the state. After six months camped out, the Brasiguayans of Mundo Novo received news of the expropriation of an area destined for them, which was consolidated with Decree No. 91,792 of October 17, 1985. The areas expropriated were 13,621 hectares of the Horizonte farm and 4,840 hectares of the Escondido farm, both in Ivinhema and belonging to Gleba Santa Idalina, owned by Sociedade de Melhoramento e Colonização (SOMECA S/A). This doctoral thesis studies the process of emancipation of the municipality of Novo Horizonte do Sul, taking as its starting point the land and the families settled in the Novo Horizonte Settlement Project. The time frame established begins in 1986, when the families gained possession of the land, and goes through the formation of the settlement's urban center and the political discussions surrounding emancipation, which was consolidated in 1992. The problem stretches back to 1993, when the first municipal administration was established. The idea behind the thesis is that the process of emancipation in Novo Horizonte do Sul goes beyond the narrative built around the protagonism of the settlers, and is part of a process crossed by the political game within a package of emancipations in the state of Mato Grosso do Sul, escaping from the romanticism of the struggle for the collective dream to the political game. The sources that support the work are oral narratives, imagery, journalistic and documentary sources. The research contributes to the historiography of Mato Grosso do Sul and opens up possibilities for reflection on other emancipation processes that have taken place in the state, in addition to issues related to the Brasiguayos and the struggle for land.

**Keywords:** Novo Horizonte do Sul; emancipation; settlement; brasiguayo; Santa Idalina.

## LISTA DE SIGLAS

ALEMS - Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul  
CDR - Centro de Documentação Regional  
CEDEC - Coordenadoria de Defesa Civil do Estado  
CEDT - Comissão Especial de Divisão Territorial  
COAGRAN - Cooperativa dos Assentados da Grande Dourados  
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente  
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
COPASUL - Cooperativa Agrícola Sul-mato-grossense  
CPT - Comissão Pastoral da Terra  
CUT - Central Única dos Trabalhadores  
DERSUL - Departamento de Estradas e de Rodagem de Mato Grosso do Sul  
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
EMPAER - Empresa de Pesquisa e Assistência Técnica e Extensão Rural de MS  
FAF - Federação da Agricultura Familiar  
FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura  
FPM - Fundo de Participação Municipal  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
IHGMS - Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
JST - Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
LAFRONT- Laboratório de Pesquisa em Fronteiras, Estado e Relações Sociais  
MIRAD - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário  
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
PDT - Partido Democrático Trabalhista  
PFL - Partido da Frente Liberal  
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária  
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PRN - Partido da Reconstrução Nacional  
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira  
PST - Partido Social Trabalhista  
PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PROCERA - Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária

SEFAZ - Secretaria de Fazenda do Estado

SOMEÇO - Sociedade de Melhoramento e Colonização

SOMAPE - Sociedade de Melhoramento Agropecuário

SUCAM - Superintendência de Campanha de Saúde Pública

SUPAM - Superintendência de Cooperação Técnica e Articulação com os Municípios

TRE - Tribunal Regional Eleitoral

TERRASUL - Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso do Sul

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 01:</b> Carta dos despejados .....	26
<b>Imagem 02:</b> Localização do Projeto de Assentamento Novo Horizonte.....	39
<b>Imagem 03:</b> Projeto de Assentamento Novo Horizonte .....	40
<b>Imagem 04:</b> Sorteio dos lotes .....	41
<b>Imagem 05:</b> A transferência de brasiguaios em Mato Grosso do Sul .....	42
<b>Imagem 06:</b> Áreas do projeto de assentamento Novo Horizonte .....	45
<b>Imagem 07:</b> Família Frazão .....	49
<b>Imagem 08:</b> Primeiros frutos da terra .....	50
<b>Imagem 09:</b> Capelas localizadas no projeto de assentamento Novo Horizonte.....	52
<b>Imagem 10:</b> Vista do Núcleo Urbano do PA Novo Horizonte .....	59
<b>Imagem 11:</b> Festa da padroeira Nossa Senhora Aparecida .....	61
<b>Imagem 12:</b> Evento na Gleba Novo Horizonte .....	65
<b>Imagem 13:</b> Relação complementar de propriedades rurais do Distrito Novo Horizonte ....	71
<b>Imagem 14:</b> SEFAZ/GAB/Nº143-92 .....	81
<b>Imagem 15:</b> AL já tem propostas para criação de cinco novos municípios .....	88
<b>Imagem 16:</b> Pedida criação de mais um município .....	89
<b>Imagem 17:</b> Plebiscito .....	94
<b>Imagem 18:</b> Resultado do plebiscito .....	95
<b>Imagem 19:</b> Resultado do plebiscito (correção) .....	95
<b>Imagem 20:</b> Cédulas de votação .....	97
<b>Imagem 21:</b> Folha de Votação .....	98
<b>Imagem 22:</b> Presença da CPT no assentamento .....	106
<b>Imagem 23:</b> Ato ecumênico .....	107
<b>Imagem 24:</b> Resultado das eleições municipais de 1992 .....	118
<b>Imagem 25:</b> Área e destinação prevista de terrenos urbanos de Novo Horizonte do Sul ....	120
<b>Imagem 26:</b> Pastel verifica projeto da estrada que ligará Novo Horizonte/Porto Caiuá.....	126
<b>Imagem 27:</b> Novo Horizonte do Sul ganha seu primeiro conjunto habitacional .....	129
<b>Imagem 28:</b> 12 meses de conquistas para Novo Horizonte do Sul .....	132
<b>Imagem 29:</b> Arte de divulgação da 1ª Romaria da Terra .....	135
<b>Imagem 30:</b> 1ª Romaria da Terra .....	136
<b>Imagem 31:</b> Rio Guiraí .....	139
<b>Imagem 32:</b> Corrida de carroças .....	140

<b>Imagem 33:</b> Novo Horizonte do Sul: 2º aniversário e festa do peão de rodeio .....	141
<b>Imagem 34:</b> Brasiguaios na Rádio Nova 87.9 FM .....	157
<b>Imagem 35:</b> Desfile cívico .....	158
<b>Imagem 36:</b> Novo Horizonte do Sul revive sua origem da reforma agrária .....	163
<b>Imagem 37:</b> festejos de 02 anos de emancipação político-administrativa de Novo Horizonte do Sul .....	166

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 01:</b> Localização do município de Novo Horizonte do Sul .....	18
<b>Mapa 02:</b> Movimento de retorno dos brasiguaios (1985) .....	30
<b>Mapa 03:</b> Localização das Fazendas Horizonte e Escondido .....	34
<b>Mapa 04:</b> Projetos de emancipação, desmembramento e alteração de limites .....	90
<b>Mapa 05:</b> Emancipações político-administrativa em Mato Grosso do Sul (1992) .....	100

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01:</b> Escolas Localizadas no Assentamento Novo Horizonte.....	57
<b>Tabela 02:</b> Produção agrícola dos assentados (1990-1991) .....	70
<b>Tabela 03:</b> Área e destinação prevista de terrenos urbanos de Novo Horizonte do Sul.....	121
<b>Tabela 04:</b> Municípios brasileiros que nasceram de ações de colonização, de regularização ou implantação de projetos de assentamentos de reforma agrária criados pelo INCRA.....	151

## SUMÁRIO

Lista de Siglas.....	09
Lista de Imagens .....	11
Lista de Mapas.....	13
Lista de Tabelas .....	14
Introdução .....	16

### Capítulo I

#### **DA CONQUISTA DA TERRA ÀS MEMÓRIAS DE LUTA NO PROJETO DE ASSENTAMENTO NOVO HORIZONTE .....**

1.1 “Em riba da terra é que faz tudo, a terra dá, cria e produz” .....	38
1.2 O assentamento: espaço onde outras lutas são travadas .....	51
1.3 Novos atores em cena .....	63

### Capítulo II

#### **2. O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DE NOVO HORIZONTE DO SUL.....**

2.1 Constituição do movimento emancipacionista .....	67
2.2 Projeto de Lei nº110/91: protagonismo dos assentados ou interesses parlamentares?.....	82
2.3 Representações da emancipação.....	101
2.3.1 Os novos municípios na esfera estadual .....	102
2.3.2 A emancipação de Novo Horizonte do Sul para os Movimentos Sociais .....	105
2.3.3 A emancipação político-administrativa para os assentados .....	108
2.3.4 A emancipação e o município de origem .....	110

### Capítulo III

#### **3. INSTALAÇÃO ADMINISTRATIVA DA CIDADE DOS BRASIGUAIOS.....**

3.1 Eleições de 1992: a consolidação da emancipação e outras disputas .....	113
3.2 A instalação do município e os desafios da gestão Antônio Luiz Agostinho (pastel) ....	119
3.3 O assentamento <i>porta de entrada</i> do município .....	133
3.4 A construção de uma nova identidade .....	142

### Capítulo IV

#### **4. NOVO HORIZONTE DO SUL: ENTRE O SONHO DA LUTA COLETIVA E O JOGO POLÍTICO.....**

4.1 Narrativa dos assentados: os protagonistas em cena.....	152
4.2 Narrativas parlamentares e uso político.....	161
4.3 Emancipações e jogo político.....	169
4.3.1 “Política é conveniência” .....	174

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>176</b>
-----------------------------------	------------

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>179</b>
--------------------------	------------

<b>FONTES .....</b>	<b>185</b>
---------------------	------------

## INTRODUÇÃO

Construir uma tese é como entrelaçar fios. Assim como os artesãos cruzam fios, atentos aos ângulos, às tramas e aos movimentos, o historiador também constrói sua escrita no entrelaçamento de fontes, teoria e método. Apropriamo-nos dessa comparação feita por Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2019), pois sua metáfora alinha-se ao que está sendo apresentado nas linhas desta tese. Para o autor:

Tecer, como narrar, é relacionar, pôr em contato, entrelaçar linhas de diferentes cores, eventos de diferentes características, para que se tenha um desenho bem ordenado no final. Este trabalho de tessitura é, no entanto, obra da mão de quem tece, da imaginação e habilidade de quem narra. Não podemos pensar que a História escreve a si mesma, que os fatos se impõem ao historiador, que se impõem como evidência. [...] Tecer, costurar, bordar, escrever, como qualquer evento humano, por mais comezinho que seja, põe em relação a matéria e a ideia, a concepção ideal e o trabalho, a mão e a cabeça, o projeto e a ação, a natureza e a cultura, a coisa e a palavra. (Albuquerque Júnior, 2019, p. 37-38).

A emancipação político-administrativa do município de Novo Horizonte do Sul *Cidade dos Brasiguaios* ou *Brasiguaião*, como ficou conhecido, localizado no Sudeste do Estado de Mato Grosso do Sul (Microrregião de Iguatemi), a 326 km da capital estadual, está ligada ao movimento de luta pela terra de brasileiros que retornaram do Paraguai na década de 1980 e se estabeleceram em um acampamento no município de Mundo Novo, localizado no sul do Estado.

Após seis meses acampados, os brasiguaios de Mundo Novo receberam a notícia de que seria realizada a desapropriação de uma área destinada a eles, que se consolidou com o decreto nº 91.792 de 17 de outubro de 1985. As áreas desapropriadas foram 13.621 hectares da fazenda Horizonte e 4.840 hectares da fazenda Escondido, ambas situadas no município de Ivinhema e pertencentes a Gleba Santa Idalina, da Sociedade de Melhoramento e Colonização (SOMECA S/A). Os brasiguaios se apresentaram às lideranças políticas brasileiras no ano de 1985, sendo o primeiro momento em que o termo brasiguaião foi utilizado e entendido na análise como uma *identidade política*.

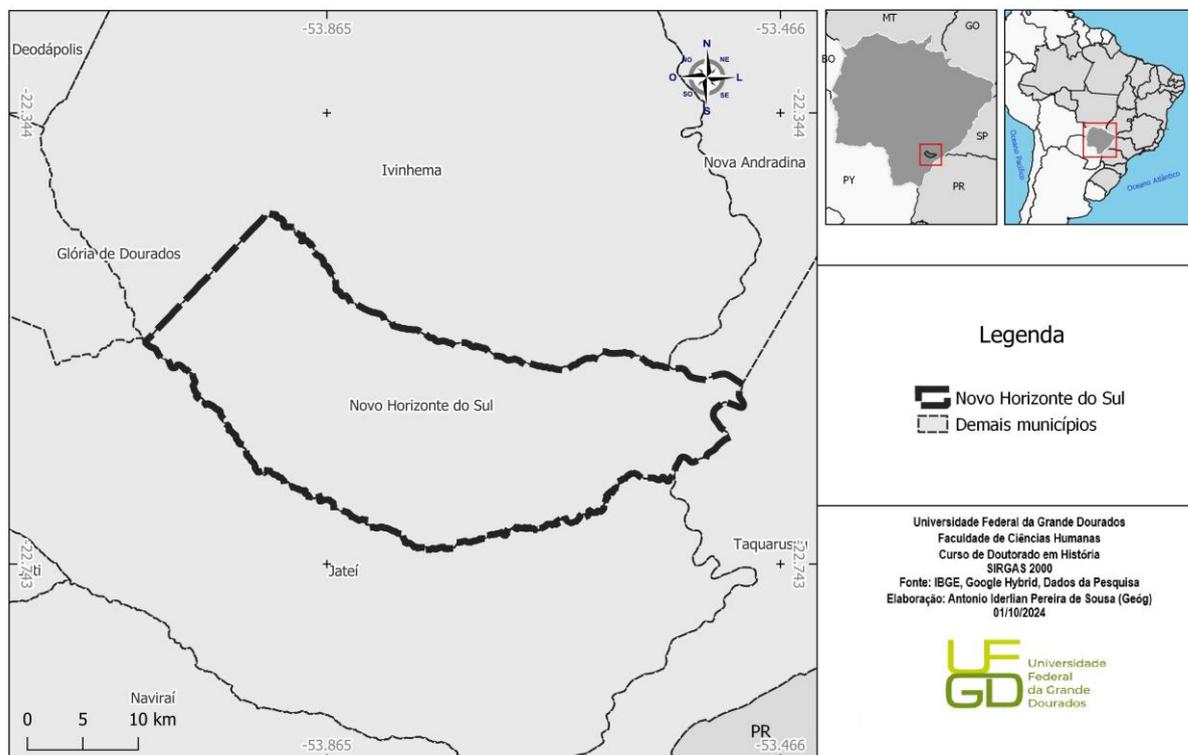
Partindo da problemática brasiguaiã, leituras e conceituações trazidas por Carlos Wagner (1990) *Brasiguaios: homens sem pátria*; Albuquerque (2010) *A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai*; Carlos Alberto Ferrari (2007) *Brasiguaios na fronteira: luta pela terra, violência e precarização do trabalho no*

*campo e na cidade*; Fabrini (2012) *Campesinato e agronegócio na fronteira entre o Brasil e o Paraguai*; Leandro Baller (2008) *Cultura, Identidade e Fronteira: Transitoriedade Brasil/Paraguai (1980-2005)*; Marques (2009) *Circularidade na fronteira do Paraguai e Brasil: o estudo de caso dos “brasiguaios”*; Lélia Zambrano (2009) *De brasileiros a brasiguaios: a emigração brasileira para o Paraguai a partir dos anos de 1970*; Marcial Riquelme (2005) *Notas para el estudio de las causas y efectos de las migraciones brasileñas em el Paraguay*; e Marcia Anita Sprandel (1992) *Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras internacionais*, nos ajudam compreender o contexto histórico em que esses trabalhadores estão inseridos e a forma como essa identidade foi cunhada.

Em pesquisa anterior intitulada *Trajetórias e memórias que tecem histórias: os brasiguaios na (re)ocupação da Gleba Santa Idalina (1984-1986)*, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, em nível de Mestrado, optamos por discutir as trajetórias de brasileiros que migraram para o Paraguai na década de 1970 e, posteriormente, retornaram ao Brasil em 1985, inseridos nos movimentos sociais de luta pela terra, findando na (re)ocupação da Gleba Santa Idalina, localizada no município de Ivinhema, e a formação do Assentamento Novo Horizonte.

Todavia, no transcorrer da narrativa um outro leque de questões surgiu, mas que não fazia parte do objetivo principal da pesquisa naquele momento como, por exemplo, a formação do município de Novo Horizonte do Sul a partir dos assentados e a própria ressignificação da luta desses atores sociais. No *mapa 01*, podemos observar a localização do município, objeto da pesquisa.

**Mapa 01:** Localização do município de Novo Horizonte do Sul



**Fonte/ Elaboração:** Antônio Iderlan Pereira de Souza e Nelson de Lima Júnior

São poucos os escritos relacionados à história do assentamento Novo Horizonte, sendo citado apenas quando autores fazem menção a trajetória dos brasiguaios. Já em relação ao processo de emancipação político-administrativa de Novo Horizonte do Sul, podemos destacar que a pesquisa apresentada será a primeira desenvolvida no campo histórico. Em análise bibliográfica, foram escassos os trabalhos encontrados que dedicam-se ao estudo de emancipações de municípios no Brasil, podendo citar as contribuições de Magalhães (2007), *Emancipação político-administrativa de municípios no Brasil*, em que busca fazer um panorama dos movimentos emancipacionistas no país a partir da década de 1930, respondendo a alguns questionamentos, dentre eles: por que os municípios querem emancipar-se; bem como o estudo realizado por Noronha e Cardoso (1996) com tema *Emancipações municipais: como ficam os municípios de origem?*, pensando os efeitos e rupturas provocadas por esses processos.

Recorremos a Cigolini, em sua dissertação de mestrado em Geografia sob o título *A fragmentação do território em unidades político-administrativas: análise da criação de municípios no Estado do Paraná*, defendida na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 1999; a Siqueira, no artigo *Criação de municípios no Brasil: a tridimensionalidade do fenômeno emancipatório brasileiro. A análise do processo no estado de São Paulo*; e a Silva (2006), em sua tese de doutorado intitulada *Arranjos políticos institucionais: a criação de novos municípios, novas estruturas de poder e as lideranças locais*, percebendo as façanhas do jogo político, espaços de disputas e dominação em processos emancipacionistas.

No âmbito da história regional, temos a dissertação de Mestrado em História denominada *Por uma nova história da emancipação político-administrativa do município de Batayporã-MS (1953-1964)*, defendida por Danilo Leite Moreira na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), em 2015, bem como demais trabalhos produzidos no âmbito do PPGH-UFGD, cabendo destacar a dissertação de Claudomiro Morales Torres (2016) *Nova Casa Verde: a Reforma Agrária e a criação da vila em espaço de assentamento rural*; Daiane Lima Dos Santos (2017) *Apologia à inconstitucionalidade: Os desdobramentos em torno da criação e formação da municipalidade do Ladário-MS (1948-1955)*; Paulo Rodolfo Bork Zanata (2019) *Vivências e experiências: a colonização e a agricultura itaporanense entre as décadas de 1940 e 1970*; Jéssica Alves Tropaldi (2016) *O Ressoar no palco do tempo: protagonismo histórico na ocupação popular em Angélica-MS (1950-1980)*; Djalma Lino Gonçalves (2015) *A colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada e a formação de Naviraí*; e a Tese de Doutorado de Rogerio Ribeiro Antônio (2023) *Ocupação e desapropriação em terras da SOMECA S/A: estratégias de luta para a manutenção da posse da terra (1984-1986)*.

A ideia tese da pesquisa é que o processo de emancipação de Novo Horizonte do Sul vai além da narrativa construída em torno do protagonismo dos assentados, inserindo-se num processo atravessado pelo jogo político dentro de um pacote de emancipações, fugindo da luta do sonho coletivo para a política partidária na prática. Assim, a pesquisa tem como objetivo principal analisar o processo de emancipação político-administrativa de Novo Horizonte do Sul, partindo do princípio da terra aos jogos de interesses, negociações e relações de poder. O que nos leva a questionar a formação do assentamento Novo Horizonte, bem como as relações constituídas entre as famílias assentadas e as transformações a partir da conquista da terra; os motivos que levaram à luta pela emancipação político-administrativa do assentamento, no contexto de resistência na terra; os embates, discursos,

negociações e agentes políticos envolvidos no processo de emancipação, bem como sua efetivação; e a instalação do município de Novo Horizonte do Sul, com a composição da primeira gestão municipal.

Buscamos construir uma narrativa no diálogo com as fontes, capaz de dar sustentação à tese. Quanto ao recorte temporal da pesquisa, priorizamos os anos de 1986 a 1993, momento que marcou a desapropriação das terras que deram lugar ao assentamento Novo Horizonte, sua formação, constituição do núcleo urbano, surgimento do movimento emancipacionista e a instalação do município.

Levando em conta a particularidade da problemática pesquisada, tomamos como metodologia principal a história oral, uma vez que estamos lidando com trajetórias de vida e a constituição de sujeitos políticos. As entrevistas, em História Oral, estão relacionadas ao contato entre partes, pesquisador e colaborador, fugindo do teor testemunhal e mergulhado em contextos variados atrelados à memória coletiva, trajetórias, histórias de vidas e os sentimentos/emoções decorrentes do “lembrar”. O ouvir é acolher a palavra do outro, junto com as emoções e histórias que são desencadeadas, bem como os silêncios recorrentes, como apontam MEIHY e SEAWRIGHT (2020) em *Memórias e narrativas: história oral aplicada*.

O colaborador não deve ser visto como objeto de pesquisa e/ou fonte, mas como ator social. Destacamos ainda que o colaborador seleciona aquilo que será lembrado e sua fala não deve ser colocada em xeque a exemplo de um jogo de xadrez, quanto a sua veracidade, a fim de comprovação. As performances subjetivas do entrevistado tornam-se ricas para o historiador. A História Oral é pautada nas provocações, inquietudes, discussões, debates, escrita, reescritas, análise e construção de novos debates. Entrevista em História Oral é relação que legitima a prática, mas não o todo em história oral, assim como a história oral não produz memória, mas a memória que se encerra na história oral. *Memória* é campo que organiza o vivido, a experiência humana; *Lembrança* configura-se como deflagração, conteúdo da memória; *Recordação*, como atividade ativa ou passiva que traz a lume a lembrança. Segundo Sônia Maria de Freitas, a História Oral:

É um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana. [...] a tradição oral não está presente apenas nas comunidades tidas como “iletradas” ou tribais. Ela pode também ser identificada e resgatada em sociedades rurais e urbanas pela metodologia de História Oral. Por exemplo: as cantigas de rodas, brincadeiras e estórias infantis são transmitidas oralmente, de geração em geração. (Freitas, 2006, p.5)

Na realização das entrevistas foram utilizados gravador portátil, aplicativo de celular e câmera fotográfica, sendo essas realizadas em Novo Horizonte do Sul e Campo Grande, MS, além das entrevistas realizadas pelo professor Marcos Estrada para produção do documentário *Brasiguaios: 1985* que, gentilmente, foram cedidas para o enriquecimento desta pesquisa. Em relação aos entrevistados, não houve uma seleção prévia, a *priori*. Fomos trilhando caminhos a partir dos próprios colaboradores, em que uma entrevista foi nos levando a outra, devido às semelhanças nas trajetórias de vida, como observado:

*Chiquinho, natural de Torneiras do Oeste-PR.* Militante da CPT desde a década de 1980, vindo a participar da ocupação da Gleba Santa Idalina em 1984 e sua (re) ocupação em 1985.

*Cirila Martins da Silva, natural de Indápolis, Distrito de Dourados-MS.* Antes do assentamento Novo Horizonte, residia na internacional-Paraguai em Mundo Novo-MS, onde tocava lavoura de milho e soja em terras arrendadas pela família, ingressando posteriormente no movimento de retorno em 1985.

*Daniel Conselho dos Santos, natural do estado do Paraná.* Trabalhador rural que residia na internacional em Mundo Novo, onde o pai trabalhava como administrador em fazendas.

*Inês Maria Alvarenga, natural de Londrina-PR, onde trabalhava na condição de boia-fria, quando se deslocou para o Paraguai, retornando ao Brasil em 1985.*

*Jorge Gomes de Araújo, natural de Afrânio-PE.* Quando migrou para o Paraguai, ele residia em Terra Roxa- PR trabalhando como arrendatário.

*Antônio Luiz Agostinho.* Filho de imigrantes portugueses, nasceu em Itambé (PR). Sua família era vinculada a lida com a terra, chegando a tocar lavoura de café na região de Umuarama (PR), deslocando posteriormente para Assis Chateaubriand, quando passaram a cultivar soja. Em seguida migrou para Mundo Novo (MS), passando a residir em um sítio na linha internacional. O anseio pelos estudos levou-o a São Paulo e depois Maringá, retornando na década de 1980 para Mundo Novo, quando passou a trabalhar como sócio do armazém do irmão e concomitantemente tocando dois arrendamentos de milho no Paraguai. Ingressou no movimento junto aos brasiguaios em 1985, chegando à conquista um pedaço de terra no Projeto de Assentamento Novo Horizonte.

*Jovencino Francisco dos Santos, natural de Teófilo Otoni-MG.* Cultivava lavoura de feijão, arroz, milho, mandioca e hortelã em La Paloma no Paraguai até 1985, quando veio para o assentamento Novo Horizonte, onde instalou uma borracharia e mecânica automotiva. Devido ao pouco ganho, acabou vendendo e comprando uma chácara no assentamento.

*Salete da Silva dos Santos, natural de Umuarama-PR.* Vivia com a família em Umuarama-PR, quando deslocou-se para Santa Rosa-PY, onde seu pai tocava lavoura arrendada.

*Expedito.* Até 1972 residiu no estado do Paraná, quando migrou para o Paraguai, retornando ao Brasil em 1985, ingressando no acampamento de Mundo Novo, onde tornou-se líder do grupo Figueira, cargo que ocupou até a formação do assentamento Novo Horizonte.

*Joel.* Foi imigrante brasileiro no Paraguai, retornando em 1985 quando conquistou um pedaço de terra no assentamento, onde constituiu família e reside até os dias atuais. Também foi membro da comissão pró-emancipação.

Destaca-se que uma parcela significativa das fontes utilizadas para a pesquisa já fazia parte do nosso acervo particular. *Achados* da época de mestrado e entrevistas orais produzidas entre os anos de 2014 e 2015, o que não nos impediu de visitar algumas pessoas conhecidas, a exemplo de Chiquinho (que continua militando na CPT e residindo em Novo Horizonte do Sul), e Sérgio Cruz (ex-deputado federal que atualmente ocupa uma cadeira como membro do IHGMS). Foram realizadas ainda três entrevistas por meio de correio eletrônico, cada uma composta por cinco perguntas diretas. Duas dessas entrevistas foram realizadas com os assentados Derlei e Joel, e a terceira com o Deputado Londres Machado, cuja devolutiva foi encaminhada por sua assessoria de comunicação.

No que diz respeito às fontes impressas, o estudo privilegia publicações do jornal *O Progresso e Correio do Estado*, acessadas de forma digital, bem como matérias do jornal *Diário do Povo*, consultadas *in loco* no Centro de Documentação Regional (CDR-UFGD) na versão física, a qual exigiu cuidados no manuseio das publicações e meios para digitalizar as que destacavam Novo Horizonte do Sul. Esses periódicos possuíam publicações diárias com grande circulação no estado de Mato Grosso do Sul, sendo o primeiro fundado em 1951 com sede em Dourados, o segundo em 1954, com seu departamento editorial sediado em Campo Grande, e o terceiro fundado em 1993 no município de Dourados. Pensando a construção do movimento emancipacionista a partir da luta pela terra, também recorreremos a algumas publicações do *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*.

Assim, para entender a dinâmica e os meios de analisar as fontes impressas, recorreremos aos escritos de Tânia Regina de Luca (2006), em *História dos, nos e por meio dos periódicos*, em que a autora chama a atenção para a análise dos discursos colocados pelos periódicos, uma vez que sofrem influência do ambiente em que estão inseridos.

Segundo Luca (2006), devemos saber diferenciar as narrativas do acontecimento e o próprio acontecimento, uma vez que os jornais atuam em certos momentos como ator político e se utilizam de estratégias discursivas. Tal discussão é realizada com maior intensidade em *História da imprensa no Brasil*, publicado em 2008, em que Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca trazem um panorama histórico, bem como questionamentos teórico-metodológicos. Deste modo, o trabalho com periódicos exige do historiador sensibilidade de leitura acerca da fonte a ser analisada e estudada, buscando desvendar sua historicidade e percebendo o jornal enquanto um instrumento de posicionamento político, como defende Luís Felipe Miguel (2002) em *Política e mídia no Brasil*.

Entendemos os jornais como produtores de opiniões e discursos. Quando lemos ou tomamos esta publicação periódica como fonte histórica devemos identificar de início o seu *lugar de produção*, que para José D' Assunção Barros significa perceber:

Quem são os seus editores? A que interesses se vinculam? Quem são os autores dos textos que encontraram neste ou naquele jornal um lugar de expressão? Que pressões estes autores sofrem dos editores, e que pressões os editores sofrem dos leitores que compram ou recebem o jornal? Como a rede de jornais concorrentes interfere também no jornal, e como este jornal específico responde a uma outra publicação rival ou concorrente? Que pontos de vista relativos encontram a sua voz no texto? Como o que é dito em um texto age sobre a sociedade que irá consumi-lo? (Barros, 2023, p. 22-23).

Trabalhar os jornais como fonte de pesquisa requer desafios, principalmente quando lidamos com publicações multiautorais, comuns em jornais diários, como o caso do jornal *O Progresso*. José D' Assunção Barros, pensando os caminhos metodológicos de análise, chama atenção ainda acerca do lugar no qual se encontra a notícia. De acordo com o autor,

a página e a posição de página, o caderno em que se encontra o texto em análise, bem como uma noção lúcida e atenta sobre as implicações trazidas pelos demais materiais que circundam, constituem de fato fatores essenciais a serem considerados pelo analista historiográfico (Barros, 2023, p.107).

O espaço físico em que a matéria está posicionada representa o valor simbólico atribuído a mesma.

Em relação aos documentos analisados, destacamos o *Processo n°180/91*, que tramitou na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, com 186 páginas datilografadas que versam sobre os tramites legais percorridos desde a justificativa da emancipação de

Novo Horizonte do Sul até a publicação da sua Lei de criação, bem como uma coleção de 32 *atas* escritas a mão e intituladas *Atas para emancipação*, disponibilizadas pela Câmara Municipal de Novo Horizonte do Sul e que descrevem as estratégias dos assentados para configuração do movimento emancipacionista, além da *ATA da Vigésima Primeira Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Quarta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul*, na qual foi votado o projeto de lei que deu origem ao município.

As *atas* são vistas como documentos escritos de reuniões com finalidades específicas. No caso em particular demonstram a concordância na tomada de decisões, confirmadas pelas assinaturas dos presentes ao final de cada registro. Também podemos dizer que se trata de uma produção cheia de representações, uma vez que parte de uma seleção feita por aquele responsável pelo registro, ou seja, nem tudo que foi pronunciado está contido nas atas. Assim, ao considerar as Atas como fonte documental, é necessário adotar certos cuidados. Como afirma Le Goff (1990):

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (Le Goff, 1990, p.470).

Com exceção das atas para emancipação, todos os demais documentos foram cedidos de forma digital pelos funcionários da ALEMS, otimizando tempo e deslocamento.

Também nos apropriamos de um acervo particular de imagens fotográficas sobre a história de Novo Horizonte do Sul e seus atores sociais, com a finalidade de enriquecer o campo de análise, percebendo as imagens enquanto fonte diversificada. O uso de fotografias instiga o modo de ver e promover lembranças, numa trama social que articula presente e passado por meio da representação visual. As imagens utilizadas na pesquisa compõem o jogo político e social do município de Novo Horizonte do Sul, e percebemos nas mesmas as circunstâncias da produção, intencionalidade, atributos estéticos e políticos. Na conjuntura política, as fotografias garantem a visibilidade do movimento emancipacionista, estratégias, disputas e relações de poder. Para Mauad e Lopes (2012) as fotografias devem ser consideradas, inicialmente, coisa material, artefato, complementando que não bastar olhar, mas estranhá-las.

Na perspectiva teórico-metodológica, a pesquisa caminha em direção à *História Social*, entendendo os sujeitos e suas incompletudes na arte do jogo político. Com advento

dos *Annales* (1929), a História Social aparece ligada às práticas culturais, os costumes, tradições e crenças. Todavia, a partir da década de 1960 abriu seu campo de análise, passando a problematizar diferentes grupos sociais, ampliando também o rol metodológico e a variedade de fontes. A abordagem social e política possibilita compreender o que estava em jogo com a emancipação de Novo Horizonte do Sul, como ocorreu a mobilização dos assentados e quais instrumentos políticos foram utilizados.

Ao tratar da emancipação político-administrativa de Novo Horizonte do Sul, somos levados a pensar a dinâmica desse território e a problemática dos sujeitos envolvidos na luta. Como mencionado no início desta tese, até 1986 as terras que deram lugar ao assentamento Novo Horizonte eram conhecidas como Gleba Santa Idalina e pertencentes a Sociedade de Melhoramento e Colonização (SOMECO S/A). Sua não produtividade foi alvo de questionamentos e justificativa para a primeira ocupação realizada em 1984, organizada por agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT). De acordo com os documentos transcritos nos anais da Câmara Federal e discursos proferidos pelo Ex. Deputado Federal Sérgio Cruz, acoplados no livro *Conflito de Ivinhema: violência contra trabalhadores sem-terra*, a ocupação do latifúndio da SOMECO, em Ivinhema, Mato Grosso do Sul, por cerca de 1.500 famílias de trabalhadores, foi reflexo da omissão deliberada do poder público em tratar a reforma agrária como prioridade política. Conforme descreveu Sérgio Cruz:

A ocupação é um fato. Outro fato: a terra ocupada, mais de 20 mil alqueires fertilíssimos, é um latifúndio ocioso, desafiando a força de milhares de braços prontos para o trabalho e bocas carecidas de alimento. Terra negligentemente armazenada para fins meramente especulativos, num território vulnerável aos conflitos fundiários. Esperar que esses braços e essas bocas não procurassem, a qualquer momento, dar uma função prática a estas terras disponíveis, era acreditar na excessiva resignação da pobreza e da miséria absolutas que rodeavam (e ainda rodeiam) esse provocador quinhão agrário (Cruz, 1984, p.08).

Participaram da ocupação trabalhadores rurais dos municípios de Mundo Novo, Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Naviraí, Caarapó, Fátima do Sul, Dourados, Deodápolis, Ivinhema, Angélica, Nova Andradina, Batayporã e Taquarussu, que vinham se articulando desde 1983. A jornalista Cácia Cortez (1985), retratou tal ocupação como *a travessia do rio dos pássaros*, uma vez que, devido ao cerco policial montado pela SOMECO S/A diante dos rumores de ocupação, os trabalhadores utilizaram como meio de acesso o rio Guiraí. A ocupação durou cerca de dezenove dias e foi marcada por forte tensão entre acampados e policiais, findando com o despejo por meio de um mandado judicial.

Acerca deste episódio, os trabalhadores orientados pelos agentes pastorais publicaram uma carta intitulada *Carta dos despejados*, na qual denunciaram a violência policial, o anseio pela terra e o apoio exercido pela Igreja Católica, conforme documento:

**Imagem 01:Carta dos despejados**

**3 . CARTA DOS DESPEJADOS**

**GLEBA IDALINA – IVINHEMA – “VENCEREMOS” – MATO GROSSO DO SUL.**

**COMPANHEIROS:**

No dia 14 de maio de 1984, nós fomos despejados violentamente pela polícia militar do Estado.

A Igreja nos ajudou e fomos, todos juntos, para a Igreja de *Ivinhema*. Lá, em Assembleia, resolvemos acampar na Vila São Pedro, em Dourados, provisoriamente, num terreno da Diocese. Ficaremos acampados porque queremos continuar na Luta. Queremos nosso pedaço de chão. Aqui em São Pedro estamos livres. Podemos entrar e sair quando quisermos.

Podemos visitar nossos familiares.

A polícia não nos incomoda.

**VENHAM NOS VISITAR.**

Aceitamos a adesão dos Companheiros em alimentos, agasalhos, sapatos (calçados em geral) e dinheiro, que poderá ser depositado em nome do MOVIMENTO DOS SEM TERRA – Paróquia Nossa Senhora da Glória – Glória de Dourados – MS, conta corrente nº 06428/76 – Banco Bamerindus.

Emocionados agradecemos a colaboração recebida do nosso Pastor D. Teodoro, de vários Agentes de Pastoral da Diocese, do Deputado Federal SÉRGIO CRUZ, do nosso advogado e amigo Artur Alberto Marwell, e tantos outros que estão nos apoiando.

Sabemos que Deus está do nosso lado e nunca nos abandona.

**UNIDOS, SOMOS FORTES E VENCEREMOS!**

Em 15 de maio de 1984.

**COMISSÃO DOS ACAMPADOS.**

(Solicitada a transcrição na Sessão de 17/05/84)

– 23 –

Como observado na carta, após o despejo, os trabalhadores rurais se deslocaram para uma área urbana localizada no pátio da Igreja Matriz de Ivinhema (MS), onde ficaram acampados por dois dias, sendo transferidos posteriormente por intermédio de Dom Teodoro Leitz (Bispo Diocesano) para uma área de 3 hectares na Vila São Pedro, no município de Dourados (MS). Embora contassem com assistência médica e alimentação, as condições de vida no acampamento eram precárias, sendo comum surtos de diarreia, sarampo, catapora, gripes fortes e febres constantes. Depois de vários embates, as famílias conseguiram a concessão de uma área conhecida como “Gleba Padroeira do Brasil”, localizada no Município de Nioaque (MS) (Lima Júnior, 2016).

O movimento que resultou na desapropriação da Gleba Santa Idalina e formação do assentamento foi a (re)ocupação ocorrida em 1985. Tal processo foi marcado pela articulação de trabalhadores rurais brasileiros que estavam morando no Paraguai e encabeçaram um movimento de retorno via município de Mundo Novo (MS), quando o termo brasiguaios foi utilizado pela primeira vez como identidade política. Sobre o vocábulo brasiguaios, o Deputado Sérgio Cruz, parlamentar que prestou assessoria política aos trabalhadores no regresso ao Brasil, narrou:

Pesquisando sobre os brasiguaios, eu achei o termo. Aqui no estado acho que foi o Hélio Serejo que usou há muito tempo e eu estava crente que tinha criado um vocábulo, mentira (risos). Mas não foi eu que atribui a criação do termo, ela foi atribuída a mim por um jornalista da época que fez uma matéria<sup>1</sup>.

Hélio Serejo, citado na fala do deputado, foi um jornalista e memorialista Sul-mato-grossense, nascido em Nioaque, com uma produção voltada a questão cultural. Já o jornalista do qual Sérgio Cruz não recordou o nome, trata-se de Carlos Wagner, que em seu livro intitulado *Brasiguaios: homens sem pátria*, de 1990, registrou que o termo nasceu a partir de um diálogo entre um trabalhador e o deputado, conforme citação abaixo:

- Então quer dizer que nós não temos os direitos dos paraguaios porque não somos paraguaios; não temos os direitos dos brasileiros porque abandonamos o país. Mas, me digam uma coisa: afinal de contas, o que nós somos?  
- Vocês são uns brasiguaios, uma mistura de brasileiros com paraguaios, homens sem pátria.

---

<sup>1</sup> ENTREVISTA. Sérgio Cruz, Campo Grande. 2024.

Foi deste diálogo que aconteceu em 1985 entre um camponês e o então deputado federal pelo Mato Grosso do Sul, Sérgio Cruz (PT) que nasceu a expressão *brasiguaios* (Wagner, 1990, p.11).

A mobilidade de brasileiros no Paraguai foi desencadeada na segunda metade do século XX, sendo intensificada de um lado pelo processo de modernização da agricultura no Brasil e de outro pela política de expansão agrícola empregada pelo governo de Alfredo Stroessner no Paraguai.

Entre as décadas de 1950 e 1970 ocorreu uma imigração de brasileiros dos estados do Paraná, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais para o Paraguai. Terras consideradas produtivas foram vendidas por baixo preço na fronteira leste paraguaia. A venda de terras estava centrada na política conhecida como Marcha al Este, sob o comando da ditadura militar de Alfredo Stroessner, que tinha como objetivo povoar a região e desenvolver a economia do país (Lima Júnior, 2016, p. 28).

A possibilidade de adquirir terras férteis e acessíveis tornou-se uma constante atração para os migrantes, como evidencia a trajetória dos assentados entrevistados, que já viviam nessa condição em solo brasileiro. De acordo com José Lindomar C. Albuquerque, o “movimento migratório para o Paraguai pode ser visto como uma continuidade da frente de expansão capitalista nos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul” (Albuquerque, 2010, p.65), ou seja, a expansão das fronteiras agrícolas<sup>2</sup>. Baller (2021), argumenta que esse processo migratório ocorreu por meio da junção de vários fatores, sendo alguns deles: a modernização da agricultura, os interesses geopolíticos entre Brasil e Paraguai e a construção da Itaipu Binacional, que desapropriou milhares de trabalhadores que tinham suas terras à margem do Rio Paraná.

Em solo paraguaio, a partir de 1980, os trabalhadores começaram a enfrentar dificuldades, uma vez que com a mecanização das lavouras e a expansão da cultura da soja,

---

<sup>2</sup> Compreende-se por fronteira agrícola a extensão espacial das áreas de ocupação agropecuária a partir de políticas de colonização e de assentamentos de migrantes, principalmente a partir da década de 1970. Esse processo dá-se em ocorrência do deslocamento de migrantes e capitalistas em busca de produtos primários que se associam às forças produtivas regionais e às correntes migratórias oriundas principalmente dos estados do Sul do país, estimulados por diversos programas de colonização subsidiados pelo governo federal. A expansão da fronteira agrícola desempenhou funções básicas no “modelo agrícola” brasileiro: no plano econômico, a fronteira é um “armazém” de gêneros alimentícios básicos, especialmente arroz e feijão; no plano social, a fronteira representava uma orientação dos fluxos migratórios; no plano político, a fronteira era a “válvula de escape” de tensões sociais no campo; e no plano ideológico é o *locus* da terra “ilimitada” - uma representação ideológica da fronteira como se ela não tivesse limites. E hoje o que se vê é que a própria fronteira está se tornando uma região de conflitos sociais pela posse da terra (Souza, 2010, p.230-231).

muitas famílias sem ter como competir com os latifúndios<sup>3</sup> passaram a vender ou até mesmo perder suas terras e sofrer violência pelo governo paraguaio. Acredita-se que os brasiguaios foram utilizados para *amansar* as terras paraguaias e quando ela estava preparada e com uma infraestrutura razoável, eles foram trocados pelos grandes proprietários, em sua maioria brasileiros, que se utilizaram da polícia paraguaia para expulsá-los de suas terras.

Com as transformações do latifúndio, até mesmo o trabalhador rural paraguaio ficou à margem do processo de modernização da agricultura, sendo expulsos e expropriados juntamente com os brasileiros. Diante desta situação, os trabalhadores rurais brasileiros foram excluídos novamente do campo e, não tendo terra para trabalhar, tiveram como alternativa retornar ao Brasil. Motivados pelas propostas do I Plano Nacional de Reforma Agrária, de 1985, durante o Governo de José Sarney, os brasileiros que estavam no Paraguai passaram a organizar o movimento de retorno com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's).

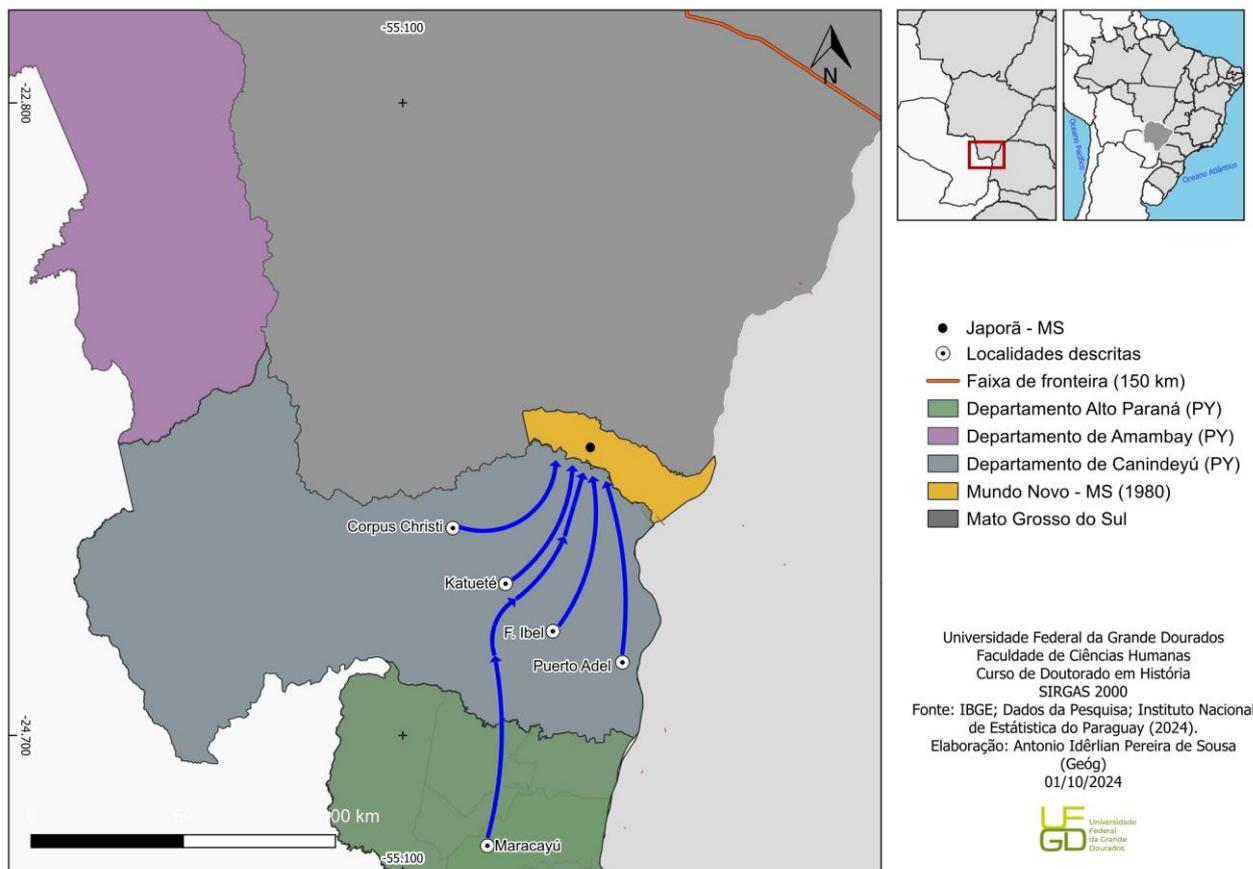
No Paraguai, o retorno dos brasileiros foi impulsionado pela imposição de um governo ditatorial, violência policial, falta de documentos de posse das propriedades rurais, a condição de ilegalidade, baixo preço da soja e do algodão e pressão dos latifundiários sobre os trabalhadores para vender suas propriedades.

Para retornarem ao Brasil os brasiguaios utilizaram dois caminhos: um por Foz do Iguaçu (PR), que faz fronteira com o Alto Paraná, e outro por Mundo Novo (MS), o que possibilitou a formação de acampamentos nos Estados do Paraná e de Mato Grosso do Sul. Em junho de 1985, as famílias de brasileiros que viviam no Paraguai, nas regiões de Puente Kijá, Santa Rosa, Guavirá, Santa Clara, Alvorada, Catuetê, Corpus Christi, Guadalupe, Mbaracayú, Caarapã, Figueira, Bom Jesus, Fazenda Ibel, Encruza Guarani, Jean Pierry e Puerto Adela, em uma faixa de 100 a 200 quilômetros dentro do território paraguaio, nos departamentos de Alto Paraná, Canindeyú e Amambai, começaram a retornar ao Brasil pelo então Distrito de Japorã, em Mundo Novo. No *mapa 02*, é possível observar esse fluxo migratório.

---

<sup>3</sup> De acordo com Ligia Osório Silva, em Dicionário da Terra (2010), latifúndio constitui como um vasto domínio rural nas mãos de um proprietário, no qual se pratica um tipo de agricultura ou de criação que não exige grandes investimentos. Na agricultura, o latifúndio está associado à monocultura, e nenhum autor que tenha estudado as relações entre o homem e a terra deixou de salientar a influência negativa da propriedade latifundiária sobre ambos. A concentração de terras que o latifúndio representa constituiu um entrave à proliferação da pequena propriedade, como o comprovam as dificuldades enfrentadas pelas experiências de colonização do século XIX. Dessa concentração também decorrem efeitos deletérios sobre a vida regional, em particular o empobrecimento da população rural que vive direta ou indiretamente na dependência da grande propriedade e o aparecimento do seu oposto, o minifúndio. Apesar de atacado em diversos contextos históricos como uma forma retrógrada e antissocial de exploração, o latifúndio resistiu ao tempo (Silva, 2010, p.272).

**Mapa 02: Movimento de retorno dos brasiguaios (1985)**



**Fonte/ Elaboração:** Antônio Iderlan Pereira de Souza e Nelson de Lima Júnior

Após quatro meses acampados, os brasiguaios de Mundo Novo receberam a notícia que seria realizada a desapropriação de uma área para assentá-los. Através do decreto nº 91.792 de 17 de outubro de 1985, foram desapropriadas as Fazenda Horizonte e Fazenda Escondido, que juntas formavam a Gleba Santa Idalina. No transcorrer da pesquisa denominamos os atores de Novo Horizonte como *assentados*, uma vez que no recorte temporal estudado não havia apenas “brasiguaios” residentes no assentamento, mas outros sujeitos que passaram a compor o lugar, demonstrando a dinâmica do espaço em questão.

## *Dos capítulos*

A tese traz um novo olhar para a emancipação de Novo Horizonte do Sul, percebendo o jogo e as articulações políticas à época, sendo dividida em quatro capítulos.

No *primeiro capítulo* abordamos a formação do assentamento Novo Horizonte com a desapropriação das terras, que faziam parte da Gleba Santa Idalina em 1986 e os embates travados entre os assentados e a SOMECO S/A. Além de perceber os sentimentos de conquista, o estabelecimento dos assentados nos lotes, as estratégias de permanência na terra, uma vez que a conquista da terra não encerrou a luta, mas abriu espaço para outras, dentre elas a luta por infraestrutura e acesso às necessidades básicas de saúde e educação. A forma organizacional dos assentados chamou atenção, bem como o rápido crescimento do assentamento, o qual colaborou para a chegada de novos sujeitos e a construção do núcleo urbano em 1988, demonstrando a força política e articulação dos assentados.

O *segundo capítulo* contempla o debate ligado ao processo de emancipação de Novo Horizonte do Sul, iniciado com a constituição do movimento pró-emancipação encabeçado pelos assentados e fomentado com o *Projeto de Lei nº 110/91*. Iniciamos a discussão trazendo as falas dos assentados em relação aos motivos que desencadearam a luta pela emancipação e os caminhos percorridos. A partir da leitura das fontes, nos questionamos se a emancipação de Novo Horizonte do Sul foi caracterizada pelo protagonismo dos assentados ou uma política de governo. Num trabalho minucioso junto ao acervo da Biblioteca da ALEMS encontramos outros quatro processos de emancipação que tramitavam concomitante ao município estudado, e neste momento começamos a tecer a ideia tese. Por fim, no diálogo com as fontes, observamos as diferentes representações<sup>4</sup> em torno da emancipação desses novos municípios na esfera estadual, bem como o sentido da emancipação de Novo Horizonte do Sul para os movimentos sociais, os assentados e o município de origem.

O *terceiro capítulo* versa sobre o processo de instalação administrativa do município de Novo Horizonte do Sul ou Cidade dos Brasiguaios, como ficou conhecido a partir do processo eleitoral de 1992, quando foi constituída a primeira gestão municipal. Vale ressaltar que além do viés político, essas eleições foram marcadas pelo caráter identitário, pois para os assentados era necessário eleger um prefeito brasiguaião, o que na prática desencadeou disputas locais e rompimento do ideário de unidade e sonho coletivo, com a forte influência de parlamentares no pleito eleitoral, por meio do apoio exercido aos seus candidatos.

---

<sup>4</sup> Na tese, o conceito de representação é utilizado com base nas contribuições de Roger Chartier (2002), sendo compreendido como uma construção social moldada pelos interesses de um grupo.

Trazemos para cena o processo de instalação do município e os desafios enfrentados para constituição dos espaços públicos e consolidação política. Destacamos que mesmo emancipado, o assentamento continuou sendo a porta de entrada do município, até mesmo para a composição de tradições ligadas ao meio rural. Com a emancipação, houve a necessidade de construir símbolos, tais como: brasão, bandeira e hino, prefigurados pelo gentílico Novohorizontense, não ofuscando o caráter identitário brasiguaió.

No *quarto capítulo* construímos uma escrita pautada no confronto com as narrativas oficiais e bibliográficas, retomando a ideia tese e as disputas pela memória e protagonismo da luta emancipacionista. Houve o desejo e a luta dos assentados em emancipar, e esta foi importante, mas o ponto chave foi o jogo político, a composição das peças políticas em pautar e defender esse projeto emancipacionista em detrimento do discurso harmonioso e romântico dos assentados que por si só não efetivava a luta. Ressaltamos que as fontes nos levaram a romper com a ideia de que Novo Horizonte foi o primeiro assentamento a se tornar município no Brasil. Por fim, trouxemos as narrativas dos parlamentares envolvidos no processo de emancipação e seus usos políticos, que se confrontam com o discurso dos assentados e a luta pelo protagonismo e poder de fala.

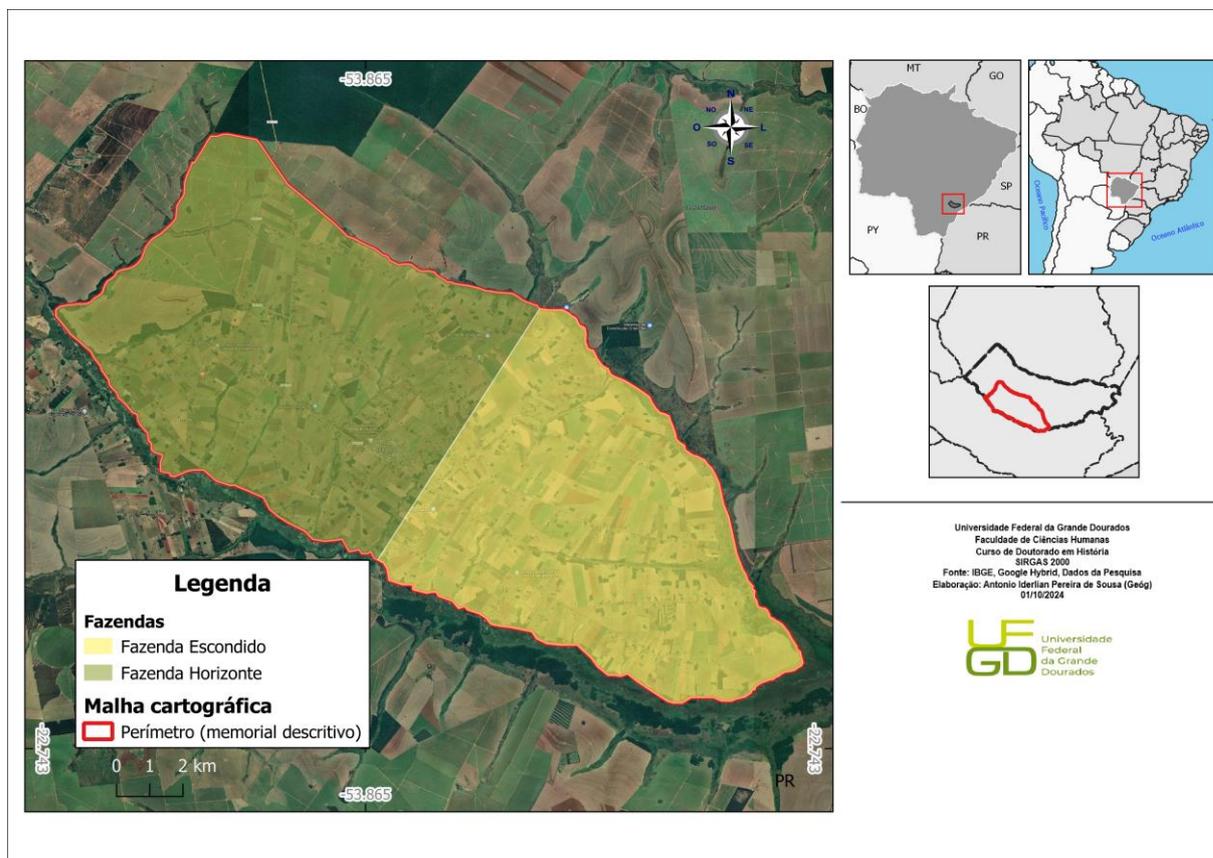
## CAPÍTULO I

### DA CONQUISTA DA TERRA ÀS MEMÓRIAS DE LUTA NO PROJETO DE ASSENTAMENTO NOVO HORIZONTE

*O que mais marcou foi a chegada do pessoal. Era uma sensação gostosa de ver. [...] a chegada do povo em Ivinhema vindo do Paraguai, puxando cavalo, vaca, tratorzinho, a pé, aquele monte de gente. Você precisava ver. Alguém precisava ter filmado a entrada do povo, como se estivesse chegando em Canaã (risos).  
(Sérgio Cruz)*

O Projeto de Assentamento Novo Horizonte se constitui a partir da luta de trabalhadores rurais, articulada aos movimentos sociais de luta pela terra. A Fazenda Horizonte de propriedade da Sociedade de Melhoramento e Colonização (SOMECO S/A) e Fazenda Escondido, de propriedade de Hugo Carlos Dorazio, que juntas totalizavam 18.468 hectares, foram desapropriadas em outubro de 1985, para fins de reforma agrária e declarada de interesse social, conforme Decreto n° 91.792. O território, também conhecido como Gleba Santa Idalina, tido como um espaço em disputa desde 1984, passou a se configurar como uma nova morada para aproximadamente 763 famílias brasiguaias. De acordo com Sprandel (1992) “foi a primeira desapropriação feita pelo MIRAD no Mato Grosso do Sul, décima: sexta no país” (Sprandel, 1992, p. 142). No mapa abaixo, elaborado conforme coordenadas do Artigo 1 do Decreto n° 91792 de desapropriação das fazendas, podemos observar sua localização.

**Mapa 03:** Localização das Fazendas Horizonte e Escondido



**Fonte/ Elaboração:** Antônio Iderlan Pereira de Souza e Nelson de Lima Júnior

A desapropriação e posse da terra não teve caráter pacífico, uma vez que a SOMECO S/A usou de estratégias para retomada da posse das terras e formas de intimidar as famílias acampadas, a ponto do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) encaminhar ofício endereçado ao Juiz Federal da 1ª Vara da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, em 12 de novembro de 1985 solicitando força policial para cumprir o mandado de desapropriação: “[...] evitando tumulto e possíveis danos materiais, uma vez que o acesso à área expropriada se dá somente por uma única estrada que serve a outras propriedades da SOMECO”<sup>5</sup>. O referido ofício compõe o acervo de registro contábil dos imóveis obtidos para fins de reforma agrária, referente a desapropriação das fazendas Horizonte e Escondido, e disponibilizado pelo INCRA.

Em outro momento, a mesma solicitação foi reforçada diante da exploração e retirada de madeira de lei, que estava sendo feita nas terras, conforme demonstrado nos autos do

<sup>5</sup> INCRA, Processo nº 5.042/85, p. 151.

processo nº5.042/85, movido pelo INCRA, em favor dos assentados, na defesa da desapropriação e emissão dos títulos de posse da terra. Por intermédio de uma procuradora, cujo nome não é citado no processo, foram elaborados relatórios de vistorias, sendo trazidos apenas fragmentos no documento acessado, que denotam entraves e resistência da SOMECO frente à desapropriação, sendo a retirada da madeira de lei uma delas:

A Fazenda Horizonte encontra-se em fase inicial de exploração... a derrubada, é bom que se diga, encontra-se em andamento... os serviços de derrubada estão sendo feitos por 04 empreiteiros e englobam a área de aproximadamente 7.500 ha... observamos que da área em desmatamento, está sendo retirada madeira de lei, que está sendo comercializada<sup>6</sup>.

No curso dos conflitos, da desapropriação das terras até a distribuição dos lotes, as famílias brasiguaias viveram na condição de acampadas por aproximadamente dez meses, convivendo com o medo que só foi amenizado com a presença de grupos de apoio, como voluntários, agentes pastorais, representantes institucionais e autoridades políticas que incentivavam a permanência e resistência na terra. Ao ser questionado em relação ao processo de desapropriação e sua participação nas negociações, Sérgio Cruz, que na época ocupava o cargo de Deputado Federal (PT) destacou:

Ali foi negociado. Alí não tinha jeito, tinha que negociar. Mais cedo ou mais tarde ia haver mais ocupações, porque era uma terra já marcada e teve um processo legal. Inclusive eu tive uma participação junto a SOMECO para não ter disputa. Tipo, quanto que é? O estado paga. Inclusive a SOMECO que queria me ver pelas costas, me aceitou bem no processo de negociação. [...] diplomaticamente, politicamente eu consegui resolver vários problemas ali. Eu sempre encaminhei minha luta política pela questão mais prática e não ideológica<sup>7</sup>.

Essas informações iniciais são necessárias para compreender o espaço estudado, a dinâmica da luta e os contornos que envolveram a formação do Projeto de Assentamento Novo Horizonte, que deu origem ao município de Novo Horizonte do Sul. Cabe ainda destacar, de acordo com Antônio (2023) que:

Ao longo de seus trabalhos, a SOMECO S/A elaborou onze planos de colonização correspondendo a uma área específica a ser loteada, denominados de núcleos rurais, conhecidos na região como glebas. A empresa elaborava os planos dos núcleos rurais e os encaminhava para a

<sup>6</sup> INCRA, Processo nº5.042/85, p. 155.

<sup>7</sup> ENTREVISTA. Sérgio Cruz, Campo Grande. 2024.

aprovação do órgão competente (a princípio para o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA, e posteriormente ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA), iniciando a abertura da gleba e a venda dos lotes. O primeiro plano aprovado foi o da gleba Piravevê, em 1961. Até 1965, a colonizadora elaborou mais quatro planos, Cristalino, Itapoã, Ubiratã e Jaborandi. Com relativo número de vendas, deu-se continuidade aos trabalhos com o loteamento da gleba Vitória, em 1968. Na sequência tivemos a gleba Azul, em 1972, e fechando a primeira fase, a Ouro Verde, em 1974. A SOMECO S/A elaborou o primeiro plano da segunda fase em 1978, o da gleba Guiraí. Após um período sem novos planos, tivemos em 1984, a Guiraí II e, em 1986, o último plano, o da Marauí (Antônio, 2023, p.22).

Interessante perceber a dinâmica da desapropriação que, no caso de Novo Horizonte, foi encarada como de “interesse social” em consonância com o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Todavia, ressaltamos outras modalidades possíveis para obtenção de terras para fins de reforma agrária, dentre elas: reversão, arrecadação, doação, reconhecimento, compra e venda, conforme Coelho e Freitas (2021). De acordo com os autores, desde a década de 1980 foram criados 204 Projetos de Assentamentos, sendo que entre 1985-1990, foram criados 19 assentamentos rurais no estado, abrigando um total de 4.305 famílias, em uma área de 126.079,00 hectares.

A configuração deste assentamento evidenciou o início da reforma agrária no estado de Mato Grosso do Sul após promulgação do Plano Nacional de Reforma Agrária (1985), questionando a concentração fundiária no estado, e reafirmando a função social da terra como fonte de trabalho e autoconsumo. Elaborado em 1985, o PNRA estabelecia que a reforma agrária se daria por meio da desapropriação de terras improdutivas. Deste modo, a desapropriação aparecia como instrumento para garantir a função social da terra. A proposta buscava ainda acabar com os conflitos no campo, demarcar as terras indígenas e sancionar os projetos de assentamento em andamento.

Freitas (2020), em pesquisa acerca da reforma agrária em Mato Grosso do Sul, afirma que tal concentração fundiária estaria vinculada ao processo de ocupação e formação territorial do estado em questão, tese também defendida pela pesquisadora Marisa Bittar no livro *Mato Grosso do Sul: a construção de um estado*, publicado em 2009, que destaca o poder político e as elites dirigentes sul-mato-grossenses.

Na ação de desapropriação das Fazendas Horizonte e Escondido, notamos o valor correspondente em indenização e Título de Dívida Agrária (TDA's) a quantia de CR\$

617.341.211 (Seiscentos e dezessete milhões, trezentos e quarenta e um mil e duzentos e onze cruzeiros)<sup>8</sup>.

Vale ressaltar que a disputa judicial durou mais de 30 anos entre os ex-proprietários das fazendas e o INCRA, chegando a constituição de um novo laudo pericial e recálculo da indenização que chegou a quase 42 milhões de reais, descontando o valor referente a derrubada de madeira feita pelos proprietários (diante da notícia da desapropriação) e a produção de milho existente na fazenda Escondido que, segundo os brasiguaios, partiu como estratégia para mostrar a produtividade das terras em detrimento da ociosidade, como apontou Joaquina: “a SOMECO chegou a esparramar milho de avião para mostrar a produtividade das terras por parte da colonizadora”<sup>9</sup>.

No tocante a definição de Projeto de Assentamento, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), em resolução nº458/2013, definiu como:

[...] conjunto de ações, em área destinada à reforma agrária, planejadas de natureza interdisciplinar e multi[s]setorial integradas ao desenvolvimento territorial e regional, definidas com base em diagnósticos precisos acerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas, orientadas para utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes, objetivando a implementação dos sistemas de vivência e produção sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção econômica, social e cultural do trabalhador rural e de seus familiares”<sup>10</sup>.

A composição dos Projetos de Assentamentos em Mato Grosso do Sul deve ser encarada como uma política de “reordenamento de terras no Estado”, tese defendida por Fachin (2016), remontando o protagonismo dos movimentos sociais de luta pela terra, mas sem negar os jogos de interesses envolvidos. José de Souza Martins (1986) em *A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”*, traduz este sentido ao afirmar que a problemática fundiária no Brasil, como em outras sociedades, está enraizada no problema político. Todos esses processos são fundamentais para compreender a trama emancipacionista de Novo Horizonte do Sul, que perpassa o protagonismo dos assentados.

---

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/reportagens-especiais/disputa-judicial-que-deu-origem-a-cidade-acaba-com-indenizacao-de-r-42-milhoes>. Acesso em: 06 jun. 2022.

<sup>9</sup> ENTREVISTA. Joaquina, Novo Horizonte do Sul. 2018.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://redir.stf.jus.br>. Acesso em: 23 maio 2022.

### 1.1 “Em riba da terra é que faz tudo, a terra dá, cria e produz”

*Era uma alegria muito grande, a gente gritava, agora nós vamos ter a nossa terra. Agora sim, agora é a nossa terra. Vamos conquistar aquilo que sempre almejávamos ter, que é a terra, ser dono da terra.*  
(Chiquinho)

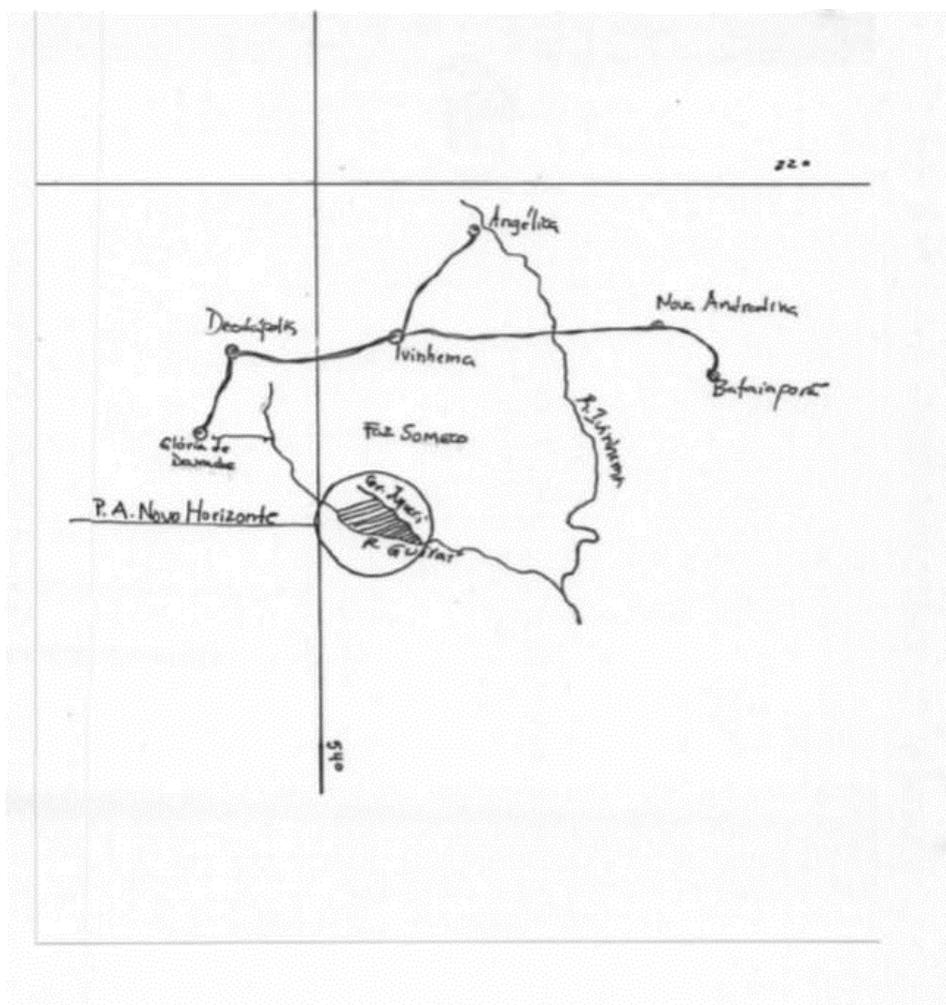
A conquista de um pedaço de chão não encerrou a luta, mas abriu caminhos para novos passos e novas articulações que sustentaram o movimento de permanência na terra, de um território antes ocioso. De acampados, tornaram-se assentados. O lote passou a ser chamado de *roça*, traduzindo o sentido da luta. De acordo com Veronica Secreto, no Dicionário da Terra (2010), denomina-se *roça* o terreno em que se roça mato, a sementeira plantada em terreno roçado, o terreno de pequena lavoura, em especial mandioca, milho e feijão. O roçado é a operação realizada quando se trata de derrubar uma mata, consiste em cortar à foice todos os pequenos arbustos, cipós e outras plantas que possam impedir a manipulação do machado (Secreto, 2010, p. 408). E, por fim, o espaço desapropriado se tornou um assentamento e/ou unidade agrícola familiar, dando ao trabalhador “segurança jurídica porque agora tem sua terrinha, é proprietário dela”<sup>11</sup>.

Na *imagem 02* podemos observar a localização do assentamento, e na *imagem 03* a estrutura e divisão dos lotes, produzidos pela antropóloga Marcia Anita Sprandel, em 1992, com dados fornecidos pelo INCRA.

---

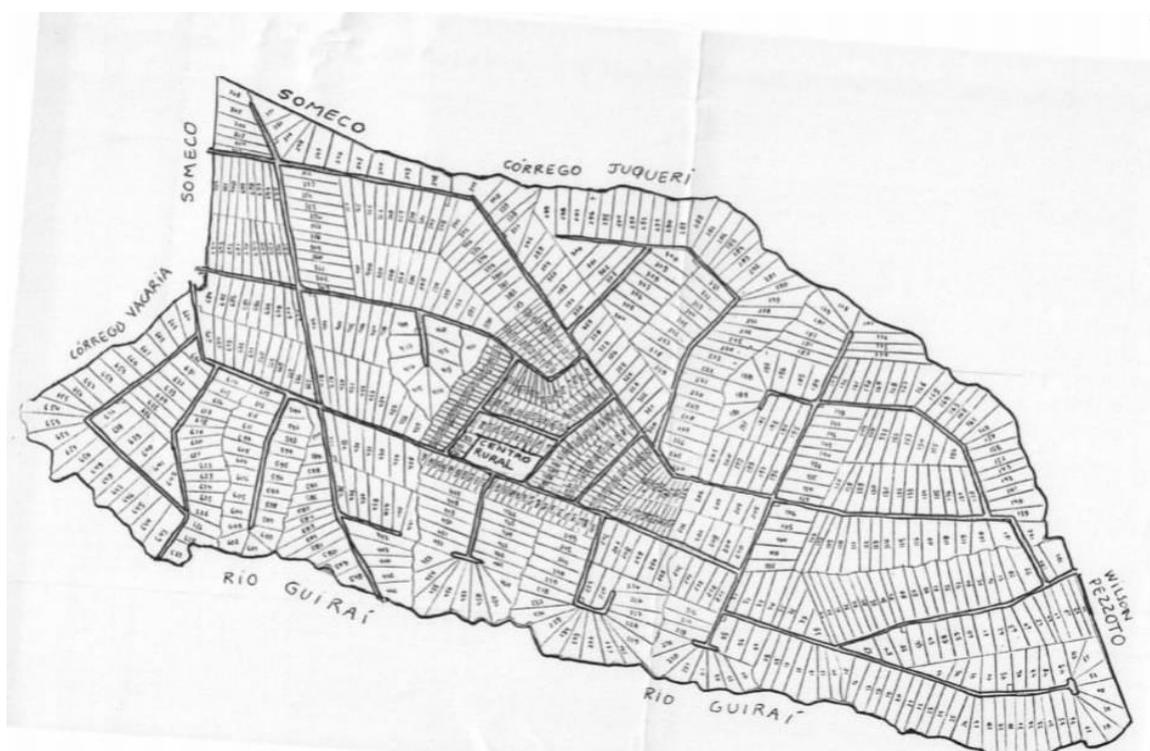
<sup>11</sup> Entrevista. Sérgio Cruz, Campo Grande. 2024.

**Imagem 02:** Localização do Projeto de Assentamento Novo Horizonte



Fonte: Sprandel, 1992, p.358.

**Imagem 03:** Projeto de Assentamento Novo Horizonte



Fonte: Sprandel, 1992, p.361.

Medeiros e Leite (1999), em estudo acerca da formação dos assentamentos rurais no Brasil, definem os assentamentos rurais como:

[...] ocupação e uso de terra para fins agrícolas, agropecuários e agroextrativistas em que um grupo de trabalhadores sem terra ou com pouca terra obteve a posse, usufruto e/ou propriedade sob forma de lotes individuais e, em alguns casos, de áreas de usos e propriedades comuns, sendo o patrimônio fundiário envolvido resultante de processo de aquisição, desapropriação ou arrecadação pelo poder público e associado, de maneira explícita, pelos trabalhadores e/ou pelos agentes públicos, a processos de reforma agrária (Medeiros & Leite, 1999, p.161).

Assim, notamos que na trajetória dos assentados, a conquista da terra foi motivo de alegria, pois se traduziu na materialização da luta, marcada por trajetórias diversas, de uma identidade configurada pela falta, em um processo marcado por idas e vindas na perspectiva fronteiriça Brasil-Paraguai.

Na imagem, datada de setembro de 1986, podemos observar o momento do sorteio dos lotes.

**Imagem 04:** Sorteio dos Lotes

**Fonte:** Arquivo pessoal Chiquinho

Na imagem, danificada pelo tempo, observamos nos sujeitos elementos oriundos do cotidiano, com atenção para a vestimenta simples, o uso de bonés e chapéus, bem como as mãos levantadas caracterizando a conquista da terra e os semblantes e traços fortes nos rostos dos homens e mulheres que nos levam a pensar na subjetividade de histórias que se entrelaçaram em Novo Horizonte.

O assentamento passou a ser visto como lugar de parada, onde o assentado podia obter o sustento familiar e manter a tradição na lida e prática do roçado, como demonstrado na fala de Pedrinho: “A terra para mim, ela é importante. Quando eu vim para cá meus dois meninos eram pequeninhos, hoje são casados. A menina tem dois filhos, um com cinco e outro com quinze. O menino tem um com doze e outro com dez”<sup>12</sup>.

A formação do Assentamento Novo Horizonte parte de uma luta travada pelos assentados e, por vezes, apropriada por lideranças do meio político. O assentamento, embora tenha sido fruto de ocupação, surge num contexto de eleições em 1986. Essa “apropriação da luta” estaria atrelada ao fato de Novo Horizonte ser um dos primeiros assentamentos no estado de Mato Grosso do Sul, da denominada Quinta República, como também a visibilidade que o movimento de retorno brasiguaiou alcançou a nível nacional. Conforme registro da jornalista Cácia Cortêz, não faltavam “reportagens dos jornais e TVs para

---

<sup>12</sup> ENTREVISTA. Pedrinho, Novo Horizonte do Sul. 2014.

documentar o início da reforma agrária no Mato Grosso do Sul”. Em uma reportagem da TV Morena, filiada da Rede Globo, de 1986, foram mostradas imagens que retratavam a trajetória e a alegria da conquista da terra, como no fragmento abaixo:

**Imagem 05:** A transferência de brasiguaios em Mato Grosso do Sul



**Fonte:** Canal do Bosco Martins (CBM)

A imagem acima foi captada de uma das reportagens realizadas com os brasiguaios pelo jornalista Bosco Martins em 1986, veiculada pela TV Morena durante o telejornal *Jornal Hoje*. A qualidade da imagem é fidedigna ao vídeo original e destaca a família de Domiro Dias, seus oito filhos e o anseio pela conquista da terra, cabendo destaque a narrativa do jornalista quando menciona que o desejo das famílias era voltar às origens na lida com a terra<sup>13</sup>.

A desapropriação da área que deu origem ao assentamento ocorreu em meados de 1985, porém a distribuição dos lotes foi marcada por morosidade, como estratégia política em ano eleitoral. O uso político na entrega dos lotes foi criticado pelos acampados, uma vez que, muitos utilizaram da luta dos brasiguaios para se promover e angariar votos, sendo a própria entrega dos títulos realizada durante um comício com a presença de candidatos do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) a diversos cargos públicos.

Ao encontro dessa discussão, o *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra (JST)*, em sua edição nº 50 de março de 1986 trouxe a matéria intitulada “Posse da terra vira ato político”,

---

<sup>13</sup> Reportagem disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aQg0-iqUMk8>. Acesso em: 11 fev. 2023.

demonstrando desconfiança por parte dos assentados em relação às autoridades políticas ao noticiar:

Os brasiguaios desconfiam de tanta falação. A conquista daquela terra não era do governo ou dos políticos que lá estavam em busca de votos, mas resultado de uma luta que custou a vida de 24 pessoas, a maioria crianças, durante os nove meses de acampamento de Mundo Novo. Lembraram também que a Gleba Novo Horizonte se chamava Gleba Santa Idalina e que guarda uma história de luta pela terra<sup>14</sup>.

Esses encontros e desencontros nas falas e a postura dos sujeitos envolvidos mostram que a política se estabelece nas relações, em trocas, concessões, acordos e arranjos. Na fala de Antônio e Sebastião podemos observar tais relações, quando afirmaram que “política é conveniência”<sup>15</sup> e “nós conseguimos isso através de um movimento, e o movimento tinha partido”<sup>16</sup>. As narrativas, em certa medida, vão em direção às concepções de Thompson ao defender que as identidades sociais mostram também certa ambiguidade, em que “é possível perceber no mesmo indivíduo identidades que se alternam, uma diferente, a outra rebelde” (Thompson, 1998, p. 20).

No contexto político à época é pertinente evidenciar a participação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que esteve envolvida na trajetória dos assentados de Novo Horizonte do Sul, desde a saída do Paraguai até os dias atuais. Para Expedito: “a Pastoral da terra deu todo o apoio [...] nos tratou com dignidade, com orientação!”<sup>17</sup>. Assim, a presença da igreja junto ao movimento emprestou legitimidade política à luta pela terra.

Sobre a demarcação territorial e distribuição dos lotes na Gleba Santa Idalina, dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) mostraram que foram sorteados 768 lotes de terra com área média de 25 hectares. Os lotes variavam entre áreas de 5 a 43 hectares, dependendo do tipo de solo, da distância da sede do assentamento e da quantidade de integrantes na família (força de trabalho), conforme cadastro previamente realizado pelo INCRA. O cadastro de acordo com Sprandel (1992) baseava-se “na idade do candidato, na idade dos demais membros de sua família (nuclear ou extensa), na força de trabalho do conjunto familiar, e em sua experiência agropecuária. Cada critério destes recebe uma nota, um peso e um número de pontos que, somados, deve ou não o classificar”

---

<sup>14</sup> Jornal dos Trabalhadores Sem Terra. Mar. 1986, p. 07.

<sup>15</sup> ENTREVISTA. Antônio Luiz Agostinho, Novo Horizonte do Sul. 2021

<sup>16</sup> ENTREVISTA. Sebastião, Novo Horizonte do Sul. 2018.

<sup>17</sup> ENTREVISTA. Expedito, Novo Horizonte do Sul. 2018.

(Sprandel, 1992, p. 2018). Antônio, em entrevista, relatou que dentre os 768 lotes sorteados, 587 eram sítios e 181 chácaras<sup>18</sup>.

Segundo Ângelo Carrara no Dicionário da Terra *Sítio*, ao lado de expressões como “sorte, porção ou pedaço de terras de cultura”, o termo sítio, de maneira geral, foi aplicado desde o princípio do período colonial às propriedades rurais compostas essencialmente por casas, benfeitorias e terras. As terras com matos virgens e capoeiras, ou mesmo, como no caso da região das minas, as terras “carrasquenhas” (isto é, cobertas com um tipo de vegetação rala denominada carrasco) constituíam o casco das propriedades. *Chácara* uma pequena propriedade campestre nas proximidades e adjacências das cidades ou *vilas*, ou mesmo no interior do perímetro urbano, com casa de habitação (Carrara, 2010, p. 336).

O Projeto de Assentamento Novo Horizonte foi desenhado pelo INCRA, mas mantendo as denominações dos grupos existentes da época de acampamento, que passaram a dar nome às localidades. O assentado Joel, num dado momento da entrevista, ao falar da formação de Novo Horizonte, buscou descrever a origem dos nomes das linhas que passaram a compor o assentamento:

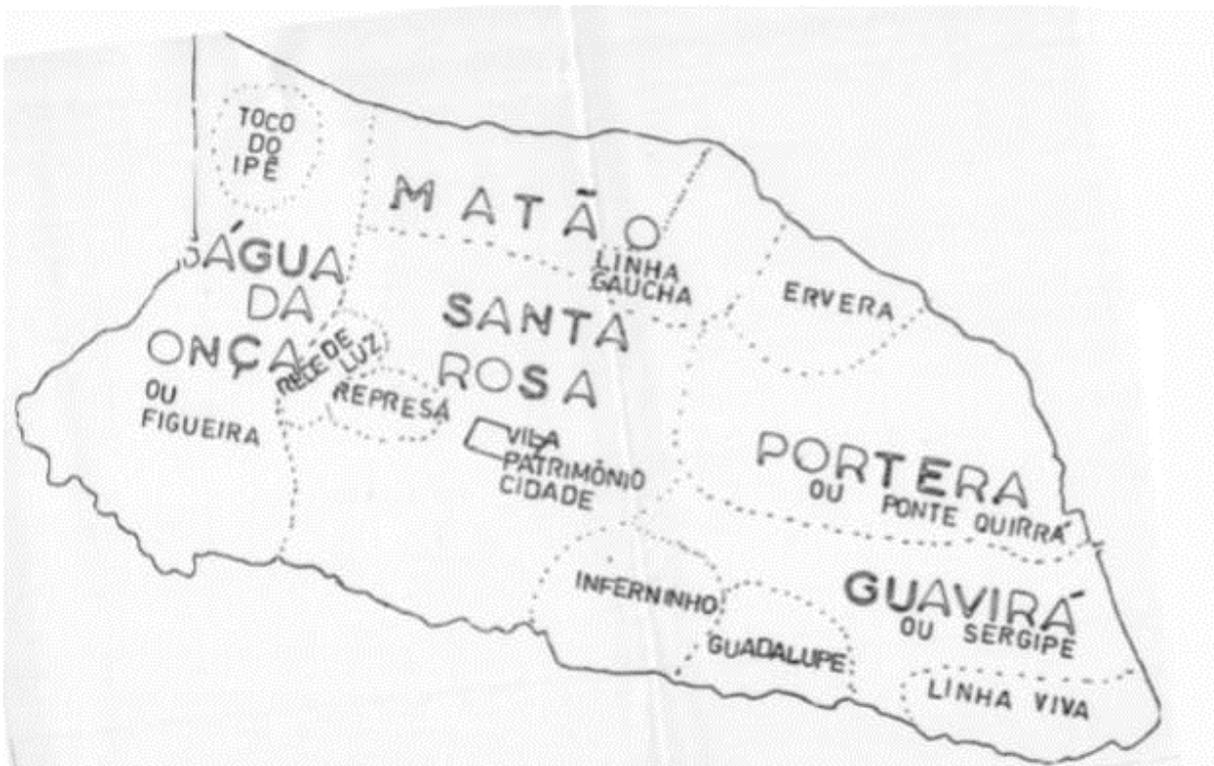
Vários nomes foram de grupos. Guadalupe era o grupo onde eu estava. Guavirá era grupo, Porteira era grupo, mas colocaram linha da Porteira porque existia uma porteira grande ali. Linha Gaúcha é porque foi muito gaúcho para lá. Linha da Erva é que existia muita erva de tereré e porque a terra era fraca. Treze de junho é porque tinham que colocar um nome. Volta Redonda é por conta da volta que dava na estrada para chegar lá. Matão é porque quando nós entramos aqui era o lugar que mais tinha mato, ninguém tinha mexido lá ainda. Toco do Ipê é porque existia lá um toco muito grande, quase dois metros de grossura. Santa Luzia era uma comunidade. Represa é porque existia uma represa muito grande ali. Linha Treze era uma linha curtinha. Inferninho e Bom Jesus era do pessoal que ficou depois acampado. Caarapã era grupo. Naviraí era saída para Naviraí e Água da Onça é porque um cidadão matou uma onça para não pegar ele lá<sup>19</sup>.

Olhando a *imagem 06* é possível perceber a localização desses grupos dentro do assentamento:

<sup>18</sup> ENTREVISTA. Antônio Luiz Agostinho, Novo Horizonte do Sul. 2021.

<sup>19</sup> ENTREVISTA. Joel, Novo Horizonte do Sul. 2018.

**Imagem 06:** Áreas do projeto de assentamento Novo Horizonte



Fonte: Sprandel, 1992, p.377.

Além dos lotes sorteados, destaca-se que, aproximadamente, 3 mil hectares da Gleba Santa Idalina foram devolvidos à Sociedade de Melhoramento e Colonização (SOMECO S/A) durante a demarcação das terras, numa negociação feita entre lideranças brasiguaias, INCRA e SOMECO S/A, na qual ficou acordado que a SOMECO S/A construiria uma estrada para melhorar o acesso a Ivinhema (MS) em troca da devolução de parte da Gleba.

Doraci, em entrevista concedida ao sociólogo Marcos Estrada em 2018, acerca deste episódio disse:

Lá no toco do ipê o INCRA vendeu. Sacaniou na época também né. Vendeu para SOMECO de volta. Lá ia dar mais de vinte lotes, que é onde estávamos acampados na segunda etapa. Lá tinha uma cachoeira coisa mais linda, onde nós íamos tomar banho, pensa num lugar lindo. Daí ficou para SOMECO de volta. Teve família que ganhou chácara que podia ter pegado sítio lá porque ia sobrar<sup>20</sup>.

Em análise documental do INCRA, ficou observado “um erro na interpretação de cartas geográficas da região onde localizam os imóveis desapropriados”, que após julgado foi devolvido via ordem judicial à Someco Agropecuária S/A (SOMAPE). A respeito da

<sup>20</sup> ENTREVISTA. Doraci, Novo Horizonte do Sul. 2018.

*segunda etapa* mencionada pela assentada, recorremos a Sprandel (1992), em que se destacou que os assentados enquadrados nesse segmento eram indivíduos que teriam sido cadastrados em Mundo Novo, mas não participaram do acampamento, vindo a reivindicar terra após o início da desapropriação. Segundo ela, “Foi o ingresso do pessoal da segunda etapa que ocasionou o surgimento das chamadas chácaras, com 7 hectares, para que houvesse parcela para todos” (Sprandel, 1992, p. 219-220). Em conformidade, Joel narrou:

[...] eu fui cadastrado na segunda etapa na Água da Onça, porque eu não ficava no acampamento. Segunda etapa era aqueles que não enfrentavam muito o acampamento, aqueles que trabalhavam, porque na luta precisava estar todo dia ali<sup>21</sup>.

Outro dado relevante foi o fato de o INCRA permitir a troca de lotes entre os brasiguaios, desde que ambos estivessem de acordo, como mencionou Chiquinho:

Se você ganhasse um lote, vamos dizer assim, número dez e outro o número doze e você não gostasse daquele lote e quisesse fazer a troca, isso foi permitido. Então teve muitas pessoas que ganharam o lote lá por exemplo na linha da Erva e trocou com alguém da linha da Amizade, ou outras linhas. [...] as pessoas foram morar onde quiseram<sup>22</sup>.

Entre acordos e negociações, as famílias começaram a se deslocar para suas terras. A abertura dos lotes foi realizada de forma coletiva. Salete narra que após serem assentados, muitos trabalhadores enfrentaram dificuldades, desde a construção das casas com troncos de coqueiro ao redor e cobertura de telhas “Eternit” até a ausência de água, conforme referiu “a água não tinha, o poço do meu sítio tinha cinquenta e dois metros”<sup>23</sup>. Já Jorge observou que recebeu do INCRA apenas pregos e telhas, sendo a madeira retirada do próprio lote para a construção da nova moradia<sup>24</sup>. Situações vividas que Chiquinho, buscou detalhar, ao dizer:

Depois do sorteio, ficaram um pouquinho dentro dos acampamentos, que era por blocos [...] aí ficaram um pouco de tempo ali e depois teve pessoas que já foram de imediato, roçaram um pedaço, já fizeram seu barraco e já saíram do acampamento. Outros roçaram um tanto bom, fizeram o plantio, para depois ir, mas todo mundo estava ansioso esperando prá cada um ir para suas terras, não demoraram muito não<sup>25</sup>.

<sup>21</sup> ENTREVISTA. Joel, Novo Horizonte do Sul. 2018.

<sup>22</sup> ENTREVISTA. Chiquinho, Novo Horizonte do Sul. 2022.

<sup>23</sup> ENTREVISTA. Salete, Novo Horizonte do Sul. 2015.

<sup>24</sup> ENTREVISTA. Jorge, Novo Horizonte do Sul. 2015.

<sup>25</sup> ENTREVISTA. Chiquinho, Novo Horizonte do Sul. 2022.

Os materiais fornecidos deveriam ser pagos com um tempo estipulado pelo INCRA, conforme narrativa do Expedito: “O INCRA não doou, porque depois nós pagamos. Sessenta Brasilit, fechadura, prego, só não madeira. Daí fizemos um rancho cercado de lona e moramos um ano”<sup>26</sup>. O assentado ainda apontou que, após a entrega dos lotes, usaram de estratégias coletivas de mão de obra para a abertura de matas e de estradas.

De acordo com as entrevistas realizadas, muitas tradições de solidariedade e ações coletivas entre os assentados foram mantidas. As tradições estão relacionadas aos costumes.

Trocas de ferramentas e mutirões eram comuns nas relações sociais e de trabalho manual, conforme Cecilia Schmidt buscou narrar de forma simples e se utilizando de gestos: “nós plantávamos tudo de enxada (risos), fazia uma covinha de milho, para plantar o milho. Plantar cana, tinha que fazer o buraco, para plantar o feijão tinha que cavoucar o buraquinho e ponha a sementinha dentro”<sup>27</sup>. Além da troca da produção por outras mercadorias e produtos de higiene básica, num contexto da luta, no qual os trabalhadores não podiam se ausentar do assentamento em busca de diárias nas fazendas ao redor. As relações estabelecidas entre os assentados também foram reforçadas por Chiquinho ao destacar o trabalho coletivo:

Foi mais um trabalho coletivo. O suporte que teve até vir sobreviver da sua própria terra sempre era uma cesta básica, esses tipos de coisa, nós sempre tivemos. Mas aqui dentro eles já começaram a plantar, sem saber onde era os seus lotes, mas já começaram a plantar para sobreviver, por exemplo: milho, feijão, abobora, [...] eles plantavam para poder já ir se alimentando<sup>28</sup>.

Nos lotes, os assentados passaram a cultivar algodão, milho, arroz, feijão, soja e mandioca. O preparo da terra, como lembraram vários entrevistados, foi realizado com enxadão e foice, até sair o financiamento do INCRA para o preparo do solo. Outra atividade desenvolvida foi a exploração de carvão vegetal, devido a quantidade de madeira retirada na abertura da mata para o plantio. O lucro com a venda era destinado a compra de mantimentos e suprimentos básicos.

Todavia, até iniciar a produção, as famílias continuaram recebendo a alimentação por intermédio do INCRA, assunto lembrado por Joaquina ao dizer: “nós vivíamos da comidinha do INCRA [...], só arroz, macarrão, feijão e só” e trabalhando na “quebra” de milho que

---

<sup>26</sup> ENTREVISTA. Expedito, Novo Horizonte do Sul. 2018.

<sup>27</sup> ENTREVISTA. Cecilia Schmidt. Novo Horizonte do Sul. 2018.

<sup>28</sup> ENTREVISTA. Chiquinho, Novo Horizonte do Sul. 2022.

havia na região<sup>29</sup>. Os agentes do INCRA, de apelido Braguinha e Alípio, passaram a ocupar uma área do assentamento para acompanhar a instalação do Projeto de Assentamento. Conforme Decreto n° 91.792 de outubro de 1985, que dispôs acerca da desapropriação da área, também trouxe em seu Artigo 2° a responsabilidade da Diretoria Regional do INCRA de reformulação da estrutura fundiária dos imóveis desapropriados e a instalação das famílias. A alimentação era entregue quinzenalmente aos líderes de cada grupo, que tinham a função de redistribuir entre as famílias, num trabalho auxiliado pela Polícia Militar.

Na organização interna de Novo Horizonte observamos diferentes meios constituídos pelas famílias para moldar o assentamento. Assim, as relações de companheirismo e/ou compadrio se fortaleceram. Além da manutenção das lideranças, outros agentes atuaram dando suporte ao movimento, em sua maioria representantes da CPT. Até a construção das novas moradias, as famílias continuaram vivendo em barracos cercados por madeira e cobertos por lonas, além do uso do fogão à lenha, água de poço, tendo como meio de transporte em sua maioria charretes ou carroças, como retratado na *imagem 07*.

---

<sup>29</sup> ENTREVISTA. Joaquina, Novo Horizonte do Sul. 2018.

**Imagem 07:** Família Frazão

**Fonte:** Arquivo pessoal Família Frazão

A fotografia traz o barraco coberto de lona e cercado de madeira retirada do próprio lote, além do fogão à lenha com panelas em cima, uma carroça ao fundo demonstrando o meio de locomoção tanto para o trabalho, quanto para deslocamentos dentro do assentamento, tais como fazer compras, ir à missa, as reuniões, quermesses, entre outros. À esquerda do casal, vemos as telhas de Eternit que marcaram a mudança de condição do sujeito acampado para assentado. José Frazão, sua esposa Lucia e os dois filhos à frente do barraco prefiguram a conquista do pedaço de chão, como se estivessem demarcando “isso é nosso, nossa morada”.

No assentamento as famílias estabeleceram relações de trocas, principalmente de alimentos. Os laços de vizinhança contribuíram para a vida cotidiana, o qual Jorge buscou trazer em sua fala com entusiasmo ao narrar: “os vizinhos era tudo especial né, o vizinho de cima mesmo era até compadre meu”<sup>30</sup>. Essas relações colaboraram para a organização comunitária e coletiva por meio das trocas de diárias de trabalho entre os assentados.

---

<sup>30</sup> ENTREVISTA. Jorge, Novo Horizonte do Sul. 2015.

No contexto das relações de vizinhança, Martins (2000) ressalta que “nos assentamentos, o horizonte alargado pelo período de sociabilidade estável dos acampamentos enriquece com a abertura para o de fora, o recente. Mas, ao mesmo tempo, retorna às estruturas fundamentais do familismo e da vizinhança rural” (Martins, 2000, p.47). Homens e mulheres eram responsáveis pela organização de seus lotes como: roçar, plantar, carpir, colher, cuidar das criações, dentre outras atividades. Na imagem abaixo, observamos uma família em meio ao lote, colhendo os primeiros frutos da terra para autoconsumo.

**Imagem 08:** Primeiros frutos da terra



**Fonte:** Arquivo Pessoal Chiquinho

Na imagem, uma família numerosa em meio ao lote já desmatado, sendo nítido o preparo manual da terra com a existência de galhos de árvores remanescentes da queimada. Nas mãos de alguns atores vemos o destaque ao que já havia sido colhido na terra. As crianças à frente dos mais velhos na imagem retrata a tradição do meio rural onde o vínculo e trabalho com a terra é passado de pai para filho. Diferente da primeira imagem, essa traz outros sujeitos que podem ser identificados como *parentes* que vieram para Novo Horizonte após a conquista da terra pelos familiares, sendo muito comum na trajetória dos assentados.

## 1.2 O assentamento: espaço onde outras lutas são travadas

*A sinfonia de Novo Horizonte era o martelo.  
(Antônio)*

Os assentamentos tendem a reconfigurar a ocupação dos espaços, antes questionáveis com predominância de pastagens ou voltados à pecuária e monoculturas, dando sentido e atribuindo função social à terra. Com a formação do Projeto de Assentamento Novo Horizonte, os assentados, deram início à luta pela permanência na terra, numa dinâmica de subsistência. Antes, uma identidade construída pela ausência da terra e local de morada. Agora, numa relação com a terra, fonte de trabalho, na construção de novos laços familiares e consolidação de articulações.

Expedito, líder do grupo da Figueira, comentou em sua fala que “líder não tinha folga, era uma reunião todo dia, todo dia, todo dia”<sup>31</sup>. A narrativa do assentado traz a importância da organização de estratégias para consolidação do PA - Novo Horizonte, ao mesmo passo que, o apoio e a presença de agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) dava segurança aos assentados. Para Expedito, “a CPT junto organizando e as lideranças muito unidas, dispostas a lutar e fazer a coisa acontecer”, são características marcantes nos primeiros anos de assentamento. As irmãs da CPT desempenhavam funções para além do caráter pastoral. Eram responsáveis pelos partos, atendimentos básicos, medicação e formação das lideranças. Ao falar do papel das lideranças locais do assentamento, Chiquinho destacou:

Todos os grupos tinham uma liderança, tinham um coordenador que coordenava o tal grupo, e dentro desses grupos também tinham as lideranças que administravam o assentamento. Tinha os coordenadores de cada grupo e tinha os coordenadores do assentamento geral por exemplo. Um ou dois ou três pessoas. Quando tinha que sair para Campo Grande ou para Brasília, aí tinha essas pessoas específicas pra ir, aí ficavam alguns dentro do assentamento para coordenar, até a vinda deles para trazer algum resultado sobre o que eles foram negociar na questão da terra<sup>32</sup>.

E complementou, com emoção ao contar:

A CPT, ela foi muito “heroína”, ela que formalizou tudo isso aí para acontecer, o assentamento e depois o município que hoje é Novo Horizonte

---

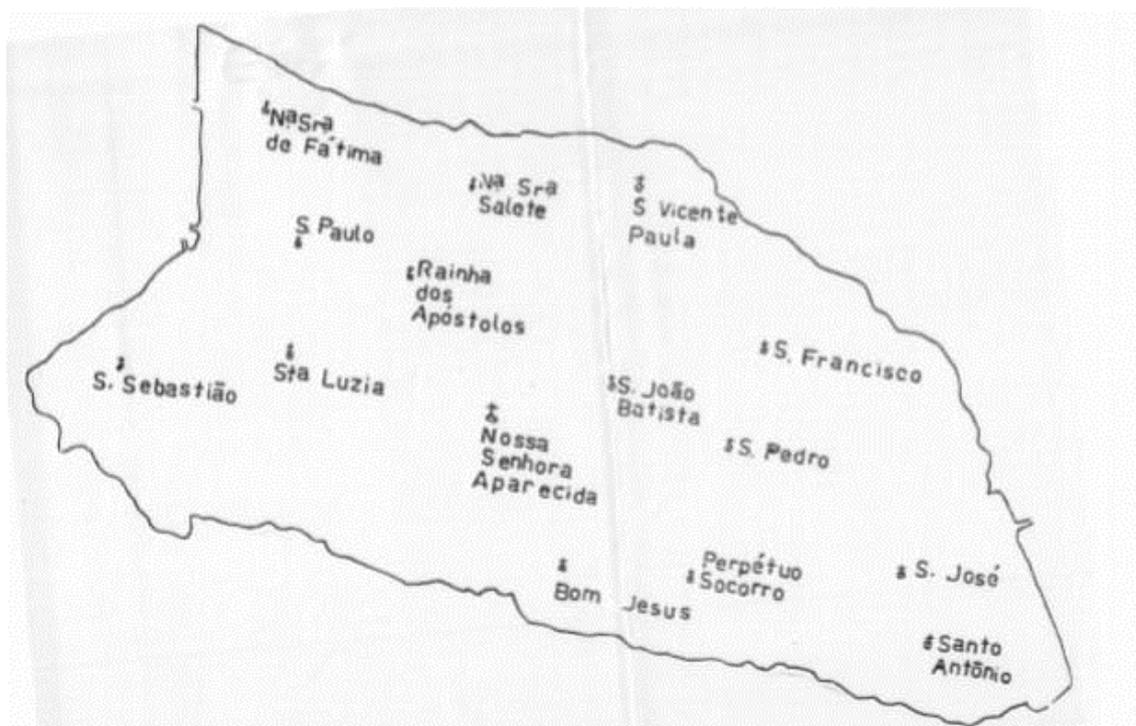
<sup>31</sup> ENTREVISTA. Expedito, Novo Horizonte do Sul. 2018.

<sup>32</sup> ENTREVISTA. Chiquinho, Novo Horizonte do Sul. 2022.

do Sul. A CPT, ela foi maciça. Na saúde, na alimentação, questão de roupas sabe, ela lutava e trazia algo para as pessoas se manterem no assentamento, porque senão as coisas ficavam muito difícil<sup>33</sup>.

Ainda sobre o papel das lideranças, Antônio que trabalhou na comissão da saúde e em seguida da educação, destacou a questão disciplinar e a organização pautada na “doutrina formatada pela CPT”. Já Chiquinho, durante a entrevista remontou as histórias curiosas relacionadas às irmãs no assentamento, dentre elas uma escala de vigia que elas faziam para dormir com o receio de animais peçonhentos, e certa vez que elas pediram carona para levar um enfermo a Ivinhema, e quando chegou no hospital, o motorista, esperando receber pela “corrida”, ganhou apenas um “que Deus lhe pague”<sup>34</sup>. Para Sprandel a força política da CPT dentro de Novo Horizonte era “significativa, e confunde-se com a própria questão religiosa. Apoiar ou ser contra a CPT divide internamente os católicos” (Sprandel, 1992, p. 392). A autora ainda enumerou o quantitativo de capelas católicas dentro do assentamento, totalizando quinze, conforme imagem abaixo:

**Imagem 09:** Capelas localizadas no projeto de assentamento Novo Horizonte



Fonte: Sprandel, 1992, p.395

<sup>33</sup> Id., 2022.

<sup>34</sup> Id., 2022.

Quando falamos em Novo Horizonte e CPT, temos o costume de mencionar apenas a força do catolicismo dentro do assentamento. Todavia, conforme registrado por Sprandel (1992) havia mais de dezessete congregações protestantes no assentamento que muitas vezes se confrontavam. Segundo a autora:

A clivagem entre “católicos” e “crentes” é significativa, está presente no cotidiano dos camponeses. A força política dos “crentes” começa a fazer-se sentir, sendo que representantes de três de suas igrejas (Assembleia de Deus, Adventistas de Sétimo Dia e Sã Doutrina de Sétimo Dia) participaram das discussões sobre a festa de aniversário da volta ao Brasil que se realiza todos os anos, tendo conquistado em 1990, pela primeira vez, o direito de participar do culto religioso. A Igreja Católica e as três igrejas protestantes citadas programaram juntos um Culto Ecumênico, o primeiro da história do PANH (Sprandel, 1992, p. 393).

Assim, a formação de um assentamento “acarreta a introdução de novos elementos e agentes que ocasionam alterações nas relações de poder” (Medeiros, 2003, p.91). Vale ressaltar que os líderes assentados, passaram a desempenhar funções variadas dentro do assentamento, encabeçando comissões responsáveis pela saúde, educação, alimentação, higiene, produção, finanças e segurança. Essas estratégias, evidenciam a hierarquia do movimento social e o papel empregado pelas lideranças assentadas e seus contornos no jogo político e social local.

Dentro do assentamento havia onze grupos, compostos por núcleos familiares. Cada grupo tinha uma liderança responsável por levar demandas e representá-las nas reuniões e tomadas de decisões. Em dados momentos passíveis de fissuras e códigos disciplinares, sendo comum nas narrativas, há evidência de brigas e violência dentro do assentamento. Uma das linhas do PA, “Bom Jesus”, foi apelidada de Inferninho, devido a incidência de ocorrências no local. Na prática o assentamento não deixava de ser um ajuntamento de sujeitos e famílias de diferentes lugares, com trajetórias de vidas diversas ocupando o mesmo espaço social.

Na condição de assentados, as famílias passaram a lutar por créditos e recomeçar a vida em suas terras. José disse que a cada três meses o governo liberava uma parcela do financiamento, por intermédio do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) para a compra de ferramentas e criações. Para o assentado, “era uma forma de ir dosando a gente porque a gente tinha o direito de pegar cinquenta mil, mas se liberasse de uma vez o cara pegava e ia embora”<sup>35</sup>.

---

<sup>35</sup> ENTREVISTA. José, Novo Horizonte do Sul. 2014.

Percebe-se que a forma de financiamento adotado foi uma estratégia do INCRA para os assentados permanecerem na terra, uma vez que, era evidente no movimento de luta pela terra as idas e vindas de assentados, bem como a venda, troca e negociações de lotes. O PROCERA foi criado pelo Conselho Monetário Nacional em 1985 com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade agrícolas dos assentados da reforma agrária, com sua plena inserção no mercado, e, assim, permitir a sua “emancipação”, ou seja, independência da tutela do governo, com titulação definitiva.

O INCRA foi o responsável pela entrega dos materiais para construção dos poços artesianos e das moradias. No Assentamento Novo Horizonte, além da área destinada às famílias assentadas, foi reservado no centro das terras um espaço para a construção de um mercado comunitário e de um templo religioso, o que representava um pequeno núcleo urbano. O Instituto, lembrado pelos assentados nas figuras dos agentes “Alípio e Braguinha”, também deu assistência com cinco caminhonetes disponíveis para levar doentes a Ivinhema e/ou Nova Andradina. Os agentes se estabeleceram na Gleba, no espaço onde as famílias chamavam de lote do INCRA. José destacou que a proliferação de doenças era uma das principais dificuldades encontradas pelos assentados, porém, a vida no assentamento era boa porque dava oportunidade aos brasiguaios de sobreviverem na terra<sup>36</sup>.

A luta também se estendeu pelas relações estabelecidas com a população ivinhemense. Os assentados trouxeram em seus discursos a resistência dos moradores do município sede, em relação as famílias de Novo Horizonte. Fato esse, observado nas falas: “Isso aqui foi uma luta [...] o povo sofreu debaixo da lona, teve muita gente que humilhou o brasiguai, principalmente, ali da cidade de Ivinhema, teve pessoas que humilharam muito os brasiguaios aqui”<sup>37</sup> e “Tinha muita gente que chegava e dizia que nós viemos tomar terra dos outros”<sup>38</sup>. Esse sentimento, parte do estranhamento com o outro, a princípio diferente, mas que faz parte da construção da própria identidade. Chamou a atenção quando Pedro Schmidt diz: “teve gente que foi procurar no mapa onde é esse tal país brasiguai (risos)”.

Ao conquistarem a terra, novas estratégias de organização e permanência foram debatidas. Assim, os assentados fundaram em 24 de abril de 1986 a Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Novo Horizonte, uma articulação das famílias assentadas que funcionava como uma cooperativa. Ao ser questionado acerca da constituição da associação, Chiquinho destacou:

---

<sup>36</sup> ENTREVISTA. José, Novo Horizonte do Sul. 2014.

<sup>37</sup> ENTREVISTA. Pedro Schmidt, Novo Horizonte do Sul. 2018.

<sup>38</sup> ENTREVISTA. Aparecida, Novo Horizonte do Sul. 2018.

Ela partiu dos assentados que viram no momento, descobriram já na luta que para conseguir coisas melhores para os produtores, implementos, como trator etc., etc. teriam que ter uma associação, porque ela não vinha através de uma pessoa ou não vinha através de um político, ela vinha de uma associação. Então, tiveram que formar essa associação e na época eles conseguiram muita coisa aqui, como até máquina de arroz<sup>39</sup>.

O cooperativismo no assentamento teve início com a realização de mutirões e permutas de trabalho comunitário (trocas de diárias) que se expandiram para projetos maiores. Juntos, por meio de recursos do Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso do Sul (TERRASUL), os assentados cooperados conseguiram montar uma carvoaria, uma serraria e um armazém comunitário, onde vendiam produtos cultivados no assentamento. Um espaço para reuniões e festas, além da aquisição de um trator, um caminhão e uma máquina de beneficiamento de arroz e fubá para uso coletivo. Além da Associação dos Trabalhadores Rurais de Novo Horizonte, o qual cobrava uma anuidade de 60 Kg de milho por associado, também foi criada posteriormente uma associação dos produtores de leite (que era comercializado com os laticínios de Jateí) e a associação de mães *Margarida Alves*.

Na produção dos assentados a existência e as condições das estradas eram fatores importantes para o desenvolvimento do assentamento. Assim, foram abertas novas estradas de terra, mantidas pela Prefeitura Municipal de Ivinhema com repasse do então Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD), para facilitar o escoamento da produção agrícola. Conforme narrou Expedito: “daqui onde nós estávamos, dava cem quilômetros até Ivinhema. Nós íamos costurando pela Vila Alice em cima de caminhão e ônibus. Daí o prefeito de Ivinhema na época, Luís Saraiva, conseguiu desapropriar uma outra estrada”<sup>40</sup>.

A produção centrava-se no cultivo “milho, feijão, mandioca, arroz para se alimentar e alimentar seus filhos, banana, horta, frutas. Mas logo de imediato o que deu muita força aqui em Novo Horizonte, que deu um estrondo, foi plantio de algodão”<sup>41</sup>.

Em Diagnóstico dos Assentamentos Rurais em Mato Grosso do Sul, produzido pela EMBRAPA, evidenciou-se a pecuária do leite, cultura da mandioca, milho, algodão, feijão, presentes em Novo Horizonte. Dentre as culturas citadas, a produção de algodão foi a que ganhou maior destaque. Sua venda era feita a intermediários ou diretamente para a Cooperativa Agrícola Sul-mato-grossense (COPASUL), localizada em Naviraí. O cultivo da

---

<sup>39</sup> ENTREVISTA. Chiquinho, Novo Horizonte do Sul 2022.

<sup>40</sup> ENTREVISTA. Expedito, Novo Horizonte do Sul. 2018.

<sup>41</sup> ENTREVISTA. Chiquinho, Novo Horizonte do Sul. 2022.

terra permitiu a organização do próprio lote conforme destacou Expedito “com o dinheiro do algodão que nós plantamos, já conseguimos fazer uma casinha melhor de madeira”<sup>42</sup>.

O então prefeito de Ivinhema, Manoel Félix Nelito Câmara, em entrevista à TV Tempo News, em 1989, destacou a importância socioeconômica do assentamento:

[...] reativou, reanimou, reacendeu o município de Ivinhema, porque antes a produção do município era um pouco baixa exatamente devido à falta de mão de obra, a falta de pessoas interessadas em produzir e com a chegada dos nossos queridos brasiguaios na época do governo do Wilson Barbosa Martins, isso trouxe um novo alento. Os brasiguaios por si só produzem como pode ser visto aqui na Gleba e eles despertam em outros agricultores que estavam desacreditando na lavoura, na produção agrícola, o desejo de produzirem também, estão acompanhando os brasiguaios. Então para o município de Ivinhema foi uma revitalização da agricultura a implantação desse assentamento. [...] essa produção cada vez mais aumentando, traz um benefício que não se pode calcular<sup>43</sup>.

O assentamento tornou-se um núcleo de produção agrícola, que serviu de referência aos trabalhadores rurais da região. A partir de reivindicações encaminhadas às autoridades locais e ao INCRA, os assentados conquistaram uma linha de ônibus que ligava o assentamento à cidade de Ivinhema, um sistema telefônico, posto de saúde, rede de energia, rede de água e um destacamento da polícia militar. Foram construídas escolas (de coqueiro e lona), bem como contratados professores para lecionar no assentamento, que vinham do município sede e passavam a semana junto com as famílias, retornando para suas casas no final de semana.

No tocante à educação, Cecília Schmidt, merendeira nos primeiros anos de assentamento, relatou:

Aqui teve professor que veio de Ivinhema, que ficava conosco debaixo da lona, debaixo do barraco. [...] aqui era vinte e cinco alunos de primeiro ano cedo, vinte e cinco à tarde, fora de segundo ano e terceiro ano, era mais de cem alunos e eu dava conta de fazer comida. Buscava água no poço, carregava lenha desse sítio para fazer fogo, fazia um “Joãozinho de barro”, com uma panela desse tamanho e fazia comida cedo e a tarde, cedo e a tarde<sup>44</sup>.

Os professores do assentamento tinham uma metodologia própria que consistia em ensinar a criança a partir do meio que ela vive, ou seja, fazer com que a integração da criança

---

<sup>42</sup> ENTREVISTA. Expedito, Novo Horizonte do Sul. 2018.

<sup>43</sup> Manoel Félix Nelito Câmara. Entrevista concedida a *Tv Tempo News*. PA Novo Horizonte, 1989. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IGiPnuvfRMc> Acesso em: 18 fev. 2023.

<sup>44</sup> ENTREVISTA. Cecília Schmidt, Novo Horizonte do Sul. 2018.

seja maior de acordo com a realidade vivida por elas no assentamento. Sob a coordenação da irmã Olga Manosso, que na época ocupava o cargo de técnica da Secretaria de Educação do Estado, os professores recebiam formações embasadas nos cadernos de cultura da CPT. Na *tabela 01* podemos observar os nomes das escolas rurais instaladas no assentamento, bem como o quantitativo de alunos que elas atendiam em salas multisseriadas de 1ª a 4ª série.

**Tabela 01:** Escolas Localizadas no Assentamento Novo Horizonte

Nome	Nº de Salas	Capacidade	Matrículas
EMPG. Sala. D. Oscar Romero	01	20	125
EMPG. Sala. Cora Coralina	01	20	99
EMPG. Sala. Josimo Tavares	01	20	94
EMPG. Sala. Ponte Kirrá	01	20	170
EMPG. Sala. Villa Lobos	01	20	95
EMPG. Sala. Vital Brasil	01	20	120
EMPG. Sala. Vilmar José Romero	01	20	84
EMPG. Sala. Anita Garibaldi	01	20	63
EMPG. Sala. Marçal Tupã-Y	01	20	110
EMPG. Sala. Campos Sales	02	40	95
EMPG. Sala. Sr. Bom Jesus	02	40	94
EMPG. Sala. Casimiro de Abreu	02	40	102
EMPG. Sala. Manoel Barroso	01	20	60
EMPG. Sala. Afonso Pena	02	40	79
EMPG. Sala. Pe. Ezequiel Ramin	02	40	85

**Fonte:** Tabela organizada pelo autor com base nos dados fornecidos pela Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral- SEPLAN/MS, em Perfil do Município: Ivinhema (1989)

Aos poucos Novo Horizonte foi ganhando forma. E em meados de 1988 o núcleo urbano, ou “patrimônio” (denominado pelos assentados) começou a se desenvolver. O núcleo urbano foi destinado ao estabelecimento de comércio e serviços básicos, bem como sorteados lotes aos familiares dos assentados que não haviam conquistado a terra. Assentado não podia pleitear um lote no núcleo urbano. Ao tocar no assunto da formação do núcleo urbano, Antônio buscou defender o protagonismo brasiguai em detrimento ao projeto do INCRA na demarcação e edificação da área urbana.

[...] quando cortou a área, demarcou os lotes, eu vi no mapa oitenta hectares de cidade, com uma reserva para isso ou aquilo. Daí reuni o povo todo aqui na chácara das irmãs. [...] você precisava de um médico, de um dentista, não tinha nada. Para comprar um pacote de arroz, você precisava ir em cima desses ônibus velho para Ivinhema, não tinha. Cê é louco, sessenta quilômetros. Aí foi uma briga dura. Essa briga começou em fevereiro, foi terminar uns vinte dias. Veio secretário da agricultura duas vezes, superintendente do INCRA, fizemos uma comissão para ir a Brasília. Daí a

prefeitura de Ivinhema viu que não segurava, chamou para o acordo. [...] No dia que cortou a “cidade”, distribuiu 400 lotes<sup>45</sup>.

Por outro lado, o processo do INCRA de nº426/86, que trazia a criação do Projeto de Assentamento Novo Horizonte, destacava na infraestrutura física a construção de um núcleo urbano principal e onze núcleos urbanos secundários e delegava aos órgãos governamentais a responsabilidade pelas atividades das áreas da saúde, educação, assistência técnica, crédito, comercialização, entre outros. O núcleo urbano, de acordo com Sprandel (1992), também era conhecido como *Centro Rural*, denominação empregada na época pelo INCRA:

Além de residências, encontram-se no patrimônio estabelecimentos comerciais (mercados, açougues, bares, restaurantes, dormitórios, cerealistas, despachantes, cooperativas da região, lojas de roupas, calçados, artigos para casa, farmácias, barbearias, salões de beleza, distribuidores de bebida e de material de construção, serrarias, oficinas mecânicas, fotógrafos, conserto de eletrodomésticos, venda de gás de cozinha, entre outros), prédios públicos (destacamento policial; escritórios do INCRA, EMPAER e exatoria fiscal; posto dos correios e telégrafos; posto de serviço telefônico; escola; quadras de esporte; posto de saúde e centro comunitário), templos católicos e protestantes, um cemitério e a Associação de Trabalhadores Rurais (Sprandel, 1992, p. 362).

Com a formação do núcleo urbano, o assentamento ganhou maior visibilidade. Afirmção essa percebida na fala do Antônio, ao dar destaque a divulgação da luta “até cortar a cidade, nós tínhamos feito só um *Globo Rural* e tinha feito um *Globo Repórter* lá em Mundo Novo ainda [...] quando nasceu a cidade veio o *Fantástico*, matéria para o mundo inteiro, porque a sinfonia de Novo Horizonte era o martelo”<sup>46</sup>. Os programas mencionados, exibidos pela Rede Globo de Televisão, evidenciam o destaque midiático alcançado pelo assentamento.

No núcleo urbano (83 hectares), os lotes eram cedidos pelo INCRA, com exigência de construção em 90 dias, surgindo assim moradias, bares, lojas, farmácias, materiais de construção, mercados, entre outros. O rápido crescimento do núcleo urbano causou impacto até mesmo para os assentados, percebido na fala de Chiquinho ao dizer “você vinha aqui numa semana tinha uma casa, se você vinha na outra tinha vinte, trinta, você só escutava barulho de martelo”<sup>47</sup>.

---

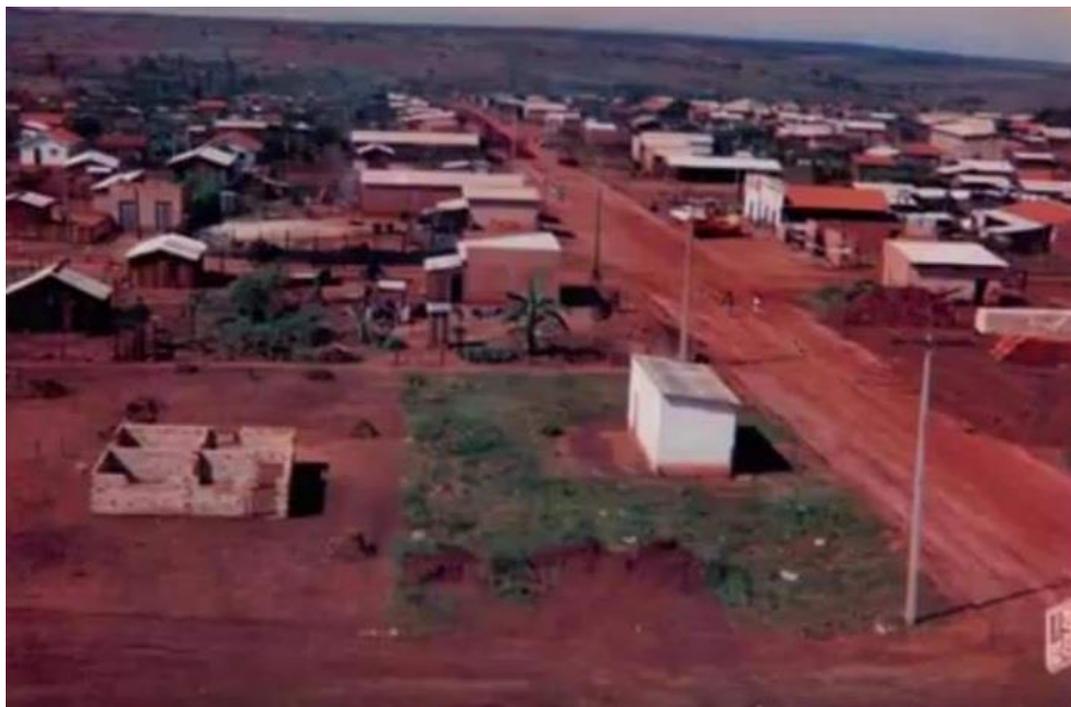
<sup>45</sup> ENTREVISTA. Antônio Luíz Agostinho, Novo Horizonte do Sul. 2021.

<sup>46</sup> ENTREVISTA. Antônio Luíz Agostinho, Novo Horizonte do Sul. 2021.

<sup>47</sup> ENTREVISTA. Chiquinho, Novo Horizonte do Sul. 2022.

A *imagem 10*, traz uma vista parcial do núcleo urbano do assentamento Novo Horizonte, num traçado de ruas de terra que se cruzam, dando um aspecto de vila, com moradias de alvenaria representando o progresso.

**Imagem 10:** Vista do Núcleo Urbano de Novo Horizonte



**Fonte:** TV Tempo News

Em reportagem de 1989, ao som de *Sonhos Guaranis*, produzida pelo MIRAD e disponibilizada pela *Tv Tempo News*, eram exibidas as edificações residenciais e comerciais, que ultrapassavam 800 casas e todos os tipos de comércio, as linhas regulares de ônibus, o posto telefônico e ligações interurbanas, a secretaria de segurança pública com destacamento policial, as escolas rurais de alvenaria, exploração do carvão e a existência de estradas planejadas para o escoamento da produção. Dentre os comércios estabelecidos destaca-se, conforme registros da jornalista Cácia Cortêz: “Casa Yamashita, Casa de Carne Caçador, Distribuidora de Bebidas, Cerealista Camargo, supermercado Viana, Escritório Panamá, Drogeria Bergamo e Tornearia Brasil”, que passaram a atender as principais demandas de alimentação, saúde e implementos agrícolas (Cortêz, 1992, p.96).

O prefeito de Ivinhema, em discurso proferido na Gleba Novo Horizonte, mencionou que “esse núcleo urbano da nossa querida Gleba Novo Horizonte com apenas um ano, isto aqui é uma cidade [...] num lugar que era mato, era sertão, uma cidade acompanhando o

progresso desse assentamento”<sup>48</sup>. Nota-se a necessidade de lançar o assentamento Novo Horizonte como projeto modelo.

Neste sentido, é pertinente pensar assentamento modelo na perspectiva de quem? Dos assentados? Das autoridades locais e/ou estaduais? Do INCRA? Do MIRAD?

*O Progresso*, em matéria de outubro de 1988, intitulada *Reforma Agrária: Ministro reconhece em MS assentamento modelo*, com destaque anunciado na capa da edição, trouxe um dos vários olhares em torno do assentamento Novo Horizonte:

**IVINHEMA** - O ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Leopoldo Bessone, reconheceu ontem, após percorrer a Gleba Novo Horizonte, município de Ivinhema, que Mato Grosso do Sul possui o projeto de assentamento modelo de Reforma Agrária. Acompanhado do governador Marcelo Miranda e de numerosa comitiva, o ministro inaugurou 21 obras sociais entre escolas, postos de saúde, centros administrativos e alojamentos, percorrendo em seguida as principais ruas do núcleo urbano onde já vive aproximadamente 3 mil pessoas<sup>49</sup>.

Essa aproximação e apropriação do discurso, sete meses após “cortar” os lotes do núcleo urbano, também poderia estar ligada às eleições municipais que iriam acontecer em 1988, ano político, e do ponto de vista do Antônio: “Novo Horizonte decidia qualquer eleição, era quase quatro mil votos, esses votos eram interessantes e inclusive nós ganhamos a eleição em Ivinhema”<sup>50</sup>. O termo “nós ganhamos”, na prática significa que o candidato apoiado pelos assentados foi eleito prefeito municipal de Ivinhema. Vale ressaltar que, o *Jornal Trabalhadores Sem Terra*, um dos periódicos responsáveis por divulgar a saga dos brasiguaios, em única publicação encontrada referente ao assentamento Novo Horizonte sob o título *Luta decidida e permanente*, tomou como exemplo diante de outros presentes no estado de Mato Grosso do Sul<sup>51</sup>.

No assentamento, novas relações foram construídas com formação de equipes de futebol, torneios, grandes bailes, além de eventos religiosos que são a marca característica da mística dos assentados de Novo Horizonte. Fabiano Coelho (2014) defende que a mística está ligada ao campo da experiência. Na narrativa da jornalista Cássia Cortêz, podemos observar alguns fragmentos da vida cotidiana dos assentados:

<sup>48</sup> Manoel Félix Nelito Câmara. Entrevista concedida a *Tv Tempo News*. PA Novo Horizonte, 1989.

<sup>49</sup> *O Progresso*. 14 out. 1988, p. 03.

<sup>50</sup> ENTREVISTA. Antônio Luiz Agostinho, Novo Horizonte do Sul. 2021.

<sup>51</sup> *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*. Nov. 1989, p. 06.

Futebol e bailes aos sábados e domingos são os principais momentos de lazer da comunidade, além das festas da padroeira e de aniversário. Quando os times vão jogar com as outras glebas da região, nas festas dessas comunidades, é um bom motivo para caravanas de visitas e integração entre a juventude. Depois da missa e do passeio pela cidade, os carrinhos (as charretes) e os caminhões retornam com as famílias pelas estradas empoeiradas, ressecadas pelo sol, que levam para as linhas Gaúcha, Matão, Erveira, Porteirão, Guavirá, Guadalupe, Santa Rosa, Água da Onça, Toco do Ipê e Represa, rasgadas na mata para dar caminho para as roças, casas, capelas e carvoeiras (Cortêz, 1992, p.101).

O assentamento passou a ser visto como um espaço em constante movimento que integrava os costumes do meio agrário às relações de sociabilidade contidas nas diferentes práticas vivenciadas pelos assentados nos momentos de lazer e diversão em meio ao trabalho árduo com a terra. A *imagem 11* revela o aspecto religioso como tradição e prática, com a festa da padroeira Nossa Senhora Aparecida em Novo Horizonte, datada de 1988.

**Imagem 11:** Festa da padroeira Nossa Senhora Aparecida



**Fonte:** Arquivo Pessoal Chiquinho

O registro fotográfico traz novamente o casal destacado na *imagem 07*, mostrando a importância social desta família dentro do assentamento. O caráter religioso dentro do assentamento em certa medida foi influenciado pelos agentes da CPT. Na imagem, observamos uma procissão em homenagem à padroeira do Brasil, (que posteriormente tornou-se padroeira do município de Novo Horizonte do Sul) em estrada de chão batido, com destaque a queimada da mata ao fundo, que na prática representava o avanço do assentamento, além dos demais assentados presentes na foto, cabendo destaque a assentada ao fundo com uma criança de colo provavelmente nascida na gleba, representando a dinâmica do espaço e o sentido do vivido.

Em relação à religiosidade, Cácia Cortêz compartilhou um registro interessante do cotidiano no assentamento:

Domingo de Ramos, abril de 1990, gleba Novo Horizonte, Ivinhema, sudeste do Mato Grosso do Sul: a missa começou mais tarde naquela manhã, para que as famílias das linhas mais distantes chegassem a tempo. [...] o calor intenso prolonga o verão e os fiéis discretamente se aproximam da porta para pegar uma brisa que não vem. Olham o céu e se interrogam sobre a falta de chuva para refrescar e preparar a terra para o novo plantio. [...] os cantos falam do “Povo de Deus”, dos peregrinos, da caminhada para a libertação e da união dos oprimidos. As vozes ecoam no teto de zinco da igreja nova, ainda sem acabamentos. Não há banco para todos e o reboco está por fazer. Nas paredes, entre vitrais coloridos, destacam-se as doze paradas da Via Sacra, desenhadas e pintadas à mão, emolduradas em madeiras com proteção de vidro. O culto não obedece aos rituais do sacramento, pois a comunidade, que é atendida pela paróquia de Glória de Dourados, ainda não tem padre fixo (Cortêz, 1992, p.96).

Na fala, a jornalista narrou o novo cotidiano dos assentados e suas relações sociais. Os encontros coletivos iam além da interação. Discutiam-se a colheita, os preços, a venda de lotes, a peleja do dia a dia e de política e/ou do “jeito de ser e viver da terra”, conforme afirmado por Chiquinho. No âmbito das relações e demarcações do grupo, Bourdieu afirma que “o poder sobre o grupo que se trata de trazer à existência enquanto grupo é, a um tempo, um poder de fazer o grupo impondo-lhe princípios de visão e de divisão comuns” (Bourdieu, 2001, p.117).

O rural e o urbano passaram a conviver entre si. Com crescimento local fortaleceram-se as relações entre os companheiros de luta, ao mesmo tempo que os assentados passaram a conviver com novos atores sociais migrantes de várias localidades que vieram estabelecer comércio e atender a demanda local, com interesse de crescer economicamente junto com o novo “patrimônio”. Conforme Cortêz (1992) vieram “políticos, negociantes de terras,

aventureiros, as cooperativas, os pastores, padres e comerciantes” influenciados pelas reportagens à época. Em 1990, o núcleo urbano contava com aproximadamente mil casas, seiscentas construções em andamento e uma população de dois mil habitantes.

### 1.3 Novos atores em cena

*“Teve gente que foi procurar no mapa onde era o tal país brasiguaiio”  
(Schmidt)*

Com a formação do projeto de assentamento, novos sujeitos passaram a ocupar a cena na história local de Novo Horizonte, podendo destacar três agrupamentos migratórios para a região:

- a) Familiares dos brasiguaios que conquistaram a terra.
- b) Trabalhadores rurais sem-terra oriundos de várias regiões com a expectativa de conquistarem um pedaço de terra no assentamento (e/ou comprar).
- c) Comerciantes após a instalação do núcleo urbano.

As narrativas dos assentados reforçam essa perspectiva, cabendo destaque ao relato de Antônio:

Vieram o pessoal do comércio, de Glória, de Douradina, de Fátima, de Deodápolis, Ivinhema, Amandina, Naviraí, Mundo Novo (veio muito), Japorã. Meu irmão tinha comércio lá em Mundo Novo e veio montar comércio aqui, veio encontrar os mesmos clientes que tinha lá no Paraguai. Veio gente de La Paloma, Puente Kijá, Salto Del Guairá.<sup>52</sup>

O dito de Antonio assemelha-se com a fala de Jovencino<sup>53</sup> que, após experiências na luta pela terra em outras regiões, acabou mudando-se para Novo Horizonte e comprando duas casas na área urbana, onde montou uma borracharia e uma mecânica. Porém, com o insucesso do negócio, acabou vendendo e adquirindo um pedaço de terra na Gleba. Assim,

<sup>52</sup> ENTREVISTA. Antônio Luiz Agostinho, Novo Horizonte do Sul. 2021.

<sup>53</sup> ENTREVISTA. Jovencino, Novo Horizonte do Sul. 2014.

observamos que as mudanças no mundo do trabalho são impulsos para a mobilidade daqueles que chegaram posteriormente no assentamento.

Neste contexto, o rural e o urbano passaram a ser mais delimitados, não ao espaço territorial, mas em relação aos sujeitos que o ocupavam, na mesma medida em que a demarcação da identidade brasiguai ia sendo construída, entre quem era ou não brasiguai. Martins, auxilia na compreensão da construção identitária, ao dizer que:

O sujeito não tem como se reconhecer nas relações sociais de todos os dias senão como sua própria alteridade, isto é, como ser social; não mais como pessoa inteira, singular, como senhor da unidade pensamento-ação-consequência. Ao se produzir nas relações sociais ele é, de fato, produzido pelas relações sociais, de algum modo mais ou menos profundo, alguém muito diverso daquilo que quer ser ou daquilo que acha que é (Martins, 2000, p.85).

Com a chegada de novos sujeitos, outras trajetórias se entrelaçaram à dos assentados. A jornalista Cácia Cortêz, por exemplo, descreveu histórias de personagens diversos que buscavam no assentamento o *novo*:

Idalina Rosa de Jesus, mineira de Governador Valadares, decidiu começar de novo e, quem sabe dessa vez, fincar raízes num lugar que tinha tudo para ser feito “e não era só que estava começando”. [...] quando soube na notícia da Gleba resolveu se arriscar, e hoje o Patrimônio está crescendo e com ele o hotel, que já tem treze quartos, o restaurante serve trinta refeições por dia (Cortêz, 1992, p.98).

Desde nove anos de idade, quando saiu de sua terra com a família, Floriano não se “assentou” muito um lugar só. Por isso, quando viu os agricultores na televisão, percebeu que podia tentar de novo junto daquela gente e criar seus filhos num lugar só (Cortêz, 1992, p.102).

Depois do mercado dos Kowalski, veio o mercado Viana, de Raimundo Viana de Toledo (PR), outro de Sebastião Trevisato. A primeira farmácia “Novo Horizonte” é de João Ribeira da Silva, que era empregado de uma drogaria em Dourados. A Borracharia Brasil é do seu Amadeus, que veio de Ivinhema. O primeiro cerealista, foi José Pina, de Mundo Novo. Depois veio a cerealista Camargo, de João Camargo, vindo de Japorã, um distrito de Mundo Novo na fronteira com o Paraguai (Cortêz, 1992, p.103).

Em decorrência do aumento populacional, a infraestrutura existente passou a não dar conta da demanda, principalmente em relação à saúde que, embora contasse com uma unidade básica, carecia de médicos, remédios e transporte. Isso exigiu maior mobilização das lideranças locais, como a retratada na imagem seguinte.

**Imagem 12:** Evento na Gleba Novo Horizonte



**Fonte:** Arquivo Pessoal Chiquinho

A imagem a princípio estaria relacionada a um ato ecumênico ao lado da igreja matriz do assentamento, de caráter celebrativo com instrumentos característicos do meio rural, tais como a viola e a sanfona em posse do assentado Chiquinho. Um detalhe que nos chama atenção são os escritos contidos na faixa produzida pelos assentados, que nesta ocasião se autodenominaram de trabalhadores rurais, com destaque à permanência na terra e a produção a partir da mesma. Esse discurso estaria vinculado à luta contra a venda e/ou troca de lotes por parte dos assentados.

Farias (2012) defende que “a reforma agrária é a alternativa para essas famílias tomarem posse do seu lugar na construção social da realidade como protagonistas e sujeitos que se reencontram consigo mesmos na terra e continuam a travessia” (Farias, 2012, p.7). Na luta por melhores condições de vida e diante das promessas e concessões governamentais, os trabalhadores rurais foram adentrando o cenário político local e ganhando espaço nas discussões políticas. Como exemplos tivemos os assentados José Vieira de Souza e Antônio Luiz Agostinho, que disputaram as eleições municipais de 1988 como candidatos ao cargo de vereador, sendo que o primeiro foi eleito e o segundo ficou de suplente. Antônio, em entrevista, narrou que foi convidado na época pelo prefeito de Ivinhema a filiar-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e colocar seu nome à disposição como

candidato, devido a atuação na condição de líder no assentamento: “o prefeito de Ivinhema me chamou e disse: você vai para o PMDB e vai ser candidato a vereador que você tem condição”<sup>54</sup>. Dessa forma, ingressar no cenário político-partidário significava ocupar novos espaços de poder e legitimação.

Na lida cotidiana, além das necessidades básicas, notamos a preocupação dos assentados em desenvolver atividades de cunhos culturais. Em 1990, cogitava-se a elaboração de um jornal local, grupos de teatro, estruturação de equipes de futebol para competições regionais, entre outras atividades. Na tessitura das histórias do assentamento Novo Horizonte, concordamos com Cácia Cortêz, quando afirmou em seus escritos que “Novo Horizonte é a teimosia desses pequenos agricultores”, em construir seu espaço, que ora esbarra no protagonismo, ora no uso político.

---

<sup>54</sup> ENTREVISTA. Antônio Luíz Agostinho, Novo Horizonte do Sul. 2021.

## CAPÍTULO II

### O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DE NOVO HORIZONTE DO SUL

Os processos emancipacionistas não se moldam de forma isolada, em sua maioria fazem parte de projetos maiores. Na década de 1990 ocorreu o último grande movimento emancipacionista no Brasil, que vinha se intensificando com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. O processo de emancipação de alguns municípios no Brasil teve início na década de 1930, sendo intenso nas décadas de 1950 e 1960, com a criação de companhias de colonização particulares, porém foi cessado pelos governos militares entre 1970 e 1980, momento em que se intensifica os movimentos sociais de luta pela terra no Brasil. A partir da redemocratização as emancipações voltaram à pauta política. Com a Constituição de 1988, os municípios passaram a ser considerados entes federativos e a ter participação na administração pública brasileira.

Quanto aos motivos que envolvem esses processos, Magalhães evidencia, dentre outros fatos, o “descaso por parte da administração do município de origem; existência de forte atividade econômica local; grande extensão territorial do município de origem; e aumento da população local” (Magalhães, 2007, p.14), fatores esses presentes nas narrativas dos assentados para composição do movimento emancipacionista.

#### 2.1 Constituição do movimento emancipacionista

*As coisas não acontecem por acaso, as pedras têm  
que se encaixar.  
(Antônio Luiz Agostinho)*

Conforme registros das *Atas para Emancipação*, a organização da comissão de emancipação da Gleba Novo Horizonte teve início em abril de 1991, cinco anos após a posse da terra e formação do assentamento. O Projeto de Lei nº110/91 de autoria do Deputado Londres Machado, que versava a criação do município de Novo Horizonte do Sul, começou a tramitar na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS), em junho do mesmo ano, sendo apreciado pela Comissão Especial de Divisão Territorial (CEDT), criada pelo

governador Pedro Pedrossian. A recorrência ao parlamentar partiu dos assentados. Na fala do Antônio (presidente da comissão de emancipação), observamos a justificativa:

Nós tínhamos que amarrar o nosso burro num toco forte. Então pensamos, vamos pesquisar nessa campanha agora, quem pode criar o município. Aí pesquisamos, pesquisamos e chegamos ao deputado Londres Machado. Já era autor de cinco projetos de lei de criação de município. Daí fomos conversar com ele e fizemos um compromisso de campanha. Terminada as eleições de noventa, fui lá e chamei ele. [...] então ele disse: “vamos mexer depois que entrar o mandato novo do Doutor Pedro”. Daí entrou, fomos lá em Fátima do Sul, na chácara dele num sábado, conversamos com ele. Ele veio aqui no meio de semana, e ali criamos a comissão de emancipação<sup>55</sup>.

A Comissão citada por Antônio foi constituída de acordo com a *Ata da 1º Reunião dos habitantes da Gleba Novo Horizonte*, por meio de eleição, em que foram escolhidos doze assentados que ficaram à frente do movimento, sendo oito do meio rural e quatro do núcleo urbano, além de cinco suplentes e dois secretários, tendo como presidente Antônio Luiz Agostinho, popularmente conhecido como *Pastel*. Os registros das atas foram realizados em momentos distintos, entre expectativas e tensões, pelo assentado Joel Moreira da Silva, substituído em algumas reuniões por Lélia Sanches e Ademir Oliveira (professor).

É pertinente destacar que no final de 1990 o assentamento foi elevado à categoria de Distrito por meio da Lei municipal nº 413 de 20 de dezembro de 1990, a qual criou o Distrito de Novo Horizonte, pelo então prefeito de Ivinhema Manoel Felix Nelito Câmara, que a princípio levou em consideração o número populacional do assentamento, arrecadação e desenvolvimento econômico embasado na produção agrícola dos assentados.

Todavia, quais os motivos que desencadearam o ideal emancipacionista? As narrativas dos assentados nos dão alguns indícios:

A ideia de emancipação veio da dificuldade. A dificuldade era muito grande e exemplifica. Você pegar uma caminhoneta gaizeira, sair daqui para levar uma mulher para ganhar criança em Ivinhema [...] eu gastei uma vez duas horas de jeep daqui em Ivinhema para levar um cara picado de cobra, quando chegou lá não deu mais jeito. A dificuldade fez com que nós brigássemos para ter a cidade<sup>56</sup>.

Algumas pessoas viram a dificuldade que era sair daqui para ir pra Ivinhema. Daí algumas pessoas resolveram lutar para emancipar. [...] teve a luta da população de linha de frente para que isso acontecesse. [...] teve uma eleição em Ivinhema e nós conseguimos eleger um vereador só, então que

<sup>55</sup> ENTREVISTA. Antônio Luiz Agostinho, Novo Horizonte do Sul. 2021.

<sup>56</sup> Id., 2021.

força que esse vereador tinha para trazer algo para Novo Horizonte, então foi aí que viu a dificuldade né, se fazia um projeto, uns passavam outros não, então viu a dificuldade de trazer algo para Novo Horizonte<sup>57</sup>.

Porque era muita gente né, era muita gente, muita família e daí começaram a trabalhar sobre isso, para municipalizar isso aqui, para ver se melhorava quando criasse a cidade né. Havia interesse, porque essa área aqui da cidade já ficou para a área de cidade né, então para as pessoas construírem alguma coisa para formar a cidade<sup>58</sup>.

O Pastel na época resolveu passar Novo Horizonte a município, porque tinha plano político né. Ele saiu candidato a vereador pra Ivinhema, saiu ele e o Zé Vieira, aí o Zé Vieira ganhou e ele perdeu a eleição, mas ele era um cara muito esperto, aí ele começou a lutar para passar Novo Horizonte a município. Aí na época era Novo Horizonte e Amandina, enquanto o pessoal de Amandina estava esperando pela frente para abri algo do governo para eles entra para passa Amandina a município, o Pastel como era muito amigo de um deputado entrou pelos fundos, quando ficaram sabendo já tinha passado Novo Horizonte a município<sup>59</sup>.

A prefeitura era Ivinhema e o posto de saúde era um postinho quebra galho. A estrada dava cinquenta quilômetros do começo do assentamento até Ivinhema por estrada de chão. Comércio bom era só em Gloria de Dourados, Ivinhema e Naviraí e o tratamento médico do nosso povo a maior parte era em Nova Andradina. Quanta gente doente que viajava em cima de caminhão, porque não tinha ônibus levando doente, tinha umas Kombi, caminhonete e caminhão. O pessoal ia em cima da carroceria de caminhão e tinha vez de tomar até chuva na estrada<sup>60</sup>.

Ali eles pediram, porque aqui nós éramos do município de Ivinhema. Nós passamos muito tempo indo para Ivinhema. Eu naquela época, quando saiu as escolinhas foi trabalhar de merendeira e daí para receber tinha que ir para Ivinhema, porque aqui pertencia lá<sup>61</sup>.

O Pastel, o Vieira e o Londres Machado foram para cima e conseguiram emancipar<sup>62</sup>.

Teve forte influência das lideranças. Os brasiguaios dali sempre tiveram uma liderança muito forte. Politicamente preparados. O pessoal sabia o que queria. Novo Horizonte era muito grande e distante da cidade, distante de Ivinhema, distante de Naviraí. Então tinha que ter condições para sobrevivência urbana, educacional e segurança<sup>63</sup>.

---

<sup>57</sup> ENTREVISTA. Chiquinho, Novo Horizonte do Sul. 2022.

<sup>58</sup> ENTREVISTA. Cirila Martins da Silva, Novo Horizonte do Sul. 2014.

<sup>59</sup> ENTREVISTA. Inês Maria Alvarenga, Novo Horizonte do Sul. 2015.

<sup>60</sup> ENTREVISTA. Derlei, entrevista realizada por meio de correio eletrônico. 2023.

<sup>61</sup> ENTREVISTA. Saleta da Silva dos Santos, Novo Horizonte do Sul. 2015.

<sup>62</sup> ENTREVISTA. Luiz Pereira Alves, Novo Horizonte do Sul. 2015.

<sup>63</sup> ENTREVISTA. Sérgio Cruz, Campo Grande. 2024.

A distância entre o Assentamento Novo Horizonte e a cidade de Ivinhema foi uma constante neste processo, bem como a importância socioeconômica do que era produzido na Gleba, a busca por melhores prestações de serviços públicos, além dos interesses políticos envolvidos e força representativa dos assentados para conquista de demandas importantes no tocante a permanência na terra, levando em consideração o expressivo número populacional da área urbana composta por comerciantes. Na tabela abaixo, observa-se o resumo socioeconômico da produção agrícola dos assentados.

**Tabela 2:** Produção agrícola dos assentados (1990-1991)

<b>Discriminação</b>	<b>Área h/a</b>	<b>Produção t.</b>
Algodão	4.500	4.995
Mandioca	1.200	21.600
Milho	1.500	3.000
Feijão	600	240
Arroz	500	195

**Fonte:** Empresa de Pesquisa e Assistência Técnica e Extensão Rural de MS (EMPAER/1991)

Em relação ao comércio foram registradas 53 (cinquenta e três) firmas estabelecidas no núcleo urbano do assentamento<sup>64</sup>. Outro dado relevante é que o Distrito de Novo Horizonte, em seu processo trazia uma relação complementar de propriedades rurais que ao todo somavam 23 inscrições, que após emancipação passariam a compor o território do novo município.

<sup>64</sup> ALEMS, processo n°180/91, p. 83.

**Imagem 13:** Relação complementar de propriedades rurais do Distrito Novo Horizonte

**COMISSÃO PRÓ  
EMANCIPAÇÃO DE NOVO HORIZONTE DO SUL**

RELAÇÃO COMPLEMENTAR DE PROPRIETÁRIOS RURAIS DO DISTRITO DE  
NOVO HORIZONTE DO SUL

<u>NOME</u>	<u>INSCRIÇÃO</u>
SAMUEL GARCIA	28.640.249-8
SOMAPE S A	28.521.349-0
SOMAPE S.A	28.521.221-4
SOMAPE S.A	28.521.218-4
SOMAPE S.A	28.521.223-0
CLOVIS SANTOS	28.520.986-8
JOSÉ ROBERTO SANTOS	28.561.418-5
JOSÉ DOS SANTOS	28.520.594-3
SEBASTIÃO GONÇALVES PEREIRA	28.561.359-8
JOÃO SHUERHOFH	28.520.809-8
CELSO MEURER	28.520.776-8
ANTONIO BENTO	28.521.542-6
CARLOS SERGIO NIAM KOTTER	28.566.948-6
MARIO SOUZA BARBOSA	28.540.121-1
ELADIO MEURER	28.521.353-9
APARECIDO CORDEIRO SOUZA	28.540.166-1
EDSON CORREIA SOUZA	28.563.253-1
DANIEL MEURER	28.520.736-9
CELSO MEURER	28.540.211-0
MANOEL FREIRE SANTOS	28.521.295-8
IVO BOING	28.520.650-8
CLAUDEMIR MARCHI	28.540.081-9
ELIAS MEURER	28.520.735-0

  
Luiz Agostinho  
PRESIDENTE

Fonte: Processo nº180/91, p. 86

Os novos atores sociais que se inseriram em Novo Horizonte a partir da formação do núcleo urbano, passaram a compor a luta emancipacionista, que aos poucos foi sendo moldada pela Comissão. A *Ata da 2ª Reunião da Comissão de Emancipação de Novo Horizonte* trazia a necessidade de estruturar o movimento com a “coleta” de dados que iriam

compor o processo, tais como: número populacional, quantidade de eleitores e seções, números de moradias do núcleo urbano, dados de arrecadação e possíveis nomes para o município, além da referência à assessoria do deputado Londres Machado. Segundo Antônio “veio a cartilha né, o que precisava. Tanto de arrecadação, tanto de população, quantidade de núcleo urbano, distância do município mãe, tudo que a gente já foi pesquisando e levantando”. Na fala de Antônio, notamos a influência do parlamentar, inclusive na escolha do presidente da comissão: “esse camarada tem que estar à frente do serviço, porque esse camarada conhece”<sup>65</sup>. Já Joel, secretário da comissão narrou que “o Londres Machado disse *eu pego o projeto de vocês*” ao falar da participação do parlamentar<sup>66</sup>.

De acordo com levantamento realizado pela então Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) em 1991, o Distrito de Novo Horizonte contava com 763 lotes rurais e uma população de 4.300 habitantes, e 1.235 lotes urbanos, sendo 606 com construções residenciais, 209 com construções comerciais, 35 em construção e 385 lotes ainda sem edificações, com uma população estimada de 3.400 habitantes, tendo 3.040 eleitores.

Em consonância com a *Lei Complementar nº1, de 9 de novembro de 1967*, são requisitos necessários para a emancipação de um território:

Art. 1º - A criação de Município depende de lei estadual que será precedida de comprovação dos requisitos estabelecidos nesta Lei e de consulta às populações interessadas.

Parágrafo único - O processo de criação de Município terá início mediante representação dirigida à Assembleia Legislativa, assinada, no mínimo, por 100 (cem) eleitores, residentes ou domiciliados na área que se deseja desmembrar, com as respectivas firmas reconhecidas.

Art. 2º - Nenhum Município será criado sem a verificação da existência, na respectiva área territorial, dos seguintes requisitos:

I - população estimada, superior a 10.000 (dez mil) habitantes ou não inferior a 5 (cinco) milésimos da existente no Estado;

II - eleitorado não inferior a 10% (dez por cento) da população;

III - centro urbano já constituído, com número de casas superior a 200 (duzentas);

IV - arrecadação, no último exercício, de 5 (cinco) milésimos da receita estadual de impostos.

§ 1º - Não será permitida a criação de Município, desde que esta medida importe, para o Município ou Municípios de origem, na perda dos requisitos exigidos nesta Lei.

§ 2º - Os requisitos dos incisos I e III serão apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o de nº II pelo Tribunal Regional

<sup>65</sup> ENTREVISTA. Antônio Luiz Agostinho, Novo Horizonte do Sul. 2021.

<sup>66</sup> ENTREVISTA. Joel Moreira da Silva, Novo Horizonte do Sul. 2018.

Eleitoral do respectivo Estado e o de número IV, pelo órgão fazendário estadual.

§ 3º - As Assembleias Legislativas dos Estados requisitarão, dos órgãos de que trata o parágrafo anterior, as informações sobre as condições de que tratam os incisos I a IV e o § 1º deste artigo, as quais serão prestadas no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento.

Art. 3º - As Assembleias Legislativas, atendidas as exigências do artigo anterior, determinarão a realização de plebiscito para consulta à população da área territorial a ser elevada à categoria de Município.

Parágrafo único - A forma da consulta plebiscitária será regulada mediante resoluções expedidas pelos Tribunais Regionais Eleitorais, respeitados os seguintes preceitos:

I - residência do votante há mais de 1 (um) ano, na área a ser desmembrada;

II - cédula oficial, que conterá as palavras “Sim” ou “Não”, indicando respectivamente a aprovação ou rejeição da criação do Município<sup>67</sup>.

No curso do processo de emancipação, o fator político foi preponderante, uma vez que o impulso para o movimento veio após as eleições de 1988, quando os assentados, com um número expressivo de eleitores, passaram a decidir as eleições municipais em Ivinhema, chegando a eleger o candidato Manoel Felix Nelito Câmara, que mesmo sendo chefe de gabinete do prefeito Luiz Saraiva, não era o mais indicado ao cargo. Acerca deste fato Antônio, com sentimento de conquista, narrou, “nós quebramos o monopólio da SOMECO”, pondo em xeque de certa forma a influência da colonizadora na administração local, e complementou:

A SOMECO era soberana, os caras mandavam no município, entrava o prefeito que eles queriam. [...] nós tiramos da mão deles o mandato, ganhamos as eleições. Eles não achavam que nossa força política fazia diferença. A eleição lá em Ivinhema foi do tipo assim: apurou Ivinhema, estava seis mil a três mil e oitocentos, eles já estavam fazendo carreata, aí entrou a nossa, dois mil e quatrocentos a quatrocentos. Eles perderam a eleição<sup>68</sup>.

A fala do assentado, vai ao encontro dos dados levantados no Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, referentes às eleições municipais de 1988, onde Manoel Felix Nelito Câmara (PMDB) foi eleito com 6.717 votos e seu adversário nas urnas, Antônio Jose Bagage de Souza (PTB) obteve 5.246 votos, uma diferença de 1.471 votos. Na condição de prefeito, Nelito Câmara, apoiou os assentados na luta pela emancipação, como demonstrado na fala de Expedito:

<sup>67</sup> Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp01.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp01.htm), acesso em: 20 jan. 2024.

<sup>68</sup> ENTREVISTA. Antônio Luiz Agostinho, Novo Horizonte do Sul. 2021.

Uma pessoa que trazia nós na palma da mão, uma pessoa com carisma. [...] ele prefeito, vinha aqui e falava “eu ainda quero ver isso aqui emancipado e aquela dona da SOMECO vim bater aquele sapatinho aqui pagando imposto pra Novo Horizonte” e ele falava “eu sinto sangue de brasiguaião na minha veia”<sup>69</sup>.

Na terceira reunião da comissão, realizada em maio de 1991, os assentados reuniram-se para apurar o resultado da eleição de escolha do nome para o futuro município, com um percentual de 209 votantes. Entre os nomes cogitados estavam: Novo Horizonte do Sul, Novo Horizonte do Guiray, Novo Horizonte da Vitória e Novo Horizonte da Conquista, sendo que o primeiro foi escolhido com 144 votos. De acordo com os assentados, o nome simbolizava a perspectiva de um novo começo em suas trajetórias.

As tratativas para a emancipação não se desencadearam apenas nos espaços legislativos, mas também no assentamento, com a presença de parlamentares e assessores da ALEMS. Notamos que a preocupação em manter a unidade, vinculada ao caráter disciplinar do movimento também era debatida nas reuniões, sendo observado no trecho em que demonstraram a necessidade de mantê-la:

[...] a unidade de toda população independentemente da cor partidária ou de lideranças políticas, em prol da emancipação. [...] e o pedido de que ninguém a partir de agora fale em nome próprio, mas que sempre use de interesse coletivo da comunidade, isto é, usando sempre a palavra (nós) quando tratar da emancipação política e territorial de Novo Horizonte do Sul<sup>70</sup>.

A tática disciplinar também permeava a continuação ou não do membro eleito na comissão, conforme registro: “Fica estabelecido que a partir da 6<sup>o</sup> reunião, os membros que não comparecerem e nem se justificarem com os respectivos cargos, a riscos de serem observados e penalizados pela comissão, resultando em perda do cargo”<sup>71</sup>. Observamos que a reestruturação aconteceu conforme enunciado, meses depois. De acordo com João Pedro Stedile, um dos fundadores do MST, em entrevista ao geógrafo Bernardo Mançano Fernandes, “a regra da disciplina é aceitar as regras do jogo. Se entro num movimento, mas não me submeto à sua organização interna, com certeza ele não vai para a frente, nunca”. (Fernandes e Stedile, 1999, p. 43).

Embora os assentados contassem com assessoria externa, a “lição de casa” era desenvolvida por eles, como a elaboração de mapas territoriais, levantamento de

<sup>69</sup> ENTREVISTA. Expedito, Novo Horizonte do Sul. 2018.

<sup>70</sup> Ata n<sup>o</sup> 4. *Reunião da Comissão de Emancipação de Novo Horizonte*. Assentamento Novo Horizonte. 1991.

<sup>71</sup> Ata n<sup>o</sup> 5. *Id.*, 1991.

arrecadações de impostos e produção comercial e agrária recolhidas no município sede ou vizinhos, e encabeçar o processo de transferência de título eleitoral da população, entre outros. Em direção às articulações e aos levantamentos eram necessários recursos financeiros para os deslocamentos, desta forma era comum a realização de festas e almoços sociais, além de sorteios e rifas pela loteria federal, a fim de estruturar o movimento, com participação da comunidade.

De acordo com as *atas* do movimento pró-emancipação, havia preocupação face ao envolvimento dos assentados e a população urbana na luta. Assim, a comissão se subdividiu em três comissões com o intuito de levar informações aos grupos do Distrito, lendo e discutindo o projeto de lei, chamando todos para cena da luta emancipacionista. O fortalecimento da causa, também se fazia a partir da presença de parlamentares no assentamento e as idas e vindas com as tratativas da ALEMS, apoiados pelo deputado Londres Machado. Nos escritos da *Ata da 17ª Reunião*, por exemplo “o presidente Luiz Pastel disse também que falou com o governador do Estado Pedro Pedrossian e o Vice Ary Rigo, segundo o mesmo é favorável a criação do município e disse que estão prontos para ajudar”<sup>72</sup>.

Entre os prós e contra a emancipação, os assentados tiveram embate com os vereadores da câmara municipal de Ivinhema, que se opuseram ao movimento, sendo necessário mobilizações nas sessões. Essa oposição ocorreu em razão da luta pela emancipação do Distrito de Amandina, também pertencente à Ivinhema, que já vinha se mobilizando, mesmo antes de Novo Horizonte, conforme matéria intitulada *Emancipação* publicada na coluna Carrossel de autoria do jornalista Vander Verão:

O deputado Ozeias Pereira, líder da bancada do PST na Assembleia Legislativa, determinou a sua Assessoria, estudos visando as possibilidades técnicas e legais para a emancipação de Amandina, atual distrito de Ivinhema. Recentemente, o parlamentar recebeu das mãos dos vereadores da Câmara Municipal de Ivinhema, requerimento de nº901/90, subscrito por maioria absoluta, onde informa que aquela Casa de Leis é favorável a criação do município de Amandina<sup>73</sup>.

Esse impasse com Amandina e a necessidade de maior mobilização foi percebido também na *Ata de nº 29*:

---

<sup>72</sup> Ata nº 17. *Reunião da Comissão de Emancipação de Novo Horizonte*. Assentamento Novo Horizonte. 1991.

<sup>73</sup> O Progresso. 13 mar. 1990, p. 3.

Usando a palavra o Sr. Luiz Pastel colocou com clareza a concorrência de Amandina neste processo de emancipação, colocando que as tarefas serão distribuídas uniformemente, cada equipe falará com tal deputado e um ao usar a palavra em plenário levará a mensagem a todos os deputados juntos de que nossa causa é nobre<sup>74</sup>.

Complementando a narrativa, ao indicar a localização no mapa, “Nós e Amandina, os dois com plebiscito. Só podia passar um, até porque Amandina é aqui e Novo Horizonte aqui. Nós vinhamos até aqui e Amandina até aqui, e esse pedaço aqui no meio estava no projeto dos dois. Então só passava um”<sup>75</sup>. O projeto de emancipação do Distrito de Amandina, foi apresentado em junho de 1991 na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, sendo de autoria do Deputado José Batistón (PST). Cabe destacar que a Vila Amandina foi elevada à categoria de Distrito em 1.969 conforme Lei n°2924, e ao longo dos anos contou com várias tentativas frustradas de emancipação conforme relação abaixo obtida por meio do acervo da Biblioteca da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS):

**ASSUNTO: DIVISÃO TERRITORIAL - ESTADO - MUNICÍPIO - CRIAÇÃO - AMANDINA-MS.120 - EMENTA: CRIA O MUNICÍPIO DE AMANDINA DESMEMBRADO DA ÁREA TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE IVINHEMA<sup>76</sup>.**

PROPOSITOR(A): DEPUTADO IVO CERZOZIMO  
 ESPECIE: PROJETO DE LEI  
 PROTOCOLO: 00042/1986  
 PROCESSO: 00042/1986  
 PROJETO: 00029/1986  
 CADASTRO: 22/04/1986

**ASSUNTO: DIVISÃO TERRITORIAL - ESTADO - MUNICÍPIO - CRIAÇÃO - AMANDINA-MS. 118 - EMENTA: CRIA O MUNICÍPIO DE AMANDINA DESMEMBRADO DA ÁREA TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE IVINHEMA<sup>77</sup>.**

PROPOSITOR(A): DEPUTADO OZEIAS PEREIRA  
 ESPECIE: PROJETO DE LEI  
 PROTOCOLO: 00074/1987  
 PROCESSO: 00074/1987  
 PROJETO: 00046/1987  
 CADASTRO: 20/05/1987

<sup>74</sup> Ata n° 29. *Reunião da Comissão de Emancipação de Novo Horizonte*. Assentamento Novo Horizonte. 1991.

<sup>75</sup> ENTREVISTA. Antônio Luiz Agostinho, Novo Horizonte do Sul. 2021.

<sup>76</sup> Disponível em: <http://sgpl.consulta.al.ms.gov.br/sgpl-publico/#/linha-tempo?idProposicao=60095>, acesso em: 18 dez. 2023.

<sup>77</sup> Disponível em: <http://sgpl.consulta.al.ms.gov.br/sgpl-publico/#/linha-tempo?idProposicao=60382>, acesso em: 18 dez. 2023.

**ASSUNTO: DIVISÃO TERRITORIAL - ESTADO - MUNICÍPIO - CRIAÇÃO - AMANDINA-MS. 111 - EMENTA: CRIA O MUNICÍPIO DE AMANDINA DESMEMBRADO DA ÁREA TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE IVINHEMA<sup>78</sup>.**

PROPOSITOR(A): DEPUTADO OZEIAS PEREIRA  
ESPECIE: PROJETO DE LEI  
PROTOCOLO: 00035/1990  
PROCESSO: 00035/1990  
PROJETO: 00026/1990  
CADASTRO: 18/04/1990

**ASSUNTO: DIVISÃO TERRITORIAL - ESTADO - MUNICÍPIO - CRIAÇÃO - AMANDINA-MS. 108 - EMENTA: CRIA O MUNICÍPIO DE AMANDINA DESMEMBRADO DA ÁREA TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE IVINHEMA<sup>79</sup>.**

PROPOSITOR(A): DEPUTADO JOSÉ BATISTON  
ESPECIE: PROJETO DE LEI  
PROTOCOLO: 11192/1991  
PROCESSO: 00150/1991  
PROJETO: 00089/1991  
CADASTRO: 13/06/1991

**ASSUNTO: DIVISÃO TERRITORIAL - ESTADO - MUNICÍPIO - CRIAÇÃO - AMANDINA-MS. 107 - EMENTA: CRIA O MUNICÍPIO DE AMANDINA DESMEMBRADO DA ÁREA TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE IVINHEMA, NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL<sup>80</sup>.**

PROPOSITOR(A): DEPUTADO PAULO PEDRA E COUATORIA DE DEPUTADO ALBERTO RONDON  
ESPECIE: PROJETO DE LEI  
PROTOCOLO: 01387/1993  
PROCESSO: 00166/1993  
PROJETO: 00089/1993  
CADASTRO: 29/06/1993

**ASSUNTO: DIVISÃO TERRITORIAL - ESTADO - MUNICÍPIO - DISTRITO - CRIAÇÃO - CONVALIDAÇÃO - INCORPORAÇÃO - FUSÃO - DESMEMBRAMENTO - NÓRMAS. 105 - EMENTA: INDICO À MESA, OUVIDO O COLENDO PLENÁRIO E NOS TERMOS REGIMENTAIS, SEJA ENCAMINHADO EXPEDIENTE DESTE PODER, 80 EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO, DR. WILSON BARBOSA MARTINS, COM CÓPIA AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO, DR. THIAGO FRANCO CANÇADO; SOLICITANDO, DE MANEIRA**

<sup>78</sup> Disponível em: <http://sgpl.consulta.al.ms.gov.br/sgpl-publico/#/linha-tempo?idProposicao=61100>, acesso em: 18 dez. 2023.

<sup>79</sup> Disponível em: <http://sgpl.consulta.al.ms.gov.br/sgpl-publico/#/linha-tempo?idProposicao=61799>, acesso em: 18 dez. 2023.

<sup>80</sup> Disponível em: <http://sgpl.consulta.al.ms.gov.br/sgpl-publico/#/linha-tempo?idProposicao=62835>, acesso em: 18 dez. 2023.

**RESPEITOSA, PORÉM, COM IMPACIÊNCIA QUE A ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DE SINAIS OBJETIVOS E OFICIAIS A CERCA DA CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS, EM NOSSO ESTADO. AS CIDADE DE FIGUEIRÃO, EM CAMAPUÃ, PARAÍSO, EM COSTA RICA E AMANDINA, EM IVINHEMA, HÁ MUITO QUE AGUARDAM UM PRONUNCIAMENTO FAVORÁVEL DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL, SEM QUAL O PODER LEGISLATIVO ESTADUAL NÃO CONSEGUE VIABILIZAR OS PROJETOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DESSA LOCALIDADES<sup>81</sup>.**

PROPOSITOR(A): DEPUTADO VALDOMIRO GONÇALVES

ESPECIE: INDICAÇÃO

PROTOCOLO: 00000/1995

PROCESSO: 00560/1995

PROJETO: 00000/1995

CADASTRO: 05/04/1995

**ASSUNTO: DIVISÃO TERRITORIAL - ESTADO - MUNICÍPIO - CRIAÇÃO - AMANDINA-MS**

**101 - EMENTA: CRIA O MUNICÍPIO DE AMANDINA, DESMEMBRADO DA ÁREA TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE IVINHEMA, NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL<sup>82</sup>.**

PROPOSITOR(A): DEPUTADOS JERCÉ EUSÉBIO E VALDOMIRO GONÇALVES

ESPECIE: PROJETO DE LEI

PROTOCOLO: 01274/1995

PROCESSO: 00084/1995

PROJETO: 00070/1995

CADASTRO: 24/05/1995

**ASSUNTO: DIVISÃO TERRITORIAL - ESTADO - MUNICÍPIO - CRIAÇÃO - AMANDINA-MS. 94 - EMENTA: CRIA O MUNICÍPIO DE AMANDINA COM DESMEMBRAMENTO DA ÁREA TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE IVINHEMA<sup>83</sup>.**

PROPOSITOR(A): DEPUTADOS LONDRES MACHADO E ARY RIGO

ESPECIE: PROJETO DE LEI

PROTOCOLO: 01493/2003

PROCESSO: 00136/2003

PROJETO: 00082/2003

CADASTRO: 17/06/2003

A luta pela emancipação de Amandina teve início em 1986 e seu último projeto de Lei apresentado na ALEMS foi arquivado em 2019, chamando atenção à diversidade de propositores durante esses anos e abrindo um leque de discussões acerca desse entrave.

<sup>81</sup> Disponível em: <http://sgpl.consulta.al.ms.gov.br/sgpl-publico/#/linha-tempo?idProposicao=199500001>, acesso em: 18 dez. 2023.

<sup>82</sup> Disponível em: <http://sgpl.consulta.al.ms.gov.br/sgpl-publico/#/linha-tempo?idProposicao=63517>, acesso em: 18 dez. 2023.

<sup>83</sup> Disponível em: <http://sgpl.consulta.al.ms.gov.br/sgpl-publico/#/linha-tempo?idProposicao=84494>, acesso em: 18 dez. 2023.

O impasse com a Câmara Municipal de Ivinhema levou a mudanças no processo, o qual passou a constar de acordo com os registros da *Ata n° 17*, que “o território a emancipar não dependeria da câmara municipal e sim da assembleia legislativa”, tornando nítidas as disputas das autoridades locais e a preocupação em elaborar um projeto reforçado, ou seja, sem brechas para possíveis questionamentos. Segundo o vereador José Vieira de Souza (PMDB), único representante em Ivinhema, “neste projeto não poderia haver falhas, para que ninguém no futuro, usasse essas falhas para derrubar o município”<sup>84</sup>.

A Câmara Municipal de Ivinhema, neste momento, era composta por nomes ligados às famílias tradicionais do município, ainda vinculadas à figura do pioneiro/desbravador (proprietários de terras e comerciantes), contando com 11 vereadores (06 PMDB, 03 PTB e 02 PFL), sendo eles: Antônio Paferro, Jose Maria Fernandes, Ademir Izidoro de Melo, Sebastião Caccia, Valter Sacaramal, Osvaldo Maran, Jose Vieira de Souza, Antônio de Oliveira Sanches, Pedro Rubinho Godoy, Luiz Fernando da Silva Vieira Prado, João Pelaquim.

Na tentativa de apaziguar os ânimos, o então Prefeito Nelito Câmara propôs a criação de Subprefeituras no Distrito de Amandina e na Gleba Novo Horizonte, conforme trouxe a matéria *Ivinhema: Nelito quer implantar Subprefeituras*, publicada no jornal *O Progresso*:

Ambos os centros cumprem um papel muito importante no contexto político-administrativo do Município, por isto a administração Municipal ciente deste valioso trabalho em prol do desenvolvimento do município, está envidando esforços com as lideranças locais, com o objetivo de tornar realidade esta reivindicação das duas comunidades. Sendo agora viável a instalação das subprefeituras, o desenvolvimento que caracteriza estas regiões, será mais latente tendo conseqüentemente uma administração que já é austera mais perto das populações de ditos centros, levando assim o cumprimento de mais uma meta traçada na posse da administração Nelito<sup>85</sup>.

Cabe destacar que, no movimento, havia fissuras e ao mesmo tempo descrença, como relatou o presidente da comissão: “[...] a comissão está sendo desacreditada, mais ao mesmo tempo disse que são as pessoas que não entendem e as vezes fica difamando os trabalhos da comissão, mais a comissão não se abala com críticas invalidas de pessoas incapazes”. Em outro momento percebemos as tensões e os conflitos desencadeados, quando pastel disse:

---

<sup>84</sup> Ata n° 29. *Reunião da Comissão de Emancipação de Novo Horizonte*. Assentamento Novo Horizonte. 1991.

<sup>85</sup> O Progresso. 27 abr. 1990, p. 5.

“[...] fui até ameaçado em ser preso pelo secretário de estado da agricultura, porque no nosso modo rude de se expressar, acabei destrutando-o”<sup>86</sup>.

Outra problemática encontrada pelos assentados foi que durante a coleta de dados, conforme a *Lei Complementar 058/91*, no tocante a arrecadação, Novo Horizonte não alcançou o valor esperado, desencadeando o entrave frente a impossibilidade de realização do plebiscito, previsto inicialmente para junho de 1991, vindo a ocorrer em março do ano seguinte. Por outro lado, tramitava na ALEMS o projeto de lei complementar n° 62/91 que alterava o percentual de arrecadação necessário para criação de municípios, onde constava:

Art. 7° IV- arrecadação, no último exercício, não inferior a cinco milésimos da receita estadual de impostos<sup>87</sup>;

Passou a constar:

Art. 7° IV- valor do movimento econômico, apurado pelos critérios utilizados para cálculo do índice de participação dos municípios na arrecadação do imposto estadual sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços (ICMS), que não poderá ser inferior a três (3) milésimo daquele apurado para o Estado e relativo ao último exercício já publicado<sup>88</sup>.

De acordo com a *Ata n°31*, o Deputado Londres Machado já havia assegurado que com a alteração na Lei, por meio da nova redação dada pela Lei Complementar n°62/91, o projeto passaria e a luta “não seria em vão” em prol da “emancipação político e social” do assentamento. No ofício n°143/1992 da Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ) observamos o motivo, uma vez que o índice de movimentação econômica de Novo Horizonte relativo ao exercício já publicado de 1990 era no valor de 3,2324 milésimos, conforme documento:

---

<sup>86</sup> Ata n° 28. *Reunião da Comissão de Emancipação de Novo Horizonte*. Assentamento Novo Horizonte. 1991.

<sup>87</sup> Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ms/lei-complementar-n-58-1991-mato-grosso-do-sul-dispoe-sobre-alteracoes-territoriais-e-de-denominacao-em-municipio-e-distrito-e-da-outras-providencias>, acesso em: 27 set. 2023.

<sup>88</sup> Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ms/lei-complementar-n-62-1991-mato-grosso-do-sul-altera-dispositivos-da-lei-complementar-no-58-de-14-de-janeiro-de-1991-e-da-outras-providencias>, acesso em: 27 set. 2023.



negou aqui para nós, nós conseguimos no Rio. [...] o IBGE era só para comprovar aquilo que já tínhamos feito: população, quantidade de eleitor, quantidade de alunos na escola, isso aí. Pô, nós tínhamos dois mil alunos. A principal dificuldade nossa para criar o município foi o IBGE, por viés político, porque o estado era governado pela direita, mas as entidades e superintendência não<sup>89</sup>.

A fala de Antônio vai em direção à divergência de dados fornecidos pelo órgão e percebidos nos autos do processo de emancipação, em que constam dois ofícios do IBGE, sendo um deles emitido em novembro de 1991, trazendo a quantidade de 968 a população do distrito e outro datado de 17 de março de 1992, o qual traz o número populacional de 8.599 habitantes.

Desta forma, notamos o desencadeamento de questões partidárias e ao mesmo tempo o acesso e força política do movimento, num processo não tão simples como as narrativas oficiais retratam em relação a emancipação de Novo Horizonte do Sul. Negociações e concessões marcaram a construção do movimento, um campo de disputa permeado pelos interesses e relações de poder social e político.

## **2.2 Projeto de Lei nº110/91: protagonismo dos assentados ou interesses parlamentares?**

*O primeiro passo foi dos brasiguaios para que isso acontecesse. Foram os próprios brasiguaios que lutaram. Não teve ideia de outras pessoas de fora, foi o próprio povo de Novo Horizonte (Chiquinho)*

*O pessoal pegou amizade com o Londres Machado, que era um dos que era junto do Governo do Estado. E ele fez com que esse projeto fosse levado até a Assembleia Legislativa e aprovado (Antônio).*

De autoria do deputado Londres Machado<sup>90</sup> (Presidente da ALEMS) e resultado da mobilização da Comissão emancipacionista, o Projeto de Lei nº 110/91 (Processo nº180/91) passou a tramitar na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, em 27 de junho de 1991, dois meses após o início das tratativas entre os assentados. O projeto foi composto por 186 páginas, que traz em seu escopo documental: justificativa, dados do Tribunal Regional Eleitoral, pareceres da Comissão Especial de Divisão Territorial (CEDT), IBGE, ofícios

<sup>89</sup> ENTREVISTA. Antônio Luiz Agostinho, Novo Horizonte do Sul. 2021.

<sup>90</sup> Uma das figuras mais emblemáticas na história política de Mato Grosso do Sul, que atualmente está no seu 13º mandato na Assembleia Legislativa do estado.

tramitados entre as instancias da ALEMS, ofícios da Superintendência Estadual do INCRA, Lei de criação do Distrito, Relatório da Empresa de Energia Elétrica de Mato Grosso do Sul (ENERSUL), relação de inscrições de todos os contribuintes, dados da EMPAER - resumo socioeconômico, relação complementar de proprietários rurais do Distrito, dados da Secretaria de Fazenda do Estado (SEFAZ), Ata de votação em plenário favorável a emancipação e Lei de Criação.

O pontapé inicial se deu pela indicação, elaboração e justificativa do autor do projeto, em que escreveu:

A comunidade do distrito de Novo Horizonte, escreveu com garra e sagacidade a primeira página de sua história, com a chegada coletiva a uma terra hostil, enfrentando os obstáculos comuns aos pioneiros e desbravadores. Hoje, poucos anos depois, provou sua capacidade e vontade de trabalhar, estabelecendo uma cidade que, em futuro próximo, galgará posições entre os mais prósperos municípios do estado. Ao darmos autonomia política e administrativa para o jovem distrito Novo Horizonte, constituindo o município de Novo Horizonte do Sul, mais que fazendo justiça ao seu povo, erigiremos uma nova unidade autônoma do território estadual, com toda potencialidade que desejamos para um município forte e altaneiro<sup>91</sup>.

A constituição de um Projeto de Lei, cujo objetivo constitua a emancipação de um território é marcada por estratégias e negociações envolvendo sujeitos diversos, mexendo não apenas com a política local. E, neste caminho, notamos que o processo de emancipação de Novo Horizonte do Sul não foi constituído de forma isolada, uma vez que tramitou na Assembleia Legislativa juntamente com os projetos de Alcinópolis (Projeto n° 179/91), Japorã (Projeto n° 022/90), Laguna Carapã (Projeto n° 137/91) e Nova Alvorada do Sul (Projeto n° 022/90).

Na análise desses projetos encontramos características peculiares que justificaram o movimento pró-emancipação, conforme descritas abaixo:

**Alcinópolis.** (Autor: Franklin Masruha). Justificativa: A conquista da autonomia do Distrito de ALCINOPOLIS é um sonho de todos os que ali residem, expressam no abaixo assinado em anexo, pois seu povo reger seus próprios destinos. O projeto que ora apresentamos atende mais justos anseios daquela população, que, com seu suor proporcionou notório progresso para a região. Não nos resta dúvida da viabilidade desta propositura, o que será constatado com os requisitos exigidos pela legislação vigente. É de fundamental importância realçar que no ano de 1987, foi apresentado, por lideranças partidárias ' com assento nesta Casa à

---

<sup>91</sup> ALEMS, projeto de Lei n° 110/91. p. 1.

época, um projeto de lei com o mesmo objetivo, sendo arquivado por não preenchimento do requisito do número de habitantes, conforme poderá ser visto do ofício do IBGE datado 11/12/87, anexo, que no entanto traz no seu texto preenchimento das demais exigências legais que são de sua competência declarar, tais como: área residual, número de edificações e inexistência de topônimo<sup>92</sup>.

**Laguna Carapã.** (Autor: Humberto Teixeira). Justificativa: A projeção de sua produção agrícola permite nos afirmar que Laguna Carapã, em pouco tempo, será um dos municípios de economia mais sólida em Mato Grosso do Sul, e, por isso mesmo, tem garantida sua viabilidade. Trata-se de uma comunidade com alto índice de consciência política e admirável senso de organização<sup>93</sup>.

**Nova Alvorada do Sul.** (Autor: André Puccinelli). Justificativa: A propositura da presente lei versa a emancipação política-administrativa de Nova Alvorada, vindo ao encontro dos mais justos anseios da sua comunidade. Indiscutível, notório e surpreendente é o progresso no distrito de Nova Alvorada, consequência de sua localização estratégica e graças a força de trabalho de sua população. Localizada na estrada do Estado no ponto 1 mais conhecido como "TREVO", Nova Alvorada, possui uma diversificada economia, responsável por grande parcela da arrecadação tributária do histórico Município de Rio Brillante. Outrossim, a emancipação com certeza só trará satisfação a população local como promoverá riqueza e progresso ao povo de Mato Grosso do Sul<sup>94</sup>.

Nova Alvorada do Sul, também chamado de *entroncamento*, foi elevado à categoria de distrito de Rio Brillante através da Lei nº 3.876/1977, sendo um povoado que interligava a capital do estado à região da Grande Dourados. Já Laguna Carapã se tornou distrito pela Lei nº 1.163/1958. Seu nome tem origem indígena, significando *lagoa torta* e abrigando um expressivo número de indígenas da etnia Guarani-Kaiowá. O mesmo ocorreu na formação de Japorã, que em tupi-guarani significa *aquele que é bonito*, foi elevado à categoria de distrito pela Lei nº 211/1981, região fronteira e terra dos Guarani - Ñandeva. Por fim, Alcinópolis, o qual não encontramos muitas informações acerca de sua história política, apenas que teve sua origem a partir da Fazenda Bananal.

O surgimento desses movimentos emancipacionistas em períodos concomitantes nos levou a acreditar que estavam vinculados não apenas ao sonho das comunidades locais, mas ao que os periódicos que circulavam na época descreveram como sendo um movimento de “revisão territorial”, a exemplo do jornal *O Progresso*, que trouxe a matéria sob o título *AL*

<sup>92</sup> ALEMS, Projeto de Lei nº 179/91. p. 1.

<sup>93</sup> ALEMS, Projeto de Lei nº 137/91. p. 1.

<sup>94</sup> ALEMS, Projeto de Lei nº 022/90. p. 1.

*forma comissões para revisão territorial e novos municípios*, descrevendo conforme recorte abaixo:

Assembleia Legislativa do Estado designou ontem os membros para integrar a Comissão Constitucional de que trata o artigo 17 do Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias da Constituição Estadual, promulgada a cinco de outubro de 89, que se encarregará de promover estudos acerca dos limites geopolíticos e administrativos para elaboração de eventuais projetos relativos à divisão ou redivisão territorial. [...] Na casa há quatro projetos-de-lei de desmembramento de distritos e sua emancipação: Nova Alvorada (Rio Brilhante), Novo Horizonte (Ivinhema), Laguna Carapã (Ponta Porã) e Japorã (Mundo Novo)<sup>95</sup>.

Novo Horizonte ganhou maior destaque pela trajetória dos assentados ligada a condição de trabalhadores rurais, vinculados à luta pela terra e a forma como o assentamento se moldou. O jornal *O Progresso*, em uma de suas publicações referenciou Novo Horizonte como assentamento modelo, ao registrar que: “O projeto de assentamento Novo Horizonte, considerado um dos modelos mais bem-sucedidos de reforma agrária do país, pode adquirir autonomia política e administrativa até o próximo ano”<sup>96</sup>. A formação da cidade/núcleo urbano do assentamento, ainda em 1988, deve ser pensada como parte integrante do processo de luta na continuidade da construção do espaço e/ou território brasiguaiio, reestruturação do espaço social e ponto de partida para luta emancipacionista.

Prefigurado pela trajetória brasiguaiia, Novo Horizonte, recebeu uma atenção maior em relação aos demais assentamentos do estado, feito esse que pode ter influenciado no adjetivo assentamento modelo. Em matéria intitulada *Empaer desenvolve experimentos para atender assentados*, o jornal *O Progresso* buscou trazer esse zelo do estado para com os assentados:

Quando foi criado o Assentamento Novo Horizonte, no município de Ivinhema, a Empaer recebeu do Incra, em 1989, uma área de 20 hectares para desenvolver alguns experimentos visando atender as necessidades dos assentados. Desta forma, foi criado também, um escritório local da Empaer dentro do assentamento para prestar assistência técnica aos produtores. Na área cedida pelo Incra a Empaer desenvolve atualmente experimentos com as culturas do algodão, girassol, mamona e mucuná<sup>97</sup>.

<sup>95</sup> O Progresso. 08 mai. 1991, p. 03.

<sup>96</sup> O Progresso. 28 jun. 1991, p. 05.

<sup>97</sup> O Progresso. 15 jan. 1992, p. 09.

Ao fazer menção ao projeto de Lei, adentramos numa problemática que coloca em disputa protagonismo dos assentados em detrimento aos interesses do legislativo. Bittar (2009) defende a tese de que essas articulações políticas partem de uma elite dirigente de grandes proprietários rurais que passaram a governar Mato Grosso do Sul, a partir de sua constituição, formando uma elite política. Em complementação, Houtzager enfatiza que “as relações entre movimento e elite são moldadas, em vários sentidos, pelas instituições que ligam Estado e sociedade” (Houtzager, 2004, p.134). Outra relevância é a flexibilização dos requisitos para emancipação municipal trazidas pela Constituição de 1988, com maior autonomia aos municípios e a execução do Fundo de Participação Municipal (FPM).

De acordo com Siqueira, “a década de 1990 assistiu a um intenso processo de emancipação municipal em todo país. Entre os anos de 1990 e 2000, foram instaladas 1.016 novas municipalidades, correspondendo a um incremento relativo de 22,6% no número de municípios brasileiros”, e destaca dois aspectos estimulantes para criação de novos municípios no Brasil: “1) o novo status conquistado pelos municípios, acompanhado de uma transferência significativa de recursos e; 2) elaboração de uma legislação, a nível estadual, que criou regras que facilitaram a ocorrência de emancipações municipais” (Siqueira, 2005, p.7-8).

Em meados de 1991, o então governador do estado, Pedro Pedrossian, que buscava uma legislatura pautada no diálogo com a oposição, promulgou a Lei estadual nº1140, com a finalidade de “mudar toda a estrutura administrativa de MS”, a fim de amenizar os problemas econômicos da esfera estadual. Bittar afirmou que Pedrossian “governou praticamente sem oposição, observado a estabilidade que faltara ao governo anterior. No que diz respeito a Assembleia Legislativa, além de dispor da maioria que elegera pela sua coligação, ampliou essa base no decorrer de seu governo por meio de barganhas” (Bittar, 2009, p.275).

Pedrossian, em seus discursos, despontava um olhar voltado para a questão fundiária do estado. Assim, em resposta ao número de ocupações de terra em Mato Grosso do Sul, criou uma comissão específica na ALEMS, com a finalidade de “discutir o encaminhamento da política agrária do Estado e as sucessivas invasões de propriedades rurais no Estado” e acelerar a reforma agrária no estado<sup>98</sup>.

Outro projeto de destaque é a constituição das agrovilas que, para o governo, era uma medida que pretendia “resolver parte dos problemas agrários provocados pelo deslocamento das famílias de trabalhadores sem-terra de regiões de produção”, funcionando como pequenas “cidades rurais” com estrutura que servisse de estímulo para que o trabalhador rural

---

<sup>98</sup> Correio do Estado, 16/17 mar. 1991, p. 06.

permanecesse no campo. O *Correio do Estado*, em reportagem intitulada *Negociatas na reforma agrária*, dedicou uma página do jornal para apresentação das vistorias realizadas pelo INCRA nos assentamentos do estado, onde constatou que 30% dos lotes entregues a sem-terra foram vendidos, somando em números mais de 200 lotes<sup>99</sup>.

Também foi constituída neste mesmo período a Comissão Especial de Divisão Territorial (CEDT), que tinha por intenção rever, discutir e criar territórios estaduais, conforme Ato normativo, publicado em 1991. Essa comissão objetivava a elaboração de projetos relativos à “divisão e redivisão territorial”. A CEDT passou a ser presidida pelo Deputado Humberto Teixeira (PRN), André Puccinelli (PSDB), Waldomiro Gonçalves (PTB), José Carlos Monteiro (PDT) e Pedro Batiston (PST), que além de analisar os projetos de emancipação mencionados anteriormente, também analisava desmembramentos distritais e anexações de territórios, conforme noticiou o jornal *O Progresso*:

---

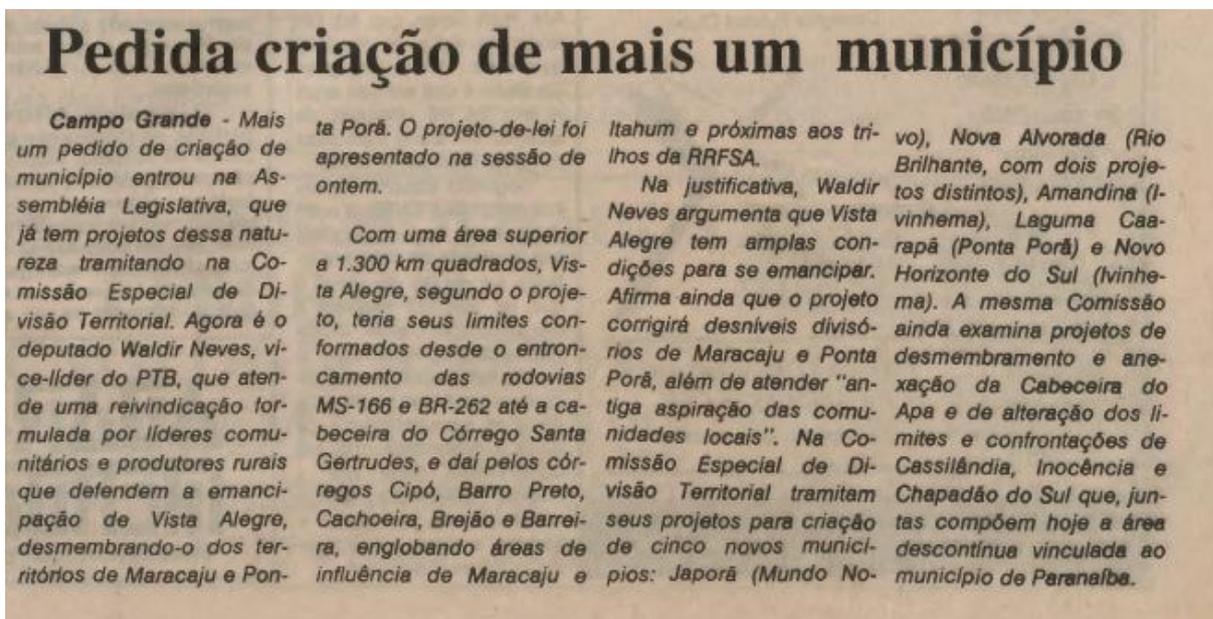
<sup>99</sup> Correio do Estado. 27 mar. 1991, p. 08.

**Imagem 15:** AL já tem propostas para criação de cinco novos municípios



Fonte: O Progresso. 14 de jun. 1991, p.02

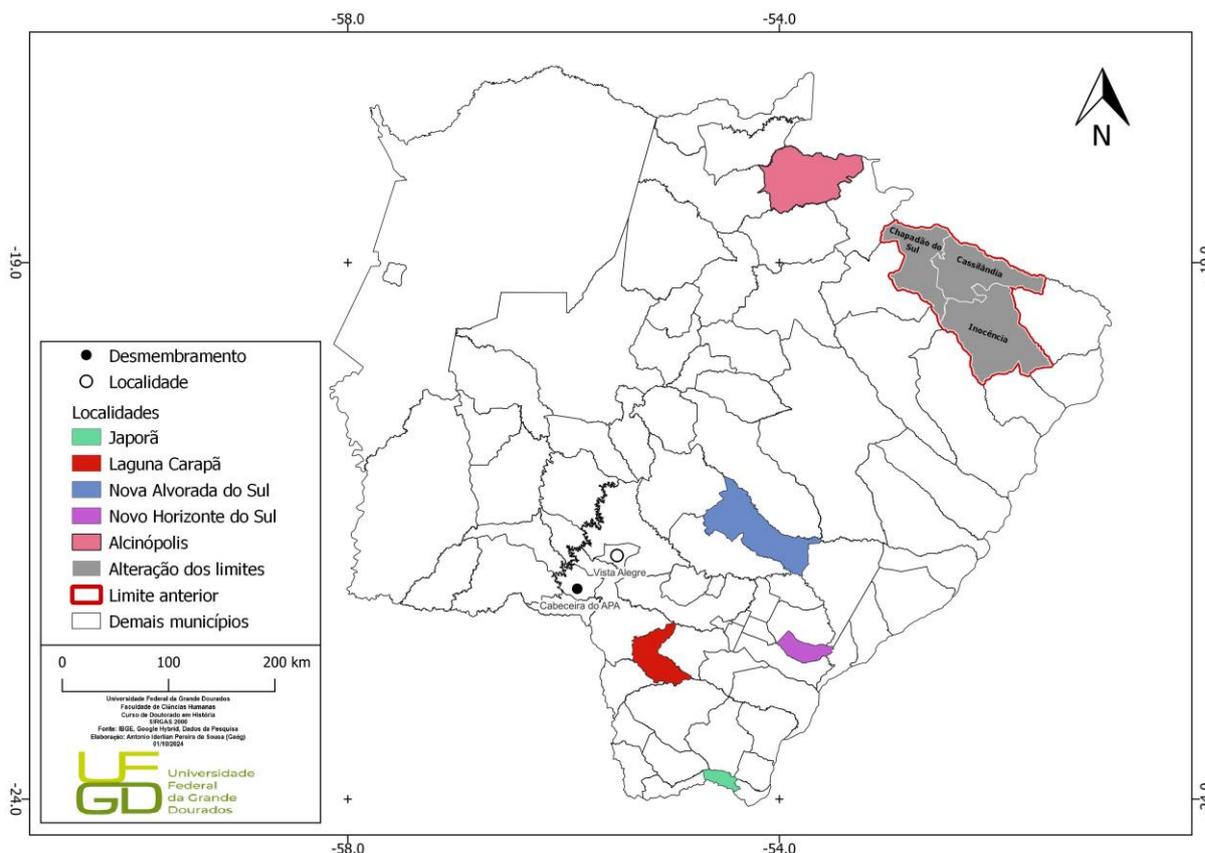
**Imagem 16:** Pedida criação de mais um município



**Fonte:** O Progresso. 10 de out. 1991, p.03

Ambas as matérias extraídas das páginas iniciais do jornal *O Progresso* (periódico com edição diária e matinal de circulação em todo o estado), da seção dedicada a política expressava a relevância desses processos de revisão e emancipação territorial, além de reforçar a ideia de que a emancipação de Novo Horizonte do Sul, não ocorreu de forma isolada, mas entendida num contexto mais amplo. De acordo com *O Progresso*, a mesma comissão examinava projetos de desmembramento da Cabeceira do Apa, pertencente ao município de Ponta Porã e anexação a Antônio João (região fronteiriça), alteração dos limites e confrontações de Cassilândia, Inocência e Chapadão do Sul, que compunham área descontínua vinculada ao município de Paranaíba (divisa com os estados de Minas Gerais e Goiás) e emancipação do distrito de Vista Alegre em Maracaju-MS.

Para melhor compreensão, segue o mapa com destaque a esses processos:

**Mapa 04:** Projetos de emancipação, desmembramento e alteração de limites

**Fonte/ Elaboração:** Antônio Iderlan Pereira de Souza e Nelson de Lima Júnior

Entre o protagonismo dos assentados e os interesses dos parlamentares, encontrava-se o posicionamento do INCRA em relação ao projeto emancipacionista. De acordo com o jornalista Vander Verão, por meio das páginas do *O Progresso*, o Terrasul debatia a reforma agrária no Legislativo Estadual, ao passo que: “Segundo o superintendente regional do INCRA, Eduardo Carilho, o governo quer emancipar todos os projetos de assentamento existentes hoje, buscando outras formas de viabilidade à necessidade de se processar o retorno do homem à terra ou à origem”<sup>100</sup>. Emancipar neste contexto significava autonomia dos assentados (denominada de emancipação política e social) e não necessariamente ao desmembramento administrativo, porém não descartava tal conquista, uma vez que evidenciaria o resultado positivo da reforma agrária.

O projeto de emancipação de Novo Horizonte do Sul tramitou durante dez meses na ALEMS até a publicação da Lei de Criação. O projeto foi revisado apenas quanto a alteração da Lei Complementar nº58/91, com sua nova redação, que lhe foi dada pela Lei

<sup>100</sup> O Progresso. 08 mai. 1991, p. 04.

Complementar n°62/91. As articulações são visíveis nas entrelinhas dos documentos oficiais, e percebíveis nas falas dos assentados e nos escritos contidos nas *atas* da comissão pró-emancipação. Os bastidores foram permeados de acordos e interesses de ambas as partes (assentados e políticos).

As lideranças políticas e econômicas se envolviam na tentativa de expandirem seus tentáculos com a constituição do município. Esse processo foi vivenciado pelos demais territórios que lutavam por emancipação neste período, podendo citar o caso de Nova Alvorada do Sul, então distrito de Rio Brillhante, que durante a apresentação do projeto de emancipação na Assembleia Legislativa, a sessão “virou caso de polícia”, conforme descrito na reportagem trazida pelo jornal *Correio do Estado*, com destaque para a seguinte frase “[...] prefeito foi parar na delegacia para pedir proteção e prisão de vereador que agrediu seus assessores”<sup>101</sup>.

No caso de Nova Alvorada do Sul, o impasse foi desencadeado quanto a divisão da área territorial em que envolvia outro município, Sidrolândia, passando a tramitar na ALEMS dois projetos que se confrontavam, de um lado o do deputado Roberto Razuk (PTB), e de outro, o deputado André Puccinelli (PSDB). Um território com dois municípios-mãe, num entroncamento estratégico e importante que ligava as rodovias BR 267 e BR 163.

Até a votação e a promulgação da lei de criação do município Novo Horizonte do Sul, um intervalo moroso expressava sentimentos incertos. Nessa conjuntura, Antônio chegou a afirmar que “política é conveniência”. Essa afirmação ficou mais evidente quando disse:

Eu esperava o diário oficial todo dia, dormia embaixo da marquise do tribunal de justiça. [...]. O Londres me chamou e disse “olha filho, vocês querem passar? Fez o plebiscito, já é município, mas o Pedro não assinou ainda e eu conheço o Pedro, cria o partido dele. [...] daí nós criamos o PTB aqui, fomos obrigados a fazer isso, filiamos sessenta e duas pessoas e criamos o partido”<sup>102</sup>.

A filiação partidária do presidente da comissão de emancipação ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) mostrou um movimento novo atrelado aos velhos costumes, sendo visível a influência exercida pelo parlamentar Londres Machado em relação aos assentados. Entendemos costumes como uma arena na qual interesses opostos apresentam

<sup>101</sup> Correio do Estado. 21 mar. 1991, p. 03.

<sup>102</sup> ENTREVISTA. Antônio Luiz Agostinho, Novo Horizonte do Sul. 2021.

reivindicações conflitantes, nos apropriando de Thompson (1988). Pensando as questões político-partidárias, recorreremos a Pierre Bourdieu, quando menciona que:

Os que dominam o partido e têm interesses ligados com a existência e a persistência desta instituição e com os ganhos específicos que ela assegura, encontram na liberdade, que o monopólio da produção e da imposição dos interesses políticos institucionais lhes deixa, a possibilidade de imporem os seus interesses de mandatários como sendo os interesses dos seus mandantes (Bourdieu, 2001, p.168).

A mesma estratégia de filiação partidária foi seguida pelo presidente da Comissão de emancipação de Japorã, que mantinha laços com os assentados de Novo Horizonte. Para Antônio: “[...] conseguimos isso através de um movimento, e o movimento tinha um partido, e apoiava o partido, nós tínhamos que tá junto com aquele povo”<sup>103</sup>. Na análise do processo de emancipação, uma das hipóteses que levaram a mudança partidária, além da referência ao deputado autor do projeto, notamos que a bancada do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), na ALEMS, era composta por 08 deputados, se comparada as demais (PST, PDT, PMDB, PSDB, PT, PRN) e obtinham o maior número de votos, ou seja, força política.

Houtzager define esses apoiadores externos como incubadores, “elites que vão além do papel de aliados de movimentos e, na realidade, organizam novos atores, procurando, assim, reconstituir as clivagens políticas e reorientar a contestação política” (Houtzager, 2004, p.133).

Em março de 1992 foi realizado o plebiscito como parte integrante do processo de criação do município<sup>104</sup>, a fim de consultar o posicionamento da população sobre a emancipação. A esse respeito, os editores do jornal *O Progresso* trouxeram uma matéria especial com ênfase no plebiscito. Ela continha, além dos escritos, duas imagens, sendo uma confirmando o apoio do prefeito de Ivinhema, Nelito Câmara, ao acompanhar o processo, e outra mostrando um dos moradores do assentamento depositando seu voto na urna.

De acordo com a matéria:

A população da gleba Novo Horizonte, distrito de Ivinhema deu o primeiro passo para sua independência político-administrativa, através de um plebiscito realizado no último domingo. A expectativa foi enorme e a população compareceu em peso nas urnas colocadas na Escola Oscar

<sup>103</sup> ENTREVISTA. Antônio Luiz Agostinho, Novo Horizonte do Sul. 2021.

<sup>104</sup> Artigo 15. A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão, preservando a continuidade e a unidade histórica e cultural do ambiente urbano, por lei estadual, que obedecerá aos requisitos previstos por lei complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, através de plebiscito, à população diretamente interessada (Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, 05 de outubro de 1989).

Romero. Desde as 8:00 horas da manhã até as 17:00 horas da tarde o movimento foi intenso, dando mostras que a população da gleba Novo Horizonte estava unida em torno deste grande objetivo. A organização do plebiscito esteve a cargo do juiz Marcos Jose de Brito Rodrigues. Esta emancipação é a primeira no país que ocorre originária de um assentamento<sup>105</sup>.

Na mesma publicação, o vereador José Vieira de Souza (PT) ao falar da emancipação, expressou sentimentos de gratidão ao então prefeito Nelito Câmara:

Fazendo justiça, também, a esta grande vitória de emancipação, temos que valorizar o ótimo trabalho desenvolvido pela administração do município de Ivinhema, na pessoa do seu prefeito, Nelito Câmara que foi um dos responsáveis durante todos estes anos de dotar este futuro município de uma infraestrutura necessária para o seu desenvolvimento, sendo que a frota mecanizada da prefeitura sempre deu atendimento à população, como também na área de saúde, educação e assistência social<sup>106</sup>.

Sérgio Cruz, ao falar da participação de Nelito no processo de emancipação de Novo Horizonte do Sul, além de defini-lo como um político ligado ao trabalhador rural, o caracterizou como sendo um “PMDB meio a esquerda” que deu muito apoio aos brasiguaios, além de chamar atenção para as facetas políticas ao dizer “se ele vai contra a emancipação e de repente emancipa, ele acabaria perdendo politicamente”<sup>107</sup>.

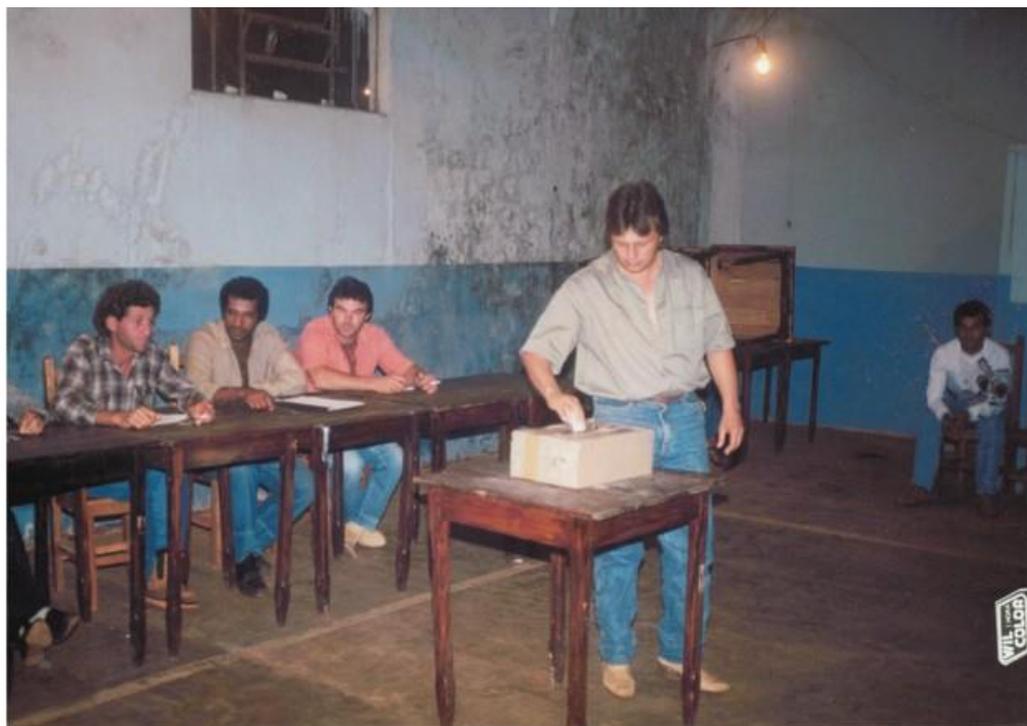
A *imagem 17* traz um dos registros fotográficos realizados durante consulta pública que esteve a cargo do juiz Marcos José de Brito Rodrigues.

---

<sup>105</sup> O Progresso. 02 abr. 1992, p. 04.

<sup>106</sup> Id. 1992, p. 04.

<sup>107</sup> ENTREVISTA. Sérgio Cruz, Campo Grande. 2024.

**Imagem 17: Plebiscito**

**Fonte:** Arquivo Pessoal Chiquinho

A imagem em questão, tirada num ambiente escolar onde foi realizado o plebiscito que na prática se assemelhava a uma seção eleitoral incluindo a necessidade de mesários. O voto poderia ser exercido por todos aqueles que residiam e/ou possuíam títulos de eleitor vinculado às seções de Novo Horizonte. Os votos impressos foram depositados em urnas simples feitas de caixas de papelão.

Conforme o ofício nº 521/0597/92 TRE, o resultado do plebiscito constituiu-se da seguinte forma: 1.680 (sim), 67 (não), 26 (nulos) e 51 (brancos). Se comparado ao número total de eleitores (3.040) informados em 02 de maio de 1991, pelo Tribunal Regional Eleitoral, notamos a participação de 60% da população neste ato integrante do processo de emancipação, o que faz pensar: a emancipação era sonho de todos? De apenas um grupo? Na 31ª reunião da comissão pró-emancipação, realizada em dezembro de 1991, já havia registros de incertezas e insegurança quanto ao resultado do plebiscito:

O Sr. Luiz Pastel fez todos ver a preocupação do Deputado (Londres Machado), quanto conseguir a maioria dos votos em um plebiscito. Todos os presentes ficaram preocupados, partindo em busca de soluções tais como promover transporte para os moradores que estão mudando de Novo Horizonte do Sul, comprovação de domicílio eleitoral, havendo os prós e contra<sup>108</sup>.

<sup>108</sup> Ata nº 31. *Reunião da Comissão de Emancipação de Novo Horizonte*. Assentamento Novo Horizonte. 1991.

Nos anexos do processo de emancipação constaram dois ofícios com o resultado do plebiscito, sendo o primeiro de nº427, substituído pelo de nº521, justificado por um erro no fornecimento dos dados, conforme imagens:

### **Imagem 18: Resultado do plebiscito**

Tenho a honra de informar a Vossa Excelência o resultado final da consulta plebiscitária realizada em NOVO HORIZONTE, Município de Ivinhema, neste Estado, que é o seguinte:

- Sim.....	248
- Não.....	14
- Brancos.....	03
- Nulos.....	03
Total.....	268

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência protestos de alta estima e distinta consideração.

**Fonte:** Ofício nº427/0554/93- TRE- 02 de abril de 1992

### **Imagem 19: Resultado do plebiscito (correção)**

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência este expediente, em substituição ao anterior de nº 427/0554/92-Pre, no qual foi fornecido o resultado final do plebiscito realizado no Distrito de Novo Horizonte, Município de Ivinhema, tendo em vista a troca de dados, que na realidade são os seguintes:

- Sim.....	1.680
- Não.....	67
- Nulos.....	26
- Brancos.....	51
T o t a l.....	1.824

Na oportunidade peço escusas pelo lapso e renovo protestos de elevada estima e distinguida consideração.

**Fonte:** Ofício nº521/0597/92 TRE- 07 de abril de 1992

O plebiscito, caracterizado pela consulta pública aos assentados, legitimou a luta popular, atribuindo representatividade ao movimento. Após o plebiscito, realizado em 29 de março de 1992, seu resultado foi encaminhado à Comissão Especial de Divisão Territorial (CEDT) para parecer final, o qual obteve efeito satisfatório:

**Voto do Relator:** Observadas as disposições legais e regimentais, e comprovada a firme disposição da população de Novo Horizonte em autodeterminar seu próprio destino, consubstanciada no plebiscito de 29 de março de 1992, nosso voto é FAVORÁVEL à remessa do projeto de lei nº110/91 à mesa Diretora, para que proceda a votação da matéria, nos termos dos artigos 423 a 426 do Regimento interno, no que couber. É como votamos<sup>109</sup>.

Dois dias após promulgação do parecer final da CEDT, o projeto de emancipação de Novo Horizonte do Sul foi votado na ALEMS, juntamente com os projetos de Japorã, Laguna Carapã e Alcinópolis, obtendo 24 votos favoráveis e nenhum contrário por parte da Câmara dos Deputados, conforme os anexos do processo (Cédulas de votação e folha/ATA de votação). Ressalta-se que o projeto de emancipação de Nova Alvorada do Sul já havia sido votado em outubro de 1991.

---

<sup>109</sup> ALEMS, Processo nº180/91, p. 116.

Imagem 20: Cédulas de votação

C É D U L A D E V O T A Ç Ã O  
PROJETOS REFERENTES A CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS

S I M = a favor da criação.  
N Ã O = contra a criação.

V O T O		PROJETO DE LEI Nº	A U T O R DEPUTADO	E M E N T A
<input checked="" type="checkbox"/> 23	S I M	022/90	Fernando Saldanha	Cria o Município de JAPORÃ, desmembrado do território do Município de Mundo Novo e dá outras providências.
<input checked="" type="checkbox"/> 4	N Ã O			
<input checked="" type="checkbox"/> 24	S I M	110/91	Londres Machado	Cria o Município de NOVO HORIZONTE DO SUL, e dá outras providências.
<input checked="" type="checkbox"/> 6	N Ã O			
<input checked="" type="checkbox"/> 24	S I M	137/91	Humberto Teixeira, Alberto Rondon, Roberto Razuk, Valde- nir Machado e An- dré Puccinelli	Cria o Município de LAGUNA CAARAPÃ, e dá outras provi- dências.
<input checked="" type="checkbox"/> 24	S I M	179/91	Franklin Masruha	Cria o Município de ALCINÓPOLIS, desmembrado da área territorial do Município de Coxim.
<input checked="" type="checkbox"/> 7	N Ã O			

Fonte: Processo nº180/91, p. 118

## Imagem 21: Folha de Votação

BORA: \_\_\_\_\_

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

09 ABR 1992

DATA: \_\_\_\_\_  
ATA Nº \_\_\_\_\_  
SESSÃO \_\_\_\_\_  
CLASSE: 09 ABR 1992

Folha de  
VOTAÇÃO: EMANCIPAÇÃO de  
Territórios

Projeto 022/90; 110/91; 137/92  
(04.ª sessão) e 179/92

**BANCADA DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO**

01 - Deputado ALUIZIO BORGES  
02 - Deputado ARMANDO ANACHE  
03 - Deputado BETO  
04 - Deputado CICERO DE SOUZA  
05 - Deputado CLAUDINEI DA SILVA  
06 - Deputado FERNANDO SALDANHA  
07 - Deputado VALDOMIRO GONÇALVES  
08 - Deputado WALDIR NEVES

**BANCADA DO PARTIDO SOCIAL TRABALHISTA**

01 - Deputado ALBERTO RONDON  
02 - Deputado JOSÉ BATISTON  
03 - Deputado MAURÍCIO PICARELLI  
04 - Deputado SANTOS TOMAZELLI

**BANCADA DO PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA**

01 - Deputado DOUTOR LOESTER  
02 - Deputado JOSÉ MONTEIRO  
03 - Deputado OSCAR GOLDONI  
04 - Deputado ROBERTO RAZUK

**BANCADA DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**

01 - Deputado ANDRÉ PUCCINELLI  
02 - Deputado FRANKLIN MASRUHA  
03 - Deputado WALDENIR MACHADO  
04 - Deputado WALDEMIR MOKA

**BANCADA DO PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA**

01 - Deputado ÉDER BRAMBILLA

**BANCADA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES**

01 - Deputado BECA DO PT

**BANCADA DO PARTIDO DA RECONSTRUÇÃO NACIONAL**

01 - Deputado HUMBERTO TEIXEIRA

01 - Deputado LONDRES MACHADO

No ato, os parlamentares, conforme matéria do jornal *O Progresso*, destacaram a emancipação de Novo Horizonte do Sul como um marco do trabalhador rural na luta pela terra. Essa matéria foi anunciada na capa da edição sob o título *Assembleia cria quatro novos municípios em MS*, dedicando posteriormente uma página para apresentar o posicionamento dos deputados autores dos projetos de emancipação, com maior destaque a Novo Horizonte do Sul, conforme matéria abaixo:

Dos novos municípios, destaca-se o de Novo Horizonte do Sul, que nasceu de um projeto de reforma agrária implantado pelo governo federal em junho de 1986, em Ivinhema. Cerca de mil famílias de “brasiguaios”, colonos brasileiros que trabalhavam em terras paraguaias. [...]. Esta emancipação é a primeira no país que ocorre originária de um assentamento. “Fazendo justiça, também, a esta grande vitória de emancipação, temos que valorizar o ótimo trabalho desenvolvido pela administração do município de Ivinhema, na pessoa do seu prefeito, Nelito Câmara que foi um dos responsáveis durante todos estes anos de dotar este futuro município de uma infraestrutura necessária para o seu desenvolvimento, sendo que a frota mecanizada da prefeitura sempre deu atendimento à população, como também na área de saúde, educação e assistência social”, declarou o morador da gleba Novo Horizonte, Jose Vieira de Souza<sup>110</sup>.

A mesma notícia ainda fez menção aos demais municípios emancipados. No caso de *Japorã*, destacou: “O deputado Fernando Saldanha (PTB) autor do projeto-de-lei que cria o município de Japorã, prestou homenagem a população do distrito fronteiro e lembrou que a luta pela emancipação se deve, também, ao empenho e apoio do seu colega de bancada governista, Santos Tomazelli, do PST”.

Em relação a *Laguna Carapã*: “O Deputado Humberto Teixeira (PRN), que propôs a criação do município de Laguna Carapã (Lagoa Torta), na língua guarani, juntamente com os parlamentares Valdenir Machado (PMDB), Alberto Rondon (PST), André Puccinelli (PMDB), Fernando Saldanha (PTB), e Oscar Goldoni (PDT), destacou o trabalho da comissão de emancipação formada pela comunidade local”, por fim, *Alcinópolis*: “Autor do projeto-de-lei que beneficiou Alcinópolis, o Deputado Franklin Masruha (PMDB), ex-prefeito de Coxim, exaltou o pioneirismo de Alcino Carneiro, que emprestou seu nome ao distrito e para ali levou os primeiros moradores”<sup>111</sup>.

As falas dos parlamentares representaram cordialidades para com seus pares, além de homenagens a população e/ou protagonistas. Chama a atenção o discurso do deputado

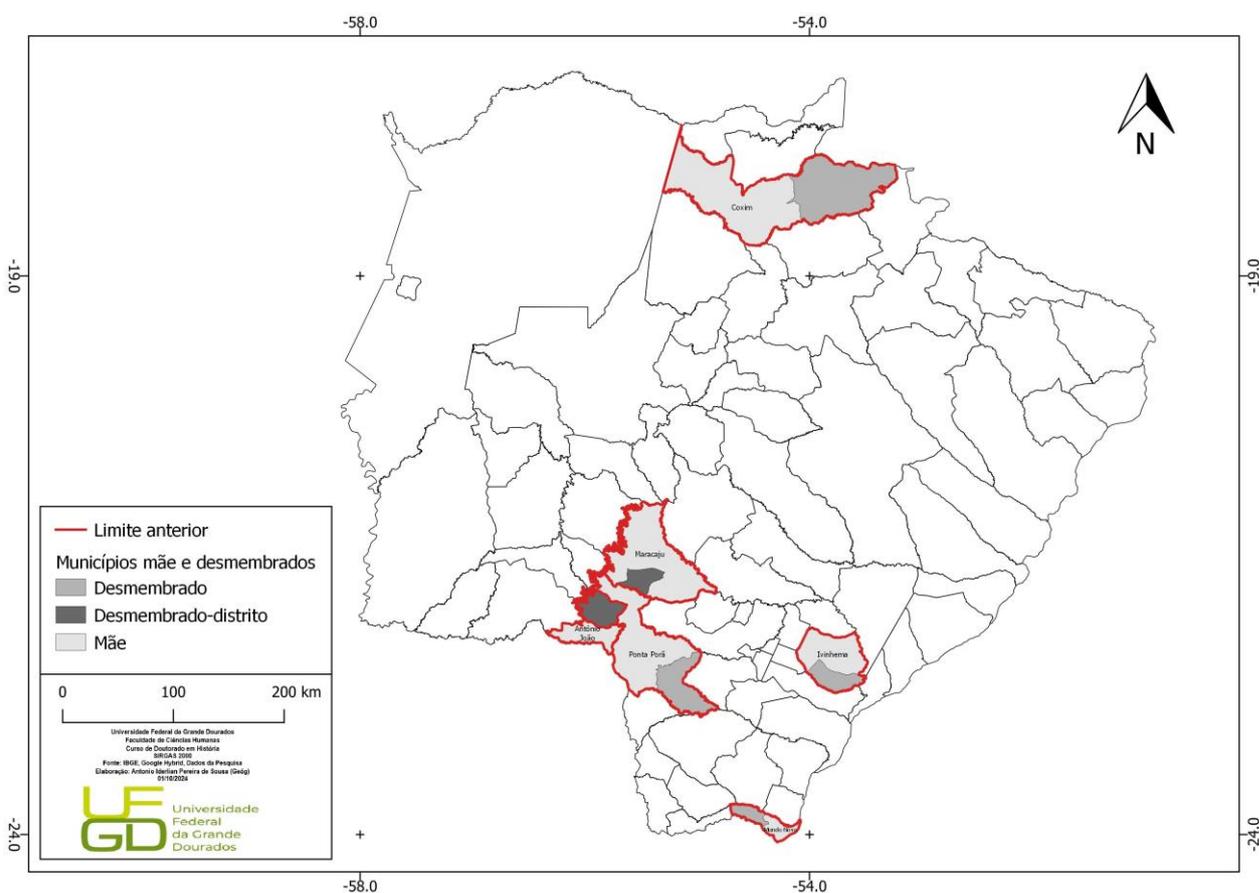
<sup>110</sup> O Progresso. 10 abr. 1992, p. 03.

<sup>111</sup> Id., 1992, p. 03.

Humberto Teixeira, ao fazer referência à população indígena (Guarani Kaiowá), pouco citada nos debates, embates e confrontos da cena emancipacionista. E neste ponto concordamos com a argumentação de Fernandes (2007) quando menciona que “todo discurso resulta de um já-dito” e suas intencionalidades.

O mapa abaixo nos permite observar os desmembramentos face aos municípios-mãe e sua localização:

**Mapa 05:** Emancipação político-administrativa em Mato Grosso do Sul (1992)



**Fonte/ Elaboração:** Antônio Iderlan Pereira de Souza e Nelson de Lima Júnior

Em abril de 1992, de acordo com o jornal *Correio do Estado*, em matéria intitulada *Assembleia vota hoje criação de municípios*, além desses distritos que haviam sido emancipados, outros quatro entraram na luta por emancipação: Amandina (Ivinhema), Figueirão e Paraíso (Camapuã) e Anhanduí (Campo Grande). Desses, apenas Paraíso das Águas conquistou emancipação em 2003, e Figueirão em 2005, os municípios caçulas do estado de Mato Grosso do Sul. Na mesma publicação, edição do dia 09 de abril de 1992, o

jornal *Correio do Estado* aproveitou para provocar o governo estadual, mencionando que as emancipações de Novo Horizonte do Sul, Alcinópolis, Japorã e Laguna Carapã foram aprovadas em “votação secreta”<sup>112</sup>.

Com a votação na ALEMS, o governador Pedro Pedrossian teve 15 dias para promulgar as leis de criação dos novos municípios. No fim do mês de abril de 1992 foi promulgada a Lei nº1.260, que criou o município de Novo Horizonte do Sul. De terra ocupada a assentamento, de Distrito a município, a roça virou cidade, um município oriundo de um projeto de reforma agrária.

Em relação à notícia da emancipação, Joel narrou com alegria:

Nossa Senhora! Nós tínhamos um amigo que tinha um corcel 1, em que o pastel, o zeze e mais dois foram até Campo Grande e nós ficamos aqui na expectativa, esperando. Na época já tinha um posto telefônico aqui e nós ficamos aguardando a votação que foi a tarde. Na hora que votou e foi aprovado, eles ligaram. Cada um pegou o carro que tinha e foram esperá-los lá na rodovia. Aí foi aquela festa<sup>113</sup>.

Notamos lacunas quanto à participação das mulheres frente ao processo de emancipação, papel social e o lugar ocupados pelas mulheres assentadas, mesmo não estando no embate político, estavam presentes de certa forma nos bastidores. Embora contasse com duas mulheres na comissão pró-emancipação, as falas delas não foram registradas nas atas. O mesmo aconteceu com os municípios de Laguna Carapã e Japorã, que abrigam comunidades indígenas, que são ressaltadas nos discursos parlamentares, porém não aparecem no debate emancipacionista.

### **2.3 Representações da emancipação**

Ao considerar a construção de narrativas, tomamos como referência o conceito de representação empregado por Roger Chartier, na tentativa de compreender as performances e discursos dos atores envolvidos no processo de emancipação de Novo Horizonte do Sul. Chartier define representação como uma imagem presente de algo ausente, pois ela narra, descreve e remete, no campo do conhecimento, às diferentes dimensões temporais do movimento histórico. De acordo com o autor:

---

<sup>112</sup> Correio do Estado. 09 abr. 1992, p. 03.

<sup>113</sup> ENTREVISTA. Joel Moreira da Silva, Novo Horizonte do Sul. 2018.

[...] a representação é o instrumento de um conhecimento midiático que revela um objeto ausente, substituindo-o por uma “imagem” capaz de trazê-lo a memória e “pintá-lo tal como é. A relação de representação, assim entendida como correlação de uma imagem presente e de um objeto ausente, uma valendo pela outra, sustenta toda a teoria do signo do pensamento clássico (Chartier, 2002, p.74).

A criação de Novo Horizonte do Sul e dos outros quatro municípios desencadeou mudanças significativas no cotidiano local e a nível de estado, nas relações sociais, econômicas e administrativas, sendo necessário refletir os sentidos da emancipação, sua repercussão e os impactos locais. O *De repente a roça vai virar cidade* não foi tão *de repente*, mas fruto de um processo histórico. É pertinente pensar as *representações* em torno da emancipação de Novo Horizonte do Sul, percebendo os vários sujeitos envolvidos no processo e seus desdobramentos.

### **2.3.1 Os novos municípios na esfera estadual**

A criação dos novos municípios foi exaltada por vários deputados e passou a (re)ordenar o territorial de Mato Grosso do Sul. A implantação desses municípios ficou sob responsabilidade do estado, no que diz respeito à infraestrutura. As emancipações influenciaram ainda nas eleições municipais de 1992, uma vez que precisavam moldar suas estruturas legislativas e partidárias, mexendo no cenário político.

Candidaturas foram lançadas pela população, interesses particulares e influência de parlamentares que queriam eleger seus candidatos nesses novos municípios. Noronha (1996) defende a tese de que os processos de emancipação não devem ser vistos exclusivamente pelos interesses políticos na formação de novos “currais eleitorais” e pontos de distribuição de empregos públicos, mas visto na sua totalidade.

Sérgio Cruz, ao falar do significado dessas emancipações a nível estadual, se mostrou defensor dos movimentos ao dizer que:

Todas as comunidades deveriam ser emancipadas. Quanto mais municípios, mais gente, sobretudo num vazio como é nosso estado. Um estado grande e forte, mas infelizmente não tem influência política nacional. A emancipação é uma forma de ampliar o número de habitantes, de levar o equipamento público a mais gente. No distrito você não tem um hospital, não tem um

ensino médio, segurança, não tem delegacia, é complicado. Eu acho bom, saudável e produtivo a criação de municípios<sup>114</sup>.

Destacou ainda que, a emancipação de uma localidade significa na prática representatividade política e ganho para população local, ao citar distritos e assentamentos de Mato Grosso do Sul que não conquistaram ainda sua emancipação político-administrativa:

Se você pegar um distrito como Anhanduí, nunca teve um vereador em Anhanduí. O cara na época de eleição pega uma grana, vai lá, faz um barulho, contrata uns cabos eleitorais e nunca mais volta lá. Não tem representatividade. Você pega Ponta Porã, veja quantos representantes você tem de Itamarati lá na câmara municipal. Você pega Sidrolândia, um município cheio de assentamentos, veja quantos assentados tem. Você imagina se Novo Horizonte não fosse município. Não teria representação nenhuma, porque o pessoal de Ivinhema na época de eleição descia para lá. Tem muitos núcleos aqui que podiam ser municípios<sup>115</sup>.

O governo estadual, por meio da SUPAM, ficou responsável pelo apoio na formação de estruturas básicas. De acordo com a matéria intitulada *Supam se prepara para atender os 5 novos municípios do estado*, o jornal *O Progresso* destacou entre os principais serviços a serem prestados: “modernização institucional, política municipal de desenvolvimento de recursos humanos, especialmente no que se refere ao dimensionamento e a estruturação do quadro pessoal, organização de cargos, remuneração e carreiras, bem como sugestões quanto aos Estatuto dos Servidores e do Magistério”<sup>116</sup>.

O governador do estado, Pedro Pedrossian, também se responsabilizou pela construção das sedes para as prefeituras e câmaras de vereadores, com processo licitatório publicado em 15 de junho de 1993, no diário oficial do estado, pelo Departamento de Obras Públicas de Mato Grosso do Sul, sendo contemplados os municípios de Japorã, Novo Horizonte do Sul, Nova Alvorada do Sul e Laguna Carapã.

No campo econômico, as localidades emancipadas passaram a atrair empresas, cooperativas e migrantes, moldando trajetórias sociais e fortalecendo costumes e culturas existentes. Destaca-se que, com o “desmembramento do Mato Grosso e criação do Mato Grosso do Sul, 55 cidades formaram o novo estado. Ao longo de 44 anos de história, outros

<sup>114</sup> ENTREVISTA. Sérgio Cruz, Campo Grande. 2024.

<sup>115</sup> ENTREVISTA. Sérgio Cruz, Campo Grande. 2024.

<sup>116</sup> O Progresso. 14 maio 1992, p. 03.

24 municípios foram criados”<sup>117</sup>. Destacamos assim que esses processos não se constituirão como conquistas isoladas, mas parte de um movimento com intencionalidades políticas.

Haesbaert destaca que “todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de funções quanto na produção de significados” (Haesbaert, 2007, p.23). O jornal *Correio do Estado*, em abril de 1992, trouxe uma das falas do governador, referindo-se a importância socioeconômica dos novos municípios, como no caso de Alcinópolis, onde a rodovia que ligava Coxim a Alcinópolis seria uma estrada para atender os produtores da região com ligação a ferrovia FERRONORTE<sup>118</sup>.

No contexto fronteiriço, cabe destaque ao município de Japorã. Noronha e Cardoso, em estudo acerca da criação de municípios em áreas fronteiriças, destacam que “é uma estratégia de interiorização do desenvolvimento econômico, através do fortalecimento de serviços públicos pela instancia municipal do governo” (Noronha e Dezouart, 1995, p.5).

A partir da emancipação dos novos municípios, destacamos entre bônus e ônus, a redução no orçamento estatal e federal que estaria vinculado à prestação direta de serviços e investimentos públicos, realocação de recursos, minimização do êxodo para os centros maiores, implantação de políticas públicas, entre outros. No cenário político, com as eleições municipais de 1992, o PMDB conseguiu ocupar duas das cinco novas prefeituras, com candidatos eleitos em Alcinópolis (Alcino Fernandes Carneiro) e Japorã (Luiz Bezerra dos Santos) segundo dados levantados por meio do TRE-MS.

### **2.3.2 A emancipação de Novo Horizonte do Sul para os movimentos sociais<sup>119</sup>**

A emancipação de Novo Horizonte do Sul se tornou um marco na luta por um pedaço de chão, dada a trajetória percorrida pelos assentados. Embora não apareçam nos discursos emancipacionistas, a Comissão Pastoral da Terra e lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) estavam presentes no assentamento, contribuindo na formação, permanência e fortalecimento dos assentados. A emancipação de Novo Horizonte do Sul repercutiu como sendo o “primeiro assentamento emancipado do Brasil” (o que na

<sup>117</sup> Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/cidades/de-55-para-79-em-43-anos-ms-criou-24-novos-municipios/378078>. Acesso em: 01 out. 2022.

<sup>118</sup> Correio do Estado. 10 abr. 1992, p. 03.

<sup>119</sup> Nos referimos aqui aos movimentos sociais de luta pela terra, que envolvem diversas categorias e identidades políticas. Homens e mulheres engajados participam dessa luta por um pedaço de chão para garantir o sustento de suas famílias, ressignificando o sentido social da terra.

prática não corresponde, como veremos adiante), servindo de impulso para outros companheiros e usado como modelo efetivo da reforma agrária, ou para criticar a “falta de coragem política”, no tocante a questão agrária no estado, como destacado pelo parlamentar Zeca do PT, no jornal *Correio do Estado*, em 1992.

Sérgio Cruz, ao falar do crescimento do assentamento e sua organização política e social, destacou vários fatores, sendo a experiência dos assentados com a terra, um deles, conforme narrou:

O principal fator foi que era um pessoal que veio de fora, de outro país. Segundo, era um pessoal já qualificado na agricultura, era um pessoal que saiu da roça e veio para roça, diferente de muitos sem-terra que saem da cidade, sem nenhum vínculo ou que já tinha perdido esse vínculo com o rural, sem as manhas com a terra. Já o brasiguaiio era arrendatário, tinha conhecimento tecnológico, já tinham umas maquininhas, tratorzinho, já sabia tudo. Tinham profundo conhecimento inclusive de vínculo bancário. Eles sabiam tratar da contabilidade, ao contrário de outros aventureiros<sup>120</sup>.

Com a emancipação deu-se início ao que os assentados denominaram de gestão compartilhada entre o Incra e a prefeitura de Novo Horizonte do Sul<sup>121</sup>. A conquista da emancipação não apagou a história de luta, apenas ressignificou o espaço social, uma vez que o assentamento Novo Horizonte continuou despontando no cenário de produção agrícola. Por outro lado, com a emancipação e chegada de novos sujeitos, uma das preocupações recorrentes era a manutenção e a demarcação da identidade brasiguaiia, uma identidade política, construída e por vezes negociada e contestada. O dia 14 de junho de 1985, data que marcou o movimento de retorno dos brasileiros que estavam no Paraguai, continuou sendo comemorado pelos assentados.

O *Jornal dos trabalhadores Sem Terra*, em edição de nº 92, seção intitulada *memória*, trouxe de forma cronológica várias imagens que marcaram as trajetórias das famílias assentadas de Novo Horizonte, além de afirmar que “os trabalhadores rurais de Mato Grosso do Sul provaram na prática que só organizados puderam conquistar a terra”<sup>122</sup>. Seguindo esse pensamento, a jornalista Cácia Cortêz mencionou:

<sup>120</sup> ENTREVISTA. Sérgio Cruz, Campo Grande. 2024.

<sup>121</sup> Disponível em: <https://www.progresso.com.br/variedades/pets/cidade-dos-brasiguaiios-ganha-autonomia-em-ms/105759/>, acesso em: 11 out. 2022.

<sup>122</sup> *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*. mar. 1990, p.16.

Os brasiguaios expõem a dramática realidade vivida pelos agricultores brasileiros no país vizinho e que reivindicam o regresso. O seu repatriamento, pelo Estado brasileiro, além de ser a solução justa, ao contrário do que afirmam as autoridades, só trará benefícios à população com o aumento de produção de alimentos, num estado que importa mais de 70% dos produtos agrícolas que consome. Exemplo disso é o assentamento de Novo Horizonte, onde ficou o primeiro grupo de brasiguaios, em 1985. Hoje, transformado em município, Novo Horizonte é responsável, com outros assentamentos de agricultores, pela maior parte da produção de alimentos da região de Dourados, apesar da total falta de uma política agrícola de incentivo à pequena produção (Cortez, 1992, p.206).

Para os movimentos sociais, a luta pela terra extrapola o poder das “cercas do latifúndio” e a atuação do estado, trazendo para o debate a necessidade de políticas públicas e a importância da terra como fonte de vida, além de evidenciar a importância dos pequenos produtores rurais e expor a questão agrária no estado de Mato Grosso do Sul. E, neste ponto de vista, Novo Horizonte do Sul despontou esperança, num momento em que os movimentos de luta pela terra buscavam institucionalização da luta, ocupando espaços no campo político e ideológico, defendendo as conquistas a partir de lutas permanentes. Os agentes da CPT, forneceram apoio e suporte formativo, com base nas principais pautas do movimento na época, sendo presença cotidiana no assentamento, mesmo após a emancipação. As imagens abaixo são partes integrantes do vivido pelo movimento.

### **Imagem 22:** Presença da CPT no assentamento



**Fonte:** Arquivo Pessoal Chiquinho

### Imagem 23: Ato ecumênico



Fonte: Arquivo Pessoal Chiquinho

Na *imagem 22*, além da presença de alimentos oriundos da terra (banana, abóbora, mamão, cana-de-açúcar) trouxe objetos com carga simbólica como o boné do MST, a bandeira do Brasil e o letreiro *O sorriso de uma criança e a lagrima de um jovem faz nos ver que a vida a sentido*. Na frase as palavras “criança” e “jovem” estão destacadas, dando ênfase às futuras gerações e a continuidade da luta e manutenção dos costumes. Já a *imagem 23* representa a celebração de uma missa, percebida pela presença do sacerdote e ornamentação do altar em cima do caminhão, que na prática seria utilizado para maior visibilidade e alcance dos fiéis. Todavia, o que chama atenção na imagem é a bandeira estampada com o rosto do líder socialista Che Guevara, demarcando os resquícios da influência da CPT e da teologia da libertação no assentamento. Conforme Sprandel “Através de ritos, símbolos e representações coletivas, a organização obtida pode articular grupos familiares de diferentes identidades regionais e com graus distintos de relação com a terra”. (Sprandel, 1992, p. 339). Nesta conjuntura, observamos, por meio das diversas representações visuais, a busca por uma identidade política. Assim, a representação:

Se liga à identidade e à diferença. A identidade e a diferença são estreitamente dependentes da representação. É por meio da representação, assim compreendida, que a identidade e diferença adquirem sentido. É por meio da representação que, por assim dizer, a identidade e a diferença passam a existir. Representar significa, neste caso, dizer: “essa é identidade”, “a identidade é isso”. (Silva, 2013, p. 91).

De acordo com Rescigno, a CPT trouxe um novo jeito de celebrar com a utilização de símbolos nas celebrações numa “relação da terra com a Bíblia, fé e vida”, além dos tradicionais cânticos e (re)leituras de orações, como por exemplo, o *Pai nosso dos pobres*:

Pai nosso, dos pobres marginalizados  
 Pai nosso, dos mártires, dos torturados  
 Teu nome é santificado  
 naqueles que morrem defendendo a vida  
 Teu nome é glorificado  
 quando a justiça é nossa medida  
 Teu reino é de liberdade  
 de fraternidade, paz e comunhão  
 Maldita toda violência  
 que devora a vida pela opressão (Rescigno, 2010, p.99-100).

A emancipação de Novo Horizonte do Sul para os movimentos sociais marcou a consolidação da luta. Se em 1984 a ocupação da Gleba Santa Idalina foi caracterizada como referência na luta pela terra no estado, a emancipação de Novo Horizonte do Sul em 1992 se tornou modelo de organização e de uma reforma agrária possível. Em síntese, a organização dos movimentos de luta pela terra no estado teve seu pontapé inicial na década de 1960 quando a região ainda pertencia ao antigo sul de Mato Grosso através do sindicalismo rural. A luta foi ganhando força na década de 1980 com atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e alavancada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a partir das ocupações de terras que passaram questionar a grande concentração de terras do estado. Posteriormente, entraram em cena a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) e a Federação da Agricultura Familiar (FAF).

### **2.3.3 A emancipação político-administrativa para os assentados**

*“O primeiro passo foi dos brasiguaios que lutaram  
 para acontecer a emancipação. Não teve ideia de  
 outras pessoas de fora”.*  
 (Chiquinho)

O protagonismo dos assentados prevaleceu nas narrativas construídas em torno do processo de emancipação de Novo Horizonte do Sul. O presidente da comissão destacou o fato de o município ser “o primeiro do Brasil a surgir a partir de um assentamento de

trabalhadores rurais”<sup>123</sup>. Fala que caminha em direção a de Chiquinho: “Novo Horizonte do Sul é o único município do Brasil que, de um assentamento virou município. Pode caçar dentro do Brasil que você não vê de um assentamento virá município, esse foi o único né, então a gente tem que dar muitas graças a Deus de ter acontecido isso, com certeza”. E complementou: “Novo Horizonte do Sul chegou a ter doze mil habitantes e poderia virar em nada caso não tornasse município”<sup>124</sup>.

O pioneirismo atribuído nas falas não foi comprovado no desenrolar da pesquisa. O discurso que caracterizou Novo Horizonte do Sul como primeiro município fruto de reforma agrária no Brasil foi apenas apropriado por jornais locais e pelos próprios assentados.

O caráter organizacional também foi referenciado, quando Antônio disse “o povo foi e é organizado. Tem a síndrome da organização política e social do começo. Ele é um município igual aos outros, mas tem umas regras diferentes, que traz desde o assentamento. [...] do tempo do machado e da foice”, bem como a importância social, política e econômica de Novo Horizonte do Sul, evidente na fala do Fábio, quando este narrou: “[...] hoje nós seríamos apenas um distrito aí de Ivinhema e não tinha a força que nós temos hoje [...] ou era uma fazenda e hoje podia estar arrendada para cana e aí você acha que ia gerar tanta renda que gera?”<sup>125</sup>.

O professor Ademir, residente no assentamento desde 1986, em jornal digital intitulado *HorizonNews*, que destaca a história de Novo Horizonte do Sul, escreveu:

Novo Horizonte do Sul é fruto da organização e luta dos Brasiguaios, trabalho e dedicação dos professores pioneiros, confiança e esperança dos comerciantes pioneiros, fé e perseverança dos membros da Comissão Pró Emancipação Política e Administrativa, e a força da iniciativa do Deputado Estadual Londres Machado<sup>126</sup>.

A conquista da terra abriu espaço para outras conquistas e, para os assentados a emancipação foi uma delas. De acordo com Joel Moreira, membro da Comissão de emancipação:

A emancipação foi a concretização de uma história. Nós brasileiros que foram para o Paraguai e voltamos para o Brasil e lutamos em busca da

<sup>123</sup> ENTREVISTA. Antônio Luiz Agostinho, Novo Horizonte do Sul. 2021.

<sup>124</sup> ENTREVISTA. Chiquinho, Novo Horizonte do Sul. 2022.

<sup>125</sup> ENTREVISTA. Fábio, Novo Horizonte do Sul. 2018.

<sup>126</sup> Disponível em: <https://horizonnews.online/noticia/48/novo-horizonte-do-sul-nossa-historia-nossas-origens.html>. Acesso em: 23 jul. 2022.

nossa pátria, de uma terra para produzir. Viemos para cá, enfrentamos o acampamento e depois enfrentamos o trabalho para criar o município e fomos felizes com a criação do município em 30 de abril de 1992. Eu sou feliz por isso. Moro na propriedade que eu consegui através da luta pela terra até hoje, onde constitui minha família<sup>127</sup>.

Outra narrativa que nos chama atenção é a do Derlei, ao mencionar:

Quando saiu a notícia da emancipação a primeira reação das pessoas foi quem será o prefeito. Na época ninguém tinha dom para ser prefeito e pensamos “agora vamos dar com os burros na água” porque nós vamos colocar um prefeito que não tem conhecimento e nós vamos ficar pedalando aqui e não vamos sair do lugar<sup>128</sup>.

Na fala do assentado percebemos que passado o período eufórico da emancipação, a preocupação com a instalação do município começou incomodar, principalmente em relação aos sujeitos que iam compor a primeira gestão do município, que na fala do Derlei “simples trabalhadores da roça”<sup>129</sup>. Com as eleições municipais, disputas internas foram desencadeadas, sendo nítidas com a candidatura de quatro assentados ao cargo de prefeito municipal, contradizendo o sentimento de unidade mantido até a emancipação frente ao jogo político. Conforme narrou Sérgio Cruz, “a nossa preocupação era depois de todo trabalho feito, entregar a coisa para quem trabalhou contra”<sup>130</sup>.

Em suma, na memória dos assentados e nas histórias contadas, a emancipação de Novo Horizonte do Sul foi vista como um feito, sendo evidente quando Derlei disse “nós nunca imaginávamos que um dia daríamos nome a um lugar”<sup>131</sup>.

### **2.3.4 A emancipação e o município de origem**

A emancipação de Novo Horizonte do Sul em relação ao município “mãe” ocasionou impactos que foram além da perda territorial, influenciando a própria reorganização do espaço político e social de Ivinhema. Com o desmembramento ficaram definidos os seguintes limites para o novo território:

<sup>127</sup> ENTREVISTA. Joel Moreira, entrevista realizada por correio eletrônico. 2023.

<sup>128</sup> ENTREVISTA. Derlei, entrevista realizada por correio eletrônico. 2023.

<sup>129</sup> ENTREVISTA. Derlei, entrevista realizada por correio eletrônico. 2023.

<sup>130</sup> ENTREVISTA. Sérgio Cruz, Campo Grande. 2024.

<sup>131</sup> ENTREVISTA. Derlei, entrevista realizada por correio eletrônico. 2023.

Art. 2º [...] partindo da barra do Rio Guirai com o Rio Ivinhema, seguindo o Rio Guirai acima, pela margem esquerda, até alcançar a Ponte Preta, na altura da Rodovia MS-141 e, por essa Rodovia até alcançar o Córrego Libório; do Córrego Libório abaixo até sua barra com o Rio Ivinhema e, pela margem direita do Rio Ivinhema abaixo, até o ponto inicial desta descrição, na barra do Rio Guirai<sup>132</sup>.

Além do espaço territorial, Ivinhema também perdeu espaços de poder, produção agrícola, população, eleitores e recursos. Por outro lado, a emancipação não abalou as relações comerciais e colaborou inclusive para inserção de ivinhemenses nos serviços públicos de Novo Horizonte do Sul, tais como médicos e professores, efetivados pelo estado de Mato Grosso do Sul na época e lotados no município. Exemplificando, temos a trajetória da professora Cleide, que narrou “nosso sonho era ser professor estadual e aí quando surgiu a proposta do governo para que nós viéssemos aqui, nós seríamos professores estaduais, cada um com dois períodos”<sup>133</sup>. Assim, outras histórias se atravessaram com a trajetória dos assentados, nesse novo espaço social.

A notícia da emancipação e os embates foram permeados tão-somente no âmbito político pelas “elites” locais, ainda vinculadas a SOMECO S/A, sem maior envolvimento da população local que, por sua vez, do estranhamento inicial à época da chegada dos assentados, passaram a estabelecer relações diversas com os trabalhadores locais. Além dos diversos profissionais que iam prestar serviços básicos no assentamento, temos aqueles que vinham cotidianamente a Ivinhema atraídos pelo comércio. Como afirmou Silvaninho, o que mais ouviam era: “Você é lá do brasiguai?”<sup>134</sup>. Os ivinhemenses, corriqueiramente denominavam Novo Horizonte do Sul de Brasiguai ou Cidade dos Brasiguaiois, condição que perdura até os dias atuais.

No âmbito político, Ivinhema perdeu eleitores, ao passo que Novo Horizonte ganhou força política com a emancipação. No viés econômico, as perdas permearam a arrecadação do município, uma vez que Novo Horizonte do Sul era responsável por toneladas de produção agrícola em diversas culturas, como algodão, mandioca, milho, feijão e arroz. Ficou definido pela Lei nº 1.260 a atribuição ao município de Novo Horizonte do Sul de 25% da parcela do produto da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do município de Ivinhema.

Noronha e Cardoso (1995) destacam que com a emancipação, os municípios de origem tornam-se também novos municípios, pois são impactados e levados a ressignificar

---

<sup>132</sup> Lei 1.260 de 30 de abril de 1992.

<sup>133</sup> ENTREVISTA. Cleide, Novo Horizonte do Sul. 2015.

<sup>134</sup> ENTREVISTA. Silvaninho, Novo Horizonte do Sul. 2014.

seu espaço social, político e econômico. O autor complementa que a perda de recursos transferidos, acabaram por levar os municípios-mãe a ampliarem a participação de seus recursos próprios, de sua receita tributária, no total de suas receitas.

Através da emancipação, uma nova esfera de poder passou a influenciar e desencadeou conflitos maiores durante o processo eleitoral e instalação de Novo Horizonte do Sul, em 1993. Consideramos que o processo de emancipação é antes de tudo uma questão de poder e de conflito e, nesse sentido, a “política é o lugar, por excelência, da eficácia simbólica, ação que exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos” (Bourdieu, 2001, p.159).

Manoel Felix Nelito Câmara, ex-prefeito de Ivinhema e apoiador do movimento pró-emancipação de Novo Horizonte, teve seu apoio retribuído quando disputou as eleições para o cargo de deputado estadual pelo PMDB, em 1994, na qual obteve um total de 810 votos, em Novo Horizonte do Sul, ficando à frente de Londres Machado, autor do projeto de emancipação, que conquistou 445 votos. Já para Deputado Federal, o parlamentar Sérgio Cruz, responsável pelo movimento de retorno dos brasiguaios, ficou em 1º lugar em Novo Horizonte do Sul, acompanhado por André Puccinelli, membro da comissão de divisão territorial e figura presente nas mobilizações internas do movimento<sup>135</sup>.

---

<sup>135</sup> Disponível em: <https://www.tre-ms.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultado-das-eleicoes-antiores>. Acesso em: 22 fev. 2023.

## CAPÍTULO III

### INSTALAÇÃO ADMINISTRATIVA DA CIDADE DOS BRASIGUAIOS

#### 3.1 Eleições de 1992: a consolidação da emancipação e outras disputas

Com a Lei nº 1.260 de 30 de abril de 1992 o município de Novo Horizonte do Sul foi criado. Evento importante para os movimentos sociais de luta pela terra. Após a criação do município, sua instalação se deu com a posse do primeiro prefeito, vice-prefeito e vereadores. A emancipação de Novo Horizonte do Sul coincidiu com as eleições municipais de 1992 e seu processo eleitoral exigiu atenção maior do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MS), por ser a primeira eleição a nível local. Os munícipes iam as urnas para eleger seu primeiro prefeito e vereadores.

Emancipado, Novo Horizonte do Sul, na condição de município ganhou autonomia política que, na prática, consistia:

Primeiro, na eleição direta do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores (autonomia política). Segundo, na organização dos serviços públicos de interesse local (autonomia administrativa). Terceiro, na instituição e arrecadação de seus tributos, bem como na aplicação de sua receita (autonomia financeira). Quarto, na competência para legislar sobre assuntos de interesse local, inclusive suplementando a legislação federal e estadual no que lhe interessar e for possível (autonomia legislativa). Quinto, por fim, na capacidade para elaborar a sua lei orgânica (autonomia organizativa)<sup>136</sup>.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal: “O Município é importante propulsor da economia, visto que lhe cabe promover o desenvolvimento local e o fomento econômico, e, para isso, deve ter o princípio da eficiência como um de seus lemas”. Pautados na Carta Magna (1988), Artigo 30, compete aos municípios:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber; (Vide ADPF 672)
- III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

---

<sup>136</sup> Instituto Brasileiro de Administração Municipal. *Manual do Prefeito*. p.10.

- IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;
- V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;
- VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006):
- VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;
- VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual<sup>137</sup>.

No arranjo político municipal, o prefeito assume a posição de Chefe do Executivo, com amplas funções, atribuições e responsabilidades depositadas por meio do voto que, por vez, esbarra nas relações de poder, influências político-partidária e acordos, que ficaram evidentes nas eleições de 1992 em Novo Horizonte do Sul. O companheirismo abriu espaço para disputas intrínsecas, perceptível no quantitativo de candidatos pleiteando a prefeitura e câmara municipal da nova localidade. Antônio, que foi candidato a prefeito, mostrou em sua fala os arranjos políticos moldados nas eleições de 1992, ao narrar:

Rapaz, daí já é política, aí se esquece do companheirismo, o trabalho comunitário. Só para você ter ideia, após o plebiscito, colocamos um caminhão de som na rua agradecendo o povo na luta pela emancipação. Da comissão que estava trabalhando no plebiscito, dali já saíram quatro candidatos. [...] Estávamos trabalhando no plebiscito e o prefeito de Ivinhema *corneando* lá na EMPAER e lançando candidato dele, tirando eu fora. Aí eu saí do PMDB de vez, eu já ia brigar para ser o candidato dentro do PMDB, mas com essa leva de ter que criar o partido do governador, eu acabei encabeçando a criação do partido do governador e mudei de lado, porque política é conveniência, não adianta falar<sup>138</sup>.

A fala de Antônio escancara o fazer política na prática. De companheiros a adversários políticos. Notamos que o processo eleitoral em Novo Horizonte do Sul teve início mesmo antes da Lei nº 1.260, uma vez que a elite local ivinhemense e lideranças assentadas se articulavam para ascender politicamente com a criação do município, expondo interesses individuais.

De acordo com Antônio, após a promulgação da Lei de criação, os municípios tiveram apenas quatro dias para consolidação dos partidos que iriam disputar as eleições em três de

<sup>137</sup> Constituição Federal Brasileira, 1988.

<sup>138</sup> ENTREVISTA. Antônio Luiz Agostinho, Novo Horizonte do Sul. 2021.

outubro de 1992. O assentado, na condição de presidente da comissão pró emancipação, a pedido do Deputado Londres Machado, fundou no assentamento o partido do governador (PTB), como mencionado no capítulo anterior, que já despontava com um quantitativo de 62 filiados, o que na prática representava força política.

A disputa política pela prefeitura de Novo Horizonte do Sul foi permeada também pelo viés identitário, uma vez que a cidade, conhecida como *cidade dos brasiguaios*, tinha a intencionalidade de eleger como primeiro prefeito um brasiguai de luta, com seu histórico ligado ao movimento de retorno e a luta pela terra, desencadeando um debate entre quem era *Brasiguai* e *Não Brasiguai*, conforme apresentou o jornalista Vander Verão, na coluna *Carrossel* do jornal *O Progresso* sob o título *Ex-“brasiguai” quer ser prefeito*. De acordo com o autor da matéria:

Emancipado, recentemente, de Ivinhema, o novo município de Novo Horizonte do Sul, vai eleger o seu primeiro prefeito, nas eleições de 3 de outubro. São quatro os candidatos, dentre eles, o ex- “brasiguai” Asemar Luiz Vieira (PDT). Novo Horizonte do Sul, foi fruto de um projeto fundiário de reforma agrária, em uma antiga área da Someco, implantado em 1986. O novo município conta com cerca de 9 mil habitantes - 6 mil eleitores, a maioria, formada por ex- “brasiguaios”. Na época, 764 famílias de ex- “brasiguaios”, foram assentadas, ganhando, cada uma, um “pedaço de chão” - 25 hectares, em média. O projeto deu certo, tanto e, que virou uma cidade que terá agora, o seu primeiro prefeito e vereadores. Como foi um dos líderes dos ex- “brasiguaios”, Asemar resolveu disputar as eleições, na esperança de obter a maioria dos votos de seus companheiros de longa data - desde os tempos em que trabalhavam no Paraguai. Os outros três candidatos, não tem nenhum vínculo com os ex- “brasiguaios”, garante Asemar, que sonha em ser prefeito deste novo município, onde, anos atrás, a área era conhecida como Fazenda Santa Idalina<sup>139</sup>.

O processo eleitoral contou com a participação de políticos e parlamentares externos no apoio a seus candidatos e filiados partidários, com o intuito de angariar apoios em futuras eleições estaduais, mostrando a complexidade do jogo político. O próprio deputado Sérgio Cruz, ao mencionar o pleito eleitoral, comentou que foi convidado pelo PMDB para disputar as eleições municipais em Novo Horizonte do Sul, conforme contou:

O Nelito Câmara que foi deputado estadual, veio me convidar e eu falei que não estava disposto a fazer isso, mas que atendia ao interesse dos meus companheiros, se a companheirada aceitar eu podia até ir. [...] Minha

---

<sup>139</sup> O Progresso. 17 jul. 1992, p.04.

disposição em sair candidato era em função de não entregar a coisa pronta para quem trabalhou contra. Eu conversei com o pessoal e disse eu tenho condições, eu disputo a eleição, posso até não ganhar, mas eu disputo a eleição porque eu tenho um vínculo muito grande com todos os brasiguaios. [...] Daí eu não senti muito interesse e vi que eles queriam lançar alguém lá de dentro. Daí eu dei todo o apoio ao Asemar, fui lá, fiz comício. Eles queriam exatamente o que eu queria. Já o PMDB não queria perder a eleição. No entanto, talvez se eu tivesse participado, o Londres não teria conseguido passar a mão<sup>140</sup>.

Em sua edição diária do mês de setembro de 1992, ao lado de pesquisa IBOPE/Rede Globo com intenções de votos para prefeitura de Dourados, estava a matéria intitulada *Pau a pau*, do jornalista Vander Verão, fazendo menção a esses apoiadores externos nas eleições municipais de Novo Horizonte do Sul. Conforme escreveu:

Peri Pael, conhecida liderança pedetista sul-mato-grossense, vem apoiando alguns candidatos a prefeito pelo PMDB no Estado. E o caso de Antônio Diogo de Pádua, em Ivinhema, e de Ariei Barbosa, em Nova Alvorada do Sul. O primeiro, em razão de que seu partido, o PDT, coligou com o PMDB. O segundo, em razão de que a sua família (seu pai e fundador de Nova Alvorada do Sul) está com Arlei, que também é filho de pioneiros. Peri também vem apoiando a candidatura de Asemar (PDT) em Novo Horizonte do Sul, fortíssimo concorrente a ser o primeiro prefeito daquele recém-criado município. Pelo jeito, o tradicional pedetista sul-mato-grossense, está mais preocupado em eleger seus candidatos do que eleger-se vereador em Ivinhema<sup>141</sup>.

O pleito contou com quatro candidatos a prefeito, sendo eles: Antônio Luiz Agostinho (PTB), João Camargo Sobrinho (PMDB), Asemar Luiz Vieira (PDT), José Adailton Soares Leite (PFL) e setenta e oito (78) ao cargo de vereador, sendo 12,8% mulheres, concorrendo a nove vagas na Câmara Municipal. Acerca das eleições municipais, Chiquinho narrou:

Nós tivemos quatro candidatos, nem todos brasiguaios. Na realidade só tinha dois que eram brasiguaios e dois que vieram de fora. Os brasiguaios eram o Pastel que se elegeu e o Asemar. Os outros eram o Zé do depósito que veio de Ivinhema e instalou um depósito de materiais aqui e o saudoso João Camargo que veio de Mundo Novo e trabalhava numa cerealista comprando e vendendo cereais<sup>142</sup>.

Em publicação do jornal *O Progresso*, na coluna *Bate-rebate* de caráter sensacionalista, sob o título *A coisa está cada vez mais preta*, foi dada evidência ao que

<sup>140</sup> ENTREVISTA. Sérgio Cruz, Campo Grande. 2024.

<sup>141</sup> O Progresso. 22 set. 1992, p. 02.

<sup>142</sup> ENTREVISTA. Chiquinho, Novo Horizonte do Sul. 2022.

caracterizaram como “nomes exóticos” de candidatos a vereador por Novo Horizonte do Sul: “Pelé, Tunicão, Lala, Carlitão, Goleiro da Figueira, Corote, João Musical, Tia Rosa, Arlindo Bigode, Zé Lobó e Antônio Xoxo; o prefeito e vice são: Zé do Depósito e Joao do Gás”<sup>143</sup>.

A quantidade de candidatos revela as fissuras na unidade entre os assentados demonstrando interesses particulares com finalidade política. A busca por *status*, poder, continuidade da luta e novas conquistas, viés financeiro e fazer o nome politicamente são algumas hipóteses levantadas para inserção dos assentados no cenário político local. Para Antônio: “quem faz política com o coração, apanha igual a boi na roça” e “a conveniência faz a oportunidade”, ao falar de sua opção em pleitear a prefeitura de Novo Horizonte do Sul. Cabe destacar que a candidatura de Antônio foi alvo de controvérsias, sendo perceptível na fala de Joel as articulações e estratégias traçadas pelo mesmo para se manter na disputa:

Tentaram cassar a candidatura dele. Ele liderava as pesquisas. Ele teve que ir em Brasília para ganhar a eleição, porque julgaram que a filiação do partido foi em tempo irregular. [...] o promotor de Ivinhema, o juiz cassou a candidatura dele. Ele recorreu aqui. Eu era coordenador de campanha dele na época. Aí fomos em Ivinhema. O Doutor Marcos, olhou e disse “eu já falei que você não é candidato” e o Pastel disse “eu vou até Brasília, mas eu vou ser prefeito de Novo Horizonte”, ele falou bem assim e eu estava com ele. Depois, ele foi em Campo Grande no TRE, também não conseguiu e aí ele foi para Brasília no TSE e naquele tempo nós tínhamos noventa dias de campanha, mas campanha mesmo, com comício, reunião todas as noites, comício com dupla, show e tudo parado. Quando fazia dois dias que ele estava em Brasília, ele ligou e falou “pode fazer a reunião hoje que nós ganhamos a questão”<sup>144</sup>.

Em 1992, Novo Horizonte do Sul contava com 3.861 eleitores, segundo dados do TRE-MS. Já Ivinhema, do qual foi desmembrado, tinha 15.791 eleitores, se comparado às eleições municipais anteriores a emancipação (1988) contava com 16.591 eleitores, obtendo assim um déficit de 800 eleitores, que na prática não impactou de forma significativa devido ao aumento populacional. Na disputa pela prefeitura, o assentado e presidente da comissão pró-emancipação, Antônio Luiz Agostinho (Pastel) filiado ao PTB, apoiado pelo presidente da ALEMS (Londres Machado) foi eleito em outubro de 1992, com 858 votos, o primeiro prefeito de Novo Horizonte do Sul, com uma diferença de 169 votos do segundo colocado, conforme *imagem 24*:

<sup>143</sup> O Progresso. 19 ago. 1992, p. 11.

<sup>144</sup> ENTREVISTA. Joel Moreira da Silva, Novo Horizonte do Sul. 2018. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=5Twi1Fds9AA&list=PLJDYDVV8Ec\\_kCOYs4yW0rcwjWQVtFSiX-&index=11](https://www.youtube.com/watch?v=5Twi1Fds9AA&list=PLJDYDVV8Ec_kCOYs4yW0rcwjWQVtFSiX-&index=11), acesso em: 29 out. 2023.

**Imagem 24:** Resultado das Eleições Municipais de 1992

 <b>Poder Judiciário Federal</b> <b>Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul</b> <b>Eleições Municipais 1992</b> <b>Município: Novo Horizonte do Sul</b>			
		Comparecimento 2.778	Eleitorado 3.861
		Abstenção 1.083	
<b>Cargo: Prefeito</b>			
Nº	CANDIDATO	PARTIDO/COLIGAÇÃO	VOTOS
14	ANTONIO LUIZ AGOSTINHO - Eleito	PTB	858
15	JOAO CAMARGO SOBRINHO	PMDB	689
12	ASEMAR LUIZ VIEIRA	PDT	481
25	JOSE ADAILTON SOARES LEITE	PFL	423
	Votos Brancos		287
	Votos Nulos		40

Fonte: TRE-MS

Além da disputa entre os dois primeiros colocados, algo que chama a atenção é a porcentagem de abstenção de 38,98%, um índice alto considerando que se tratava da primeira eleição a nível municipal. Outro ponto a destacar é a força partidária que o PMDB exercia na região, sendo o antigo partido do prefeito eleito, o que resultou em uma disputa acirrada pelos votos.

A Câmara Municipal ficou constituída da seguinte forma *Presidente* - Genivaldo de Holanda Campelo (PTB), *Vice-Presidente* - João do Carmo Marques (PT/PMDB), *Secretário* - José Fernandes Souza (PTB), João Batista Vieira (PFL), José Vieira de Souza (PT/PMDB), Genivaldo José Francisco (PDT), João da Silva Ribeiro (PTB), Carlito Correia Alves (PFL) e Isaias dos Santos (PTB). Na composição do legislativo, observamos que o prefeito eleito conseguiu eleger também um número significativo de vereadores coligados ao seu partido político. Todavia, cabe destacar que entre 1994-1996, a câmara passou por alterações, sendo José da Silva Ribeiro e José Vieira de Souza substituídos por José Luiz Forte Filho (PT/PMDB) e José Maria Augustinho (PTB).

Antônio, ao descrever os sentimentos que marcaram a vitória nas eleições e a posse como primeiro prefeito de Novo Horizonte do Sul, disse:

Tenho orgulho de pertencer a esse movimento. [...] marcou o fato de disputar as eleições com os caboclos do dinheiro, investimento, e eu não tinha nada. Para ter ideia, me emprestaram uma Brasília que arrastava o motor no chão e eu venci esse povo, através do serviço prestado. [...] um agradecimento que o povo teve com quem realmente trabalhou para criar a

cidade [...] foi o reconhecimento de um trabalho, de uma luta, ter conseguido triunfar a partir da luta<sup>145</sup>.

Observamos que Antônio assumiu o protagonismo na luta emancipacionista e justifica sua ascensão para prefeito como uma resposta dos trabalhadores rurais ao trabalho realizado por ele na criação do município, atuando como uma liderança engajada nas estratégias de luta e permanência na terra.

### **3.2 A instalação do município e os desafios da gestão Antônio Luiz Agostinho (Pastel)**

*“Até instalar e o município caminhar com suas próprias pernas foi muito difícil. [...] todos eram de primeira viagem, tanto o prefeito, quanto seu vice e vereadores”.*  
(Chiquinho)

Após as eleições de 1992 e a definição da primeira gestão municipal, os esforços estavam pautados em reestruturar o núcleo urbano de Novo Horizonte do Sul para receber os prédios e estabelecimentos públicos, bem como permitir a venda e/ou concessão de lotes urbanos aos migrantes. As tratativas legais iniciaram em meados de abril de 1993, conforme registro de imóveis da Comarca de Ivinhema. O loteamento urbano correspondente até então ao núcleo urbano do assentamento abrangia uma área de 837.907 m<sup>2</sup>, subdivididos em 69 quadras que, por sua vez, estavam subdivididas em 1.352 lotes de vários tamanhos.

Essas informações foram publicadas no jornal *O Progresso* em seção destinada aos atos oficiais em março de 1993, a pedido do INCRA, que na ocasião era representado por Samuel de Campos Widal (executor do projeto fundiário). A imagem trazida pelo periódico nos permite ter dimensão da área urbana do município de Novo Horizonte do Sul em 1993.

---

<sup>145</sup> ENTREVISTA. Antônio Luiz Agostinho, Novo Horizonte do Sul. 2021.

**Imagem 25:** Área e destinação prevista de terrenos urbanos de Novo Horizonte do Sul



Fonte: *O Progresso*, 31 mar. 1993, p. 20

Da área total urbana foram destinadas 222.783 m<sup>2</sup> a sistemas de circulação (ruas e demais vias públicas), 84.091 m<sup>2</sup> destinados a equipamentos públicos de abastecimento de água, energia elétrica, rede telefônica, implantação de equipamentos comunitários públicos de educação, saúde, esporte, lazer e similares e a espaços livres de uso público, conforme *tabela 3*:

**Tabela 3:** Área e destinação prevista de terrenos urbanos de Novo Horizonte do Sul

Quadra	Lote	Área (m <sup>2</sup> )	Interessado
1	1	17.160,00	Campo de Futebol
2	1	2.520,00	Praça
3	1	3.000,00	Praça
40	1	8.125,00	Cemitério
44	19	900,00	Posto telefônico
44	20	1.110,00	Posto da polícia
52	1	6.600,00	Praça de esporte
55	1	10.800,00	Hospital
69	1	3.750,00	Praça
7	-	2.139,00	Cooperativa
14	1,2 e 29	1.260,00	Almoxarifado
22	1	7.623,95	Rodoviária
38	1 e 2	2.280,00	Prefeitura e Câmara
57	10 a 21	4.320,00	Colégio
60	18 a 20	720,00	Asilo
62	12 a 17	2.254,92	Garagem
64	1 a 3 e 14 a 19	3.340,00	Armazém Municipal
42	1	10.800,00	Sede do INCRA
43	1	900,00	EMPAER
44	1	1.110,00	ENERSUL
58	30	360,00	SANESUL

**Fonte:** Dados organizados pelo autor com base nas informações do Registro de Imóveis da Comarca de Ivinhema

Os espaços elencados na tabela passaram a integrar o domínio do município de Novo Horizonte do Sul de forma gradativa. O núcleo urbano, ao se expandir, foi moldando a cidade, que dialogava com a área rural, numa dimensão entre a roça e o comércio, que transcendiam a história social do assentamento. Por meio de leis municipais foram denominadas as primeiras ruas e avenidas do município, dentre elas: avenida Marcos Freire, Deputado Ulisses Guimarães e avenida Presidente Tancredo Neves. De acordo com o professor Ademir Oliveira, em matéria publicada no site de notícia local, *Horizonnews*:

Novo Horizonte do Sul, não tem como marco histórico uma primeira rua, aqui com o planejamento e a implantação do núcleo urbano para a doação de lotes urbanos, simultaneamente todas as ruas foram demarcadas pelo INCRA, e com o rápido processo de colonização com exceção das ruas do Bairro Vila Nova e do Bairro Novo Habitar, todas foram abertas quase que, ao mesmo tempo. [...] Novo Horizonte do Sul por ser um município originário de um Projeto de Reforma Agrária, tem em sua principal via pública a denominação que é uma homenagem ao então Ministro da Reforma Agrária Marcos Freire, que no exercício do cargo em viagem a Serra dos Carajás, no Pará sofreu um desastre de avião, onde veio a falecer,

quando a tragédia ocorreu estava-se implantando o núcleo urbano aqui em Novo Horizonte do Sul<sup>146</sup>.

Mesmo buscando características urbanas, Novo Horizonte do Sul continuou baseando sua economia na tradição agrícola, tendo o assentamento como motor da produção e arrecadação, despontado no cenário sul-mato-grossense. Esse destaque foi trazido pelo jornal *O Progresso* em matéria intitulada *Assentados produzem mais de 52 mil toneladas de produtos na safra 91/92*, com título em destaque e matéria ocupando uma página do periódico. A intencionalidade era mostrar as culturas desenvolvidas, produção, equipamentos e autossuficiência dos assentados.

De acordo com a matéria:

[...] os assentamentos Ita (Bela Vista) e Novo Horizonte apresentaram melhor produtividade: 20 mil quilos de mandioca por hectare. Este último assentamento emancipou-se política e administrativamente, e neste ano está elegendo o prefeito e os vereadores. [...] maior produtor de arroz e Novo Horizonte, onde nos 500 hectares plantados foram colhidas 600 toneladas. Novo Horizonte também possui boa estrutura, com três tratores, duas grades pequenas, grades niveladora, carreta e máquina de beneficiar arroz<sup>147</sup>.

A cidade tornou-se centro administrativo, comercial e religioso. Sua instalação contou com a assistência da Superintendência de Cooperação Técnica e Articulação com os Municípios (SUPAM), quanto a elaboração, a criação, a reformulação, implantação dos instrumentos indispensáveis e auxiliares para o desenvolvimento municipal e no aperfeiçoamento do sistema de arrecadação da receita própria, prestando suporte na organização de atividades administrativas, financeira e planejamento.

No entanto, esse processo não foi tão simples, como expôs o primeiro prefeito de Novo Horizonte do Sul, ao narrar de forma minuciosa as dificuldades encontradas:

Rapaz, eu entrei nisso daqui, nem uma mesa velha tinha. O município de Ivinhema com raiva porque nós criamos o município e por perder as eleições para prefeito, levaram tudo. Rapaz, até uma linguiçeira, uma F75 que era uma ambulância da Sudeco eles levaram embora. Tinha uma esteira que eles conseguiram com o INCRA para trabalhar aqui no assentamento, eles levaram embora. Tinha dois ônibus que puxava os alunos, que foi adquirido com convenio do INCRA-MEC, eles levaram embora. Eles levaram embora até os filtros de água que tinha nas escolas. Limpavam, não

<sup>146</sup> Disponível em: <https://horizonnews.online/noticia/87/avenida-marcos-freire-nossa-memoria-nossa-historia.html>. acesso em: 02 nov. 2022.

<sup>147</sup> O Progresso. 16 set. 1992, p. 13.

tinha nada, daí como que vai montar o município? Ivinhema recolheu tudo em novembro, ficou dois meses aqui sem ninguém. Até as aulas terminaram em novembro. Daí fomos montar, dois mil e poucos alunos, quatro salas de aula, mais duas salas de madeira, faltava espaço para sessenta alunos, não tinha onde por. Porque fazia dois anos que a prefeitura de Ivinhema não estava pegando ninguém para estudar porque não tinha espaço físico. Daí eu aluguei três, quatro salões da cidade, transformei em sala de aula e mandei cadastrar todo mundo<sup>148</sup>.

A narrativa do prefeito retratou o descontentamento em relação ao processo de instalação do município. Enquanto o assentamento estava na condição de distrito do município-mãe, Ivinhema, este tinha a função de manter todos os serviços básicos e a infraestrutura. Porém, com a emancipação, Novo Horizonte do Sul passou a trilhar seus próprios caminhos, afetando interesses locais, como os da Someco S/A, que perdeu o monopólio que exercia na região. Na frase “eles levaram”, o prefeito não especifica a quem se refere, apenas menciona que a “prefeitura de Ivinhema” recolheu todos os bens cedidos aos assentados. Em outro momento da entrevista, ele comentou que a emancipação “frustrou o desejo da Someco”, que era continuar influenciando politicamente e utilizando os assentados para eleger seus representantes em Ivinhema.

A fala de Joel se assemelha com a de Antônio, ao tratar do processo de implantação do município:

Nós elegemos prefeito e vereadores que começaram a administrar igual na época de acampamento. O prefeito entrou sem ter uma caneta no dia primeiro de janeiro de mil novecentos e noventa e três, mas quando entrou a receita do município já comprou carro, ambulância, tudo com dinheiro da receita para ir trabalhando. [...] O Pastel implantou o município<sup>149</sup>.

A prefeitura (sede da administração municipal) foi instalada no prédio em que funcionava a sede do Incra e o escritório da Empresa de Pesquisa e Assistência Técnica e Extensão Rural de MS (EMPAER), como citou Antônio:

Aí fui ao INCRA, fiz uma solicitação provisória para implantar a sede da administração, depois de ter ganhado as eleições e eles cederam aquilo ali. Eles tinham um outro prédio onde hoje funciona aquela praça e lá eu montei a câmara. Tudo que nem minhas telhas aqui, tudo furado, chovendo dentro, os “trem” tudo mofado, mas não podia, não tinha com que investir. [...] a única coisa que consegui foi um amigo meu que tinha uma construtorazinha

<sup>148</sup> ENTREVISTA. Antônio Luiz Agostinho, Novo Horizonte do Sul. 2021.

<sup>149</sup> Joel Moreira da Silva, Novo Horizonte do Sul. 2018. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=5Twi1Fds9AA&list=PLJDYDVV8Ec\\_kCOYs4yW0rcwjWQVtFSiX-&index=11](https://www.youtube.com/watch?v=5Twi1Fds9AA&list=PLJDYDVV8Ec_kCOYs4yW0rcwjWQVtFSiX-&index=11), acesso em: 29 out. 2023.

que me fez um serviço aí para eu pagar depois, daí reformou minha sala e onde ia ficar a tesouraria da prefeitura<sup>150</sup>.

O exposto pelo prefeito vai em conformidade com a entrevista dada ao jornal *O Progresso* em 1993, onde mencionou que “toda a nossa administração estava em imóveis alugados”<sup>151</sup>. Todavia, em junho de 1993, o então governador publicou no *Diário Oficial* do estado o edital com abertura do processo de licitação para construção do prédio da Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores de Japorã, Novo Horizonte do Sul, Laguna Caarapã e Nova Alvorada do Sul<sup>152</sup>.

O Jornal *Diário do Povo*, em matéria intitulada *Obras da prefeitura e câmara de Novo Horizonte já em andamento*, publicada em novembro de 1993, trouxe essa situação e a necessidade de estruturação do município, conforme a fala do prefeito ao dizer “a construção vem em boa hora, pois estamos enfrentando sérios problemas por falta de espaço no atual prédio”<sup>153</sup>.

Entre arranjos, falta de infraestrutura, inexperiência e noções de gestão pública, o prefeito eleito montou sua equipe, levando em consideração a trajetória ligada aos movimentos sociais de luta pela terra, construindo uma municipalidade desde a estaca inicial marco zero, contando com 04 departamentos (Departamento Municipal de Educação, Cultura e Desporto; Departamento Municipal de Administração e Finanças; Departamento Municipal de Saúde e Saneamento; Departamento Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos) e gabinete do prefeito. Quando questionado acerca da composição do seu secretariado, Antônio relatou:

Meus funcionários eram pela capacitação, não importava de que lado estava e esse foi meu erro está. Se fosse hoje não fazia isso. Companheiro tudo, adversário é pedrada, é assim que a política funciona, mas eu não fiz isso. O cara que foi meu maior adversário eu o trouxe e a família dele tudo para prefeitura e o reconhecimento que eu tive ele não teve. Montou esquema para me derrubar. O outro que foi meu adversário meu tinha uma loja de material de construção e eu comprava material dele [...] o contador era adversário, trabalhou três anos certinho, no último ano ele me enterrou, porque adversário é adversário, tem que tratar é na pedrada. Eu trazia Fantástico aqui, eu trouxe a Voz do Brasil duas vezes aqui, ministro da agricultura. As TVs locais vinham, mas só se tivesse do lado do governo que mostrava, os outros não mostrava não, não interessava<sup>154</sup>.

<sup>150</sup> ENTREVISTA. Antônio Luiz Agostinho, Novo Horizonte do Sul. 2021.

<sup>151</sup> O Progresso. 01/02 mai. 1993, p.02.

<sup>152</sup> Diário Oficial, 11 jun. 1993, p. 12-13.

<sup>153</sup> Diário do Povo. 11 nov. 1993, p. 01.

<sup>154</sup> ENTREVISTA. Antônio Luiz Agostinho, Novo Horizonte do Sul. 2021.

A disputa política se tornou latente após a emancipação de Novo Horizonte do Sul. As narrativas do primeiro prefeito, por vezes, em tom alterado, sendo perceptível na gravação-áudio, demonstrou ressentimentos e questões mal resolvidas na construção da história política e social do município, embora periódicos da época enfatizassem a unidade da classe política, conforme a matéria intitulada *Novo Horizonte do Sul terá sua delegacia de polícia e escritório da Enersul: vereadores estiveram em Campo Grande*, subtítulo *uma articulação importante* trazida pelo *Diário do Povo*:

A classe política de Novo Horizonte do Sul, começa a realizar um verdadeiro trabalho em conjunto, já que o prefeito fica no município para traçar sua administração e fazer com que a máquina desenvolva todo o seu potencial, os vereadores que lhe dão sustentação e que realmente estão interessados no desenvolvimento do município, saem em busca de verbas e em contatos com autoridades da Capital conseguem recursos de suma importância para Novo Horizonte do Sul<sup>155</sup>.

Além da delegacia, foram instalados em 1993 uma agência dos Correios e o Banco Bamerindus. Cabe destacar que o Jornal *Diário do Povo*, fundado em setembro de 1993, a partir da junção dos semanários *O Zangão*, *Jornal do Vale e Panfleto*, sediado em Dourados e de circulação nos municípios Itaporã, Douradina, Rio Brilhante, Maracaju, Laguna Carapã, Caarapó, Juti, Fatima do Sul, Vicentina, Jatei, Gloria de Dourados, Novo Horizonte do Sul, Deodápolis, Ivinhema, Angélica, Nova Andradina, Batayporã, Anaurilândia e Campo Grande, era o principal meio utilizado pelos prefeitos para divulgação de atos oficiais e feitos de suas gestões.

A função de líder “companheiro” de assentamento é uma, já a de prefeito que gere um município recém-criado, é outra, e abre espaço para disputas políticas internas e busca pelo poder, sendo o último expresso nas relações sociais. Todavia, Antônio soube jogar o jogo político ao cultivar um diálogo positivo com o governo do estado, o que colaborava para aquisições e conquistas para o município, sendo perceptível quando falou:

Daí no primeiro ano eu sofri muito, no segundo já consegui canalizar [...] foi sofrido demais, não tinha uma caneta. Daí o Pedro me deu um convênio, assim que eu entrei, na primeira semana fui ao Estado e ele disse “o que você precisa?” eu respondi: sala de aula, no mínimo dez salas de aula, e ele disse “Não! é muito. Vou te dar quatro salas de aula”. Quando foi em março eu inaugurei as quatro salas de aula. Depois falei: preciso arrumar as estradas que estão abandonadas, e ele disse “vou te dar um convênio com o DERSUL, você só me dá o óleo e se quebrar alguma máquina você manda

<sup>155</sup> Diário do Povo. 04 abr. 1994, p. 03.

arrumar”. Aí o DERSUL ficou quinze dias aqui e arrumou todas as estradas, e fui tocando de esmola, mas era difícil<sup>156</sup>.

O convênio mencionado foi estabelecido com o Departamento de Estradas de Rodagem de Mato Grosso do Sul (DERSUL) em regime de consórcio, envolvendo o órgão e mais 10 prefeituras da região. Na fala do prefeito, as trocas de favores e as concessões e ganhos a longo prazo representavam tocar de esmola o município. Em 1993, Novo Horizonte do Sul, detinha apenas 0,45027% dos 25% de ICMS, representando em valores Cr\$ 1,2 bilhões de cruzeiros, o qual, segundo Pastel, era “insuficiente para atender as necessidades de uma comunidade de baixo poder aquisitivo e que depende do poder público”, além de afirmar que toda a administração municipal estava sediada em prédios alugados<sup>157</sup>. De acordo com o jornal *Diário do Povo*, outra demanda levada pelo prefeito ao DERSUL era o projeto da estrada que ligaria Novo Horizonte do Sul ao Porto Caiuás, conforme matéria:

---

<sup>156</sup> ENTREVISTA. Antônio Luiz Agostinho, Novo Horizonte do Sul. 2021.

<sup>157</sup> O Progresso. 30 abr. 1993, p. 02.

**Imagem 26:** Pastel verifica projeto da estrada que ligará Novo Horizonte/Porto Caiuá



**Fonte:** *Diário do Povo*. 10 nov. 1993, p. 2

As dificuldades apresentadas por Antônio eram vivenciadas por outros prefeitos do estado, o que motivou a união na luta por reivindicações. Neste sentido, *O Progresso* em edição especial de final de semana, seção política, trouxe a matéria intitulada *Vale do Ivinhema se une para cobrar obras do governo*, destacando que os prefeitos da região buscavam cobrar os compromissos feitos pelo então governador Pedro Pedrossian em campanha.

De acordo com a matéria: “Durante duas horas, prefeitos dos municípios de Angélica, Nova Andradina, Taquarussu, Novo Horizonte do Sul, Deodópolis, Ivinhema e Bataiporã - que compõem o Vale do Ivinhema, discutiram qual será o meio mais eficaz para mostrar ao governo o completo estado de abandono da região<sup>158</sup>. Essa atitude, desencadeou uma mudança de postura do governador, que passou a adotar medidas municipalistas e caminhadas no interior do estado, além do lançamento de pacotes de obras públicas.

Todavia, de acordo com o jornalista Vander Verão, em coluna intitulada *Carrossel* do jornal *O Progresso*, a mudança de postura do governador estava atrelada às eleições de 1994,

<sup>158</sup> *O Progresso*. 03/04 abr. 1993, p.10.

aproveitando para alfinetá-lo politicamente ao escrever “Pedrossian, na verdade, prepara o terreno para as eleições de 1994 [...] afinal, 94 está chegando!”<sup>159</sup>.

Em meio às adversidades, Pastel fez questão de listar as conquistas:

Mas eu vou falar para você, se tem um hospital aqui foi eu que trouxe, não terminei, não inaugurei, mas a parte física eu deixei construída com energia, com piso, com tudo. Só ficou para os caras instalarem. Trouxe telefone que não tinha, trouxe banco que não tinha. Existia três telefones no posto telefônico, eu levei um para prefeitura e outro para o banco, ficou um só no posto telefônico. Daí depois de tanta briga eu consegui trazer telefone. Eu fiz dezesseis salas de aula, eu comprei quatro ônibus para educação. Eu comprei patrola, pá carregadeira com trinta, quarenta mil reais que vinha de receita<sup>160</sup>.

Por outro lado, o governador Pedro Pedrossian, em entrevista ao jornal *O Progresso*, deu ênfase a sua contribuição na garantia de infraestrutura que foram “decisivas para o progresso do recém-criado município de Novo Horizonte do Sul”<sup>161</sup>. Em maio de 1993, o então governador lançou “uma nova fase de governo e obras para Novo Horizonte do Sul”, dentre elas:

O governo do Estado vai continuar tocando com recursos próprios a unidade mista com 13 leitos que está sendo construída desde o ano passado em Novo Horizonte do Sul, tendo em vista que a cidade carece de melhor atendimento na área médico-hospitalar. Pedrossian disse, também, que até o final deste ano os moradores poderão contar com a comodidade do serviço telefônico. [...] Além disso, o Detran (Departamento Estadual de Trânsito) está implantando um núcleo no município, localizado na avenida principal, a Marcos Freire. [...] inauguraram o escritório integrado da Empaer (Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural) e do Iagro. A Secretaria de Fazenda também inaugurou ontem a nova estrutura física da Agência Fazendária de Novo Horizonte do Sul. O órgão está instalado no mesmo prédio da prefeitura, onde os produtores e comerciantes poderão receber qualquer tipo de atendimento na área fazendária<sup>162</sup>.

Os investimentos no assentamento foram justificados pelo próprio governador com base na relação estabelecida com os assentados e no apoio recebido durante a campanha eleitoral, na qual obteve 70% dos votos válidos no município. Além das ações mencionadas, destaca-se o *Programa de Desfavelamento*, implantado por Pedrossian, pelo qual Novo Horizonte do Sul foi contemplado com cem unidades habitacionais. De acordo com o jornal

<sup>159</sup> O Progresso. 08/09 mai. 1993, p.03.

<sup>160</sup> ENTREVISTA. Antônio Luiz Agostinho, Novo Horizonte do Sul. 2021.

<sup>161</sup> O Progresso. 01/02 mai. 1993, p.02.

<sup>162</sup> O Progresso. 01/02 maio 1993, p.02.

*O Progresso*<sup>163</sup>, esse programa consistia numa ação conjunta entre o governador e os municípios para erradicar os núcleos de miséria no estado, com a participação da comunidade local através do sistema de mutirão. As moradias, segundo os assentados, ficaram popularmente conhecidas como *João de Barro*.

Em conformidade, o jornal *Diário do Povo* fez menção em 1994 ao primeiro conjunto habitacional de Novo Horizonte do Sul, dando destaque ao prefeito municipal. O periódico acessado via *site* da Câmara Municipal de Novo Horizonte do Sul, a princípio era um veículo de imprensa muito utilizado pela gestão observado no quantitativo de imagens digitalizadas e disponíveis para consulta<sup>164</sup>. A *imagem 27* traz a matéria em destaque no periódico:

### Imagem 27: Novo Horizonte do Sul ganha seu primeiro conjunto habitacional

Página 02 - Caderno 2 Terça-feira, 22 de março de 1994 DIÁRIO DO POVO

## Habitação: Novo Horizonte ganha seu primeiro conjunto habitacional

O prefeito de Novo Horizonte do Sul e a própria população, deram início na manhã do último domingo, no projeto mutirão do conjunto residencial "Bom Pastor", que será construído em convênio entre o município, o governo do Estado e a comunidade.

O objetivo deste projeto é fazer com que a própria população sem teto ajude a construir a sua casa própria. No último domingo, o prefeito e os "seus tetos" contemplados se reuniram na escola estadual Dom Oscar Romero, discutiram as formas para iniciar o mutirão e mais tarde desceram para o conjunto residencial, onde foram conhecer de perto os lotes que serão de suas propriedades e também a casa "embrão" que foi construída pelo Setor de Obras da Prefeitura. Uma espécie de modelo, para que a comissão que cuida desse projeto tenha a noção do que será utilizado em termos de materiais.

Indúmeras pessoas se deslocaram até o conjunto residencial "Bom Pastor", onde o prefeito mostrou aos contemplados a casa embrão e também a forma que será feita o restante, já que os materiais estão todos nos lotes e o "mutirão" propriamente dito, deverá ter início neste domingo.

Segundo o prefeito explanou às pessoas presentes, este loteamento está considerado pela Cobah do Estado, como o maior do Estado em extensão por lotes, já que os mesmos medem 12x30 e será construído 36 metros em obras. Na oportunidade "Pastel" lembrou aos presentes que nesta primeira etapa serão construídas 50 casas e em meados de julho será edificada o restante das residências.

**1º CONJUNTO**

Com o início da administração pública do município iniciam também as dificuldades. Novo Horizonte do Sul, que já está convivendo não só com os "brasiquais", mas também com outras pessoas pertencentes a outros Estados que vem para o município caçula em busca de prosperidade e trabalho, é justamente aí que começa a acontecer os vários problemas sociais, que todos têm conhecimento. É exatamente aí que começa a aparecer a visita do administrador do prefeito. Este é o caso da professora Maria Aparecida Santana do Nascimento, que se considera uma nordestina. Ela acaba de ser contemplada com uma casa no Residencial Bom Pastor. Maria Aparecida que vive com seu esposo a menos de quatro anos em Novo Horizonte, disse à reportagem que está feliz da vida pois terá a sua casa própria o mais rápido possível, graças a intervenção do prefeito "Pastel", que vem justificando plenamente o voto dado por ela nas últimas eleições.

Este também é o caso de dona Conceição dos Santos, que tem cinco filhos, mas o trabalho e as oportunidades fora, acabaram tirando a maioria dos filhos de seu redor. Hoje ela mora com sua nora em Novo Horizonte, e já teve sítio, terras e agora estava sem teto. Após saber que tinha sido contemplada com uma casa, Conceição com seus 60 anos chorou emocionada. Lembrou que para quem viveu nos barracos de lona no meio da mata e após perder seu sítio, aquilo era tudo que ela pedia a Deus, e que mesmo com sua idade irá trabalhar no "mutirão". Conceição disse que o importante é estar dentro do que é seu, e isto ela conseguiu.

Para Cecília Maria Antonia, de 37 anos, dois filhos e desquitada, ela se sente como se estivesse ganhado na lota, já que até então, não tinha perspectivas nenhuma em relação a moradia. Agora como foi contemplada, ela espera acabar de criar os filhos e ter uma vida sossegada em sua casa própria.

O prefeito Luiz "Pastel", ao falar à reportagem, disse que se sente realizado na liderança deste mutirão, já que o destino tem sido implacável com muitos "brasiquais" que tinham suas propriedades e tiveram que se desfazer das mesmas para não passar necessidades. O prefeito lembrando tudo isso, leva a administração a enfrentar problemas generalizados com o social. E este projeto de 100 casas ajuda em muito a população. "Mesmo o município sendo novo os vários problemas antigos, começam a florescer agora e a gente tem que estar atento", disse Luiz "Pastel".

Pastel mostra casa embrão aos contemplados

Maria Apª Santana, Pastel vem justificando o voto que confiamos a ele

Conceição dos Santos: Perdi meu sítio e esta casa para mim representa um prêmio da lota

O prefeito Luiz "Pastel", ao

Fonte: *Diário do Povo*. 22 mar. 1994, p.02

O INCRA, por intermédio de seu superintendente Eduardo Carrilho, em publicação do jornal *O Progresso*, em matéria denominada *Pedrossian participa da entrega de títulos em Novo Horizonte*, buscou realçar o investimento realizado pelo órgão no município, conforme trecho abaixo:

[...] para a consolidação do projeto, o Incra realizou grandes investimentos na área, como construção de um açude, um alojamento, centro comunitário, centro de saúde, quatro postos de saúde, 11 escolas rurais, além do centro

<sup>163</sup> *O Progresso*. 17 set. 1993, p.03.

<sup>164</sup> Disponível em: <https://www.novohorizontedosul.ms.leg.br/raiz/institucional/historia>, acesso em: 17 mar. 2023.

administrativo, onde está instalada a prefeitura: A cidade possui infraestrutura básica, como rede de energia elétrica, posto telefônico da Telems (Telecomunicações de MS), além de água encanada vinda dos poços artesianos implantados pelo Ministério da Reforma Agrária e Sanesul (Empresa de Saneamento do Estado)<sup>165</sup>.

Na fala de Eduardo Carrilho, o INCRA toma para si os feitos e melhoramentos realizados em Novo Horizonte do Sul, em detrimento da administração municipal. Quanto à entrega dos títulos, em ato de comemoração de um ano de emancipação política-administrativa: “O evento marca o início do processo de titulação da área do projeto aos seus legítimos ocupantes, numa iniciativa necessária e oportuna do Incra, uma vez que o projeto já atingiu o índice desejado de exploração econômica”<sup>166</sup>.

O governo municipal, estadual e o INCRA mantinham momentos de embates e de cordialidades, em que os poderes buscavam protagonismo frente ao processo histórico, social e político de Novo Horizonte do Sul. Essa questão é perceptível na entrega de homenagens no assentamento, conforme o jornal *O Progresso* em sua edição de final de semana, sob o título “*Pedrossian anuncia nova fase de governo e obras para Novo Horizonte do Sul*”, ocupando a segunda página do periódico. De acordo com a matéria:

Pedrossian e diversas outras autoridades, como o presidente do Incra, Oswaldo Russo, o superintendente estadual do instituto, Eduardo Carrilho de Oliveira Lima, senador Wilson Martins, deputado Londres Machado, e Floriano Kovalski (primeiro comerciante do município), foram homenageados com uma placa de prata<sup>167</sup>.

Cabe destacar que neste mesmo ato, o então presidente do INCRA, Oswaldo Russo de Azevedo, aproveitou para anunciar que o governo federal pretendia assentar mais de 20 mil famílias no Brasil, tomando Pedrossian, como exemplo de gestor preocupado com a questão agrária. A matéria em si retrata as conveniências e as relações de poder que cercam o campo político. Na compreensão dessas estratégias, recorremos a Pierre Bourdieu ao conceituar o jogo político afirmando que:

A vida política só pode ser comparada com um teatro se se pensar verdadeiramente a relação entre o partido e a classe, entre a luta das organizações políticas e a luta de classes, como uma relação propriamente simbólica entre um significante e um significado ou, melhor, entre

<sup>165</sup> O Progresso. 29 abr. 1993, p.11.

<sup>166</sup> O Progresso. 29 abr. 1993, p.11.

<sup>167</sup> O Progresso. 01/02 mai. 1993, p.02.

representantes quando uma representação e agentes, ações e situações representadas (Bourdieu, 2001, p.175).

Face aos desafios enfrentados, Antônio fez questão de lembrar de sua relação com o governo federal ao destacar: “eu entrei na prefeitura junto com o Itamar no governo, governo federal tudo bagunçado, quando foi dar uma arrumada já era eleição, já era o Fernando Henrique, daí ele entrou e segurou tudo de novo para arrumar”<sup>168</sup>. Recordamos que, em 1992, o então presidente do Brasil Fernando Collor de Mello, diante do processo de *impeachment* e acusações de corrupção, renuncia à presidência, assumindo o seu vice Itamar Franco, num momento de instabilidade política e econômica do Brasil.

Fatos e/ou boatos de corrupção também permearam a primeira gestão do município de Novo Horizonte do Sul, motivo citado por alguns colaboradores como impulso para o primeiro prefeito deixar o município, conforme narrou Joel “ele fez uma administração boa, mas foi mal assessorado e acabou indo embora” e Sérgio Cruz “faltou traquejo político”.

Por outro lado, Antônio em sua fala justificou que:

Havia muita briga, muita confusão, dois atentados, um quando era prefeito e outro quando sai e daí eu falei, vou vazar fora daqui, não preciso disso não. Fui trabalhar fora. Eu entrei pobre na prefeitura, saí miserável. Quando eu entrei na prefeitura, eu tinha uma chácara, tinha um gadinho, tinha uma caminhonete velha para andar. Quando eu saí até o gado e a chácara eu precisei vender para pagar conta. Então eu entrei pobre e saí miserável<sup>169</sup>.

A denúncia de atentado sofrido pelo prefeito e expressada em sua fala foi atribuída por ele à SOMECO S/A. De acordo com Antônio, “a Someco era soberana, os caras mandavam no município, entravam os prefeitos que eles queriam” e “a gente quebrou o monopólio”<sup>170</sup>. A entrevista foi realizada após o retorno de Antônio a Novo Horizonte do Sul, depois de 20 anos fora da cidade. Seu regresso foi motivado pela doença de seu filho, que veio a falecer.

Eu fiquei vinte anos fora, na minha vontade mesmo, minha, era nunca mais voltar aqui. Eu tinha o meu menino aqui, que sonhava que eu voltasse para ficar perto dele. Realizei o sonho dele, eu cheguei dia 20 de fevereiro e em junho ele morreu. Eu fiquei três meses e quinze dias com ele<sup>171</sup>.

<sup>168</sup> ENTREVISTA. Antônio Luiz Agostinho, Novo Horizonte do Sul. 2021.

<sup>169</sup> Id., 2021.

<sup>170</sup> Id., 2021.

<sup>171</sup> Id., 2021.

O episódio mencionado reflete a subjetividade da pesquisa histórica, os contornos na produção das fontes orais, as várias representações em torno de um fato e como os atores envolvidos no processo foram impactados.

Em junho de 1993, conforme matéria do *O Progresso*, sob o título *Prefeito lança programa de desenvolvimento econômico*, Pastel visava aumentar em pelo menos 400% a produtividade das terras do assentamento. Na ocasião, ele anunciou que o serviço seria executado por duas empresas de Campo Grande, sendo elas a Rodoguia e Rodoterra e que “os parceiros tem que pagar no término do serviço, 60% do total; e ainda, 30% assim que receberem financiamentos do FCO (Fundo Constitucional do Centro-Oeste) enquanto a Prefeitura se encarregará de pagar as empreiteiras, o restante, ou seja, 10% oriundos de recursos a fundo perdido”<sup>172</sup>. Pastel ainda tinha a intenção de construir um Centro Industrial Comunitário em Novo Horizonte do Sul, com o objetivo de “formar profissionais do ramo de vestuário e confecções” e de forma audaciosa, tornar o município *capital da confecção*<sup>173</sup>.

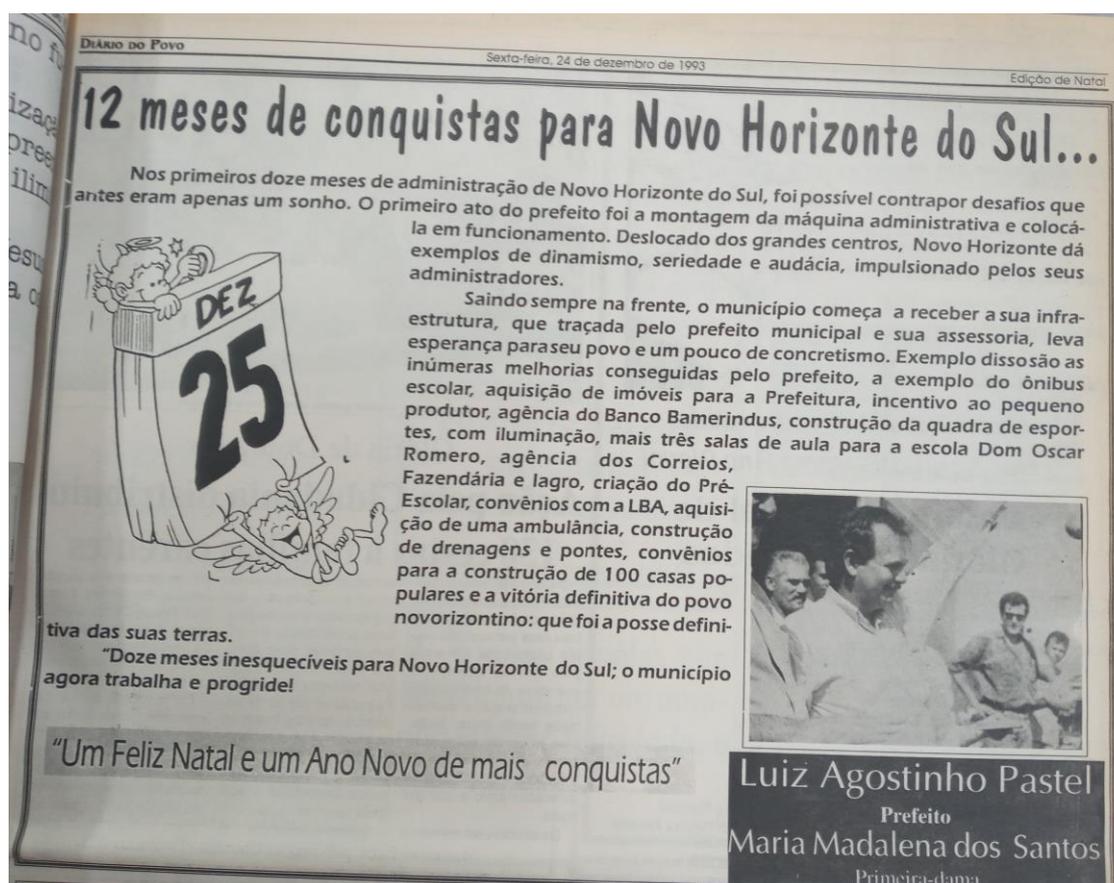
Em mensagem direcionada à população de Novo Horizonte do Sul e aos leitores do *Diário do Povo*, Pastel buscou ressaltar as conquistas do primeiro ano de emancipação do município:

---

<sup>172</sup> O Progresso. 18 jun. 1993, p.05.

<sup>173</sup> Diário do Povo. 07 dez. 1993, p.02.

**Imagem 28:** 12 meses de conquistas para Novo Horizonte do Sul



**Fonte:** *Diário do Povo*. 24 dez. 1993, Edição de Natal

Pastel era muito adepto aos meios de comunicação, seja eles por meio do jornal impresso ou digital em entrevistas concedidas a emissoras de televisão, sempre buscando propagar a imagem de um município fruto de reforma agrária que deu certo.

### 3.3 O assentamento *porta de entrada* do município

O assentamento *Novo Horizonte* fazia parte da COAGRAN (Cooperativa dos Assentados da Grande Dourados), juntamente com os assentamentos Nova Esperança (Jatei), Amandina (Ivinhema), Casa Verde (Nova Andradina), Indaiá (Itaquirai) e São Jose do Jatobá (Paranhos) que, em 1992, chegou a arrecadar 4,5 bilhões em um ano, e incentivava o cultivo de culturas diversas, entre elas a mamoneira que atingiu uma produção em 1993 de três mil toneladas. Acerca dessa cultura, ela foi incentivada por Pedrossian, em parceria com a cerealista Campina Verde, que tinha sede em Dourados. De acordo com o gerente da

Coagran, em entrevista ao jornal *O Progresso*, a mamona era “uma cultura barata, de fácil manejo, e que se adapta a realidade dos produtores dos assentamentos”<sup>174</sup>.

Tendo em vista a produtividade dos assentados, a Coagran instalou um entreposto em Novo Horizonte do Sul, na tentativa de aproximar a cooperativa dos trabalhadores rurais. O presidente nacional do Incra, em maio de 1993, afirmou que “seria ótimo se o exemplo de Novo Horizonte fosse implantado em todo Brasil”<sup>175</sup>. Cabe destacar que o governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento firmou um convênio com a Coagran para criação de um banco de sementes, com o anseio de atender os assentados num sistema de troca, que consistia na concessão de sementes para plantio por grãos na época de colheita. Esse programa atenderia não apenas os assentados em Novo Horizonte do Sul, como também de Paranhos, Itaquirai, Jatei, Ivinhema e Nova Andradina.

Em matéria do jornal *O Progresso*, anunciada na capa da edição sob o título *Alemães mandam Cr\$ 150 milhões para assentados em MS*, o periódico buscou apresentar o apoio externo que a cooperativa recebia para investir na produção agrícola. Segundo a publicação:

Uma campanha desenvolvida por um estudante de Teologia da Alemanha vai garantir para seis assentamentos de Mato Grosso do Sul recursos no valor de 15 mil marcos, correspondentes a cerca de 150 milhões de cruzeiros. [...] os recursos serão destinados ao projeto de implantação de um banco de sementes. A Coagran vai adquirir 18 toneladas de sementes de arroz, feijão e milho para distribuir a um grupo de 150 produtores, numa área de 150 ha, nos assentamentos de São Jose do Jatobá, em Paranhos; Indaiá, em Itaquirai; Novo Horizonte, Em Novo Horizonte do Sul; Amandina, em Ivinhema; Casa Verde, em Nova Andradina e Nova Esperança, em Jatei<sup>176</sup>.

A mesma matéria trazia na capa a imagem de uma menina fotografada pelo alemão Fulko Steinhausen, descalça, com vestido sujo, cabelos despenteados, em frente a um barraco de madeira. A foto em sua essência tinha a finalidade de mostrar a situação de vulnerabilidade socioeconômica nos assentamentos de Mato Grosso do Sul, e serviu como base para justificar o investimento vindo do exterior, ficando conhecida como a “foto que estava sensibilizando os alemães”<sup>177</sup>.

Em julho de 1993 foi criada a Associação dos Produtores Rurais de Novo Horizonte do Sul, contando com 160 associados, entre proprietários e arrendatários. A associação servia de base para o crescimento dos assentados, uma vez que passaram a receber apoio da

<sup>174</sup> O Progresso. 14/15 ago. 1993, p.09.

<sup>175</sup> O Progresso. 01/02 mai. 1993, p.02.

<sup>176</sup> O Progresso. 06/07 fev. 1993, p.04.

<sup>177</sup> Id., 06/07 fev. 1993, p.01.

prefeitura municipal. Um convenio firmado entre Novo Horizonte do Sul e o Terrasul garantia combustível para as máquinas no preparo do solo, sacas de sementes, insumos e inseticidas, para o cultivo de arroz, milho, mandioca, feijão e algodão.

A organização do assentamento e a produção reforçava a característica de assentamento modelo, o que chamava atenção de estudantes e pesquisadores. Em matéria intitulada *Pelo 2º ano, alunos visitam assentamento*, o jornal *O Progresso*, demonstrou esse interesse externo em conhecer o projeto de Reforma Agrária e evidenciou o contraste entre avanços e dificuldades dos assentados:

O assentamento virou cidade, e existe muitos investimentos que chamaram a atenção dos estudantes, como boas casas, muitos barracos pobres, mas, contrastando com muitos erros, falhas, uma coisa chamou a atenção dos alunos: muitas antenas parabólicas, o que demonstra que os moradores estão usufruindo da tecnologia que a maioria dos estudantes que lá estiveram não tem condição de ter<sup>178</sup>.

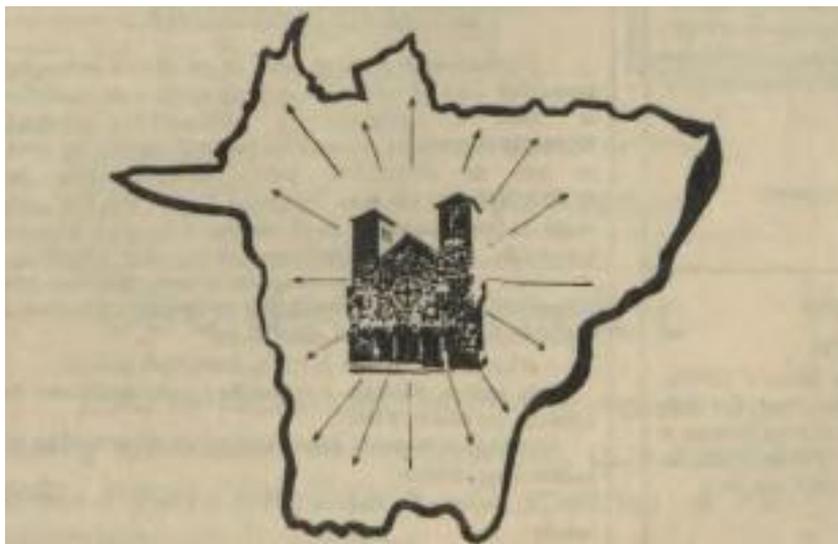
As antenas parabólicas, instaladas no assentamento e trazidas na matéria, eram vistas como tecnologia ao alcance dos moradores das áreas rurais, fonte de acesso à informação, entretenimento e qualidade de vida, assim como a “Telefonia Celular Rural Fixa”, anunciada em 1993, que funcionaria a partir de 1994, conforme matéria do *O Progresso*<sup>179</sup>.

Com base em sua história de luta, Novo Horizonte do Sul foi sede em julho de 1993 da 1ª Romaria da Terra, da Diocese de Dourados-MS, organizada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), recebendo trabalhadores dos municípios de Ponta Porã, Bataguassu, Paranhos, Sete Quedas, Mundo Novo, Maracaju e Nova Alvorada do Sul, com o tema *Terra, Dom de Deus, semente de liberdade*. Na arte de divulgação, podemos observar o destaque para o mapa da Diocese de Dourados, com o centro na Catedral Imaculada Conceição, sede da diocese, e setas indicativas apontando para todas as regiões.

---

<sup>178</sup> O Progresso. 21/22 set. 1992, p.04.

<sup>179</sup> O Progresso. 15 jan. 1993, p.04.

**Imagem 29:** Arte de Divulgação da 1ª Romaria da Terra

**Fonte:** *Jornal O Progresso*. 20 de julho de 1993, p. 14

Na ocasião, os agentes da CPT fizeram questão de enaltecer a história de luta dos trabalhadores rurais do assentamento ao afirmar que: “Novo Horizonte do Sul é a primeira terra conquistada pelo povo. Até então um assentamento, Novo Horizonte foi emancipado município (e tem a primeira gestão política) já no ano passado e tem uma produção recorde “numa terra improdutiva”<sup>180</sup>. Na imagem abaixo, registrada durante a 1ª Romaria da Terra, observa-se entre os trabalhadores rurais a cruz e a enxada. Uma imagem dotada de representações. Aleida Assmann (2011) afirma que: “Ao contrário dos textos, imagens são mudas e sobre determinadas; elas podem fechar-se em si ou ser mais eloquentes que qualquer texto”. (Assmann, 2011, p.237).

---

<sup>180</sup> O Progresso. 22 jul. 1993, p.05.

**Imagem 30:** 1ª Romaria da Terra

**Fonte:** Arquivo Pessoal, Irmã Anailde

No aglomerado de pessoas presentes na fotografia, de autoria desconhecida, observamos homens, mulheres e crianças com semblantes de alegria e entusiasmos expressos nas faces e na salva de palmas dos assentados enquanto a cruz era erguida. A *cruz* esculpida em madeira bruta retirada do assentamento representa o caráter religioso, símbolo que manifesta a salvação de acordo com a fé católica. Já a *enxada* erguida pelo assentado revela a lida, o trabalho, o contato com a terra.

Em coluna especial intitulada *1ª Romaria da Terra na Diocese de Dourados-MS*, escrita pelos organizadores da romaria e publicada nas páginas do jornal *O Progresso*, foi apontada a permanência dos assentados como fator determinante no processo de emancipação do município: “Não foram poucos os entraves encontrados pelo caminho, na busca de um recanto onde pudessem se instalar como famílias trabalhadoras, embriões de uma nova cidade: Novo Horizonte do Sul”<sup>181</sup>.

Por outro lado, não há como negar a existência de *vendas de lotes* durante a década de 1990, uma estratégia encontrada por alguns assentados que queriam sair do assentamento

---

<sup>181</sup> O Progresso. 27 jul. 1993, p.07.

sem perder o investimento já realizado. Conforme Sprandel (1992), a venda de lotes dividia opiniões. Para uns era considerado normal, já para outros uma “ameaça ao coletivo, uma vez que permite o ingresso de pessoas estranhas ao movimento dos chamados brasiguaios e possibilita o risco de partes significativas da gleba transformarem-se em fazendas, pela concentração de parcelas sob o domínio de um único dono” (Sprandel, 1992, p. 366).

Segundo Sérgio Cruz, em entrevista, esse processo de desistência acabou de certa forma atrasando o processo de instalação da agricultura familiar no assentamento. Por exemplo, a senhora Lúcia Frazão, em uma conversa realizada em 2020, relatou que teve que vender suas terras juntamente com seu esposo para custear os estudos dos filhos. Atualmente, eles vivem em Nova Alvorada do Sul. Segundo Joel, na época em que o município foi criado, chegou a ter mais de doze mil habitantes e no final da primeira gestão para a segunda o pessoal começou a migrar para fora, “foi vendendo, foi indo, foi indo”<sup>182</sup>.

Além de encontros relacionados aos movimentos sociais, Novo Horizonte do Sul passou a sediar eventos esportivos, tais como campeonatos intermunicipais de futebol de campo amador, envolvendo municípios de diversas regiões do estado, ganhando espaço no cenário regional. Muitos desses campeonatos eram disputados em chão batido de terra, sem muita infraestrutura, mas que proporcionava momentos de interação social e demarcação da identidade local. Em 1993, por exemplo, foi realizado o Campeonato Amador de Novo Horizonte do Sul, que contou com doze equipes, sendo dividido em três fases e tendo como finalistas o Clube Atlético de Novo Horizonte do Sul (CANHO) e a SOMECO, sendo que o primeiro acabou conquistando o campeonato, conforme matéria do jornal *Diário do Povo*, publicada em 26 de janeiro de 1994. Seria o esporte imitando a história de luta?

Era comum também a realização de quermesses e bailes de lampião, traduzidos em momentos de confraternização, encontros e descontração, bem como eventos culturais que agrupavam diversos talentos presentes no assentamento, dentre eles as *Audições*, realizadas em Novo Horizonte do Sul e que reunia vários grupos musicais, conforme convite encontrado no jornal *Diário do Povo*:

**Dia 25 será realizada a II Audição em Novo Horizonte do Sul.** O município de Novo Horizonte do Sul terá no próximo dia 25 de novembro, quinta-feira, uma rara oportunidade de apreciar um belo espetáculo de música erudita. Trata-se da Segunda Audição, quando haverá apresentação de órgão, com alunos e escolas do município e região. O evento tem o apoio do prefeito Luiz Pastel. O evento será na Escola Dom Oscar Romero às 20:00 h e reunirá alunos da escola Musical Carlos Gomes, de Novo

---

<sup>182</sup> ENTREVISTA. Joel, Novo Horizonte do Sul. 2018.

Horizonte do Sul e participação especial das escolas Vila Lobos, de Ivinhema e Deodápolis. Após a Audição, haverá show com o grupo de samba Comando da Madrugada, de Novo Horizonte do Sul<sup>183</sup>.

No convite acima, chamou-nos a atenção o fato de que, em menos de um ano de emancipação, Novo Horizonte do Sul já contava com uma escola de música, oferecendo cultura erudita aos trabalhadores rurais, além de outros grupos com estilos musicais diversos, conforme mencionado na matéria. Outra prática comum era a pesca aos finais de semana no Rio Guiraí, que servia como ponto de encontro dos assentados, como descreveu Cortêz (1993):

O sítio de Antônio Candido, com pouco mais de trinta hectares, localizado na beira do rio Guiraí, na linha Guadalupe, é ponto de encontro dos pescadores nos finais de semana e um símbolo da luta. Foi por ali que começou a história dos brasiguaios. [...] único acesso para a ocupação da mata, o Guiraí foi o ponto de referência para o movimento de retorno dos agricultores. (CORTÊZ, 1993, p. 107).

O professor Marcos Estrada, em entrevista realizada com Chiquinho, irmã Anailde e a professora Sebastiana, concedida em 2018 às margens do Rio Guiraí, no local da travessia trouxeram memórias significativas ao narrarem a primeira ocupação da Gleba. A imagem abaixo resgatada do vídeo original<sup>184</sup>, traz Chiquinho às margens do rio que Cortêz nomeou como *rio dos pássaros*.

---

<sup>183</sup> Diário do Povo. 23 nov. 1993, p. 03.

<sup>184</sup> Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=wR6ivhEbUzE&list=PLJDYDVV8Ec\\_kCOYs4yW0rcwjWQVtFSiX-&index=7](https://www.youtube.com/watch?v=wR6ivhEbUzE&list=PLJDYDVV8Ec_kCOYs4yW0rcwjWQVtFSiX-&index=7), acesso em: 15 nov. 2023.

**Imagem 31: Rio Guiraí**

**Fonte:** Marcos Estrada

Na cena, Chiquinho, à beira do rio, traz lembranças sobre o dia da travessia que marcou a ocupação de 1984:

As pessoas que não sabiam nadar vinham pelo cabo de aço. Não deu tempo de fazer ponte para atravessar. As mulheres, crianças e alimentação, atravessaram de barco. Alguns homens subiram o rio acima e encontraram um barco amarrado e aí as mulheres vinham de barco e os alimentos também. Os homens pulavam e vinham a nado ou no cabo de aço que era amarrado exatamente nessa árvore<sup>185</sup>.

Essas informações reforçam o peso simbólico que o rio Guiraí tem para os assentados e para a história de Novo Horizonte do Sul, não sendo apenas um local para pescaria, mas também lugar de memória.

Na vida cotidiana, uma das tradições moldadas pelos assentados e marca de Novo Horizonte do Sul foi a *corrida de carroças*. A carroça além de ser utilizada para a lida com a terra, também era o principal meio de transporte. De acordo com dados do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul (DETRAN), publicados pela ALEMS em 2005, o município contava com 450 carroças, o que nos leva a acreditar que em 1993 o número

<sup>185</sup> Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=wR6ivhEbUzE&list=PLJDYDVV8Ec\\_kCQYs4yW0rcwjWQVtFSiX-&index=7](https://www.youtube.com/watch?v=wR6ivhEbUzE&list=PLJDYDVV8Ec_kCQYs4yW0rcwjWQVtFSiX-&index=7), acesso em: 15 nov. 2023.

seria maior<sup>186</sup>. A competição consistia numa corrida de 50 metros livres, onde ganhava o competidor que chegasse em menor tempo. Um elemento ligado ao homem e a mulher do campo, que se tornou tradição local.

**Imagem 32:** Corrida de carroças



**Fonte:** Diário MS. 24 abr. 2001

A imagem representa de um lado a vida cotidiana das famílias assentadas, e de outro a tradição inventada pelos moradores do assentamento, a fim de preservar marcas e construir memórias. Ao falar de tradições, recorremos a Hobsbawm (2008), quando menciona que as tradições se configuram como um conjunto de práticas que visam “inculcar certos valores e normas de comportamento através de repetições, o que implica, automaticamente: uma continuidade em relação ao passado” (Hobsbawm, 2008, p.09).

Ao considerar a construção de tradições, estas se tornaram mais evidentes nas festividades comemorativas do segundo ano de emancipação política-administrativa de Novo Horizonte do Sul, uma vez que o primeiro ano ainda foi marcado pelo processo eleitoral e pela instalação do município. Os eventos incluíam atos e desfiles cívicos, teatros e encenações da trajetória brasiguaiá, além da inserção da festa do peão na cultura local, conforme indicado no cartaz de divulgação:

---

<sup>186</sup> Disponível em: <https://www.al.ms.gov.br/Noticias/75256/novo-horizonte-do-sul-primeiro-assentamento-emancipado-no-brasil-comemora-13-anos>, acesso em: 22 maio 2023.

**Imagem 33:** Novo Horizonte do Sul: 2º aniversário e festa do peão de rodeio

**NOVO HORIZONTE DO SUL**  
**2º ANIVERSÁRIO E FESTA DO PEÃO DE RODEIO**  
**DIAS: 29, 30/04 e 01/05/94**

**PROGRAMAÇÃO**  
 Dia: 30/04/94 das 6:00 às 18:00 horas - Programação Cívica, Teatro Amador, Desfile Cívico e Ato Público.

**RODEIO**  
 Bolada CIA. Parada (Colorado-PR) - CIA 2 G (Glória de Dourados-MS)  
 Tropas CIA. J7 (Mirante do Paranapanema-SP)

**shows**  
 29/04/94 - Silvío Sidney  
 30/04/94 - Du Glacial  
 01/05/94 - Sula Mazurega

**LOCUTOR BOBY MACHADO - CAIUÁ/SP**  
**SOM EDIGAR Promoções E Big MS 2**

Prestige as entidades sociais do nosso município  
**TODOS OS DIAS RODEIO AMADOR FUTBOI**  
**MESA DA AMARGURA - BAILE DO COWBOY NA QUADRA DO RECINTO**  
**A COMISSÃO AGRADECE O COMPARECIMENTO DE TODOS OS VISITANTES**



Associação Cultural  
 GOVERNO MS  
 Prefeitura e Câmara de  
 NOVO HORIZONTE DO SUL

**Kaiser** | **BAMERINDUS**

**Fonte:** *Diário do Povo*. 27 abr. 1994, p.03

Os assentados mantinham em seu cotidiano a manutenção das memórias de luta, sendo costumeiro nos momentos de interação social cantarem músicas ligadas a terra, sendo uma das mais conhecidas o *Baião das comunidades*, composta por Zé Vicente (poeta, lavrador, compositor e cantor cearense), conforme fragmento abaixo:

### **Baião Das Comunidades**

(Zé Vicente)

Somos gente nova vivendo a união  
 Somos povo semente de uma nova nação ê, ê  
 Somos gente nova vivendo o amor  
 Somos comunidade, povo do senhor, ê, ê

Vou convidar os meus irmãos trabalhadores  
 Operários, lavradores, biscateiros e outros mais  
 E juntos vamos celebrar a confiança  
 Nossa luta na esperança de ter terra, pão e paz, ê, ê

Vamos chamar os índios que ainda resistem  
 As tribos que ainda insistem no direito de viver  
 E juntos vamos reunidos na memória  
 Celebrar uma vitória que vai ter que acontecer, ê, ê

Somos gente nova vivendo a união  
 Somos povo semente de uma nova nação ê, ê  
 Somos gente nova vivendo o amor  
 Somos comunidade, povo do senhor, ê, ê

Convido os negros, irmãos no sangue e na sina  
 Seu gingado nos ensina a dança da redenção  
 De braços dados, no terreiro da irmandade  
 Vamos sambar de verdade enquanto chega à razão, ê, ê

Vamos chamar Oneide, Rosa, Ana e Maria  
 A mulher que noite e dia luta e faz nascer o amor  
 E reunidas no altar da liberdade  
 Vamos cantar de verdade, vamos pisar sobre a dor, ê, ê [...]

Canções como esta buscavam privilegiar diferentes movimentos sociais, a construção de memórias de luta e a religiosidade, além de incluir as mulheres em cena e trazer as discussões de gênero para o debate.

### 3.4 A construção de uma nova identidade

*Lá nos Brasiguaios?* Era um termo muito utilizado por pessoas externas ao se referir a Novo Horizonte do Sul. Como mencionado anteriormente, no decorrer da pesquisa, o termo foi pensado como uma identidade política utilizada para a organização do movimento de retorno ao Brasil, como também durante o processo de emancipação para demonstrar o feito/conquista dos assentados. Segundo Sprandel (1992), a palavra *brasiguaião* tem um sentido de orgulho, honra, por um passado de luta. Essa afirmação vai ao encontro de muitas falas, como as trazidas abaixo:

Na verdade, os meus pais são os verdadeiros brasiguaios, eles são a raiz e eu sou filha de brasiguaiã, mas carrego esse título comigo<sup>187</sup>.

Minha família é grande. Eu sou neto de brasiguaião [...] e isso me deixa orgulhoso<sup>188</sup>.

<sup>187</sup> ENTREVISTA. Elzelina, Novo Horizonte do Sul. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BhpYJNhf580&list=PLlkqpUvuyjALSvopW-yvuwp6j40ctQ0SQ&index=1>, acesso em: 29 out. 2023.

<sup>188</sup> ENTREVISTA. Mauro, Novo Horizonte do Sul. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f0hXQz-mey8&list=PLlkqpUvuyjALSvopW-yvuwp6j40ctQ0SQ&index=4>, acesso em: 29 out. 2023).

É importante para nós orgulharmos do que somos<sup>189</sup>.

Eu tenho um orgulho muito grande de ser um brasiguaiio<sup>190</sup>.

O apelido está na pele, até dos filhos. [...] filho de brasiguaiio é brasiguaiio<sup>191</sup>.

O termo brasiguaiio foi produzido em um momento histórico de luta em 1985, que expandiu umas representações ao longo da história, conforme o movimento social que estava inserido, sendo uma marca simbólica para a população de Novo Horizonte do Sul. Pensando as identidades, recorremos a Tomaz Tadeu da Silva (2013), ao defender que a identidade:

[...] é indução, uma relação construída, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder. (Silva, 2013, p. 96-97).

Por outro lado, com a instalação do município, questões identitárias vieram à tona, não mais no enquadramento de quem era ou não brasiguaiio, dos nascidos no Brasil, no Paraguai ou no barraco de lona. A identidade agora prefigurada pelo termo *novo-horizontino do sul*, sem apagar a história dos brasiguaios, e o termo que cotidianamente é acionado até os dias atuais. Neste ponto concordamos com Sprandel (1992) ao mencionar que “Ser novo horizontinos talvez represente uma nova e potencial identidade de auto atribuição, que faça esquecer as dificuldades vividas enquanto brasiguaios” (Sprandel, 1992, p. 401).

Percebemos ao longo da pesquisa que não houve preocupação por parte dos assentados em construir patrimônios materiais relacionados às suas trajetórias de vida. As histórias de luta dos assentados são transmitidas de geração em geração por meio da oralidade daqueles que permanecem no município até os dias atuais. Parte dessas histórias de vida foram incorporadas ao documentário intitulado *Brasiguaios:1985*, produzido pelo

<sup>189</sup> ENTREVISTA. França, Novo Horizonte do Sul. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zPcUMSSE5OE&list=PLlkqpUvuyjALSvopW-yvuwp6j40ctQ0SQ&index=8>, acesso em: 29 out. 2023.

<sup>190</sup> ENTREVISTA. Zezinho, Novo Horizonte do Sul. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0SnL6dDw-RI&list=PLlkqpUvuyjALSvopW-yvuwp6j40ctQ0SQ&index=12>, acesso em: 29 out. 2023.

<sup>191</sup> ENTREVISTA. Mateus, Novo Horizonte do Sul. 2018. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=tZt6b8FLgDc&list=PLJDYDVV8Ec\\_kCOYs4yW0rcwjWQVtFSiX-&index=2](https://www.youtube.com/watch?v=tZt6b8FLgDc&list=PLJDYDVV8Ec_kCOYs4yW0rcwjWQVtFSiX-&index=2), acesso em: 29 out. 2023.

professor Marcos Estrada e lançado pelo Laboratório de Pesquisa em Fronteiras, Estado e Relações Sociais (LAFRONT) 26 de fevereiro de 2021<sup>192</sup>.

Na construção da identidade do município, enquanto ente federado, foi tecido o hino, bandeira e brasão de Novo Horizonte do Sul, conforme Lei Orgânica Municipal aprovada em 11 de setembro de 1993, em seu Art. 6º. “São símbolos do Município, o Brasão, a Bandeira, e o Hino”. O hino por sua vez, foi composto por Haroldo Lobo Ruiz e Bento Picinin, sendo o primeiro, de acordo com Leite (2015), também compositor dos hinos dos municípios de Nova Andradina, Batayporã, Jateí e Juti.

## **HINO DE NOVO HORIZONTE DO SUL**

*Letra e melodia de Haroldo Lobo Ruiz & Bento Picinin*

Em mil novecentos e noventa e dois  
De um povo se fez uma conquista  
Brilhou de vez no firmamento  
Um Novo Horizonte depois

Fizeram então desta terra amada  
debaixo de um céu de um forte azul  
Um marco no mapa deste Estado  
Meu Novo Horizonte do Sul

E com orgulho te canto  
Majestoso celeiro  
Mãe gentil és meu manto  
Meu leito verdadeiro

E quanta honra me dás  
Ser Mato Grosso do Sul  
Novo Horizonte alterneiro  
Novo Horizonte do Sul

Bandeira: Amarelo de riqueza  
Tão verde de campos verdejantes  
Exibe o branco da pureza  
e o anil de um saber brilhante

Vitória, Ivinhema e Guiraí  
Rios berço de fauna e linda flora  
Pecuária atravessando fronteiras  
Fizeram deste rincão, história

De um povo ordeiro e acolhedor  
Que canta o teu nome com respeito

---

<sup>192</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YS4fW5dT2GU>, acesso em: 10 dez. 2023.

Sou filho desta terra  
de um céu que é mais azul

Oh! Querido  
Novo Horizonte do Sul

E com orgulho te canto  
Majestoso celeiro  
Mãe gentil és meu manto  
Meu leito verdadeiro.

E quanta honra me dás  
Ser Mato Grosso do Sul  
Novo Horizonte alterneiro  
Novo Horizonte do Sul

### **BANDEIRA**



**Fonte:** [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bandeira\\_Novo\\_Horizonte\\_do\\_Sul\\_MS.png](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bandeira_Novo_Horizonte_do_Sul_MS.png)

## BRASÃO



**Fonte:** Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Sul

Esses símbolos não apresentam semelhança alguma com os de Ivinhema, que até então era município-mãe, tão pouco com os do Paraguai ou Mundo Novo. Em relação a Ivinhema, talvez pelo fato de não construírem um vínculo tão forte com o município, uma vez que o laço maior era com o assentamento. A letra do hino buscou enfatizar o processo de conquista, a perspectiva de um novo horizonte moldado a partir da conquista da terra, além de enaltecer a emancipação enquanto *um marco no mapa do Estado*. Trouxe também as cores da bandeira e suas definições, bem como os rios que banham o município.

Acerca de sua composição, Chiquinho argumentou que não houve um concurso específico para escolha da letra e melodia, o que nos indica que o autor foi escolhido pela gestão com base nos trabalhos já realizados na região. Em relação à bandeira e brasão, não encontramos maiores detalhes acerca de sua construção, devido ao insucesso na busca por mais informações junto a Câmara Municipal de Novo Horizonte do Sul.

Nessa perspectiva, nos chamou a atenção o fato de que os elementos oficiais do município não apresentam traços ou referências aos brasiguaios, tampouco à luta pela terra e à formação do assentamento, o que parece contraditório. Há uma romantização em torno da luta pela terra e da saga brasiguiaia, porém, seus símbolos mais importantes e elementos de identidade não refletem essas questões. Essa ausência estaria relacionada a uma

intencionalidade, já que, dentro do assentamento, havia compositores engajados na luta pela terra. Um exemplo é a canção *Cidade Lona*, composta por Chiquinho e entoada durante o período de acampamento.

## CAPÍTULO IV

### NOVO HORIZONTE DO SUL: ENTRE O SONHO DA LUTA COLETIVA E O JOGO POLÍTICO

As pesquisas que abordam Novo Horizonte do Sul são escassas. Alguns autores(as) se apropriaram da história de luta dos assentados para fazer referência aos movimentos sociais de luta pela terra, a dinâmica fronteira e a questão identitária dos brasiguaios. Marcia Anita Sprandel (1992), em sua Dissertação de Mestrado em Antropologia, num trabalho realizado *in loco*, escreveu sua opção por Novo Horizonte:

A opção como objeto de estudo, pelos chamados brasiguaios hoje assentados no Projeto de Assentamento Novo Horizonte - PANH, deve-se à constatação de que, estes foram os que utilizaram a categoria brasiguaios na plenitude do seu significado formal. Se definiram como agricultores, brasileiros, migrantes, expulsos do Brasil e do Paraguai, e, mobilizados politicamente, obtiveram terras através do processo de reforma agrária em território brasileiro (Sprandel, 1992, p. 215).

A autora ainda complementou que “através destas famílias pude desenvolver reflexões teóricas sobre identidade e etnicidade” (Sprandel, 1992, p.62). Luís Carlos Batista (2013), ao discutir a dinâmica dos brasiguaios na fronteira, fez menção a Novo Horizonte ao abordar como “viveram os primeiros brasiguaios que se organizaram para o retorno do Paraguai em 1985” (Batista, 2013, p. 160).

A jornalista Cácia Cortez em *Brasiguaios: os refugiados desconhecidos*, publicado em 1993, chegou a dedicar uma página de seus escritos para falar da emancipação do município caracterizando-o como uma “fratura exposta no coração do latifúndio”. (Cortêz, 1993, p.106). O lançamento do livro escrito pela jornalista foi divulgado no jornal *O Progresso* em matéria intitulada *Jornalista lança livro sobre os brasiguaios*, na descrição da notícia: “O livro relata a história destes brasileiros que migraram para o Paraguai como resultado de uma expropriação de expulsão violenta de centenas de milhares de agricultores do sul do país”<sup>193</sup>.

Rescigno (2010), por sua vez, abordando a luta pela terra em Mato Grosso do Sul, destacou que a formação do núcleo urbano no assentamento de certa forma colaborou na

---

<sup>193</sup> O Progresso, 07 jul. 1994, p.07.

formação do município, além de afirmar que “até hoje é o maior projeto de assentamento no Estado em número de famílias” (Rescigno, 2010, p. 157). Neste mesmo sentido, Coelho (2021) destacou que a luta empreendida pelos assentados se tornou uma referência histórica de luta pela terra no estado e para o próprio MST.

Um trabalho mais denso foi desenvolvido por Antônio (2023) em sua tese de Doutorado, que trouxe o embate travado pela SOMECO S/A frente aos movimentos sociais de luta pela terra, tomando a Gleba Santa Idalina como palco de disputas e a luta dos brasiguaios pela conquista e manutenção da posse da terra. Baller (2014) em sua tese de Doutorado, ao falar dos sujeitos fronteiriços e a dinâmica da luta e inserção desses em movimentos de luta, tanto no Brasil, quanto no Paraguai, destacou o assentamento Novo Horizonte como exemplo dessa configuração.

Assim, nosso objetivo não é estabelecer verdades em relação à emancipação de Novo Horizonte do Sul, mas sim entender as representações através do diálogo com as fontes, a fim de sustentar a tese da pesquisa. Evidenciamos que o processo de emancipação de Novo Horizonte do Sul transcende a narrativa centrada no protagonismo dos assentados, inserindo-se em um contexto marcado pelo jogo político dentro de um amplo conjunto de emancipações. Isso nos levou a repensar o sonho da luta coletiva e entender o jogo político, conforme os indícios apresentados ao longo dos capítulos anteriores.

Para o estado de Mato Grosso do Sul essas emancipações representaram tanto desafios quanto oportunidades, dependendo do contexto específico e das características em que ocorreu cada processo. A criação dos novos municípios estimulou o desenvolvimento econômico e social em áreas antes negligenciadas ou subdesenvolvidas, promovendo a criação de empregos, atração de investimentos e melhoria na infraestrutura e nos serviços públicos.

Por outro lado, as emancipações também trouxeram desafios, especialmente relacionados à capacidade administrativa e financeira dos novos municípios. Muitas dessas localidades emancipadas enfrentaram dificuldades para garantir recursos suficientes para atender às demandas da população, resultando em problemas como falta de infraestrutura adequada, serviços públicos precários e baixa qualidade de vida. Além disso, a divisão territorial em novos municípios gerou disputas políticas e administrativas, especialmente em relação à distribuição de recursos e competências.

No período de 1980 a 1993, vinte e dois municípios foram emancipados no estado de Mato Grosso do Sul. Entre eles estão: Alcinópolis, Bodoquena, Chapadão do Sul, Coronel Sapucaia, Costa Rica, Dois Irmãos do Buriti, Douradina, Itaquirai, Japorã, Juti, Laguna

Carapã, Nova Alvorada do Sul, Novo Horizonte do Sul, Paranhos, Santa Rita do Pardo, São Gabriel D' oeste, Selvíria, Sete Quedas, Sonora, Tacuru, Taquarussu e Vicentina<sup>194</sup>.

O que essas emancipações têm em comum, além de terem sido realizadas principalmente durante o mandato de governadores do PMDB? Na realidade, a autonomia institucional dos Estados, tanto na elaboração da regulamentação quanto na tomada de decisões políticas, a partir da Constituição de 1988, foi um fator preponderante para o ritmo diferenciado na criação de novos municípios.

Tomio (2002) aborda de maneira perspicaz a influência da política estadual nos processos de criação de municípios ao afirmar que:

Diversos atores de todos os níveis federativos (de presidentes e ministros de Estado a vereadores e eleitores de pequenas localidades interioranas) envolveram-se nas decisões políticas que geraram os novos municípios e as instituições que regulamentaram o processo legal das emancipações municipais. No entanto, a apreciação desses atores é restrita ao processo de decisão política estadual, pois é nesta esfera de governo que a decisão de criação de municípios é definida (Tomio, 2002, p.65).

O autor ainda pondera que existem quatro tipos de atores políticos com maior ou menor capacidade de deliberar sobre a emancipação municipal, a saber: lideranças políticas locais, eleitores, deputados estaduais e o executivo estadual. Ele justifica essa afirmação da seguinte maneira:

Todos os quatro tipos de atores participam do processo decisório sobre a criação de novos municípios. Sem a iniciativa das lideranças locais (nos casos em que esta é imprescindível ao processo legislativo) ou a votação plebiscitária, seria impossível haver divisão municipal. Porém, desde que o processo tenha sido iniciado, o centro decisório é deslocado para o poder executivo e para os deputados estaduais, e o resultado depende das estratégias desenvolvidas por esses atores (Tomio, 2002, p. 67-68).

A notícia que Novo Horizonte do Sul foi o primeiro assentamento emancipado no Brasil foi colocada em xeque a partir da busca realizada pelos municípios brasileiros oriundos de ações de colonização, regularização ou implementação de projetos de assentamentos de reforma agrária criados pelo INCRA<sup>195</sup>, conforme a Tabela nº 4.

---

<sup>194</sup> Disponível em: <https://www.assomasul.org.br/download/lista-emancipacao-dos-municipios-ms-xls/>, acesso em: 28 jan. 2024.

<sup>195</sup> Disponível em: <https://www.al.ms.gov.br/Noticias/75256/novo-horizonte-do-sul-primeiro-assentamento-emancipado-no-brasil-comemora-13-anos>. Acesso em: 22 maio 2023.

A maneira como Novo Horizonte do Sul foi caracterizada pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul (ALEMS) evidenciou a intenção do governo em mostrar um projeto de reforma agrária bem-sucedido, destacando a existência de uma política agrária estadual e desviando a atenção das várias ocupações de terra que ocorriam no mesmo período no estado, com o avanço dos movimentos sociais de luta pela terra.

**Tabela 4:** Municípios brasileiros que nasceram de ações de colonização, de regularização ou implantação de projetos de assentamentos de reforma agrária criados pelo INCRA

Município	Estado	Lei de Criação
Apuí	AM	826/1987
Serra do Ramalho	BA	5.018/1989
Sete Quedas	MS	73/1980
Novo Horizonte do Sul	MS	1.260/1992
Mundo Novo	MS	3.693/1976
Ipiranga do Norte	MT	7.265/2000
Lucas do Rio Verde	MT	5.318/1988
Novo Santo Antônio	MT	7.173/1999
Peixoto Azevedo	MT	4.999/1986
Carlinda	MT	6.594/1994
Guarantã do Norte	MT	5.008/1986
Itanhangá	MT	7.266/2000
Brasil Novo	PA	5.962/1991
Uruará	PA	5.435/1986
Anapu	PA	5.929/1995
Pacajá	PA	5.447/1988
Rurópolis	PA	5.446/1988
Canaã dos Carajás	PA	5.860/1994
Placas	PA	5.783/1993
Medicilândia	PA	5.438/1988
Colônia da Gurgueia	PI	4.477/1992
Ji- Paraná	RO	6.448/1977
Cacoal	RO	6.448/1977
Ariquemes	RO	6.448/1977
Rolim de Moura	RO	71/1983
Machadinho D' Oeste	RO	198/1988
Colorado do Oeste	RO	649/1995
Buritis	RO	649/1995
São Francisco do Guaporé	RO	644/1995
Seringueiros	RO	370/1992
Caroebe	RR	82/1994
Rorainópolis	RR	100/1995
Ouro Preto do Oeste	RR	6.921/1981

Bernardo Sayão	TO	10.395/1987
Juarina	TO	251/1991

Fonte: Dados organizados pelo autor com base nas informações do INCRA

De acordo com dados oficiais do INCRA<sup>196</sup> foi verificada a existência de 36 municípios emancipados de assentamentos rurais, sendo 18 deles anteriores ao estudado. Para o INCRA, Novo Horizonte do Sul é considerado o primeiro assentamento emancipado do Mato Grosso do Sul na Nova República.

Portanto, neste capítulo, confrontamos as narrativas oficiais em torno da emancipação de Novo Horizonte do Sul, sem desmerecer o protagonismo dos assentados, mas sim reconhecendo as disputas pela memória e as representações construídas a partir das experiências vividas. Fernandes (2007), ao trabalhar os (Re)tratos discursivos dos Sem-Terra, afirmou que “o lugar histórico-social em que os sujeitos enunciadore de determinado discurso se encontram envolve o contexto e a situação e intervém a título de condições de produção do discurso” (Fernandes, 2007, p. 27). O contexto social em que as falas e discursos são proferidos interfere na produção da narrativa.

#### 4.1 Narrativas dos assentados: os protagonistas em cena

As narrativas dos assentados de Novo Horizonte do Sul oferecem uma perspectiva única sobre sua história e experiências no contexto da emancipação do município. Essas narrativas frequentemente destacam a luta pela terra, a construção de uma comunidade e os desafios enfrentados ao longo do processo de constituição do assentamento. Além disso, ressaltam a solidariedade e a cooperação entre os assentados, evidenciando como eles se uniram para superar desafios. Os assentados também enfatizam sua identidade e pertencimento a Novo Horizonte do Sul, reconhecendo o papel fundamental do assentamento em suas histórias pessoais e coletivas.

Na óptica dos assentados, não havia dúvidas quanto ao protagonismo deles no processo de emancipação de Novo Horizonte do Sul. São diversas as narrativas que corroboram esse ponto de vista. O assentado Silvaninho, por exemplo, narrou que Novo Horizonte “foi o primeiro assentamento no país criado pela reforma agrária e nesse

<sup>196</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/incraoficial/photos/considerado-o-primeiro-assentamento-emancipado-do-mato-grosso-do-sul-o-munic%C3%ADpio/4510412215666690/>, acesso em: 08 set. 2023.

tamanho”<sup>197</sup>. Luiz mencionou que do assentamento saíram “mais três, quatro acampamentos”, referindo-se a ele como um modelo de organização<sup>198</sup>. A narrativa de Luiz vai ao encontro do que escreveu Sprandel (1992):

A partir do assentamento, já ocorreram algumas ocupações de terra em municípios próximos. Delas participaram filhos solteiros, filhos casados, mas sem parcela, genros e irmãos de parceiros do PANH. Através das redes de parentesco, se amplia a área objeto de pressão; interseccionam-se planos que ligam o PANH com o Paraguai; com as novas áreas ocupadas; com os locais de origem, no Brasil, de onde costumam vir parentes, na época da safra (Sprandel, 1992, p. 382).

É interessante notar que muitas das narrativas ouvidas durante a pesquisa ecoam as falas registradas por Sprandel em 1992, o que leva a considerar as vozes dos assentados como relatos oficiais para a história política de Novo Horizonte do Sul. Pedro Luiz de Lima, por exemplo, buscou destacar sua participação nas gestões municipais ao longo da história.

Então a gente viveu muita coisa. Nós chegamos aqui, eu fui presidente da paróquia durante sete anos, aí em oitenta e seis meu filho foi para Campo Grande para estudar na escola família agrícola. Aí comecei atuar, fui presidente da cooperativa, fui tesoureiro, ajudei a criar um monte de escola agrícola aqui no estado, em Itaquirai, e em outros estados. Para você vê que a gente saiu de lá, de um nada e hoje faz parte da história. Na gestão passada do Marcilio eu trabalhei setes anos e meio, já fui secretário de obras, secretário da agricultura (telefone toca) e hoje eu estou trabalhando com a Prefeita Nilza como diretor de esporte e educação. Então é uma história, porque a gente veio do nada, vê uma coisa nascê, porque você viu formar a cidade e a gente fez parte da administração (telefone toca) então é um livro que passa na cabeça da gente né. É uma coisa, é uma história<sup>199</sup>.

A narrativa de Pedro ilustra os usos e abusos da memória, contando histórias de um lugar e de um movimento coletivo, repletas de experiências e narrativas particulares vivenciadas. Na sua fala, destacou o protagonismo na criação de Escolas Família Agrícolas, instituições de ensino que combinam educação formal com atividades práticas voltadas para a agricultura e áreas relacionadas. Essas escolas têm como objetivo fornecer uma educação de qualidade para jovens que desejam seguir carreiras no campo, fornecendo-lhes conhecimentos teóricos e práticos necessários, os quais podem ser aplicados na própria propriedade familiar.

<sup>197</sup> ENTREVISTA. Silvaninho, Novo Horizonte do Sul. 2014.

<sup>198</sup> ENTREVISTA. Luiz Pereira Alves, Novo Horizonte do Sul. 2015.

<sup>199</sup> ENTREVISTA. Pedro Luiz de Lima, Novo Horizonte do Sul. 2014.

Ao refletir sobre o conceito de memória individual e coletiva e como as narrativas e histórias de vida se entrelaçam em Novo Horizonte do Sul, recorremos a Maurice Halbwachs:

No mais, se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios (Halbwachs, 1990, p.51).

Compreendemos as memórias individuais funcionando num corpo coletivo, como indica Aleide Assmann (2011), para alguns, vista no campo das representações ou do imaginário. A memória, assim como a política, é campo, pautado em jogos, disputas e saturação. Como aponta Robin (2016), a memória é ritmo, tecelagem e desfilamento.

Neste sentido, ao trazer narrativas entrelaçadas destacamos o assentado Expedito, que buscou ressaltar o desenvolvimento do assentamento em curto período, ao narrar: “É uma história que a gente vê e se emociona graças a Deus. Superamos as dificuldades e vencemos. Uma terra que era devoluta, veio o povo e em pouco espaço de tempo todo mundo começou a produzir bastante. De oitenta e sete a noventa e dois aqui era o celeiro de algodão”<sup>200</sup>. De fato, o que impulsionou e deu visibilidade ao assentamento foi sua produtividade, a lida das famílias com o trabalho e a terra, tornando o assentamento modelo de reforma agrária. Para Sérgio Cruz, o diferencial em Novo Horizonte foi que “naquele momento era de trabalhadores. Eles queriam terra, porque queriam produzir na terra”<sup>201</sup>.

A conquista de um pedaço de chão não se limitou apenas à posse física da terra; ela também envolveu a construção de uma identidade e comunidade entre os assentados. Esse processo fortaleceu os laços sociais, contribuindo para o desenvolvimento do sentimento de pertencimento e cooperação. A emancipação, inicialmente não considerada prioridade pelos assentados, emergiu como uma estratégia para garantir a permanência na terra. Essa afirmação é evidente na fala de Chiquinho que, ao ser questionado sobre sua vinda para o assentamento, a conquista da terra e a emancipação do município, narrou:

---

<sup>200</sup> ENTREVISTA. Expedito, Novo Horizonte do Sul. 2018.

<sup>201</sup> ENTREVISTA. Sérgio Cruz, Campo Grande. 2024.

[...] olha, a gente veio na esperança de conseguir a terra, essa esperança a gente tinha, de lutar e conseguir a terra para sustento da nossa família. Agora, que ia virar município, que ia virar uma cidade, um patrimônio, seja lá o que for, foi uma surpresa. Novo Horizonte do Sul já faz vinte anos de município e se não fosse município, eu acho que nós éramos mais sofridos. Mas, graças a Deus passou a município, então as verbas que tinha que vir para Ivinhema, por exemplo, já vem direto para Novo Horizonte do Sul. Nossa cidade hoje está 100% asfaltada e cada prefeito que entra, faz um pouco, constrói um pouco e graças a Deus<sup>202</sup>.

E complementou, quando indagado se estava nos planos dos assentados construir uma cidade quando chegaram em Novo Horizonte: “Não, ninguém esperava, de jeito nenhum. Achávamos que ia ficar como um assentamento, como começou e pronto, e um patrimôniozinho, por exemplo, de ter uma escola, um posto de saúde, esses negócios assim. Mas, graças à Deus evoluiu bastante”<sup>203</sup>. No entanto, quando o movimento pró-emancipação teve início, um discurso otimista permeou os assentados, que viam no processo uma oportunidade de destacar a luta e o próprio assentamento. Um exemplo disso é Expedito que, em 1991, ao ser questionado se acreditava na conquista da emancipação, chegou a afirmar: “Eu acredito tanto que estou aqui”.

Em Novo Horizonte do Sul, o discurso propagado está vinculado ao processo de liberdade que o acesso à terra proporcionou aos assentados, conforme matéria intitulada *Prefeitura de Novo Horizonte do Sul realiza 2º Desfile em comemoração ao 33º aniversário do assentamento de Novo Horizonte do Sul*, publicada no site oficial da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Sul:

Novo Horizonte do Sul originou-se de vários povos vindos dos quatro cantos do Brasil, para trabalhar em terras do Paraguai, que com o passar dos anos se uniram, lutando para libertação da escravidão do Paraguai. Os trabalhadores animados e organizados pelas lideranças de vários grupos das comunidades assumiram a luta pela terra, juntamente com os governos estadual e federal. Iniciaram as negociações com o INCRA, ligado ao governo que teve papel fundamental na conquista de negociações ao dar assistência às problemáticas de sua competência. As famílias enfrentaram dificuldades para chegar e organizar suas casas no Paraguai, para, posteriormente, enfrentar todo sofrimento no acampamento da cidade de Mundo Novo. Esperaram a negociação da área até que todas as famílias fossem libertas<sup>204</sup>.

<sup>202</sup> ENTREVISTA. Chiquinho, Novo Horizonte do Sul.2014.

<sup>203</sup> Id., 2014.

<sup>204</sup> Disponível em: <https://www.pmnhs.ms.gov.br/noticias/novo-horizonte-do-sul/prefeitura-de-novo-horizonte-do-sul-realiza-2-desfile-em-comemoracao-ao-33-aniversario-do-assentamento-de-novo-horizonte-do-sul/imprimir>, acesso em: 15 nov. 2023.

Em outra matéria, com subtítulo *Novo Horizonte do Sul-MS: conhecendo um pouco da história*, também publicada no site oficial da Prefeitura Municipal:

O grande retorno deu-se em maio de 1985, um grupo de imigrantes brasileiros residentes em território paraguaio acompanhou a Executiva Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nas audiências com o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e no Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD). Na ocasião, o então Ministro do MIRAD, Nelson Ribeiro, teria afirmado aos Brasiguaios que o governo não poderia fazer nada por eles enquanto estivessem residindo em território paraguaio. Em um segundo momento, mas no mesmo ano da primeira tentativa de invasão, em 14 de junho de 1985, com a divulgação, no Brasil, do Plano Nacional de Reforma Agrária, mais de mil famílias brasileiras retornaram do Paraguai. Eles se identificavam como brasiguaios e organizaram um grande acampamento na praça principal da cidade de Mundo Novo/Mato Grosso do Sul, reivindicando terras. Entretanto, essa grande mobilização de famílias brasiguaias acampadas em Mundo Novo resultou no seu despejo. A partir da mobilização organizada de luta dessas famílias brasiguaias e sem terras, o governo desapropriou 18.468 ha, na cidade de Ivinhema/MS, onde criou o projeto de assentamento Gleba Novo Horizonte, hoje, Município de Novo Horizonte do Sul<sup>205</sup>.

Todo discurso parte de uma intencionalidade. As narrativas oficiais, mesmo que divulgadas pela prefeitura, partem de uma gestão, de um partido, de uma liderança política. O texto apresentado na matéria continua estampado até os dias atuais no site oficial da Câmara Municipal, na seção História de Novo Horizonte do Sul.

A saga vivida pelos assentados (brasiguaios) é apresentada como *mito fundador* do município. Uma prática que colabora para fortalecimento dessa narrativa é expressa pelo encontro anual dos assentados em um programa de rádio local, realizado sempre em 14 de junho, considerado o Dia dos Brasiguaios. Nesse evento, os assentados se reúnem para compartilhar narrativas sobre a formação e a história do município, destacando momentos significativos como a migração para o Paraguai, o movimento de retorno e os desafios enfrentados durante esse processo. Essa iniciativa fortalece os laços comunitários, preserva a memória coletiva e celebra as conquistas e os valores identitários.

---

<sup>205</sup> Disponível em: <https://www.pmnhs.ms.gov.br/noticias/novo-horizonte-do-sul/34-aniversario-de-assentamento-novo-horizonte-do-sul-ms-onde-tudo-comecou/imprimir>, acesso em: 15 nov. 2023.

**Imagem 34:** Brasiguaios na Rádio Nova 87.9 FM



**Fonte:** <https://www.youtube.com/watch?v=qxE7surQGqY>, acesso em: 11 fev. 2024

Na imagem capturada do canal do Youtube, intitulado *Brasiguaios: Novo Horizonte do Sul-MS*, criado em 2018 pelo professor Marcos Estrada, os assentados cantam a música “Cidade Lona”, composta por Chiquinho durante o período de acampamento (1985). Além dos assentados/brasiguaios, participaram do encontro filhos de assentados, que carregam o título e as histórias de seus antepassados, a exemplo da professora Sebastiana, nascida já em Novo Horizonte, que com emoção narrou: “O meu avô não foi líder, mas foi um que abraçou a causa também. E hoje ele é minha inspiração. Um pouco antes dele falecer, ele me chamou e disse: tata, nunca deixe a nossa história morrer. [...] Um povo sem memória é um povo sem história”<sup>206</sup>.

Chiquinho, ao abordar o uso dos meios de comunicação para contar a história do assentamento, ressaltou:

[...] todo dia 14 de junho, que é aniversário dos brasiguaios, a gente vai na rádio, apresenta esta música “cidade lona”, fica uma hora, uma hora e meia na rádio apresentando, porque tem muita gente que mora aqui e não sabe a história e aí eles falam, nossa eu não sabia essa história de Novo Horizonte como é que era. Tem gente que mora aqui e não sabe a história como que aconteceu, veio morar na cidade, no assentamento ou no sítio e não sabe como que aconteceu e porque existe Novo Horizonte do Sul<sup>207</sup>.

A ideia do pioneirismo é muito presente no município. Termo este atribuído aos que enfrentaram o barraco de lona, as dificuldades e as perdas, que prepararam manualmente a

<sup>206</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0AVYfpv6aNI>, acesso em: 11 fev. 2024.

<sup>207</sup> ENTREVISTA. Chiquinho, Novo Horizonte do Sul. 2014.

terra, fizeram-na produzir e deram nome a um lugar. Aqueles que permaneceram, em contraste com os que venderam ou se desfizeram de suas terras e migraram. A ideia do pioneiro é alvo de grandes embates no campo histórico, uma vez que não leva em consideração ocupações anteriores, dentre elas a indígena. Todavia, a narrativa oficial tida como fidedigna, com autoridade de fala, parte dos brasiguaios. O protagonismo dos brasiguaios na luta pela terra e na formação do assentamento é amplamente reconhecido na narrativa local e nas memórias coletivas da comunidade, conforme retratado na *imagem 35*:

### Imagem 35: Desfile Cívico



Fonte: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Sul

A fotografia, registrada pelos meios de comunicação oficiais da Prefeitura de Novo Horizonte do Sul em 2018 durante as comemorações do 33º aniversário do assentamento destaca alguns dos brasiguaios reconhecidos como pioneiros no processo de formação do assentamento e, conseqüentemente, na emancipação do município. A ideia de *autoridade de fala*, ficou mais nítida nas próprias narrativas dos assentados. Joel, por exemplo, disse que “é preciso saber contar a história”; e complementou: “É uma geração que precisa deixar um legado, que tem que ser passado. Daqui vinte, trinta anos isso aqui vai existir e vai ter filho ou neto de brasiguaios aqui e então se alguém perguntar ele vai ter que saber contar a

história”<sup>208</sup>. Dessa forma, os pioneiros em Novo Horizonte do Sul são considerados parte de uma elite, quando observados pela óptica cultural e/ou simbólica, pensando questões de prestígio e reconhecimento perante uma comunidade local.

A tradição política não acompanhou os mesmos padrões de preservação das memórias de luta. Na história política de Novo Horizonte do Sul, apenas um prefeito esteve diretamente ligado aos brasiguaios, que foi o Pastel. Dentre os prefeitos que estiveram à frente da gestão municipal estão: Antônio Luiz Agostinho (PTB); Adilço José Scapin (PMDB), reeleito em 2000; Marcílio Álvaro Benedito (PT), que foi reeleito em 2008 pelo PMDB; Nilza Ramos (DEM); Marcílio Álvaro Benedito (PDT); e Aldemir Barbosa do Nascimento (PSDB).

Quando questionado se todos os prefeitos que passaram pela prefeitura de Novo Horizonte do Sul tinham ligação direta com os brasiguaios, Chiquinho respondeu: “Pastel era brasiguaião. Adilço veio de Rondônia para ser padre. Marcílio veio do Paraná para tocar mercado. Nilza veio de Ivinhema para ser professora, morava num sítio. Aldemir (Guga), veio de Glória de Dourados com o pai quando adolescente”<sup>209</sup>.

Na visão de Sérgio Cruz: “Faltou uma articulação política. Na verdade, faltou um líder. O brasiguaião ficou sem representação”<sup>210</sup>. Todavia, observamos que no transcorrer da história política de Novo Horizonte do Sul, mesmo de forma tímida, os assentados ocuparam e ocupam cadeiras na Câmara Municipal. Na primeira gestão municipal (1993), dos nove vereadores eleitos, quatro eram assentados, e atualmente apenas dois. Essa timidez, pode estar relacionada à dinâmica do jogo político local ou até mesmo a preferências individuais dos assentados em relação ao engajamento político.

Mateus, um dos assentados entrevistados pelo professor Marcos Estrada em 2018, durante a produção do documentário *Brasiguaios: 1985*, ao falar de Novo Horizonte, fez questão de destacar a continuidade da luta, que não cessou com a formação do assentamento nem com a emancipação, ao dizer: “Eu entrei aqui com trinta e três anos e hoje estou com quase setenta, mas a luta continua”<sup>211</sup>. Essa persistência pode ser identificada como um dos fatores que fortaleceram o discurso do protagonismo brasiguaião, tornando-se ainda mais evidente nas falas:

*Se hoje existe uma cidade é porque tem uma história. E qual história? A dos brasiguaios*<sup>212</sup>.

<sup>208</sup> ENTREVISTA. Joel, Novo Horizonte do Sul. 2018.

<sup>209</sup> ENTREVISTA. Chiquinho, Novo Horizonte do Sul. 2022.

<sup>210</sup> ENTREVISTA. Sérgio Cruz, Campo Grande - MS. 2024.

<sup>211</sup> ENTREVISTA. Mateus, Novo Horizonte do Sul. 2018.

<sup>212</sup> ENTREVISTA. Sebastiana, Novo Horizonte do Sul. 2018.

*Aqui foi formado pelo povo brasiguaiio<sup>213</sup>.*

*O nosso município está na história do Brasil. É o único oriundo de um assentamento de reforma agrária<sup>214</sup>.*

Entre as falas, a de Mauro chama a atenção. Novo Horizonte do Sul não foi o único assentamento a se tornar município no Brasil, conforme trouxemos na tabela nº 4, todavia esse protagonismo é acionado constantemente pelos assentados. De fato, se criou um mito sobre os brasiguaios e a formação do município – uma narrativa romântica e gloriosa, que tem efeitos políticos, mas que ao mesmo tempo cria elos de pertencimento e identidade às pessoas que vivem no assentamento e município. Da parte dos assentados também há um ufanismo em se criar uma memória gloriosa do município a partir deles.

Para ser reconhecido como brasiguaiio e ter legitimidade para falar sobre a história de Novo Horizonte do Sul, é necessário ter participado do movimento de retorno em 1985 e ter vivenciado as dificuldades do barraco de lona. Nesse sentido, é importante destacar que as memórias do barraco de lona ainda são revisitadas. Sidinei, por exemplo, filho de assentados, que tinha sete anos de idade em 1985, lembrou que durante o período de acampamento em Mundo Novo não puderam frequentar a escola devido ao retorno coincidir com a metade do ano letivo, e as escolas do município não conseguiram acomodar todas as crianças. Eles se reuniam em frente às escolas, durante o horário do recreio, com pratos e talheres de plástico, cantando “um, dois, três, quatro, cinco, mil, queremos a reforma agrária no Brasil”, enquanto recebiam a merenda e ao mesmo tempo denunciavam as condições enfrentadas<sup>215</sup>.

As memórias do barraco de lona são parte integrante da história de Novo Horizonte do Sul e remetem a um período de desafios e superações enfrentados pelos assentados durante o processo de formação da comunidade. Essas memórias evocam as dificuldades enfrentadas pelas famílias assentadas que, muitas vezes, viveram em condições adversas, enfrentando o clima, a falta de recursos e a incerteza. Para muitos, as lembranças do barraco de lona representam um período de sacrifício e solidariedade, em que as famílias se uniram para enfrentar os desafios e construir um novo começo em Novo Horizonte do Sul.

Para os assentados, não há como falar de Novo Horizonte do Sul sem falar dos brasiguaios. Os brasiguaios, brasileiros que migraram para o Paraguai em busca de oportunidades, enfrentaram desafios e dificuldades ao longo de sua história, incluindo

---

<sup>213</sup> ENTREVISTA. Doraci, Novo Horizonte do Sul. 2018.

<sup>214</sup> ENTREVISTA. Mauro, Novo Horizonte do Sul. 2018.

<sup>215</sup> ENTREVISTA. Id., 2018.

questões de terra e direitos de cidadania básicos. Novo Horizonte do Sul surge como um exemplo emblemático desse processo, representando não apenas a luta pela terra, mas também a busca por autonomia e reconhecimento. O assentamento e posterior emancipação do município são resultados do esforço e da resistência dos que encontraram em Novo Horizonte do Sul uma nova morada, como percebido na fala de Pedrinho, que com emoção exaltou a trajetória dos assentados:

O que eu vejo, são pessoas que saíram do Paraguai, acamparam em Mundo Novo e criaram uma cidade dentro de um assentamento. Hoje município de um assentamento. Então é uma história, você vê que a cidade está aí. Não é uma cidade grande, mas é uma cidade bem arrumadinha e a gente está por aí, até quando Deus der a vida para a gente<sup>216</sup>.

Assim, ao falar dos brasiguaios, é inevitável mencionar Novo Horizonte do Sul, pois o município se tornou um símbolo da luta e da perseverança dessas comunidades. Sua história está entrelaçada com a dos brasiguaios, e seu legado continua a inspirar e ressoar nas narrativas e memórias das pessoas. Na óptica dos assentados, eles sempre serão os protagonistas, visto seu processo de luta, ao encarar os desafios e a dinâmica do barraco de lona.

#### 4.2 Narrativas parlamentares e uso político

*Eu era deputado federal quando saiu essa questão de Ivinhema. Eu era ligado a questão da terra, sempre fui ligado ao ativismo social e ligado ao campo. E alguém me ligou e disse: está acontecendo isso e tal e nós precisamos de um apoio político. Eu era empregado do povo e estava para atender. Eu tinha recurso e assessoria política (Sérgio Cruz).*

No contexto da política do estado de Mato Grosso do Sul fica evidente que figuras conhecidas continuaram a exercer influência ao longo dos anos. Embora algumas questões tenham sido atualizadas, é perceptível a presença contínua de uma elite política nas discussões e nos espaços de poder. Em relação a Novo Horizonte do Sul, não foi diferente; é relevante analisar como esses parlamentares se envolveram e se posicionaram face ao processo de emancipação político-administrativa.

<sup>216</sup> ENTREVISTA. Pedrinho, Novo Horizonte do Sul. 2014.

De acordo com Albuquerque Júnior (2012), os *discursos* devem ser entendidos como artefatos narrativos, sendo necessário perceber em que época foram produzidos, por quem, em qual circunstância, além de compreender o *lugar* social em que são lançados. Para o autor, “o sujeito só se torna autor da fala ao falar, só se torna sujeito daquele discurso ou pronunciamento, ao emiti-lo” (Albuquerque Júnior, 2012, p.235).

Partindo dos espaços parlamentares, destacamos três figuras cujos discursos e ações tiveram um impacto significativo no assentamento Novo Horizonte. Sérgio Cruz, Londres Machado e Geraldo Resende não apenas influenciaram na trajetória política local, mas também desempenharam um papel importante no desenvolvimento e na promoção dos interesses dos assentados.

O deputado federal Geraldo Resende (PMDB-MS), velho conhecido da política estadual, que na época prestava atendimento médico aos assentados, em matéria comemorativa dos 19 anos de emancipação do município, destacou:

O município foi o primeiro do Brasil a surgir a partir de um assentamento de trabalhadores rurais sem terra. [...] sua história como primeiro exemplo no Brasil de reforma agrária bem-sucedida, de uma comunidade que superou os próprios limites, deixando a condição de assentamento rural para se transformar em uma cidade urbanizada<sup>217</sup>.

A matéria, fruto da visita do deputado ao município em meio às comemorações de aniversário de emancipação, ainda trouxe detalhes das festividades e encenações produzidas pelos alunos da rede município de ensino, com ênfase à preservação das memórias de luta dos assentados, como mencionado:

A encenação buscou, segundo professoras dos alunos, afirmar a história de Nova Horizonte do Sul destacando sua evolução desde a chegada dos sem-terra oriundos da fronteira, o processo de colonização oficial, a formação do assentamento e a concretização da reforma agrária. A data de 14 julho de 1985 foi o marco do surgimento do Assentamento da antiga Fazenda Santa Idalina, criado em 10 de abril do ano seguinte. Os estudantes lembraram todos os passos da luta agrária e da mobilização política pela criação do município<sup>218</sup>.

A visita do Deputado, com finalidade política para entrega de emendas parlamentares, contou com a presença de demais prefeitos da região, deputados e senadores. O evento

---

<sup>217</sup> Disponível em: <https://geraldoresende.com.br/noticias-do-ms/imprensa/noticias/novo-horizonte-do-sul-revive-sua-origem-da-reforma-agraria>, acesso em: 08 set. 2023.

<sup>218</sup> Disponível em: <https://geraldoresende.com.br/noticias-do-ms/imprensa/noticias/novo-horizonte-do-sul-revive-sua-origem-da-reforma-agraria>, acesso em: 08 set. 2023.

referido por Geraldo Resende pode ser observado na imagem abaixo, em que alunos trajados e devidamente identificados com os nomes dos membros que compuseram a comissão de emancipação de Novo Horizonte do Sul.

**Imagem 36:** Novo Horizonte do Sul revive sua origem da reforma agrária



**Fonte:** Disponível em: <https://geraldoresende.com.br/noticias-do-ms/imprensa/noticias/novo-horizonte-do-sul-revive-sua-origem-da-reforma-agraria>, acesso em: 08 set. 2023

Por outro lado, temos o Deputado Londres Machado, autor do projeto de emancipação que, ao receber o título de cidadão novo-horizontino, destacou: “Foi uma honra, como deputado, ser autor da Lei de emancipação do município de Novo Horizonte do Sul. Aqui está plantado um pedaço do meu coração”. Londres Machado, por meio de sua assessoria de imprensa, em entrevista escrita concedida em dezembro de 2023, para essa pesquisa, ao ser questionado sobre sua atuação no processo de emancipação de Novo Horizonte do Sul escreveu:

A emancipação de Novo Horizonte do Sul seguiu a regra básica que norteia o trabalho de um parlamentar: trabalhar para oferecer o melhor aos que desejam dias melhores. Havia esse desejo no coração das famílias que vinham de um processo de grande sofrimento, enfrentando inúmeras dificuldades em um outro país, mas não esmoreceram. Ao contrário pois tão logo receberam suas glebas, não perderam tempo, trabalharam incansavelmente, plantaram, colheram. Tinham jogado na terra a semente da esperança de caminhada para o futuro. Homens e mulheres se reuniram e discutiram a necessidade de se emancipar. Fizeram várias reuniões entre eles, escolheram seus representantes e vieram até nós trazendo, em mãos,

documentos que comprovavam que aquela localidade tinha condições de ser um município. A emancipação, a criação de um município, obedece rígidas regras legais e essas etapas foram cumpridas, envidamos todos nossos esforços como deputado estadual para que o estado ganhasse mais um município. Apresentamos a proposta, foi discutida à exaustão e, com apoio dos demais colegas parlamentares da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, nasceu o município de Novo Horizonte do Sul. Pela sua pujança, afirmo sempre que aqueles que lutaram para que isso acontecesse não estavam errados. Aliás, é com muito orgulho que fui agraciado com o Título de Cidadão Novohorizontense<sup>219</sup>.

Notamos um discurso institucionalizado, que buscou enfatizar a lisura do processo de emancipação, reforçando sua legalidade ao destacar que ele seguiu todas as etapas, sem mencionar as articulações, negociações, estratégias e interesses políticos existentes. O parlamentar deu ênfase à trajetória dos assentados, apontando nas entrelinhas que a iniciativa de emancipar partiu dos assentados.

Em outro momento, ao falar do sentido da emancipação e como ela foi recebida pelos demais membros da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, disse:

No cumprimento do mandato parlamentar, sinto que retribuí a confiança que aquelas famílias depositaram em meu trabalho. Já como cidadão, fico orgulhoso ao ver o desenvolvimento da cidade, de sua contribuição para o crescimento do Estado. Nesses meus 13 mandatos de deputado estadual tive a grata satisfação de auxiliar na emancipação e continuar acompanhando o progresso de Novo Horizonte do Sul. Para a emancipação houve o envolvimento de todos os deputados nos debates, na análise de dados, nas visitas de alguns deles à região, enfim, foi um trabalho conjunto que chegou a um denominador comum, para alegria de quem ansiava por isso<sup>220</sup>.

Em relação ao protagonismo dos brasiguaios, registrou:

A questão dos brasiguaios é uma questão muito complexa em virtude do quadro da época. Viveram momentos terríveis até que, expulsos de onde estavam, também devido à conjuntura do país onde viviam, chegaram em Mato Grosso do Sul em situação de extrema vulnerabilidade. Mas mostraram o valor quando receberam suas glebas, trabalhando com afinco e transformando a localidade em um próspero município<sup>221</sup>.

Londres Machado está na política sul-mato-grossense desde 1970. Sua relação com os brasiguaios foi construída durante a formação do movimento emancipacionista, por indicação

---

<sup>219</sup> ENTREVISTA. Londres Machado, Campo Grande. 2023.

<sup>220</sup> Id., 2023.

<sup>221</sup> ENTREVISTA. Londres Machado, Campo Grande. 2023.

de Antônio Luiz Agostinho, que na época presidia a comissão de emancipação de Novo Horizonte do Sul. Na prática, o histórico do parlamentar e seu poder de articulação política chamou atenção dos assentados. Mesmo não tomando os novos municípios como curral eleitoral, ressaltamos que com a emancipação de Novo Horizonte do Sul, Londres ganhou não apenas prestígio político, mas um município.

Além de emancipar, elegeu seu prefeito e a maioria dos vereadores atrelados ao seu partido. A política na prática transita entre ônus e bônus e suas intencionalidades. Sérgio Cruz, por exemplo, em entrevista realizada no auditório do IHGMS (Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul), ao definir Londres o caracterizou como “um político equilibrado, definido politicamente, um político de direita sem nenhum radicalismo, sempre maleável e aberto a negociação”<sup>222</sup>.

Cabe destacar que o parlamentar também foi autor dos projetos de Lei que resultaram na emancipação dos municípios de São Gabriel do Oeste e Taquarussu. O primeiro foi desmembrado da área territorial dos municípios de Bandeirantes, Rio Negro, Rio Verde de Mato Grosso, Coxim e Camapuã, conforme a Lei nº 74, de 12 de maio de 1980. E o segundo foi desmembrado da área territorial do município de Batayporã, de acordo com a Lei nº 77, de 12 de maio de 1980.

Os usos da política em Novo Horizonte do Sul ficaram mais evidentes nas comemorações do 2º ano de emancipação em meio as campanhas eleitorais de 1994. O aniversário de emancipação político-administrativa de Novo Horizonte do Sul foi prestigiado por diversas autoridades e lideranças, a exemplo dos deputados federais Waldir Guerra e George Takimoto; deputado estadual Londres Machado; presidente da União dos Vereadores de Mato Grosso do Sul, vereador Sérgio Martins; prefeito de Ivinhema, Dr. Antônio de Pádua Diogo; de Laguna Caarapã, José Lolli; representantes dos prefeitos de Naviraí e Nova Andradina, além do diretor regional da Sanesul de Nova Andradina, Massatochi Azuma, e vereadores de vários municípios da região<sup>223</sup>.

---

<sup>222</sup> ENTREVISTA. Sérgio Cruz, Campo Grande. 2024.

<sup>223</sup> Diário do Povo. 03 mai. 1994, p. 02.

**Imagem 37:** festejos de 02 anos de emancipação político-administrativa de Novo Horizonte do Sul



**Fonte:** *Diário do Povo*. 03 maio 1994, p. 02

Na imagem, observamos Londres Machado discursando juntamente com as autoridades políticas mencionadas. Em sua fala, de acordo com o jornal *Diário do Povo*, “Londres lembrou da sua luta na Assembleia para que o processo de emancipação fosse concretizado. Depois veio o trabalho nas urnas e por último a vitória do grupo que quer ver o progresso em Novo Horizonte do Sul”<sup>224</sup>. Em sua história de luta, o ponto alto de Novo Horizonte do Sul é o fato dos assentados terem transformado um *assentamento* em *município*.

A antropóloga Marcia Anita Sprendel escreveu em 1992 que:

Ocorre hoje no contexto da Gleba Novo Horizonte, uma certa reversão no padrão de relação política que fora predominante no período inicial de luta pela terra. Reversão que ocorreu dentro da mesma geração, em opositoristas se colocam agora ditada pelos poderes locais, que os mesmos líderes numa posição de situação, e produto de uma relação política bastante recente (Sprendel, 1992, p.316).

---

<sup>224</sup> Id., p. 02.

Durante as campanhas eleitorais de 1994 não faltaram visitas e estratégias utilizadas para conquistar o apoio dos assentados que, em sua totalidade, era composta por 3.829 eleitores. Wilson Barbosa Martins, por exemplo, em 1994 buscava retornar ao governo do estado, era um desses. Wilson fez parte do processo de retorno dos brasiguaios em 1985 quando comandava o estado de Mato Grosso do Sul. A busca por apoio foi divulgada em matéria do jornal *O Progresso* intitulada *Puccinelli e Wilson recebem apoio de Novo Horizonte do Sul*:

É cada vez mais frequente as manifestações de apoio aos candidatos André Puccinelli (federal) e Wilson Barbosa Martins (governador), representantes da coligação Frente Popular. O vice-prefeito de Novo Horizonte do Sul, Lídio Ferreira de Souza (PTB), e o vereador Genivaldo Holanda Campeio (PTB), passaram a empunhar a bandeira que prega abertamente a retomada do desenvolvimento sul-mato-grossense e a plena valorização do cidadão. É mais um reforço que tem por objetivo principal consolidar a vitória do grupo que sempre caminhou ao lado da população<sup>225</sup>.

Wilson foi o candidato ao governo mais votado em Novo Horizonte do Sul (1994) e Puccinelli o 2º Deputado Federal mais votado, com um discurso de valorização do homem do campo que produz, perdendo apenas para o Deputado Sérgio Cruz, com longa história de luta ao lado dos assentados. André Puccinelli fez parte da Comissão de Divisão Territorial que avaliou os projetos de emancipação de Novo Horizonte do Sul, Nova Alvorada do Sul, Japorã, Laguna Caarapã e Alcinópolis. As eleições de 1994 foram marcadas por disputas, articulações e rivalidades entre Pedrossian e Wilson, a fim de manter-se no poder. Para Bittar, “a política dominante em Mato Grosso do Sul, como se vê, seguia a prática das alianças entre membros da classe dirigente que, ora se opunham ora se juntavam” (Bittar, 2009, p.289).

Sérgio Cruz, ao tratar das eleições de 1994, disse:

Na verdade, o Pedro não tinha candidato. O candidato dele foi pego a laço, o Levi. O Levi é produto do Pedrossian, mas havia rompido há algum tempo. Desde a divisão eles eram rompidos. O Pedro queria o Lúdio (Lúdio Martins Coelho) que ele fosse candidato a governador, mas ele preferiu ser candidato a senador. O governo do Pedro foi um governo bom, ele se saiu bem avaliado, mas ele não se empenhou em nada na eleição. [...] o Wilson ganhou a eleição sem muita dificuldade. [...] o Pedro era um político centralizador<sup>226</sup>.

<sup>225</sup> O Progresso. 31 ago. 1994, p.03.

<sup>226</sup> ENTREVISTA. Sérgio Cruz, Campo Grande. 2024.

A política é um campo vasto e dinâmico, no qual estratégias e negociações desempenham papéis fundamentais na busca por objetivos, sejam eles de interesse particular e/ou coletivo. Nesse contexto, outro parlamentar emblemático envolvido na dinâmica dos brasiguaios e já mencionado ao longo do texto foi o Deputado Federal Sérgio Cruz. Ele não teve participação direta no processo de emancipação de Novo Horizonte do Sul, acompanhando os desdobramentos de maneira mais distante. Entretanto, após a promulgação da Lei de Criação, foi cogitado pelo PMDB para concorrer à prefeitura do município.

Sérgio Cruz possui uma trajetória que, por vezes, se assemelha à luta dos brasiguaios, tendo origem agrária, o que contribuiu para seu engajamento na militância. Uma figura capaz de transitar por diversos espaços políticos e que, conforme afirmou em dado momento da entrevista, sempre conduziu sua luta política de maneira prática. É interessante notar que, ao abordarmos os espaços de poder, é crucial considerar o próprio assentamento como um desses espaços, onde as relações também são construídas e moldadas. O próprio assentado desempenha o papel de agente político, exercendo suas relações de poder, evidenciadas na hierarquia de lideranças que compuseram Novo Horizonte.

Sérgio Cruz, ao pensar a emancipação político-administrativa de Novo Horizonte do Sul e sua relação com os assentados, narrou:

[...] já recebi um título de cidadão novo-horizontino e tal. Então, guardo com carinho porque esse título eu mereci a partir da luta, mas não ia ter muita serventia na minha relação porque eu não tenho influência política nenhuma, não tenho mais imunidade para colocar a serviço da luta. Então eu acho que passou a minha vez, fiz o que tinha que fazer fiz, procurei fazer bem-feito, honra e retribuir bem o mandato que o povo deu e aí não fiz mais, a minha relação ficou muito restrita às amizades pessoais que eu tenho lá dentro, que não são muitas porque acaba sendo pouco porque amigos não é fácil (Risos)<sup>227</sup>.

A atuação desses parlamentares diante da emancipação de Novo Horizonte do Sul transcende a mera questão política, adentrando também nas afetividades construídas ao longo da trajetória dos assentados. Dessa forma, não seria equivocado afirmar que havia apenas interesse político? O assentado Silvaninho, por exemplo, ao abordar a relação dos assentados com a classe política, ressaltou: “nós fomos bem favorecidos naquela época”<sup>228</sup>. Ser bem favorecido significava ter assessoria política e representatividade diante das demandas, dificuldades e aspirações enfrentadas no assentamento. Podemos afirmar que os assentados

---

<sup>227</sup> Id., 2014.

<sup>228</sup> ENTREVISTA. Silvaninho, Novo Horizonte do Sul. 2014.

também souberam jogar o *jogo político*, e a conquista da emancipação foi um dos resultados desse esforço. Pierre Bourdieu (2000), ao discutir a representação política, define o jogo político:

[...] todos os que tem o privilégio de investir no jogo (em vez de serem reduzidos à indiferença e à apatia do apolitismo), para não correrem o risco de se verem excluídos do jogo e dos ganhos que nele se trate de todas as vantagens materiais ou simbólicas associadas à posse de um capital simbólico, aceitam o contrato tácito que está implicado no facto de participar do jogo, de o reconhecer deste modo como valendo a pena por uma espécie de conluio originário bem mais poderoso do que todos os acordos abertos e secretos (Bourdieu, 2000, p. 172-173).

Em Novo Horizonte do Sul, assim como em qualquer outra localidade, o jogo político envolve uma série de dinâmicas específicas que refletem os interesses, conflitos e aspirações da comunidade. A concessão de títulos de cidadão é uma delas, sendo caracterizada como um processo político e simbólico. Esses títulos são concedidos a pessoas que não nasceram na localidade, mas que contribuíram significativamente para o desenvolvimento da comunidade e/ou para o bem-estar de seus habitantes. No contexto de Novo Horizonte do Sul, a concessão de títulos de cidadão pode ser vista como parte do jogo político local. Os políticos muitas vezes concedem esses títulos a indivíduos influentes como uma forma de reconhecimento por seu apoio político e/ou por serviços prestados ao município.

Além dos Deputados Sérgio Cruz, Zé Teixeira e Londres Machado, já receberam o título de *Cidadão Novorizontense* o Governador Reinaldo Azambuja, a Deputada Federal Sra. Tereza Cristina, o Sr. Eduardo Riedel (que atualmente é Governador de Mato Grosso do Sul), conforme ATA da 16<sup>o</sup> Sessão Ordinária da Câmara Municipal, em meio as campanhas eleitorais de 2022<sup>229</sup>.

### **4.3 Emancipações e jogo político**

O processo de emancipação de Novo Horizonte do Sul tramitou na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, juntamente com os processos de Nova Alvorada do Sul, Alcinópolis, Laguna Caarapã e Japorã. Novo Horizonte teve destaque por ter origem a partir de um assentamento, diferenciando-se de outros processos que ocorreram no estado, uma vez

---

<sup>229</sup> Disponível em: <https://www.novohorizontedosul.ms.leg.br/resumo-da-16a-sessao-ordinaria>, acesso em 14 fev. 2024.

que muitos municípios nasceram de projetos idealizados por companhias de colonização particulares.

Esses processos foram votados na ALEMS em 9 de abril de 1992, evidenciando uma intencionalidade dos parlamentares em criar municípios no estado, o que foi justificado pela constituição de uma comissão específica de divisão territorial. Conforme a *ATA da Vigésima Primeira Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Quarta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul*, não faltaram defensores e protagonistas políticos desses processos.

O Deputado André Puccinelli (PMDB), membro da CEDT, por exemplo, ao abrir a sessão, pronunciou:

[...] poucas vezes tivemos a casa tão cheia, com ar de felicidade estampada nas faces das quatro delegações dos quatro municípios que hoje votamos sua emancipação. [...] Nesses noventa dias deste ano, mais precisamente a iniciar-se a 15 de fevereiro, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a angústia das comissões de emancipação dos diversos municípios se fez presente nos vinte e quatro gabinetes de todos os Deputados. Não sabiam se os índices, os requisitos seriam preenchidos; não sabiam se as certidões chegariam em tempo, e, por fim, no dia 09 de abril, pudemos ter com o augúrio e a satisfação de todos os Deputados, a presença dessas quatro delegações. Parabenizo a Novo Horizonte do Sul, pela persistência; parabenizo através do Deputado Franklin, a Alcinópolis; parabenizo a Japorã, no entendimento que se fez ora de manhã, e quero me ater a Laguna Caarapã. Três Deputados tiveram participação importante na emancipação desse antigo Distrito: Deputado José Monteiro, Deputado Fernando Saldanha e meu amigo Deputado Oscar Goldoni. Esses três Deputados, no decorrer do trâmite do processo, foram entendidos como se não quisessem a emancipação de Laguna Caarapã e quero transmitir o meu testemunho de que todos os três, galhardamente, na defesa de seus interesses, todos eles consentiram, entenderam que Laguna Caarapã era chegada a hora de emancipar e concordaram. Não só concordaram, mas trabalharam, para que hoje, aqui, o Deputado Oscar Goldoni pudesse também votar conosco na emancipação de Laguna<sup>230</sup>.

Os pronunciamentos são planejados estrategicamente para alcançar determinados objetivos políticos, como angariar apoio para uma legislação específica, promover uma agenda política ou defender uma posição em um debate político. No caso específico, Puccinelli externa a força das delegações das comissões municipais que pretendiam emancipar e o trabalho desempenhado por elas em conseguir os índices, requisitos e certidões em tempo hábil.

---

<sup>230</sup> ATA da Vigésima Primeira Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Quarta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, 09 abr. 1992, p.06.

Na mesma sessão, chama atenção o desenrolar do processo de emancipação de Laguna Caarapã, no qual as negociações políticas se tornaram mais evidentes. Esse fato foi destacado pela fala do Deputado Waldemir Moka (PMDB), que mencionou um compromisso político favorável à emancipação do município, devido a um pedido especial do Deputado Oscar Goldoni (PDT). Em seguida, o Deputado Fernando Saldanha (PTB) reforçou a menção ao prefeito de Ponta Porã, que, mesmo defendendo os interesses do seu município, acabou cedendo nas negociações e “apoando” a emancipação de Laguna, conforme registro abaixo:

[...] eu pedi este aparte para que se fizesse uma justiça a um homem público da fronteira, ao Prefeito de Ponta Porã, o ex-deputado Carlos Fróes, que, realmente, mostrou interesse em emancipar Laguna Caarapã, ali realizando obras, ali ajudando, através de outros políticos do estado, para que Laguna Caarapã pudesse hoje ostentar a sua grandeza, ostentar a sua perseverança e demonstrar, com o seu trabalho, a sua condição de se tornar município. Então, este aparte, Deputado André, é para que não façamos injustiças ao esquecermos do nome do ex-deputado e atual prefeito de Ponta Porã, um dos baluartes da emancipação de Laguna Caarapã, Carlos Fróes<sup>231</sup>.

Essas negociações ocorreram tanto nos bastidores quanto de forma mais explícita nas sessões legislativas, em que os interesses políticos, as alianças e as pressões exercidas por diferentes grupos influenciaram diretamente no andamento e resultado desses processos. Um exemplo disso é a alteração na *Lei Complementar n° 58*, já apresentada anteriormente. Segundo o Deputado Valdomiro Gonçalves (PTB), a *Lei Complementar n° 58* era “draconiana, que impedia a criação de municípios neste Estado. Foi preciso que nós, nós os Deputados desta legislatura, introduzíssemos na Lei Complementar n° 58 as alterações”<sup>232</sup>. As alterações mencionadas pelo parlamentar estão relacionadas à redução da renda e da população mínima exigidas para dar entrada no processo de emancipação de municípios. Sem essas alterações, apenas Nova Alvorada do Sul ganharia autonomia político-administrativa, enquanto os demais municípios ficariam de fora.

Dos processos que tramitavam na ALEMS, apenas o de Amandina não foi votado. Na ocasião, o Deputado José Batiston (PST) aproveitou a oportunidade para defender a comunidade, alegando “o que nós vemos em Amandina é um povo sofrido, é um povo que usa seu suor para mandar as suas rendas para Ivinhema. [...] Amandina não tem um posto de saúde, Amandina não tem médico, não tem nada que sofra realmente o respeito da

<sup>231</sup> ATA da Vigésima Primeira Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Quarta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, 09 abr. 1992, p.07.

<sup>232</sup> Id., p.07.

administração de Ivinhema”<sup>233</sup>. Cabe destacar que a luta ganhou espaço judicial e perdura até os dias atuais.

De acordo com os parlamentares, emancipar significava dar autonomia a essas comunidades que estavam em fase de crescimento para que caminhassem com suas próprias pernas, como justificou o deputado Waldir Neves (PTB) ao dizer “nós sabemos também que no Estado de Mato Grosso, quando houve a divisão, vários municípios foram emancipados. E o que nós vemos hoje é que aquele Estado, sem dúvida nenhuma, alcançou desenvolvimento quase que pleno”<sup>234</sup>.

Waldir Neves, ao discursar, trouxe a divisão do estado como uma constante nos processos de criação de municípios, percebendo principalmente a luta das comunidades localizadas na fronteira, a exemplo de Japorã. De acordo com o Deputado Valdomiro Gonçalves (PTB), os Distritos, ao emancipar-se, forçavam o governo a desenvolver maior trabalho administrativo<sup>235</sup>.

O Deputado Franklin Masruha (PMDB), ao falar de Alcinópolis, descreveu-o como “sertão do meu querido município de Coxim”. Fala complementada pelo Deputado Aluizio Borges (PTB) ao dizer “a centenas de quilômetros da sede do município de Coxim, por estrada precária e algumas vezes intransitáveis, mesmo Alcinópolis, pelo brio e vigor de sua gente, já mais se curvou diante das dificuldades”<sup>236</sup>. Os deputados mencionados, trouxeram um conceito bastante debatido no campo historiográfico: o sertão. Tal conceito foi entendido durante muito tempo como local de atraso, de violência e barbárie. Todavia, na fala dos parlamentares o sertão é apresentado como lugar de gente que enfrenta os desafios, sendo evocado de forma romantizada.

Em relação a Novo Horizonte do Sul, o Deputado Zeca do PT, em seu pronunciamento, utilizou a história de luta dos assentados para denunciar o que ele chamou de “vítimas da sanha do latifúndio” e a omissão do estado e do judiciário na luta pela reforma agrária, conforme explicou:

Expressão maior dela na decisão do Doutor Juiz de Direito da Comarca de Iguatemi, quando justificava a negativa do habeas-corpus com relação a prisão arbitrária e infundada de dois companheiros trabalhadores rurais sem-terra, acampados no município de Tacuru, que numa parte do seu parecer cita como subversão da ordem social, deixando, não somente o

---

<sup>233</sup> ATA da Vigésima Primeira Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Quarta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, 09 abr. 1992, p.10.

<sup>234</sup> Id., p.10.

<sup>235</sup> Id., p.30.

<sup>236</sup> Id., p.31.

poder judiciário mas toda a justiça, como um todo, à mercê da chantagem e pressão, as mais comezinhas, por parte de alguns desocupados, raras exceções aos realmente necessitados, que são manipulados por terceiros, e cita CUT, a CGT, a Pastoral da Terra e o Partido dos Trabalhadores. Falta, senhor presidente, senhores deputados, ao poder judiciário a coragem política para se colocar, dentro daquilo que a legislação permite, em defesa dos oprimidos, dos explorados, dos necessitados, dos trabalhadores, deixando, portanto, de ser subserviente, submisso ao interesse do latifúndio e do capital<sup>237</sup>.

E complementou: “de cada um daqueles que tiveram coragem de fazer a luta política, transformou-se hoje num dos mais profícuos municípios do nosso estado”, ao se referir a emancipação de Novo Horizonte do Sul. O discurso do parlamentar gerou uma ferrenha discussão, pois mexeu numa ferida latente do estado, o latifúndio.

Para Zeca do PT, Novo Horizonte do Sul é um marco na luta pela reforma agrária e pela conquista da terra, uma característica que o município carrega ao longo da história. Por outro lado, podemos dizer que sua emancipação foi resultado de uma estratégia política mais ampla, na qual várias comunidades buscavam autonomia político-administrativa ao mesmo tempo, embasados em características semelhantes e/ou demandas compartilhadas. Deste modo, a emancipação de Novo Horizonte do Sul não deve ser vista e pensada como um caso isolado, mas sim como parte de um movimento coordenado que envolveu outras localidades, interesses, negociações e intencionalidades de parlamentares. Tese essa que se contrapõe às narrativas dos assentados.

#### 4.3.1 “Política é conveniência”

*A política está em todo lugar igual ao ar que respiramos [...] ela é fundamental*  
(Sérgio Cruz)

Diversos fatores contribuíram para a emancipação de Novo Horizonte do Sul. Dentre eles, destacam-se a persistência e a resistência dos assentados, que escreveram a partir das suas ações uma trajetória de luta. O apoio de parlamentares que endossaram a causa dos assentados fortaleceu o movimento. Vale ressaltar que a existência de outros processos de emancipação em andamento, simultaneamente ao de Novo Horizonte do Sul, impulsionou ainda mais o desejo emancipacionista.

<sup>237</sup> ATA da Vigésima Primeira Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Quarta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, 09 abr. 1992, p.22.

Os assentados enfrentaram inúmeros desafios ao longo do processo de emancipação. Além de questões técnicas, como a elaboração de estudos e projetos que comprovassem a viabilidade econômica e social do novo município, havia também interesses políticos em jogo. Parlamentares, tanto a nível estadual quanto federal, foram fundamentais para o avanço do processo. Eles precisaram articular e negociar com outras esferas de poder, buscando apoio e recursos para a emancipação de Novo Horizonte do Sul. Outros setores políticos também enxergavam a criação do novo município como uma forma de fortalecer suas bases eleitorais.

Em Novo Horizonte do Sul, o propósito emancipacionista dos assentados foi ao encontro da intencionalidade política de alguns parlamentares e essa junção colaborou para o desfecho da emancipação. Deste modo, percebemos a política como um jogo com regras próprias e postas em campo, que na prática os assentados souberam jogar ao trazer peças fundamentais para luta por meio de articulações feitas pelas lideranças locais e políticos que passaram a ocupar posições no jogo. Em disputa estava a emancipação do município. Destacamos que, inicialmente, havíamos *comprado* o discurso romântico, baseado no mito fundador de Novo Horizonte do Sul, respaldado pela saga brasiguaiá. Todavia, ao longo do processo de produção da pesquisa, com análise de fontes, essa interpretação foi sendo desmistificada.

No processo de emancipação participaram do jogo político não apenas a comunidade que lutava pelo desmembramento territorial, mas também os apoiadores do município-mãe e os representantes dos poderes legislativo e executivo estadual, que promovem as articulações, transformando interesses individuais em coletivos. Em Novo Horizonte do Sul, assim como em Japorã, Nova Alvorada do Sul, Laguna Carapã e Alcinópolis, a divisão territorial, também permitiu a territorialização de grupos políticos e seus respectivos partidos, onde parlamentares moldaram espaços simbólicos de legitimação.

Se por um lado, não podemos ignorar a luta empreendida pelos assentados em prol da emancipação de Novo Horizonte do Sul; por outro, não é possível negar que o ponto chave desse processo foi o jogo político e a composição das peças-chaves/políticas, que souberam pautar e defender esse projeto audacioso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Então a gente viveu muita coisa, conheceu muita coisa que eu nunca pensava na vida de ter essas histórias, se a gente parar para pensar bem é um livro, é um livro que você tem momentos bons e momentos difíceis, porque a vida da gente não é só de flores, tem espinhos também (Pedrinho).*

O trabalho apresentado não esgota as possibilidades de pesquisa quanto a emancipação político-administrativa de Novo Horizonte do Sul. Durante o processo de produção e o contato com as fontes, novas temáticas e possibilidades podem surgir. Nesta tese, buscamos trazer *um novo olhar* para o desmembramento político deste município, desmistificando narrativas oficiais construídas ao longo do tempo acerca de sua criação.

Nestas considerações finais retomamos a fala do assentado Pedrinho, ao dizer

Então a gente viveu muita coisa, conheceu muita coisa que eu nunca pensava na vida de ter essas histórias, se a gente parar para pensar bem é um livro, é um livro que você tem momentos bons e momentos difíceis, porque a vida da gente não é só de flores, tem espinhos também<sup>238</sup>.

Resumi em poucas palavras a subjetividade das pessoas na construção de suas histórias de vida. E Novo Horizonte do Sul foi moldado desta forma. A história dos assentados que encabeçaram o movimento pró emancipação começou além-fronteira, quando devido às condições vividas em solo paraguaio, desencadeou um movimento de retorno ao Brasil, na tentativa de buscar um pedaço de terra, que se encerra na desapropriação da Gleba Santa Idalina e instalação do assentamento Novo Horizonte. Ao mesmo tempo que a formação do assentamento garantiu o acesso à terra, também abriu espaço para outras lutas, como o direito às necessidades básicas de infraestrutura, transporte, saúde e educação, impulsionando cinco anos após o movimento pró-emancipação. Mesmo despontando no cenário de produção agrícola e sendo considerado como assentamento modelo, para os assentados a criação do município traria mais benefícios para a comunidade local.

A luta pela emancipação político-administrativa de Novo Horizonte do Sul é emblemática. Um assentamento localizado no sudeste de Mato Grosso do Sul, um estado

<sup>238</sup> ENTREVISTA. Pedrinho, Novo Horizonte do Sul. 2014.

marcado pelo latifúndio e moldado por uma elite agrária, ganhou repercussão nacional, e colaborou para construção de uma história de luta romantizada pelos assentados que se configurou como um mito fundador do município. No decorrer da tese, não buscamos tirar o mérito da conquista dos assentados, mas mostrar que outros fatores também foram fundamentais para a emancipação do município.

No início da pesquisa, utilizamos principalmente a história oral como metodologia, com base em entrevistas realizadas entre 2014 e 2018, além das que ainda seriam feitas. No entanto, alguns impasses decorrentes da pandemia nos levaram a buscar outros caminhos. Foi então que tivemos acesso às publicações dos jornais *O Progresso* e *Correio do Estado*, que traziam matérias sobre a emancipação de Novo Horizonte do Sul. Ao analisá-las observamos que, no mesmo período em que os assentados lutavam pela emancipação, outros quatro municípios também pleiteavam sua criação. Isso nos mostrou que Novo Horizonte do Sul não fez parte de um movimento isolado, embora tivesse suas particularidades. Diante deste cenário, buscamos informações sobre esses processos junto à Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, tendo acesso aos processos de Alcínópolis, Laguna Carapã e Nova Alvorada do Sul, não encontrando apenas o de Japorã.

Diante deste cenário, construímos a ideia da tese, percebendo que a emancipação política de Novo Horizonte do Sul se distanciava da luta do sonho coletiva e esbarrava no jogo político partidário na prática. Isso ficou evidente na composição das peças fundamentais e nas estratégias traçadas no processo de emancipação. A organização dos assentados frente ao movimento emancipacionista, aliada ao apoio do município de Ivinhema, na figura de Nelito Câmara, e do parlamentar Londres Machado que, à época presidia a ALEMS, foi fundamental para o êxito emancipatório.

As narrativas trazidas e os documentos apresentados demonstraram quais negociações foram necessárias, bem como as representações da emancipação para o estado, os movimentos sociais, os assentados e o município de origem. No transcorrer, também notamos que Novo Horizonte do Sul não foi o único município ou o primeiro no Brasil a surgir de projetos de reforma agrária.

Emancipado, Novo Horizonte do Sul ganhou autonomia política. Da conquista, os assentados passaram a agir em torno das disputas políticas locais para assumir os cargos no executivo e no legislativo, evidenciando que política é um jogo, dinâmico e estratégico. Da unidade, para uma divisão, escancarada com as eleições da primeira legislatura municipal em 1992, quando quatro candidatos concorreram ao cargo de prefeito, com a interferência de parlamentares externos que, ao oferecer apoio político, já aspiravam as eleições de 1994.

A primeira gestão municipal foi marcada por grandes dificuldades, pois teve o desafio de reestruturar o assentamento e dar a ele uma aparência de cidade para acolher os prédios públicos oficiais. Essa gestão foi caracterizada pela inexperiência política daqueles que ocuparam as cadeiras no legislativo municipal, mas isso não impediu que o rural fosse, aos poucos, ganhando aspectos urbanos, embora o assentamento continuasse sendo a porta de entrada do município conhecido como Cidade dos Brasiguaios. Destacamos que, mesmo após a emancipação, a identidade brasiguaiia continuou sendo preponderante.

Deste modo, a tese transitou entre o sonho da luta coletiva e o jogo político, apoiando-se na ideia de *jogo político* defendida por Pierre Bourdieu. Analisamos as narrativas parlamentares e seus usos, mostrando como os políticos *pegaram carona* na conquista dos assentados, transformando a luta coletiva em feitos individuais e até mesmo em apropriações. Isso permitiu que expandissem seus tentáculos na tentativa de se manterem no cenário político estadual. Afirmação reforçada com os trechos das falas parlamentares apresentada na *ATA da Vigésima Primeira Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Quarta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul*, em que foram aprovados os projetos de Lei emancipando Novo Horizonte do Sul, Alcinópolis, Laguna Carapã e Japorã. As figuras políticas que aparecem na Ata despontam ainda no cenário político de Mato Grosso do Sul, como Londres Machado, André Puccinelli e Zeca do PT.

Por outro lado, em Novo Horizonte do Sul, até os dias atuais o discurso oficial está estruturado na trajetória de luta dos assentados-brasiguaios, que são os únicos a possuir a propriedade de fala sobre a história do município. A afirmação predominante é que somente os brasiguaios sabem contar a história como ela realmente aconteceu. Os brasiguaios de 1985, que vieram de Mundo Novo, enfrentaram o barraco de lona e, mesmo diante das dificuldades, continuam no município, vistos como *os verdadeiros brasiguaios*. Para os assentados, eles sempre serão os protagonistas e, de fato, se vistos pela óptica oficial de Novo Horizonte do Sul, realmente são.

Com esta tese, buscamos contribuir não apenas para a historiografia de Mato Grosso do Sul e de Novo Horizonte do Sul, mas também para a história e memória das pessoas que lutam pela reforma agrária como um importante instrumento de promoção social e defesa da vida. Além disso, a pesquisa acrescenta aos estudos sobre a perspectiva fronteiriça e aos trabalhos dedicados aos desmembramentos político-administrativos, destacando sua relevância e contribuição histórica.

## REFERÊNCIAS

- ANTONIO, Rogério Ribeiro. **Ocupação e desapropriação em terras da SOMECO S/A: estratégias de luta para a manutenção da posse da terra (1984-1986)**. 2023. 300 f. Tese (Doutorado em História). - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS.
- ALBUQUERQUE, José Lindomar C. **A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. São Paulo: Annablume, 2010.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado (ensaios de teoria da história)**. Curitiba: Editora Appris, 2019.
- ARENDDT, Hannah. **O que é política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- BALLER, Leandro. **Cultura, Identidade e Fronteira: Transitoriedade Brasil/Paraguai (1980-2005)**. 2008. 186 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS.
- BALLER, Leandro. **Fronteira e fronteiriços: a construção das relações sociais e culturais entre brasileiros e paraguaios (1954-2014)**. 2014. 336 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS.
- BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.
- BARROS, José D'Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2023.
- BATISTA, Luiz Carlos. **Brasiguaios: caminhos e lutas pela liberdade**. Campo Grande: UFMS, 2013.
- BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul: a construção de um estado. volume 2: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CARRARA, Angelo. **Reforma Agrária**. In: \_\_\_\_\_ Motta, Márcia. (Org.) **Dicionário da Terra**. 2 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.336-337.
- CIGOLINI, Adilar Antônio. **A fragmentação do território em unidades político-administrativas: análise da criação de municípios no estado do Paraná**. 1999. 141 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- COELHO, Fabiano. **A alma do MST: a prática da mística e a luta pela terra**. Dourados-MS: Ed. UFGD, 2014.

COELHO, Fabiano. **Entre o bem e o mal:** representações do MST sobre os presidentes FHC e Lula (1995 – 2010). 2014. 440 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS.

COELHO, F.; FREITAS, A. A. R. de. Reforma agrária e assentamentos rurais em Mato Grosso do Sul. **Revista Tempos Históricos**, Marechal Candido-PR, v. 25, n. 2, p. 73-98, jul/dez. 2021.

CORTÊZ, Cácia; SILVA, Edson; TAQUES, Luís. **A travessia do rio dos pássaros:** a ocupação da Gleba Santa Idalina em Ivinhema. Belo Horizonte-MG: SEGRAC, 1985.

CORTÊZ, Cácia. **Brasiguaios:** os refugiados desconhecidos. São Paulo: Brasil Agora, 1992.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia:** a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CRUZ, Sérgio. **Conflito de Ivinhema:** violência contra trabalhadores sem-terra. Brasília: Câmara dos Deputados, 1984.

FARIAS, Marisa de Fatima Lomba de. Mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). *In:* \_\_\_\_\_ TEDESCHI, Losandro Antonio. (Org.) **Leituras de gênero e interculturalidade.** Dourados-MS: Editora UFGD, 2013. p. 389-405.

FARIAS, Marisa de Fatima Lomba de. Assentamento Rural Sul Bonito em Itaquiraí-MS: a assentamento como lugar de reconstrução do modo de vida. *In:* \_\_\_\_\_ ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. (Org.) **A Questão Agrária em Mato Grosso do Sul:** uma visão multidisciplinar. Campo Grande-MS: Ed. UFMS, 2008.

FARIAS, Marisa de Fatima Lomba de. **Viver na terra e viver da terra:** sociabilidades no cotidiano de famílias em assentamentos rurais no estado de Mato Grosso do Sul. REDD-Revista Espaço de Diálogo e Desconexão. Araraquara-SP, v.5, n.1, jul/dez. 2012.

FERRARI, Carlos Alberto. Brasiguaios na fronteira: luta pela terra, violência e precarização do trabalho no campo e na cidade. **Revista pegada**, vol.8, n.2, p. 115-130, jul/dez. 2007.

FABRINI, João E. Campesinato e agronegócio na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. **NERA**, Presidente Prudente-SP, n° 59, p.1-8, jul/dez. 2012.

FACHIN, Viviane Scalon. Reordenamento de terras no sul de Mato Grosso do Sul. **Revista de Ciências Sociais**, João Pessoa-PB, n°45, p.47-66, jul/dez. 2016.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **(Re)tratos discursivos do sem-terra.** Uberlândia: EDUFU, 2007.

FREITAS, André Alexandre Ricco de. **A Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul:** Os dilemas e as possibilidades nos assentamentos rurais a partir da análise dos dados do INCRA. 2020. 190 f. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos** /Sônia Maria de Freitas. 2. ed. – São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GONÇALVES, Djalma Lino. **A colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada e a formação de Naviraí**. 2015. 134 f. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **Revista Geographia**, Niterói – RJ, v.9, n.17, p. 19-46, jul/dez. 2007.

HALBAWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: edições Vértice, 1990.

HOUBSBAM, Eric. RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 6 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOUTZAGER, Peter P. **Os últimos cidadãos: conflitos e modernização no Brasil rural (1964-1995)**. São Paulo: Globo, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA JÚNIOR, Nelson de. **Trajetórias e memórias que tecem histórias: os brasiguaios na (re) ocupação da Gleba Santa Idalina (1984-1986)**. 2016. 118 f. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In: \_\_\_\_\_* PINSKY, Carla Bassanezy (Org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto 2. ed, 2006. p.111-153.

MAGALHÃES, João Carlos. **Emancipação político-administrativa de municípios no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA. 2007.

MAUAD, Ana Maria. LOPES, Marcos Felipe de Brum. História e Fotografia. *In: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (Org.) Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: ELSEVIER, 2012. p. 263-281.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARTINS, José de Souza. **A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo**. Petrópolis: Vozes, 1988.

MARTINS, Ana Luiza. DE LUCA, Tania Regina (Org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARQUES, Denise Helena França. **Circularidade na fronteira do Paraguai e Brasil: o estudo de caso dos “brasiguaios”**. 2009. 171 f. Tese (Doutorado em Demografia) - Faculdade de Ciências Econômicas, UFMG, 2009.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; Leite, Sérgio. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro. Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

MEIHY, José Carlos S. B.; SEAWRIGHT, Leandro. **Memórias e narrativas: história oral aplicada**. São Paulo: Contexto, 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. **Política e mídia no Brasil**. Brasília: Plano, 2002.

MOREIRA, Danilo Leite. **Por uma nova história da emancipação político-administrativa do município de Batayporã-MS (1953- 1964)**. 2015. 132 f. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS.

NORONHA, Rudolf de. Criação de novos municípios. **Revista de Administração Municipal**, Rio de Janeiro, v.43, p.1-6, abr/dez. 1996.

NORONHA, Rudolf de. Cardoso, Elizabeth Dezouart. Emancipações municipais: como ficam os municípios de origem? **Revista de Administração Municipal**, Rio de Janeiro, v.42. n.214, p.67-80, jan/mar. 1995.

NUNES, Marcos Antônio. Criação de municípios no Brasil: motivações, vantagens e desvantagens. **Revista Espinhaço**, UFVJM, v.6, p.-11-20, jan/abr. 2017.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2 n.3, p.3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Proj. História**, São Paulo, n. 14, p. 25-39, 1997.

REMÓND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RESCIGNO, Jesus Eurico de Miranda. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul (1978-1992): a participação da Comissão Pastoral da Terra (CPT)**. Campo Grande: UFMS, 2010.

REZENDE, Gervásio Castro de. **Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA): institucionalização, subsídios e eficácia**. IPEA, Rio de Janeiro, 1999.

RIQUELME, Marcial. **Notas para el estudio de las causas y efectos de las migraciones brasileñas em el Paraguay**. Assunción: Editora CERI, 2005.

ROSA, Marcelo Carvalho. Assentamentos e municípios: o conflito entre beneficiários e população local na reforma agrária brasileira. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra/Portugal, n.57/58, p.207-29, jun/nov. 2000.

SANTOS, Daiane Lima dos. **Apologia à inconstitucionalidade: os desdobramentos em torno da criação e formação da municipalidade do Ladário-MS (1984-1955)**. 2017. 146 f. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS.

SECRETO, Veronica. Roça. *In: \_\_\_\_\_* Motta, Márcia. (Org.) **Dicionário da Terra**. 2 ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.408-409.

SILVA, Cristiani Bereta da. **Homens e mulheres em movimento: relações de gênero e subjetividade no MST**. Florianópolis: Momento Atual, 2004.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; FERRANTE, Vera Lucia. **Roupa nova para um velho sonho: assentamentos de trabalhadores rurais e reforma agrária**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. *In: SILVA, Tomaz Tadeu da; STUART Hall; WOODWARD Kathryn. (Orgs.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 13 ed, Petrópolis: Vozes, 2013, p.73-102.

SILVA, Ligia Osório. Latifúndio. *In: \_\_\_\_\_* Motta, Márcia. (Org.) **Dicionário da Terra**. 2 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.272.

SIQUEIRA, Claudia Gomes de. **Criação de municípios no Brasil: a tridimensionalidade do fenômeno emancipatório brasileiro**. Salvador: ANPUR, 2005.

SOUZA, Edison de. Fronteira agrícola. *In: \_\_\_\_\_* Motta, Márcia. (Org.) **Dicionário da Terra**. 2 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.230-231.

SPRANDEL, Marcia Anita. **Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras internacionais**. Rio de Janeiro, 1992. 517 f. Dissertação (Mestrado) – PPGAS, Museu Nacional.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

TOMIO, Fabricio Ricardo de Lima. A criação de municípios após a Constituição de 1988. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 48, p. 61-89, fev. 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TORRES, Claudomiro Morales. **Nova Casa Verde: a Reforma Agrária e a criação da vila em espaço de assentamento rural**. 2016. 147 f. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS.

TROPALDI, Jéssica Alves. **O ressoar no palco do tempo:** protagonismo histórico na ocupação popular em Angélica-MS (1950-1980). 2016. 128 f. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS.

WAGNER, Carlos. **Brasiguaios:** homens sem pátria. Petrópolis: Vozes, 1990.

ZAMBRANO, Lélia. **De brasileiros a brasiguaios:** a emigração brasileira para o Paraguai a partir dos anos de 1970. 2009. 214 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

ZANATA, Paulo Rodolfo Bork. **Vivências e experiências:** a colonização e agricultura itaporanense entre as décadas de 1940 e 1970. 2019. 218 f. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS.

## FONTES

### Entrevistas

ENTREVISTA. Pedrinho. (Digital) Produção: Nelson de Lima Junior, Novo Horizonte do Sul: 24/10/2014: 27 min. (sonorização).

ENTREVISTA. Sebastião. (Digital) Produção: Marcos Strada, Novo Horizonte do Sul: 2018 00:45:47 min. (audiovisual).

ENTREVISTA. Chiquinho. (Digital). Produção: Nelson de Lima Junior, Novo Horizonte do Sul: 22/04/2022 00:33:08 min. (sonorização).

ENTREVISTA: Cirila Martins da Silva. (Digital) Produção: Nelson de Lima Junior, Novo Horizonte do Sul: 24/10/2014: 22 min. (sonorização).

ENTREVISTA: Daniel Conselho da Silva. (Digital). Produção: Nelson de Lima Junior, Novo Horizonte do Sul: 14/01/2015: 20 min. (sonorização).

ENTREVISTA. Salete. (Digital) Produção: Nelson de Lima Junior, Novo Horizonte do Sul: 14/01/2015: 33 min. (sonorização).

ENTREVISTA. Fábio. (Digital) Produção: Marcos Strada, Novo Horizonte do Sul: 2018 01:05:25 min. (audiovisual).

ENTREVISTA. Doraci. (Digital) Produção: Marcos Strada, Novo Horizonte do Sul: 2018 00:30:33 min. (audiovisual).

ENTREVISTA. Expedito. (Digital) Produção: Marcos Strada, Novo Horizonte do Sul: 2018 01:16:08 min. (audiovisual).

ENTREVISTA. Jorge. (Digital) Produção: Nelson de Lima Junior, Novo Horizonte do Sul: 29/12/2015: 33 min. (sonorização).

ENTREVISTA. José. (Digital) Produção: Nelson de Lima Junior, Novo Horizonte do Sul: 29/12/2015: 01:05:47 h. (sonorização).

ENTREVISTA. Pedro e Cecilia Schmidt. (Digital) Produção: Marcos Strada, Novo Horizonte do Sul: 2018 00:56:28 min. (audiovisual).

ENTREVISTA. Aparecida. (Digital) Produção: Marcos Strada, Novo Horizonte do Sul: 2018 01:04:17 min. (audiovisual).

ENTREVISTA. Joaquina. (Digital) Produção: Marcos Strada, Novo Horizonte do Sul: 2018 01:22:40 min. (audiovisual).

ENTREVISTA. Mateus. (Digital) Produção: Marcos Strada, Novo Horizonte do Sul: 2018 00:25:25 min. (audiovisual).

ENTREVISTA: Irmã Anaide. (Digital). Produção: Nelson de Lima Junior, Novo Horizonte do Sul: 21/06/2015: 30 min. (sonorização).

ENTREVISTA. Cleide. (Digital) Produção: Walter Cruz, Novo Horizonte do Sul: 2015: 00:00:0010 min. (audiovisual).

ENTREVISTA. Silvaninho. (Digital) Produção: Walter Cruz, Novo Horizonte do Sul: 2014: 00:00:20 min. (audiovisual).

ENTREVISTA. Antônio Luíz Agostinho. (Digital). Produção: Nelson de Lima Junior, Novo Horizonte do Sul: 06/09/2021: 01:36:46 min. (sonorização).

ENTREVISTA: Cirila Martins da Silva. (Digital) Produção: Nelson de Lima Junior, Novo Horizonte do Sul: 24/10/2014: 22 min. (sonorização).

ENTREVISTA: Inês Maria Alvarenga. Inês Maria Alvarenga. (Digital) Produção: Nelson de Lima Junior, Novo Horizonte do Sul: 14/01/2015: 36 min. (sonorização).

ENTREVISTA: Derlei. Realizada por meio de correio eletrônico. 2023.

ENTREVISTA. Joel Moreira. Realizada por correio eletrônico. 2023.

ENTREVISTA: Sérgio Cruz. (Digital) Produção: Nelson de Lima Junior, Campo Grande: 21/07/2014: 50 min. (sonorização).

ENTREVISTA. Sérgio Cruz. (Digital) Produção: Nelson de Lima Júnior, Campo Grande: 15/01/24: 01:23:00 min. (sonorização).

ENTREVISTA: Silvaninho. (Digital) Produção: Nelson de Lima Junior, Novo Horizonte do Sul: 29/12/2015: 01:05:47 h. (sonorização).

ENTREVISTA: Jovencino Francisco dos Santos. (Digital) Produção: Nelson de Lima Junior, Novo Horizonte do Sul: 25/06/2014: 22 min. (sonorização).

ENTREVISTA: Luiz Pereira Alves. (Digital) Produção: Nelson de Lima Junior, Novo Horizonte do Sul: 14/01/2015: 29 min. (sonorização).

ENTREVISTA: Pedro Luiz de Lima. (Digital) Produção: Nelson de Lima Junior, Novo Horizonte do Sul: 24/10/2014: 27 min. (sonorização).

## **Documentos**

ATAs da Comissão de Emancipação de Novo Horizonte do Sul.

ATA da Vigésima Primeira Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Quarta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, 09 abr. 1992.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Processo nº5.042/85

Projeto de Lei nº110/91.

Projeto de Lei nº179/91.

Projeto de Lei nº137/91.

Projeto de Lei nº022/90.

Manual do Prefeito.

## Periódicos

- Jornal dos Trabalhadores Sem Terra. *Posse da terra vira ato político*. 1986.
- Jornal dos Trabalhadores Sem Terra. *Luta decidida e permanente*. 1989.
- Jornal dos Trabalhadores Sem Terra. *Memória*. 1990.
- O Progresso. *Reforma Agrária: Ministro reconhece em MS assentamento modelo*. Dourados, 1991.
- O Progresso. *Ivinhema: Nelito quer implantar Subprefeituras*. Dourados, 1990.
- O Progresso. *Pedida criação de mais um município*. Dourados, 1991.
- O Progresso. *AL já tem propostas para criação de cinco novos municípios*. Dourados, 1991.
- O Progresso. *Empaer desenvolve experimentos para atender assentados*. Dourados, 1992.
- O Progresso. *Novo Horizonte: Plebiscito*. Dourados, 1992.
- O Progresso. *Assembleia cria quatro novos municípios em MS*. Dourados, 1992.
- O Progresso. *Supam se prepara para atender os 5 novos municípios criados*. Dourados, 1992.
- O Progresso. *Ex-“brasiguaião” quer ser prefeito*. Dourados, 1992.
- O Progresso. *A coisa está cada vez mais preta*. Dourados, 1992.
- O Progresso. *Assentados produzem mais de 52 mil toneladas de produtos na safra 91/92*. Dourados, 1992.
- O Progresso. *Loteamento urbano*. Dourados, 1993.
- O Progresso. *Vale do Ivinhema se une para cobrar obras do governo*. Dourados, 1993.
- O Progresso. *Carrossel*. Dourados, 1993.
- O Progresso. *Pedrossian participa da entrega de títulos em Novo Horizonte*. Dourados, 1993.
- O Progresso. *Alemães mandam Cr\$ 150 milhões para assentados em MS*. Dourados, 1993.
- O Progresso. *1º Romaria da Terra*. Dourados, 1993.
- O Progresso. *Jornalista lança livro sobre os brasiguaios*. Dourados, 1994.
- Diário do Povo. *Obras da prefeitura e câmara de Novo Horizonte já em andamento*. Dourados, 1993.
- Diário do Povo. *12 meses de conquistas para Novo Horizonte do Sul*. Dourados, 1993.
- Diário do Povo. *Audições*. Dourados, 1993.
- Diário do Povo. *Novo Horizonte do Sul terá delegacia de polícia e escritório da Enersul*. Dourados, 1994.
- Diário do Povo. *Habitação: Novo Horizonte ganha seu primeiro conjunto habitacional*. Dourados, 1994.
- Diário do Povo. *Novo Horizonte do Sul: 2º Aniversário e festa do peão de rodeio*. Dourados, 1994.
- Diário do Povo. *Festejos de 02 anos de emancipação político-administrativa de Novo Horizonte do Sul*. Dourados, 1994.
- Diário do Povo. *Corrida de carroças*. Dourados, 2001.
- Correio do Estado. *Negociatas na reforma agrária*. Campo Grande, 1991.
- Correio do Estado. *Sessão virou caso de polícia*. Campo Grande, 1991.
- Correio do Estado. *Assembleia vota hoje criação de municípios*. Campo Grande, 1992.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 19 de novembro de 2024

---

Nelson de Lima Júnior